

Gilcinei Teodoro Carvalho

CULTURA ESCRITA E AUTORIDADE LINGÜÍSTICA

As estratégias de monitoramento nos textos jornalísticos

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2008

Gilcinei Teodoro Carvalho

CULTURA ESCRITA E AUTORIDADE LINGÜÍSTICA

As estratégias de monitoramento nos textos jornalísticos

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de *Doutor em Estudos Lingüísticos*.

Área de Concentração: Lingüística

Linha de Pesquisa: Lingüística dos Gêneros e Tipos Textuais

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2008

Tese defendida e aprovada em 04 / 12 / 2008 pela banca examinadora:

Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira (PosLin - colaborador ; PUC Minas) - orientador

Prof. Dr. Luiz Francisco Dias (Fale/UFMG)

Profa. Dra. Maria da Graça Costa Val (Fale/UFMG)

Prof. Dr. Milton do Nascimento (PUC Minas)

Prof. Dr. Sírio Possenti (IEL/Unicamp)

Profa. Dra. Carla Viana Coscarelli (Fale/UFMG) - suplente

Profa. Dra. Maria de Lourdes Meirelles Matencio (PUC Minas) - suplente

Para Marco Antônio de Oliveira

Ao mestre, sempre com carinho.

... saberíamos muito mais das complexidades da vida se nos aplicássemos a estudar com afinco as suas contradições em vez de perdermos tanto tempo com as identidades e as coerências, que essas têm a obrigação de explicar-se por si mesmas.

Agradecimentos

Ao orientador MAO, pelo esforço em manter e ampliar minhas crenças;

Aos familiares, pelo apoio incondicional;

Aos amigos, pelas inúmeras e constantes manifestações de solidariedade – em especial Ceres Leite Prado e Maria das Graças Castro Sena;

Aos colegas de profissão, pelas leituras e trabalhos compartilhados – em especial em dois espaços: as Faculdades Pedro Leopoldo e o Ceale/Fae-UFMG;

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da UFMG;

Ao Departamento de Lingüística da Universidade da Pensilvânia, pela acolhida durante um ano letivo – em especial Profa. Ellen Prince, pela ampliação dos horizontes;

À Capes, pela concessão de bolsa que me permitiu estagiar no exterior.

Resumo

O processo de construção de uma autoridade lingüística é inerente ao processo de formação de uma cultura escrita. O resultado desse vínculo é a criação de uma ilusão de homogeneidade (Jaffe,2000). Entretanto, a tendência padronizadora não anula a disputa entre formas consideradas mais inovadoras ou mais conservadoras, exatamente porque a língua escrita é sensível à variação e, portanto, a diversidade é uma característica também constitutiva da modalidade escrita. Na análise de um veículo de comunicação impressa prestigiado na comunidade letrada brasileira, o jornal *Folha de S.Paulo*, constatou-se a força padronizadora em inserções apresentadas entre parênteses. Em um primeiro momento, destacam-se aquelas inserções que sedimentam uma visão de língua e estabelecem um padrão de correção; a presença do *sic* é um forte indício de um julgamento lingüístico. Em um segundo momento, destacam-se aquelas inserções que resolvem potenciais ambigüidades, encaminham uma leitura preferencial e, portanto, estabelecem um padrão de interpretação.

A primeira parte deste estudo pretende comprovar as diferentes possibilidades de uso de um sistema de escrita, especificando alguns dos fatores que favorecem a emergência da diversidade como fator constitutivo da língua escrita. Alguns exemplos de situação de uso da escrita são confrontados com o objetivo de mostrar os diferentes efeitos argumentativos e, portanto, caracterizar uma possível etnografia da língua escrita que ressalta as relações entre as opções lingüísticas e os usos sociais e formam, portanto, uma cultura escrita em que entram em jogo valores sociais e políticos, o que reforça uma abordagem sociolingüística para a análise.

A segunda parte descreve as avaliações que, implícita ou explicitamente, instituem o processo de normatização. O processo de normatização verificado na língua escrita não envolve apenas os aspectos relacionados ao código. Existem marcas escritas que indicam procedimentos discursivos sofisticados, revelando estratégias argumentativas que exigem níveis de compreensão menos lineares. Um caso específico dessas marcas é o *sic* que sinaliza, sob o ponto de vista do autor, a localização de uma impropriedade. A presença do *sic* é um forte indicador de um julgamento autoral e reflete uma imagem de correção conceitual e formal que estabelece, na língua escrita, uma espécie de *controle interacional* (Fairclough, 2001). Construiu-se uma taxonomia das ocorrências do *sic*, na

tentativa de especificar quais componentes gramaticais são avaliados com mais frequência e quais formas lingüísticas possuem maior visibilidade no processo de identificação de problemas lingüísticos. Comprova-se que a aplicação de uma norma lingüística que baliza a concepção de erro está subordinada ao projeto retórico do texto, o que significa que a maior ou menor tolerância em relação aos desvios subordina-se ao grau de simpatia projetado para aqueles que são retratados, principalmente quando são usadas estratégias de *transcrição desnaturalizada* (Bucholtz, 2000). A variação dos critérios de julgamento entre os usuários indica que a própria construção de um padrão normativo é o resultado de uma constante tensão entre a tradição e a inovação, o que produz expectativas de correção que são indicadoras de que, para uma comunidade letrada, o debate lingüístico público é, na verdade, um dos fatores de promoção da aceitação de padrões de correção (Milroy & Milroy, 1999).

A terceira parte caracteriza um recurso de explicitação que, através da apresentação do elemento “referido” entre parênteses, pretende indicar complementações semânticas ligadas à resolução pronominal. Demonstra-se que esse processo de explicitação também é governado por um projeto retórico que tenta monitorar as possibilidades interpretativas, desde a indicação da forma considerada ambígua até a escolha da informação que soluciona o eventual problema. Nesse movimento de explicitação são encontrados argumentos que reforçam o postulado de que o processo de referenciação trabalha com objetos do discurso (Clark, 1996; Cornish, 1999; Koch, 2001; Marcuschi, 2001) e contribui para o processo de padronização, já que formas lingüísticas são apontadas como problemáticas e, portanto, consideradas merecedoras de monitoramento.

Abstract

The process of building an authority in language is inherent to the process of building a writing culture. The result of this link is the illusion of linguistic homogeneity (Jaffe,2000). However, the standardization tendency does not cancel disputes between conservative and innovative forms, just because written language is sensitive to the variation phenomena; therefore, diversity is also a feature that constitutes the written modality. Analyzing a press communication media with a positive status within Brazilian literate community, the newspaper *Folha de S.Paulo*, it is possible to identify a standardization force in the insertions by using parentheses. First, insertions could build a conception of ideal language and may define a correction pattern; the presence of *(sic)*, for example, is a strong signal of linguistic judgment. Second, insertions could solve potential ambiguity, driving a preferential reading and defining an interpretative pattern.

The first part of this work try to prove how a written system could be use in a variety way. Different factors improve the claim that diversity constitutes written language. Data from an authentic use of writing are compared proving the range of arguments of argumentative effects and, therefore, describing a potential ethnography of written language stressing the relationship between linguistic options and social uses. Writing culture includes social and political values and, by consequence, defining a sociolinguistic approach to understand the variation phenomena.

The second part describes the evaluations that, in an implicit or explicit way, build up the standardization process. This process occurs not only at the code level. There are written signals showed a sophisticate discourse procedures. These signals reveal argumentative skills and demand non-linear comprehensive strategies. One of this specific signal is the *sic* that indicates, from an authorial perspective, the location of errors. The presence of *(sic)* is a very strong cue to show judgments and using this resource is to apply a conceptual and structural pattern of correctness. In the writing language this kind of punctuation mark could be interpret as a signal of *interactional control* (Fairclough, 2001). An taxonomy of *sic* will be present as a way to describe which grammatical components are evaluated in a high frequency and which linguistic

forms have greater visibility to be label as a problem or an error. The application of a correctness criteria depend from, at least, two points: the rhetoric project and the emphatic point of view. So, the linguistic tolerance could be minimal when a *denaturalized transcription* strategy occurs (Bucholtz, 2000). The correctness judgments variety within a literate community shows a continuous tension between innovation and tradition. This social tension indicates that for the literate community maintenance the public debate about standard forms is a way to prescribe a correctness pattern (Milroy & Milroy, 1999).

The third part characterizes an explanation resource that, through parentheses, indicates a referer, bringing the semantic information to solve pronominal interpretation. This interpretation process is also ruled by rhetoric project, monitoring the reading possibilities, since indication of a potential ambiguity to the solution proposal. In this explanation movement there are evidence to claim that referential process is organized by discourse objects (Clark,1996; Cornish, 1999; Koch, 2001; Marcuschi, 2001) and, from this movement the standardization process is improved because labeling a linguistic form as problematic is a way of monitoring the reader.

SUMÁRIO

Considerações Iniciais.....	13
------------------------------------	-----------

Capítulo 1 Por uma etnografia da língua escrita

1.1. Introdução	26
1.2. Algumas idealizações sobre o texto escrito	29
1.3. Duas histórias e um mesmo personagem	36
1.4. Um mesmo personagem em dois textos	45
1.5. Informações em diferentes espaços	49
1.6. Diferentes palavras em um mesmo espaço	57
1.7. Diferentes convenções para uma mesma palavra	66
1.8. A força dos julgamentos	75
1.9. O discurso da recomendação	77
1.9.1. Desfazendo ambigüidades: a avaliação de algumas estratégias de correção	77
1.9.2. Neutralizando ambigüidades: a busca da objetividade no discurso jornalístico..	84

Capítulo 2 A construção de uma autoridade lingüística

2.1. Introdução.....	88
2.2. O poder da transcrição.....	94
2.3. Transcrições naturalizadas e desnaturalizadas.....	99
2.4. Padrão lingüístico e discurso jornalístico.....	104
2.5. Julgamentos lingüísticos: o uso do <i>sic</i>	105
2.6. A dinâmica da padronização.....	142

Capítulo 3 A construção de uma autoridade interpretativa

3.1. Introdução	154
3.2. Abrindo e fechando parênteses.....	163

3.3.	Marcas de uma autoridade interpretativa	167
3.4.	Ambigüidade e estratégias de explicitação.....	176
3.5.	Resolução pronominal.....	179
3.6.	A direcionalidade da resolução pronominal.....	204
3.7.	Organização das cadeias referenciais.....	214
	Considerações Finais.....	221
	Bibliografia.....	224

Considerações Iniciais

Escrever é muito mais do que combinar corretamente as letras para formar palavras. A habilidade requisitada para a escrita envolve atividades muito mais complexas e não pode ser reduzida, no caso da escrita alfabética da língua portuguesa, a um ato mecânico de registrar os sons através das letras. A complexidade da tarefa de conviver em um mundo letrado tem uma relação direta com as práticas sociais de escrita, cada vez mais intensas e diversificadas. Um resultado inevitável dessas práticas sociais é a implementação de várias possibilidades de uso, o que resulta na circulação de textos e discursos variados. Nesse sentido, para o entendimento dos textos escritos é preciso uma concepção que considere a escrita como um campo de possibilidades de uso, mesmo estando restrita a regras de codificação.

Além das regras de codificação, destaca-se a força padronizadora que atua fortemente no mundo da escrita, criando inclusive a ilusão de uma homogeneidade lingüística (Cf. Jaffe, 2000). Essa ilusão constrói a concepção de que a heterogeneidade é um fenômeno típico e quase que exclusivo da língua oral e estimula a explicação de que as variações que ocorrem na escrita são tributadas às concessões estilísticas. Minimizar ou até abolir o traço de variação para a língua escrita é justificável quando se pensa que muitas das descrições lingüísticas produzidas para contrastar as modalidades oral e escrita tendem a polarizar as características, favorecendo uma visão dicotômica que seguramente situa as formas escritas como modelo de contextualização, de explicitude, de clareza, ao contrário das formas orais que seriam exemplo de fragmentação, de incompletude e de forte dependência a vínculos contextuais externos que comprometeriam a autonomia discursiva. Na verdade, para essa caracterização polarizada, a autonomia não é uma meta projetada para o texto oral, dado o seu caráter mais evanescente comparativamente ao caráter de maior perenidade instituído pelo registro escrito. O registro escrito pode se tornar, historicamente, modelo para a construção de determinados padrões de uso e, dentre esses padrões, as formas escritas ajudam a estabelecer a própria idealização sobre os traços requisitados para a composição da norma culta, exatamente porque é associado à escrita um componente de distinção quer de natureza social, produzindo a idéia de línguas com e sem cultura, de dialetos com ou sem prestígio, e quer de natureza individual, produzindo a concepção

de sujeitos mais ou menos racionais, mais ou menos comunicativos. Essas conseqüências sociais e cognitivas são objeto de muitas controvérsias e inspiram uma linha de investigação pouco afeita a endossar uma visão dicotômica sobre as conseqüências da escrita (Cf. Heath, 1982; Street, 1984; Olson, 1997, dentre outros). Esses estudos, ao contrário, ilustram a tendência a assumir as contradições e os paradoxos inerentes à escrita e ao seu uso. Assim, a variedade de formas e de usos é um dos aspectos que não podem ser negados para a escrita, o que produz um esforço investigativo que ultrapasse uma caracterização polarizada dos traços lingüísticos que contrastam as modalidades oral e escrita (Cf. a síntese e o questionamento das visões polarizadas apresentadas em Jahandarie, 1999; Marcuschi, 2000, 1999; dentre outros).

A própria idéia de que a escrita seja um campo pacífico em que são configuradas apenas as prescrições da norma culta deve ceder lugar para a identificação de pontos de tensão que indicam que, no interior da escrita, igualmente existem disputas que refletem as influências de fatores históricos, sociais, políticos, geográficos e que instituem a diversidade como traço constitutivo também dessa modalidade. Evidentemente, a intensidade e a visibilidade dessa variação devem ser parametrizadas pelas diferentes materialidades que especificam e particularizam cada modalidade de uso lingüístico.

A constituição da disciplina Sociolingüística¹, nos anos de 1960, trouxe, em especial nos Estados Unidos, grande visibilidade para o estudo do fenômeno da variação e, como resultado, permitiu uma grande relativização das concepções teóricas e metodológicas que situavam o componente social da linguagem em um lugar de pouco destaque. A ação política que justificou, inclusive, a nomeação dessa disciplina não foi derivada só do fato de se conceber a linguagem como fenômeno social, mas principalmente foi originária da necessidade de se demarcar um posicionamento teórico que destaca e toma como pressuposto essa característica básica, o que, inevitavelmente, contrasta com outros projetos teóricos que instituem outras finalidades e trabalham com outras premissas². Somado ao estudo da variação lingüística, que destaca as perguntas referentes às razões estruturais e não-estruturais que levam ao fenômeno da diversidade

¹ Figueroa (1994) apresenta uma consistente historiografia da disciplina Sociolingüística em que avalia os diferentes condicionantes que permitiram não só o florescimento de uma área de investigação, mas também as variadas tendências que, no interior da própria disciplina, produzem enfoques distintos que ora se complementam ora se afastam.

² Cf. a introdução do livro *Sociolinguistics Patterns* em que Labov relata a sua relutância em usar o termo Sociolingüística por pensar na impossibilidade de se fazer Lingüística sem um enfoque social, mas, ao mesmo tempo, indica a sua preocupação em produzir estudos empíricos para a construção de respostas às importantes questões - por que e como as línguas variam e mudam - para exatamente se contrapor a uma tendência majoritária que "idealizava" os falantes.

lingüística, encontra-se um tema caro para as pesquisas sociolingüísticas, que é o da avaliação que os usuários fazem da língua, suas atitudes diante da língua e, mais especificamente, as avaliações do fenômeno da variação presentes em julgamentos lingüísticos que expressam os lugares sociais que traduzem marcas de prestígio ou de estigma. Ou, de forma mais ampla, como esses julgamentos revelam a tensão inevitável entre as forças que instituem a inovação e as que preservam a tradição.

Destacou-se, inicialmente, como fruto de uma visão polarizada, a associação da escrita ao campo que representa a tradição. No entanto, ao se assumir a diversidade de usos para a língua escrita projeta-se, como ponto de tensão, no interior da própria modalidade escrita, a avaliação do fenômeno da diversidade, abrindo-se a possibilidade de se investigar quais são as marcas que expressam esse procedimento avaliativo incorporado a um uso em que, pretensamente, está atuando uma força padronizadora que, em tese, inibiria a variação. Sem negar a atuação dessa força, a questão que se coloca é como a escrita pode potencializar o julgamento sobre a diversidade lingüística e, nessa direção, colaborar para a formação e divulgação da chamada norma culta. Neste estudo, assume-se a heterogeneidade como fator que constitui também a modalidade escrita (Cf. Corrêa, 2001) e investiga-se o tratamento dado ao fenômeno da diversidade como uma estratégia de composição textual que tem sérias conseqüências retóricas. Demonstra-se que, também na língua escrita, há uma contínua disputa entre as escolhas lingüísticas, o que permite caracterizá-la não como um espaço para a estabilidade, mas também como espaço para as disputas políticas que instituem julgamentos que destacam avaliações lingüísticas e promovem uma determinada visão sobre o funcionamento da língua.

A identificação da escrita como lócus privilegiado para a atuação da norma culta e para a minimização da diversidade é comprovada historicamente, nas gramáticas normativas, pela exemplificação de formas literárias como única abonação para a legitimação dos usos. Claro que não é qualquer forma literária e qualquer autor que é alçado à condição de modelo. Para ocupar esse lugar, institui-se um longo processo histórico de “canonização” em que os valores lingüísticos estão atrelados a um processo de aceitação que tem uma dimensão social muito mais ampla. Recentemente, além da manutenção dos usos literários como modelo, incorporaram-se os usos jornalísticos como possível parâmetro para a abonação e legitimação de formas lingüísticas, exatamente em função do lugar social de destaque que essa mídia ocupa. É comum, agora, o apelo a esse material impresso como indício de uso ou como manifestação de

freqüência de uso indicativa de tendências normatizadoras e normatizantes. Claro, também, que não é qualquer jornal de qualquer lugar que vai servir de fonte para a definição de padrões de uso e muito menos ser a instância de corporificação da norma culta.

Além da definição da fonte que produz as formas que tipificam o uso considerado “exemplar”, o modelo lingüístico projetado pela norma culta está sujeito às influências sócio-históricas que inevitavelmente colaboram para o aparecimento de pontos de tensão entre a inovação e a tradição. Essa tensão manifesta-se em diferentes comportamentos sociais e não se estranha o fato de que os usuários da linguagem também a vivenciem. Dessa vivência social é que emerge o fenômeno da tolerância lingüística, por exemplo. Os usuários, em função dos “modelos” lingüísticos que são sócio-historicamente construídos, fazem avaliações sobre as possibilidades de uso e, sob forte influência da modalidade escrita, criam expectativas sobre os padrões de correção lingüística. Uma comunidade letrada necessariamente toma a língua como objeto de avaliação (Cf. Milroy & Milroy, 1999), alternando os graus de tolerância lingüística em função da produtividade de se identificar com grupos que representam ou a tradição ou a inovação. A produção jornalística pode representar, para a comunidade letrada, um agente social que produz e divulga um ideal de linguagem e, por isso, define um padrão de correção.

Dentre os grandes jornais que circulam no Brasil, a *Folha de S.Paulo*³ parece ocupar um lugar de referência tanto para os temas, porque pode influir na definição de uma agenda de discussão para determinado grupo social, quanto para os usos lingüísticos, porque pode representar e construir uma comunidade letrada. Na divulgação de uma pesquisa sobre circulação e perfil de leitor, o próprio jornal apresenta os títulos ‘Jornal se mantém há 21 anos como o de maior circulação no Brasil’ e ‘Leitor da *Folha* está no topo da pirâmide social brasileira’ (textos publicados em 11/11/2007). As informações trazidas nesses títulos permitem enumerar alguns traços que contribuem para a definição do lugar social desse veículo, ou melhor, desse agente social: ampla circulação (o critério da abrangência); a temporalidade (o critério da tradição e, portanto, a legitimação histórica) e, principalmente, a aceitação no segmento social em que atua (o critério da discriminação positiva e, portanto, o da identificação a um grupo de prestígio). Em outras palavras, trata-se de um veículo “popular na elite

³ Neste trabalho será usada a abreviatura FSP para *Folha de S.Paulo*

durante muito tempo”, o que seguramente contribui para se tornar uma referência de comportamento social e, conseqüentemente, referência para as atitudes lingüísticas, o que demonstra a força desse agente social como veículo formador de opinião.

Para registrar algumas informações importantes sobre o perfil desse jornal e sobre os seus leitores, destacam-se os seguintes dados. Segundo o IVC (Instituto Verificador de Circulação), a FSP é o jornal de maior circulação no Brasil, com 307 mil exemplares em média (2007); é o jornal que mais vende fora de seu estado de origem, com 23% dos leitores de outros estados; é um jornal majoritariamente de assinantes, com 91% de leitores assinantes. Segundo a pesquisa Perfil de Leitor 2007, realizada pelo Datafolha de abril a junho em 45 cidades do país, os leitores da FSP: 68% têm nível superior, 90% pertencem às classes A e B, a maioria é branca, católica, casada e situa-se entre a faixa de 23 e 49 anos. A profissão com maior participação individual é a de professor (12%), seguida pelos advogados (7%) e engenheiros (4%). Trata-se, segundo a pesquisa, de um leitor “superequipado” (DVD, celular, computador, câmara digital) que faz “uso intenso” da internet e que é “consumidor voraz de mídia” (92% assistem a telejornais, 69% lêem revistas, 58% ouvem notícias de rádio, 57% seguem noticiário on-line). Também, segundo a pesquisa, o meio impresso é o preferido (se tivessem que optar, 53% ficaria apenas com o jornal).

Todas essas características do perfil do jornal e do perfil do leitor colaboram para justificar a escolha da *Folha de S.Paulo* como fonte para um estudo que objetive construir uma etnografia da língua escrita, em especial para uma análise que pretenda avaliar a manifestação da diversidade lingüística, de um lado, e a construção de um padrão lingüístico, de outro. Trata-se de um veículo que não só representa uma comunidade letrada, mas, principalmente, agrega vários fatores que potencializam a tensão entre a tradição e a inovação. Por exemplo, o longo período de circulação e a manutenção de uma comunidade de leitores mais fiéis (assinantes) são índices de uma tradição que se contrapõem à caracterização de um grupo adulto que está aberto às novas tecnologias e, por isso, pode representar a inovação. Com essa justificativa, indica-se que, neste estudo, todos os exemplos que compõem o *corpus* da análise foram retirados de uma mesma fonte – o jornal *Folha de S.Paulo*.

As formas agenciadas por um texto escrito são orientadas pelas diferentes imagens que são construídas em vários níveis lingüísticos e não-lingüísticos. Desde a escolha do tema que será desenvolvido, até a seleção vocabular, por exemplo, têm-se indícios de um modelo de língua, de variação lingüística, de leitor, dentre outros, que

orientaram as decisões materializadas em um texto. Para a realização desse modelo são agenciados determinados recursos que não poderiam ser caracterizados como mera atividade de submissão à norma culta, exatamente porque muitas das formas prescritas não correspondem às tendências de uso verificadas em veículos de comunicação que precisam construir vínculos cotidianos com a comunidade de leitores e, portanto, precisam manifestar padrões lingüísticos considerados mais contemporâneos. Isso não significa, por outro lado, que um veículo de comunicação também não exerça influência em seus usuários, produzindo uma tendência de uso que pode vir a ser incorporada por aqueles que estão sob o seu universo de influência. Assim, comentam-se notícias e fatos de acordo com a seleção que é imposta pelo veículo e, também, questionam-se as formas lingüísticas que são usadas em uma atitude de aceitação ou rejeição. Esse movimento contínuo de seguir tendências e, ao mesmo tempo, criar tendências pode ser constatado, logo de início, pelo conflito que se cria entre as prescrições presentes em gramáticas normativas e aquelas enumeradas nos manuais de estilo e redação. Nos últimos anos, inclusive, verifica-se uma disseminação desses *manuais da redação* que originalmente foram produzidos para um consumo interno nos grandes jornais, mas que se popularizaram em função do interesse da comunidade letrada em, de um lado, entender o funcionamento de uma mídia bastante consumida, quase como se fosse um manual de instrução e, de outro, consumir um material de referência que transcende a esfera jornalística e passa a funcionar como uma enciclopédia ou uma gramática para consultas rápidas, já que o material é organizado com um nítido apelo didático.

Numa tentativa de melhor entendimento do funcionamento da escrita, o aspecto que este estudo pretende enfatizar é o “movimento” de explicitação que projeta o processamento das informações, através de formas que monitoram a leitura, antecipando e resolvendo potenciais problemas interpretativos ou indicando julgamentos lingüísticos. Esse fenômeno da explicitação está diretamente relacionado às imagens de leitor projetadas e a frequência do uso é governada por diferentes fatores. Defende-se a tese de que não há neutralidade nesse processo de monitoramento, já que há um projeto retórico que determina as escolhas. Por outro lado, também, destaca-se a hipótese de que esse monitoramento é um fator importante para a construção de uma imagem de língua escrita, instituindo um procedimento de avaliação lingüística que seguramente interfere na criação e divulgação da chamada norma culta.

Os casos de monitoramento da interpretação são interessantes por duas razões básicas. A primeira é a possibilidade de se analisar quais são as concepções manifestadas sobre o funcionamento de um texto escrito, em especial a discussão sobre os critérios que poderiam determinar a autonomia discursiva de uma interação à distância, materializada em um produto textual. A segunda é a projeção que essas explicitações fazem em relação ao funcionamento da língua, agregando valores que refletem a tolerância lingüística de uma comunidade letrada.

As escolhas metodológicas que orientam o estudo partem de uma constatação do uso freqüente de estratégias de explicitação em um veículo de comunicação escrita: o jornal *Folha de S.Paulo*. Esse recurso de apresentar informações entre parênteses (ou colchetes) não ocorre com a mesma intensidade em outros suportes; daí o interesse inicial em tentar entender essa estratégia da escrita, delineando os possíveis critérios que orientam o uso desse recurso. Inicialmente, a presença de algumas informações entre parênteses pode ser uma estratégia de explicitação que pretenda monitorar o leitor. Assim, as informações explicitadas dialogam claramente com a imagem de leitor construída para um texto. Esse expediente parece querer cobrir determinadas lacunas e, ao mesmo tempo, projetar qual o tipo de processamento o leitor supostamente vai fazer ao lidar com as informações apresentadas. Do ponto de vista apenas da seleção de informações, já é possível ilustrar situações em que essa complementação de dados pode ser considerada excessiva, o que mostra a ilusão de que é necessário apresentar um conjunto razoável de informações para que o conhecimento partilhado seja suficiente para estabelecer uma interação mínima. Os exemplos a seguir ilustram essa tentativa de “controle” dos conhecimentos prévios com a apresentação de dados que tentam resgatar uma história dos acontecimentos:

O despacho do ministro diz: “No caso em exame [que diz respeito ao fato de Marcelinho ter sido proibido de defender o Santos, uma vez que o Corinthians havia cassado liminar que dava direito ao atleta a jogar no time, com o qual já havia assinado contrato], é prudente considerar as características peculiares da situação do jogador profissional, que não pode, em qualquer hipótese, ser privado do direito de exercer sua profissão, com todas as notórias conseqüências para o atleta.”

“É bem provável que o Renatinho e o Oliveira [atacantes que já defenderam a seleção brasileira júnior e que também já atuaram no time principal] acabam sendo emprestados”, disse o dirigente.

FSP, Esporte, 07/01/02

Ao apresentar esse volume de informações, fica evidente que há uma projeção de que o leitor-modelo não teria informações prévias necessárias para o entendimento das referências apontadas (o caso em exame e os jogadores). Faz-se, então, uma síntese que tenta apresentar um conjunto de informações que permitam o entendimento dos acontecimentos. Essa inserção, se, por um lado, colabora para a criação de um terreno comum de conhecimento, por outro, pode dificultar o processamento de outras informações. Se um procedimento dessa natureza for adotado em todas as situações, acaba sendo praticamente impossível focar a atenção em tópicos específicos, já que o excesso de monitoramento produz um excesso de informações, prejudicando inclusive o *parsing* sintático. Esse procedimento só é válido em função da imagem de leitor que se projeta para o lugar em que os textos foram veiculados e define uma atitude inevitável de seleção de informações, porque seria impossível consolidar uma estratégia que pretenda rememorar todos os episódios como se aquele espaço gráfico fosse a primeira e a única fonte de informações. Supostamente, para a análise dos trechos citados, considera-se que o esporte não é um tema primordial que interessa aos leitores da FSP; daí a necessidade de retomar informações, oferecendo dados complementares. No entanto, mesmo nesses casos, a explicitação detalhada pode permitir um questionamento da estratégia, porque parte do pressuposto de total ignorância em relação aos acontecimentos ligados a essa temática, o que pode provocar um sentimento de menosprezo ao conhecimento de mundo do leitor, como se fosse tarefa do texto explicitar ou retomar todas as referências. Como o suporte dos textos não privilegia a temática *esporte*, essa crítica poderia ser atenuada, mas seria um problema imaginar um jornal especializado em esportes fazendo, a todo o momento, o resgate histórico de informações que seriam consideradas imprescindíveis. Pensando no suporte em questão, a FSP, esse equívoco poderia ser encontrado se, nos cadernos dedicados à política e à economia (temas que recebem um tratamento de destaque) houvesse esse procedimento de explicitação com um volume tão grande de dados complementares. A projeção de um

conhecimento prévio é uma atividade imprescindível para determinar a produtividade de uma situação comunicativa porque, por essa projeção, é que são definidas informações que precisam ser ditas e aquelas que são parte de um terreno comum (Cf. Clark, 1992). Exemplifica-se, portanto, uma situação de tensão na própria seleção das informações, o que revela a necessidade de aplicação de algum critério para orientar essa seleção.

Essas observações tomam como parâmetro a posição do leitor, acreditando que o texto explicita as informações numa atitude didática de lembrar ou resgatar os dados, o que, em muitos momentos, pode trazer uma avaliação positiva daquele que encontra as informações para estabelecer os vínculos necessários para a construção da coerência. No entanto, assim como um leitor pode não ler os parênteses, já que podem conter informações consideradas, do seu ponto de vista, descartáveis, secundárias, outros leitores podem confundir as vozes que essas inserções representam, chegando ao final sem saber quem disse o quê. Esse tipo de confusão, em alguns casos, pode significar a concretização dos objetivos de quem escreveu, já que são inseridos comentários que monitoram a leitura, mas que se apresentam de forma “neutra”, preservando a idéia da objetividade e, principalmente, da clareza. O princípio de clareza, inclusive, é parte integrante do projeto editorial dos textos jornalísticos. Por esse princípio haveria uma eliminação das lacunas e das potenciais ambigüidades e, como consequência, uma concretização da meta de se atribuir ao texto escrito a transparência semântica desejável para se anular eventuais tensões interpretativas.

O monitoramento do conteúdo, embora imprescindível para rastrear o perfil do leitor e os objetivos do texto, terá uma dimensão secundária na análise a ser desenvolvida neste estudo. Considerando que o foco do estudo é a influência exercida pela língua escrita, particularmente por um veículo de comunicação impressa, na construção de uma autoridade lingüística, o monitoramento que é apresentado em relação às formas lingüísticas expressa, de maneira mais direta, os julgamentos sobre a língua e, principalmente, sobre a diversidade lingüística. As formas lingüísticas presentes em um texto seguramente são o resultado de um processo de escolha que, inclusive, é fruto da possibilidade de existir um planejamento prévio que marca, no mundo da escrita, uma dimensão muito peculiar para o processo de produção textual. Isso significa afirmar que, implicitamente, qualquer texto manifesta um modelo lingüístico, já que é o resultado de um procedimento que envolve escolhas. No entanto, há situações em que essa manifestação do modelo lingüístico é explícita, indicando

traços opinativos que revelam julgamentos sobre o funcionamento lingüístico esperado. Um exemplo dessa manifestação de avaliação lingüística pode ser detectado quando há a presença da marca do (*sic*), que é um sinalizador de estranhamento e, portanto, indicador de um problema que deveria ou poderia ser corrigido:

Psii impõe limite para festa da campeã

Por acontecer nas ruas do Bixiga, comemoração da Vai-Vai teria de acabar às 21h30; escola estava sujeita a autuação

(...)

Mesmo assim, o vice-presidente, Claricio Gonçalves, anunciou ontem uma festa de “virar a noite” e provocou moradores desafetos, a quem mandou abraços. “Peço desculpas aos nossos vizinhos, mas vai [sic] ter que aturar só mais um pouquinho. Porque hoje não vai ter Psii [programa que fiscaliza o barulho na cidade], não vai ter nada.”(...)

FSP, 06/02/2008, p.C2

Esse exemplo da presença do (*sic*) ilustra uma forma (in)direta de imputar o erro e revela um padrão de correção que é o resultado de um processo de avaliação que sedimenta uma visão de língua, destacando formas que são aceitas e formas que devem ser substituídas. No caso, confrontam-se as formas de flexão no singular e no plural, indicando-se um padrão de concordância que está em desacordo com a norma culta. Por essa razão, essa estratégia de avaliação será considerada uma forma de monitoramento lingüístico que sinaliza o grau de tolerância lingüística presente em uma comunidade letrada.

Além da construção de um padrão de correção, há explicitações que, também presentes entre parênteses, instituem uma voz pretensamente didática que vai resolver potenciais problemas interpretativos, em especial aqueles relacionados à interpretação pronominal. Esse processo de explicitação está destacado nos exemplos:

*(...) Segundo Braga, o encontro só será possível pela ajuda de Lula. “Quando fui no Palácio do Planalto, há cerca de um mês, entregar propostas de reformulação para o futebol brasileiro, pedi para o presidente me aproximar do Duda. **Ele [Lula]** me ajudou muito para viabilizar este encontro”, disse o dirigente.*

FSP, 03/02/2004, p.D2

*Paredes afirmou ontem que não deixará o cargo. “Esta reunião não foi representativa da cidade de El Alto, **ela [a reunião]** é do Movimento ao Socialismo [partido de Morales].”*

FSP, 19/01/2007, p.A13

A explicitação, agora, tenta indicar um padrão de interpretação que elimina eventuais candidatos para a resolução pronominal, bloqueando a presença da ambigüidade e criando uma leitura preferencial. Nesse movimento de explicitação há um nítido projeto de monitoramento da leitura, identificado em dois níveis interligados. Primeiro, ao escolher as formas que devem receber uma explicitação entre parênteses, projetam-se pontos de tensão que poderiam dificultar ou atrasar a criação de vínculos referenciais, o que é o resultado de um trabalho metalingüístico e metacognitivo de tentar rastrear as potencialidades interpretativas de uma forma lingüística e, ao mesmo tempo, rastrear as possíveis hipóteses do leitor. Segundo, ao indicar as formas que precisam de um monitoramento, projeta-se no texto uma indicação de ocorrências com grande potencial para a criação de problemas interpretativos, o que sedimenta uma concepção de necessidade de transparência semântica e colabora para a indicação de formas que devem ser evitadas ou que, no mínimo, precisam de um uso “monitorado”. Essa forma de monitoramento derivada da presença de parênteses seguramente pode ter, também, uma função metatextual que contribui para a construção de vínculos coesivos (Cf. procedimentos metatextuais enumerados em Bronckart, 1999:173).

Assim como foram apontadas diferentes avaliações e projetados diferentes efeitos de sentido para as informações que crescem conteúdo com o objetivo de suprir eventuais lacunas em relação ao conhecimento prévio, também para as informações que avaliam as formas lingüísticas é possível indicar atitudes de concordância ou

discordância em relação aos julgamentos propostos. O fato de indicar uma impropriedade não significa que a proposta de correção ou de interpretação seja pacífica e, portanto, imediatamente aceita. Nessa direção, têm-se elementos para produzir a hipótese de que esses recursos de explicitação não pretendem simplesmente operar na superfície textual garantindo vínculos coesivos que promovam uma transparência semântica almejada pelo discurso jornalístico. Esses recursos seriam indícios significativos de inserções que promovem uma concepção de língua escrita, disseminando, de um lado, valores sobre o funcionamento de um texto escrito e produzindo, de outro lado, caminhos interpretativos reveladores de posicionamentos políticos. As inserções atuam, portanto, como agentes de uma autoridade que instituem padrões lingüísticos e padrões interpretativos.

A primeira parte deste estudo pretende, inicialmente, comprovar as diferentes possibilidades de uso de um sistema de escrita, especificando alguns dos fatores que governam as formas que são materializadas no papel. Destaca-se a intenção de relativizar uma abordagem dicotômica que nega um diálogo entre as modalidades oral e escrita. Alguns exemplos de situação de uso da escrita serão confrontados com o objetivo de mostrar os diferentes efeitos argumentativos e, portanto, caracterizar uma possível etnografia da língua escrita que ressalta as relações entre as opções lingüísticas e os usos sociais e formam, portanto, uma cultura escrita em que entram em jogo valores sociais e políticos, o que reforça uma abordagem sociolingüística para a análise.

A segunda parte descreve as avaliações que, implícita ou explicitamente, instituem o processo de normatização. O processo de normatização verificado na língua escrita não envolve apenas os aspectos relacionados ao código (Milroy & Milroy, 1999). Existem marcas escritas que indicam procedimentos discursivos sofisticados, revelando estratégias argumentativas do autor e exigindo do leitor níveis de compreensão menos lineares. Um caso específico dessas marcas é o *sic*, que sinaliza, sob o ponto de vista do autor, a localização de uma impropriedade. A presença do *sic* é um forte indicador de um julgamento autoral e reflete uma imagem de correção conceitual e formal que estabelece, na língua escrita, uma espécie de controle interacional (Fairclough, 2001). Construiu-se uma taxonomia das ocorrências do *sic*, na tentativa de especificar quais componentes gramaticais são avaliados com mais frequência e quais formas lingüísticas são identificadas como erro. Comprova-se que a aplicação de uma norma lingüística que baliza a concepção de erro está subordinada ao

projeto retórico do texto, o que significa que a maior ou menor tolerância em relação aos desvios subordina-se ao grau de simpatia ou antipatia projetado para aqueles que são retratados no texto, principalmente quando são usadas estratégias de transcrição que pretendam manter a “voz” dos envolvidos (Bucholtz, 2000).

A terceira parte caracteriza um recurso de explicitação presente em determinados textos escritos. Trata-se da utilização de informações entre parênteses que pretendem indicar complementações semânticas ligados à interpretação anafórica, através da apresentação do “elemento” referido.

Em síntese, a análise sobre a cultura escrita e o processo de construção de uma autoridade lingüística privilegia, dentre as informações explicitadas entre parênteses, inserções de duas naturezas. Em um primeiro momento destacam-se aquelas inserções que sedimentam uma visão de língua e estabelecem um padrão de correção; a presença do *sic* é, portanto, um forte indício de julgamento lingüístico. Em um segundo momento, destacam-se aquelas inserções que resolvem potenciais ambigüidades, encaminham uma leitura preferencial e, portanto, estabelecem um padrão de interpretação. A correção e a interpretação serão consideradas atividades complementares, principalmente quando se considera, por um lado, que os critérios que definem um padrão de correção são governados por uma possível interpretação das formas lingüísticas e, por outro lado, que os critérios que estabelecem um padrão de interpretação produzem um padrão de correção, já que criam um ideal de funcionamento para a língua escrita.

Capítulo 1

Por uma etnografia da língua escrita⁴

1.1. Introdução

O título que abre este capítulo pode sugerir uma reivindicação considerada inadequada, já que existem trabalhos etnográficos sobre a língua escrita e, portanto, não se justifica a pretensão de inaugurar um campo de estudo, atribuindo-lhe um caráter de novidade. No entanto, a pretensão trazida pelo título será justificada pela ênfase que se quer atribuir às escolhas teóricas e metodológicas da análise e, nessa direção, trata-se de um título retórico que pretende dar visibilidade aos conceitos de *etnografia* e de *língua escrita*.

Embora não exista uma concepção unificada sobre as características que definem um estudo como sendo etnográfico, destaca-se inicialmente a contraposição a uma pesquisa de base quantitativa e experimental. Para Hymes (1982), a essência de uma metodologia etnográfica é o fato de as questões iniciais poderem mudar durante o curso da investigação, o que dá uma dimensão de maior abertura investigativa se comparada a outros procedimentos mais fechados. Essa característica não anula, no entanto, a existência de hipóteses de pesquisa que orientem previamente o olhar do investigador. Essa maior abertura reflete, na verdade, o próprio objetivo de um estudo etnográfico que é o de “descrever os modos de vida de um grupo social, um grupo no qual existe um auto-reconhecimento dos indivíduos que moram e trabalham juntos como uma unidade social” (Heath, 1982a). A tarefa da etnografia, continua Heath, é a de descrever a cultura do grupo que está sendo estudado e “identificar padrões culturais e regularidades estruturais dentre ambos os processos de continuidade e de mudança” (p.35). Assim, um dos primeiros passos de um estudo dessa natureza é inventariar objetos tangíveis usados nas inúmeras atividades do grupo social estudado. Obviamente,

⁴ Este título segue uma indicação do Prof. Luiz Antônio Marcuschi e tenta traduzir a necessidade de se constituir um campo de estudo que pretenda buscar uma caracterização mais ampla dos recursos formais presentes na língua escrita, relacionando-os com a constituição de uma cultura escrita.

a tangibilidade desses objetos será significativa para acessar valores e comportamentos que possam, de um lado, caracterizar adequadamente o grupo e, de outro, explicar suas representações culturais. A linguagem, sintomaticamente, é a manifestação cultural que permite perceber os vínculos sociais de um grupo. Por essa razão, a “etnografia é a descrição sobre como os modos específicos de ser, agir e comunicar fazem sentido para as pessoas” (Johnstone, 2000:100-1). A premissa básica dessa disciplina é o fato inegável de que os seres humanos têm “uma tendência a ver as coisas – objetos, pessoas, eventos – como tendo sentidos” (Johnstone, 2000:82).

Com essa abrangência dos propósitos de um estudo etnográfico, verifica-se, na construção dessa disciplina, um deslocamento dos estudos que confrontavam culturas distantes e um favorecimento aos estudos comparativos sobre comunidades mais locais e sobre temas mais variados. Segundo Heath (1982a), é dessa ampliação que surgem, a partir da década de 1960, estudos pioneiros como o de Hymes (1964), que abrem perspectivas para os estudos etnográficos sobre a comunicação (inicialmente, *ethnography of speaking*) e permitem a ampliação de descrições sobre os aspectos da cultura que envolvem a fala, a escrita, o letramento. Ainda segundo Heath (1982a:42), é essa ampliação que permite o surgimento de trabalhos que expressam outras focalizações: *ethnography of speaking* (Hymes, 1964), *ethnography of writing* (Basso, 1974), *ethnography of literacy* (Szweid, 1981)). Essas referências demonstram, portanto, que não é uma novidade destacar que

comunidades de fala e de escrita não são apenas um modo de descobrir a cultura de uma comunidade, mas são elas mesmas um aspecto da cultura dignas de estudo. O uso lingüístico e as crenças e atitudes sobre a língua são organizados e avaliados de acordo com normas culturais (...). (Johnstone, 2000:84)

Justifica-se, desse modo, a solicitação lançada no título: a construção de um olhar mais etnográfico para a comunidade escrita que será estudada, destacando-se as crenças e as atitudes sobre a língua presentes nos seus inúmeros usos.

Dessas crenças e atitudes, inicialmente pode-se salientar, nos estudos descritivos sobre as características da língua escrita, uma tendência polarizadora que situa, de forma dicotômica, os traços que especificam as modalidades oral e escrita, instituindo um antagonismo que destaca a presença ou a ausência de algum elemento considerado

caracterizador. Assim, conforme o resumo apresentado em Jahandarie (1999:131-49), esses traços lingüísticos podem envolver polarizações como: prosódia *versus* pontuação; o caráter evanescente *versus* o caráter permanente; a noção de contextualização *versus* a noção de autonomia; o envolvimento *versus* o distanciamento; a redundância *versus* a concisão; o natural *versus* o pensado (planejado); regulação por outros *versus* auto-regulação; a transparência *versus* a opacidade; a vaguidão *versus* a precisão. Todos esses traços podem, em maior ou menor escala, definir algumas separações entre as modalidades. No entanto, como demonstram os estudos contrastivos, é impossível demarcar com precisão o que separa todos os gêneros orais de todos os gêneros escritos, muito embora seja possível apontar padrões que indicam estruturas tipicamente orais e estruturas tipicamente escritas, com a relativa independência entre as modalidades (Jahandarie, 1999:149). Nessa direção da relativa independência entre as modalidades, é freqüente o destaque às posições intermediárias, atribuindo-se uma visão mais gradiente para os traços estruturais que poderiam ser prototípicos de cada situação. Nas palavras de Barros (2001:57),

nos estudos lingüísticos atuais instalou-se já certo consenso sobre a insuficiência de uma distinção rígida entre escrita e fala e sobre a existência de posições intermediárias ou de certa continuidade entre pontos extremos em que se caracterizam idealmente língua falada e língua escrita.

Com esse mesmo horizonte, destaca-se nos trabalhos de Marcuschi (em especial o de 2000) a caracterização das diferenças como resultado “das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois pólos opostos” (p.37), o que favorece “a eliminação da dicotomia estrita e a sugestão de uma diferenciação gradual e escalar” (p.43). O enfraquecimento das dicotomias é o resultado de uma concepção de funcionamento da língua que situa as diferenças entre fala e escrita na “perspectiva do uso e não do sistema” (p.43).

Exatamente por considerar essa força do uso para uma possível caracterização de traços definidores de uma cultura escrita é que se pretende enfatizar o viés padronizador que está inegavelmente atrelado à escrita. Assim, uma cultura escrita, como veiculadora de valores sociais e políticos, está atrelada à formação de uma autoridade que cria um julgamento sobre os usos lingüísticos. Com essa vinculação entre escrita e autoridade,

não se está anulando ou minimizando a força da diversidade como fator que também institui o fenômeno da variação nas situações de uso da língua escrita, tanto que a heterogeneidade é também um fenômeno na e da escrita (Cf. Corrêa, 2001). Por outro lado, admitir uma flexibilidade de traços lingüísticos, por um lado, e defender a presença da heterogeneidade, de outro, não são suficientes para caracterizar uma cultura escrita, exatamente porque nessa cultura age fortemente uma força reguladora que produz um comportamento que situa a língua como objeto de vigilância e, por isso, define o seu caráter muito mais normatizante.

Neste capítulo, ao comprovar as diferentes possibilidades de uso de um sistema de escrita (Cf. Marcuschi, 2000), naturalmente relativizam-se as dicotomias que polarizam os traços que tentam diferenciar as modalidades oral e escrita. Por outro lado, ao exemplificar a relação entre as opções lingüísticas e os usos sociais, inevitavelmente caracteriza-se a cultura escrita como definidora de comportamentos lingüísticos que são fortemente marcados por tensões entre escolhas consideradas mais tradicionais ou mais inovadoras. Por essa razão, uma etnografia da língua escrita deve projetar uma descrição que capture os processos de continuidade e de mudança (Cf. Heath, 1982a), sem evidentemente abandonar os produtos que permitem caracterizar os movimentos de preservação e de ruptura de determinadas práticas. No caso específico, os produtos são os textos escritos em diferentes momentos, em diferentes espaços de um mesmo suporte e para uma mesma comunidade de usuários.

1.2. Algumas idealizações sobre o texto escrito

Dentre os vários preceitos que indicam um padrão de correção para um texto escrito, está aquele que tenta atribuir um grau máximo de transparência semântica ao texto, recomendando-se procedimentos de clareza que evitem, principalmente, construções consideradas ambíguas. “Escrever bem uma língua é uma contínua batalha contra a ambigüidade” (Milroy & Milroy, 1999:53), em especial porque a modalidade escrita não dispõe de alguns dos recursos presentes em situações orais, como o contexto imediato e os traços acentuais e entonacionais que orientam a interpretação. Estabelecer uma interação à distância mediada pela língua escrita significa utilizar de recursos que dispensem a presença física do produtor para possíveis esclarecimentos, o que justifica

dizer que a escrita é relativamente descontextualizada (cf. Kato, 1987:25) se comparada à dependência de um contexto imediato observado nas situações orais mais espontâneas. Evidentemente, quando se fala em língua escrita, é preciso salientar a heterogeneidade de situações de uso que produzem os mais variados gêneros textuais, que são marcados pelo maior ou menor grau de explicitude em função de fatores também os mais diversos (Cf. Marcuschi, 1999b).

A ambigüidade, por exemplo, geralmente é avaliada como um traço extremamente negativo. A existência de duas ou mais possibilidades de leitura seria um traço que comprometeria um projeto de maior universalização do texto escrito, além de criar uma situação de tensão interpretativa que não é resolvida pelos interlocutores de forma mais instantânea. O combate às formas consideradas ambíguas justificaria a ênfase no ensino e na correção de estruturas lingüísticas, acreditando-se que o modo de construção de uma frase ou a escolha precisa de uma palavra, por exemplo, garantem uma organização textual imune às ambigüidades e, portanto, inibem o aparecimento de interpretações não previstas. Essa imagem de texto escrito sedimentado nas lições escolares revela, por um lado, a idéia de que somente a organização formal garante o sucesso comunicativo de uma interlocução pela escrita e, por outro, desconsidera a habilidade do leitor de, nas situações mais autênticas de uso da escrita, se valer de conhecimentos que não são apenas lingüísticos e resolver, com aparente facilidade, qual das opções pode ser considerada a preferencial ou, em outros casos, perceber os efeitos positivos do uso da ambigüidade, ou, ainda, nem localizar a ambigüidade apontada como problema potencial.

Das lições escolares presentes freqüentemente nos manuais didáticos, destacam-se afirmações emblemáticas que encaminham o trabalho textual para esse ideal de clareza e precisão. Como exemplificação desse ideal, são apresentados enunciados coletados aleatoriamente em diferentes livros didáticos: o professor “deverá orientar o aluno na busca da clareza e objetividade do texto, para atingir com eficácia o seu interlocutor”; “o objetivo da reescrita é contribuir para que os alunos percebam que todo texto deve ter clareza e objetividade para ser entendido pelo interlocutor”; “o aluno deve perceber que um texto escrito deve ser refeito até que seja considerado claro, preciso, adequado às suas finalidades”. Essas recomendações revelam que a expectativa mais ampla em relação aos textos escritos é a da existência de um princípio de clareza que governe a seleção das informações apresentadas. A eficácia comunicativa seria avaliada, em tese, pela ausência de lacunas. O surgimento de lacunas seria, segundo essa

concepção, um traço negativo de um texto escrito, já que permitiria entradas não autorizadas para o leitor e romperia com um ideal de transparência semântica.

Do ponto de vista das descrições lingüísticas que pretendem contrastar os traços caracterizadores das modalidades oral e escrita é recorrente o uso da *contextualização* e da *explicitude* como critérios que definem, de forma inerente, a natureza da língua escrita (Cf. a distinção entre código elaborado e código restrito proposta por Bernstein (1971) e a distinção entre discurso planejado e não-planejado proposta por Ochs (1979)). Essa caracterização segue uma intuição verdadeira sobre o funcionamento da escrita, mas é preciso ressaltar que não se postula uma imunidade das influências externas, exatamente porque os recursos que são agenciados para organizar o texto escrito são sensíveis a escolhas que dependem de dimensões temporais e espaciais para favorecer a interação à distância. Assim, escolher quais informações podem favorecer a contextualização e definir qual o grau de explicitude esperado são ações que demandam uma grande relativização porque, como acontece em todo processo comunicativo, também a escrita está circunscrita em uma situação de interação que condiciona as escolhas. Assim, como bem aponta Marcuschi (2000:43),

os sentidos e as respectivas formas de organização lingüística dos textos se dão no uso da língua como atividade situada. Isto se dá na mesma medida, tanto no caso da fala como no da escrita. Em ambos os casos temos a contextualização como necessária para a produção e a recepção, ou seja, para o funcionamento pleno da língua.(...) fica de antemão eliminada uma série de distinções geralmente feitas entre fala e escrita, tais como a contextualização (na fala) versus descontextualização (na escrita), implicitude (na fala) versus explicitude (na escrita) (...)

A própria caracterização do circuito comunicativo que define os interlocutores estabelece não só um conjunto de conhecimentos que podem ou não ser considerados partilhados, mas também dimensiona o lugar social que regulariza ‘quem pode escrever o quê’. Esse circuito já é um fator de contextualização. Incluídas nesse circuito estão as restrições e as possibilidades colocadas pelo suporte da escrita. Nesse suporte, mais do que a materialidade que “corporifica” a escrita, está a projeção de um agente social que regulariza as estratégias de interação, selecionando os temas e os modos de enquadrá-los e indicando as formas lingüísticas e as suas inúmeras possibilidades de uso. Exemplificando com a especificidade de um jornal, a função social agenciada nesse suporte de interação pela escrita é encontrada desde a fundação e manutenção de uma

comunidade de usuários (incluindo os autores dos textos, trabalhadores dessa mídia, e os leitores, potenciais consumidores desse produto) até a disseminação e consolidação de uma comunidade letrada que cria expectativas sobre os usos da língua, em um processo contínuo de normatização. Essa normatização envolve a indicação de expectativas discursivas, como as verificadas em recomendações que alertam sobre o princípio da clareza: “em se tratando de linguagem jornalística, é bom (re)lembrar, a clareza é mais do que necessária” (Pasquale Cipro Neto, em sua coluna semanal sobre temas lingüísticos, na *Folha de S.Paulo* do dia 03/01/2008, p.C2).

A concepção de clareza da linguagem jornalística, embutida na recomendação, pode estar endereçada a um uso da língua que excluiria algum ruído causado por uma ambigüidade estrutural ou por uma linguagem excessivamente conotativa, mas pode também indicar uma busca de objetividade que minimize os atritos gerados pela manifestação indesejada da subjetividade. Um critério como o da clareza está sujeito a diversos julgamentos, em função da arbitrariedade dos parâmetros que vão medi-lo. No entanto, apesar das inevitáveis divergências de julgamento, o fato de existir uma recomendação nessa direção já é um fator que posiciona esse critério como usual (e operacional) para a caracterização de um modelo que idealiza o discurso jornalístico.

Os procedimentos apontados como desejáveis no conjunto das recomendações que orientam o processo de produção de um texto escrito vão esbarrar em decisões que devem ser tomadas em diferentes níveis de organização: das questões mais amplas, que envolvem a seleção de informações, até as questões mais locais, que dizem respeito ao código. Ao produzir um texto, o autor constrói um projeto retórico que enquadra o tema segundo suas intenções e seu ponto de vista, definindo uma abordagem que seguramente repercute nas escolhas lingüísticas. Othon Moacyr Garcia, na clássica obra *Comunicação em Prosa Moderna*, já indicava, na primeira edição de 1967, como o ponto de vista é um fator determinante para a construção textual, sendo resultado não só de uma posição física daquele que descreve ou narra, mas principalmente de uma “atitude” e de uma “predisposição afetiva” (Garcia, [1967] 1995:232). Essa *atitude* e essa *predisposição* desencadeiam o processo de seleção que ocorre em vários níveis e, sem dúvida, orientam o enquadramento das decisões relativas ao conteúdo e à forma. Evidentemente, esse enquadramento está relacionado com uma projeção dos conhecimentos, também em vários níveis, que são partilhados entre os interlocutores. Somado às noções de *frame* ou de *script*, produzidas pela literatura psicolingüística dos anos de 1970, tem-se a presença de um envolvimento autoral que demarca intenções e

delimita um projeto retórico, carregado de intenções que são fruto de um enquadramento ideológico que cria e estabelece relações de poder (Cf. a relação entre discurso e poder descrita na vertente da Análise Crítica do Discurso e resumida em van Dijk, 1998).

A construção de um projeto retórico indica a presença de intencionalidades que permitem sinalizar um processo de escolhas que incluem não só o que é dito no texto, mas, principalmente, o que não é dito. Assim, para realizar uma determinada tarefa textual, valem as estratégias de organização derivadas da percepção daquilo que é solicitado naquele momento, uma proposta de escrita, por exemplo, mas valem, também, os condicionantes sociais que exercem uma grande pressão no processo de escolhas. Para o produtor, além da definição sobre ‘o que eu quero dizer’, há inevitavelmente a inclusão de restrições que encaminham a tarefa para ‘como querem que eu diga o que eu quero dizer’, ou ‘como eu posso dizer o que eu quero dizer’ e, ainda, ‘como eu devo enquadrar o meu dizer’. Essas preocupações permitem buscar, do ponto de vista teórico, uma soma entre contribuições psicolinguísticas que tentam explicar a ativação de estratégias para a realização da tarefa de escrever (cf. a noção de tarefa retórica presente em Whitte & Cherry, 1986 e discutida em Costa Val, 1996) e contribuições sociolinguísticas que procuram inserir a atividade textual em um conjunto de restrições e de possibilidades sociais. Para realizar com propriedade uma tarefa retórica é necessário um enquadramento do texto em um projeto retórico.

Os traços de explicitude e de contextualização são, portanto, parametrizados pelos efeitos de sentido que são projetados para situações bastante específicas, o que limita a formulação de recomendações amplas que tenham validade incontestável. Assim, para diferentes situações, uma mesma informação pode ser avaliada como fator de contextualização para um leitor, porque explicita os vínculos temáticos, mas também pode ser avaliada por outro leitor como fator de redundância, porque não acrescenta uma novidade. Essas diferenças no perfil de leitores resultam em produtos escritos que, mesmo compartilhando de uma mesma temática e de uma mesma função discursiva, vão oferecer informações que buscam diferentes contextualizações. Por isso, é natural, por exemplo, o convívio de uma mesma notícia “formatada” em diferentes textos.

A variedade de formas e de usos é um dos aspectos que não podem ser negados para a escrita, daí a necessidade de um esforço investigativo que ultrapasse uma

caracterização polarizada dos traços exclusivamente lingüísticos que contrastam as modalidades oral e escrita. Um estudo da natureza da língua escrita deve não só indicar suas típicas características funcionais e formais, mas deve principalmente indicar o funcionamento da cultura escrita, o que justifica a defesa de uma etnografia da língua escrita que tente aliar a caracterização dos recursos formais disponíveis para a linguagem escrita com a avaliação dos aspectos não-lingüísticos que condicionam o processo de interação e, portanto, formam uma cultura escrita em que entram em jogo relações sociais, cognitivas e lingüísticas (Cf. Beaugrande, 1997).

Seguindo a trilha dos estudos etnográficos desenvolvidos por Shirley B. Heath (um deles resumido em Heath, 1982b), encontra-se uma primeira inspiração para a descrição e o entendimento das complexidades sociais, cognitivas e lingüísticas que envolvem a cultura escrita. Heath, após uma década de coleta e análise de dados que descrevem situações de uso da escrita em uma pequena comunidade do interior dos Estados Unidos, mostra a relatividade de uma classificação que separa as culturas letradas e as não-letradas, minando uma visão extremamente dicotômica do processo de letramento, em especial aquela que advoga a escrita como fator que provoca uma mudança radical de estados individuais e sociais, como se a “chegada de” alguma coisa significasse a “saída de outra”; em outros termos, como se a tradição oral cedesse lugar à tradição letrada ou se a língua oral cedesse lugar à língua escrita. A dicotomia e as possíveis transições são potencializadas quando se estabelece o processo de escolarização como único parâmetro para mediar as capacidades e as competências esperadas para uma pessoa letrada, e também para uma cultura letrada. Assim, como bem alerta Heath (1982b: 92),

pouca atenção tem sido dada, nas complexas sociedades industriais modernas, para os correlatos sociais e culturais do letramento ou para a relação entre o mundo do trabalho e a manutenção e a retenção de habilidades de escrita adquiridas em situações formais de escolarização.

Assim, muitas das expectativas formuladas para os usos e as funções da escrita são moldadas por uma visão produzida pelo processo de escolarização que tende a reforçar a visão dicotômica para o processo de letramento. É sintomático, portanto, identificar já no título do artigo de Heath (*Protean Shapes in Literacy Events: Ever-shifting Oral and Literate Traditions*) uma tendência a ressaltar a versatilidade e a

mutabilidade presentes nos eventos de letramento. O apelo ao mito de Proteu reforça a conotação positiva da flexibilidade, da versatilidade e da adaptabilidade verificada nos usos e nas funções da escrita. Esses traços são aqueles encontrados na comunidade estudada por Heath, o que dificulta usar critérios que, de forma apriorística, classificam grupos como letrados, pouco letrados ou não-letrados só porque algumas situações de uso não estão em conformidade com alguns modelos esperados, principalmente os escolares, ou porque algumas práticas não têm a visibilidade social que as legitimem e as prestigiem.

Para a etnografia da língua escrita ensaiada neste estudo, pretende-se comprovar o caráter de versatilidade presente em situações de uso da escrita, demonstrando-se que, mesmo na descrição de produtos escritos – os textos escritos –, é preciso uma concepção que, de fato, incorpore o fenômeno da variação como um traço também inerente à língua escrita e não apenas como uma concessão de estilo eventualmente ativada por alguns usuários. A demonstração da versatilidade da escrita será apresentada, por um lado, pelo contraste entre diferentes situações de uso e, por outro lado, pela análise de diferentes níveis de organização. Assim, sempre de uma forma contrastiva, serão apresentados exemplos de um mesmo veículo de comunicação que ilustram a adaptabilidade de escolhas que vão desde o enquadramento retórico até a definição de uma opção ortográfica, passando pelas formas de articulação de informações e pelas seleções lexicais. Nesses diferentes níveis de análise, além de reforçar a presença da diversidade como característica bastante visível, comprova-se que as opções lingüísticas escolhidas são o resultado de um processo de escolha que segue um projeto retórico. O comentário dos exemplos não pretende realçar apenas uma descrição que julga as possibilidades e as limitações dos recursos da escrita. A análise pretende destacar como a própria escrita pode se valer do fenômeno da variação para produzir determinados efeitos argumentativos. Assim, seguindo o encaminhamento da análise proposta em Corrêa (2001), a heterogeneidade será considerada constitutiva da linguagem escrita e, portanto, seria um reducionismo avaliar o fenômeno da variação como uma possível “interferência do oral no escrito” (p.159). Evidentemente, por ser representativa de valores sociais e políticos, a cultura escrita projeta diversas explorações para o fenômeno da variação, inclusive reforçando marcas que confrontam formas e situações.

1.3. *Duas histórias e um mesmo personagem*

Os dois textos analisados a seguir tentam comprovar a tese de que um projeto retórico, fruto da construção de um ponto de vista, governa muitas das decisões relativas à seleção de conteúdos e, também, relativas à organização estrutural de um texto. Os textos trazem referências comuns, já que um dos envolvidos na notícia trazida pelo primeiro texto (*Garoto diz intenção era matar todos*) é o tema central da reportagem trazida pelo segundo (*Catarrento troca as ruas pela escola*). Os dois textos estão separados por um intervalo temporal de dois anos, o que já demonstra que a rememoração presente no segundo texto é claramente uma tentativa de contextualização, acompanhada de uma atualização que dimensiona novas visões do fato noticiado no primeiro.

Garoto diz intenção era matar todos

Da Reportagem Local

O garoto mais velho dos três suspeitos, de 16 anos, diz que as duas crianças que sobreviveram foram poupadas porque faltou “vontade” no momento de matá-las.

Doidão, como é conhecido, é o que dá detalhes do que houve dentro da mata. Confirma que um deles teve relações sexuais com a menina morta, antes de ela ser assassinada, mas não consegue explicar o motivo da agressividade.

Os três meninos passavam a maior parte do dia nas ruas de Jandira, cuidando de carros, pedindo esmola e fazendo bicos para conhecidos. Catarrento é o único que disse não ter pai e mãe e que vivia na rua.

Folha – É verdade que vocês queriam ir ao litoral?

Doidão – É verdade.

Folha – Quando vocês mudaram de idéia?

Doidão – Nós entrô com a intenção de matar. Nós três.

Folha – Mas por quê?

Doidão – Não sei não.

Folha – Vocês não eram amigos?

Doidão – A gente era, mas a gente matô.

Folha – É verdade que vocês fizeram sexo com a garota que morreu?

Doidão – Nós dois não. Foi ele só (aponta com o dedo para Catarrento).

Catarrento – Foi você também (aponta o dedo para os dois amigos, indicando que eles participaram).

Folha – A menina estava viva ainda?

Doidão – Na hora que ele terminou, nós matou ela.

Folha – Por que não mataram os outros também?

Doidão – Nós ia matar, mas na hora que nós viu os outros morto nós perdeu a vontade. Daí, trouxemos eles com a gente.

FSP, Cotidiano, 22/03/00 p.C4

O primeiro texto permite, dentre as discussões possíveis, questionar sobre o modelo de língua que serve de referência para o registro escrito. A forma de apresentação do texto induz a expectativa de uma relação de proximidade com a modalidade oral, já que o jogo pergunta-resposta é tipicamente montado em situações de conversação. Uma entrevista que se apresenta na forma de diálogo quer, dentre outras coisas, resgatar o dinamismo das trocas de turnos e, principalmente, preservar, no espaço gráfico, uma fronteira mais clara entre as vozes dos participantes (Cf. Bronckart, 1999:206). No caso desse texto, o desempenho lingüístico dos entrevistados passa a ser evidenciado quando ocorre a representação de formas lingüísticas que refletem traços de fala e que, principalmente, registram marcas de um dialeto de pouco prestígio, o que coloca os interlocutores representados no diálogo em uma nítida situação de assimetria.

A natureza do tema já provoca uma tomada de posição, uma vez que os assuntos ligados à criminalidade tendem a gerar uma avaliação negativa dos fatos, favorecendo sempre uma atitude de defesa das vítimas e de condenação aos acusados. Nesse caso específico, argumenta-se que o julgamento negativo dos acusados – diretriz retórica montada pelo texto – vai ser amplamente favorecido pelo uso de escolhas lingüísticas que representam uma variedade estigmatizada. Por exemplo, o uso genérico da palavra

“garoto”, já na abertura do título, carrega uma carga semântica que situa o envolvido em uma determinada faixa etária, mas não permite a relação com uma suposta ingenuidade que o uso de uma palavra como “criança” poderia gerar. A opção por veicular os apelidos, especialmente pelo significado de nomes como Doidão e Catarrento, é uma evidência clara de uma caracterização que cria uma imagem negativa dos envolvidos que, mesmo sendo taxados apenas de “suspeitos”, passam a receber um julgamento de culpados.

As respostas curtas e lacônicas poderiam ser um primeiro indício da pouca articulação dos envolvidos, o que contribui para uma comprovação da culpa. Explicitamente, na apresentação da entrevista, há uma informação anunciando que um dos entrevistados “não consegue explicar o motivo da agressividade”, o que já cria expectativas sobre a baixa consistência argumentativa das respostas. Claro que o uso de uma sintaxe não-padrão, manifestada por formas de concordância verbal e nominal, escolha pronominal, dupla negação (*nóis entro, nóis matou ela, nóis viu os outros morto, trouxemos eles, nóis perdeu a vontade, não sei não*), aponta para uma fala que ressalta traços dialetais de pouco prestígio, muito embora se saiba que algumas dessas formas fazem parte do padrão falado (especialmente uma determinada variante de concordância nominal e o uso de pronomes retos na posição de objeto). A questão é que essas formas, ao entrarem para o mundo da escrita em um veículo valorizado pela cultura escrita, e representativo de um determinado grupo social, já estabelecem um nítido contraste entre as modalidades oral e escrita e estimulam a criação de uma imagem de falante pouco letrado. Pode haver, portanto, uma relação entre o desempenho lingüístico e o baixo grau de escolaridade, o que implicitamente traz o argumento de que os “garotos” deveriam estar na escola e não nas ruas (“*Os três passavam a maior parte do dia nas ruas de Jandira ...*”)

Embora haja uma tentativa de aproximação da escrita à fala, seria extremamente ingênuo afirmar que houve uma atividade de mera transcrição da fala. Formas como “nóis” retratam um ditongo típico da fala, assim como “matô” retrata uma típica redução. No entanto, no mesmo texto, encontram-se formas como “três”, em que se esperaria a presença da letra “i” para registrar o ditongo da fala e “matou”, em que há o registro de uma letra “u” não anotada em outros momentos. Essas formas, longe de expressarem uma ingenuidade ou uma falta de rigor, revelam o trabalho lingüístico de quem registrou os dados e dão argumentos para mostrar que houve apenas uma

aproximação de alguns dos traços que remetem à fala. Essa aproximação não precisa ocorrer em todos os níveis nem com a mesma intensidade, especialmente porque o desempenho lingüístico dos falantes envolvidos já está inevitavelmente posto em julgamento, o que induz o leitor a prestar mais atenção na forma e não no conteúdo, mesmo porque não há o desenvolvimento de argumentos.

A explicitação de traços não-lingüísticos que fizeram parte da cena da entrevista (“*aponta com dedo para Catarrento*”, “*aponta com o dedo para os dois amigos, indicando que eles participaram*”) é uma outra estratégia que caracteriza eficientemente o clima de confusão da relação entre os envolvidos e também contribui para criar uma imagem negativa dos acusados, mesmo sob o manto de uma suposta neutralidade jornalística. Essas informações colocadas entre parênteses não querem simplesmente registrar dados situacionais que seriam imprescindíveis para o entendimento do conteúdo e que seriam fatores de contextualização da escrita; revelam, na verdade, uma estratégia argumentativa que, ambientando a cena, induz o leitor a aderir ao julgamento construído pelo texto.

No segundo texto, dois anos após a publicação do primeiro, aparece novamente uma história que envolve Catarrento. Nessa produção textual, no entanto, em função de um outro enquadramento temático e de um outro projeto retórico, têm-se escolhas lingüísticas que vão orientar uma outra imagem do envolvido:

Crianças do Brasil

Catarrento troca as ruas pela escola

Símbolo da violência infantil, ex-assaltante e ex-viciado em drogas foi acusado de duplo assassinato com apenas dez anos

João Batista Natali

Da reportagem local

Ele é bem miúdo, com a estatura no mínimo palmo inferior a de outras crianças que eventualmente também estejam para completar 12 anos. Na pele morena do rosto, algumas manchas esbranquiçadas revelam a deficiência da alimentação. Foi menino de rua em São Paulo, Jandira e Campinas. Assaltou e se tornou pedinte para cheirar cola.

Virou há dois anos notícias nas páginas policiais, depois de ter confessado o assassinato, num matagal do município de São Roque, de uma garotinha de nove anos e do irmão dela, de oito.

Catarrento – seu apelido de então – nega hoje ter cometido o duplo crime. Afirma que foi obrigado a confessá-lo sob pressão de um menino maior, de 16 anos, que seria o verdadeiro assassino e que teria ameaçado abrir seu crânio a pauladas caso ele não assumisse a culpa. Foi quando, em companhia de um terceiro menor, foram todos localizados e interrogados pela polícia.

Os dois mais velhos, já adolescentes, foram parar na Febem. Ele, o Catarrento, viveu entre internado em instituições para crianças problemáticas ou pelas ruas. Voltou a cheirar cola, a pedir esmolas e a assaltar.

Mas sua história, que não tem nada de contos de fadas, registra por enquanto um desfecho satisfatório. Ele voltou a morar com a mãe, com o padrasto e com os seis irmãos menores que ele.

“Estou feliz porque mudei de vida”, diz. “Antes eu não usava a cabeça. Comecei a usar a cabeça quando parei de usar droga.”

Catarrento diz que gosta de estudar. Está na terceira série de uma escola pública da zona leste paulistana. Vive em uma casa bastante modesta e apertada (cozinha e quarto), com portão que se abre para um caminho de terra estreito, paralelo a muito mato e a uma mistura de córrego e esgoto a céu aberto.

Quietão, monossilábico nas respostas, ele mostra com bastante orgulho seu caderno escolar. Sorri ao ouvir comentários sobre sua letra bonita e sobre os desenhos cuidadosos que sabe delinear e colorir. Já brincou com computador de verdade na Estação Ciência, um centro pedagógico da Universidade de São Paulo. “Quero fazer o (curso) universitário, estudar computador”, diz, em meio a um novo sorriso.

Mas é complicado o trajeto que o separa dessa meta até trivial para qualquer criança que desconheça a extrema pobreza. O padrasto está há dois anos desempregado. Era faxineiro. Agora ganha algum dinheiro como catador de papel e cartolina. A mãe toma conta da filharada.

A família recebe R\$100 mensais de um programa de apadrinhamento intermediado pelo SOS Criança. Parte do dinheiro é gasto na construção de um terceiro cômodo para a casa. Se na hora do almoço as crianças têm uma refeição completa na escola, à noite as coisas apertam. Elas e os dois adultos chegam a dividir no jantar um filão comum de pão.

Se não bastassem essas condições materiais precárias, há ainda uma rivalidade permanente entre Catarrento e o padrasto. “Ele briga comigo”, diz o menino. “ele sempre me ameaça e desafia”, responde o adulto.

A mãe funciona como elo. Foi com o atual marido – ele e ela estão juntos há dez anos – que teve seis dos seus filhos. Ela diz que engravidou da primeira criança para poder sair de casa, onde apanhava de um irmão alcoólatra mais velho. Catarrento nunca chegou a conhecer o pai biológico.

“Não sei o que é remorso”, responde, com estranha naturalidade, ao ser indagado sobre as mulheres ao volante de seus carros, vítimas preferenciais das quais se aproximava com um caco de vidro na mão e ameaçava cortar-lhes a garganta caso não entregassem “todo dinheiro”.

Ele diz nunca ter cortado a garganta de ninguém. E também que nunca se machucou.

Mas fica tenso ao ser indagado sobre o episódio de que saiu notabilizado. “Senti desespero”, afirmou ao descrever a sensação de ver Paloma e Leandro, as duas vítimas, com o cérebro esfacelado a golpes de pau. Aconteceu em 11 de março de 2000. Catarrento estava então completando dez anos.

Diz que teve vontade de chorar, mas não chorou. Sentiu náuseas. O menino mais velho, na época com 16 anos e apelidado de Doidão, foi quem, segundo ele, matou os dois irmãos. Paloma e Leandro eram da mesma turma de meninos de rua de Jandira, cidade a pouco mais de 30 km a oeste de São Paulo.

O caso na época repercutiu, e muito. Segundo uma das versões do crime, Catarrento teria molestado sexualmente Paloma antes que ela fosse morta. Ele nega. Diz que era muito criança para isso. Catarrento diz que foi Doidão quem o ensinou a cheirar cola. Foi também ele, seis anos mais velho, quem lhe passou as informações de uma espécie de manual de sobrevivência de meninos de rua. “Ele mandava em mim”, diz hoje. O terceiro menino, L., de 13 anos, tinha menos importância nesse enredo de criminalidade infantil.

O crime foi descoberto três dias depois. Em seis dias os três menores já estavam em poder do delegado de São Roque. Foram interceptados quando tentavam chegar a Santos numa lotação.

“Quando ele (o delegado) me levou para a delegacia eu fiquei lá cinco dias. Me trataram bem. Não bateram, deram comida, deram roupa, deram banho. Mas um policial fez a gente comer sabão.”

Por ser menor de idade, Catarrento não poderia responder processo por autoria ou cumplicidade em homicídio. Por ter menos de 12 anos, não poderia tampouco ser internado na Febem.

Restava como alternativa mantê-lo em casa, um estímulo à fuga ou uma forma de atrair vingança, ou então determinar que ele fosse recolhido numa instituição.

Depois da delegacia de São Roque, Catarrento foi transferido para o SOS Criança, que fica no Brás, centro de São Paulo. É um abrigo, não um local de detenção. Fugiu menos de 24 horas após dar entrada. “Fugi pulando o muro. Só não sai pela porta da frente porque lá tinha seguranças.”

Foi encontrado em Jandira, perambulando pelas ruas. Recapturado, foi enviado para uma instituição rural no município de São Pedro, 210 km a noroeste de São Paulo, reservada a menores dependentes de drogas.

“Fiquei lá até que faltasse um dia para completar um ano”, diz ele. É o que praticamente confirma o Juizado da Infância e da Juventude de São Pedro.

Na instituição, disse ele, dormia-se às 19h e se acordava às 5h. Os menores, cerca de 30, carpiam a roça e trabalhavam no campo. O almoço às vezes tardava. Na falta de escola por perto, eram os próprios funcionários do reformatório que ensinavam e tomavam a lição. “Era no meio do mato. Não dava para fugir.”

Sua mãe o visitava nos fins de semana. Era transportada em companhia de outras mães por um ônibus ou uma perua fretados pelo SOS Criança.

Segundo o Judiciário, em 15 de março do ano passado, o menor foi transferido para uma instituição no bairro da vila Clarisse, na zona norte paulistana, de onde ele teria fugido duas semanas depois.

Mas Catarrento relata um outro percurso. Disse ter sido removido para Campinas. Ficou cinco meses num lar de menores e recomeçou a freqüentar a escola. Chegou a fugir algumas vezes.

Certo dia pediu R\$30 a outro menino de rua (“ele tinha roubado”), foi até a rodoviária de Campinas, pegou uma perua e voltou para a casa da mãe, em São Paulo. Mas não por muito tempo. “Eu ficava uma semana, dez dias, e depois saía de novo para rua.”

Em seguida, período de três ou quatro meses em que não chegou a ver a mãe ou os irmãos. “Eu rezava muito, pensava que ele tivesse morrido”, diz a mãe.

E quase morreu mesmo. Nos primeiros dias de janeiro, Catarrento foi atropelado por uma moto nas imediações do Anhangabaú. Foi levado ao Hospital das Clínicas. Uma assistente social o interrogou sobre a família. E ele, que permanecera mudo por dois ou três dias, contou onde a mãe e o padrasto moravam.

No dia seguinte a mãe veio visitá-lo. O menino, enciumado por causa do padrasto, quase não quis falar com ela. Mas os dois fizeram as pazes de brigas passadas nem sempre muito explícitas. Ele teve alta e até agora não fugiu mais.

Em seu último período de rua, Catarrento, já experiente, repetiu as “proezas” a que estava acostumado. Pedir esmolas, eventualmente assaltar. E voltou a cheirar cola. Diz que nunca fumou crack nem teve a curiosidade de experimentar maconha ou cocaína.

“O número de assaltos que você fez cabe nos dedos das minhas duas mãos?”

“Não cabe. Eu assaltei quase cinco vezes os dedos das tuas mãos”, responde. Pode ser conta de mentiroso, mistura de realidade com fantasia. É estatisticamente difícil assaltar 50 vezes sem que algo dê errado.

Catarrento não se considera ateu. Mas também não sabe ao certo se é evangélico ou católico.

“Você por acaso acredita que Deus está olhando tudo o que você faz de errado?”

“Acredito. E acredito que ele não gosta do que vê.”

Longo silêncio. Catarrento pensa no que respondeu. Engole a seco e muda de assunto.

Fala da escola e de como é bom ter amigos que não sabem tudo de ruim que ele já viveu como menino de rua. Queria saber falar inglês e espanhol. Saber mais matemática e português (não gosta de ciências). Gostaria de tocar violão, com um dos seus tios. Gostaria de apreciar a beleza das mulheres morenas. Não acha que as loiras sejam bonitas.

“Vai fugir de novo de casa?” “Não, nunca. Por causa da família e da escola.”

Tomara. Mas veremos.

FSP, Cotidiano, 10/03/2002 p.C4

O grau de envolvimento do texto em relação ao entrevistado é alto, com uma “predisposição afetiva” (Cf. Garcia, [1967] 1996) bastante evidente. O investimento presente nas formas de descrevê-lo traduz um movimento que pretende alçá-lo à condição de recuperado que troca a vida das ruas pela vida familiar e escolar. O texto parece querer justificar o comportamento anterior de Catarrento, projetando um futuro mais promissor, ressaltando, inclusive, a mobilidade social de um sujeito que sai das ruas e passa a frequentar o espaço de uma universidade (USP) e que sai de um histórico de delinquência e passa a sonhar com uma profissão contemporânea (*trabalhar com*

computador), com todos os requisitos do discurso cosmopolita que requer o conhecimento de outras línguas e a destreza em áreas escolares como Português e Matemática.

Com essa direção retórica, não seria justificável apresentar formas lingüísticas que tenham marcas sociais de menor prestígio. Considerando que em um período de dois anos, poucas mudanças dialetais seriam sentidas no desempenho lingüístico de Catarrento, afirma-se que o texto constrói uma imagem de língua que, se não é uma variante da norma culta, pelo menos representa usos corriqueiros de um padrão falado.

O texto é, como no primeiro caso, entremeado com discurso direto e indireto, o que produz o efeito de autenticidade e, ao mesmo tempo, permite uma condução narrativa dentro de uma progressão desejada. As estratégias de transcrição presentes nas formas que delimitam o discurso direto conduzem às convenções do código e, por essa razão, permitem um maior destaque para o conteúdo dos enunciados e não propriamente para a sua forma de expressão, contrariamente ao que se verifica no primeiro texto. Os efeitos das diferentes estratégias de transcrição serão discutidos posteriormente, mas já se pode adiantar que a estratégia implementada pelo texto – a decisão sobre como materializar a “voz” do entrevistado – não está circunscrita a uma escolha notacional que pretenda representar, na escrita, o discurso oral. As formas de se materializar o texto revelam, em grande medida, as estratégias de enquadramento retórico que são fruto de um projeto que pretende ou promover ou questionar os envolvidos, o que, mais uma vez, anula uma concepção que atribui neutralidade ao processo de registrar, na escrita, a fala dos envolvidos.

A seleção das informações que produzem a narrativa de vida do personagem da reportagem é conduzida com um grau alto de detalhamento que não deve ser associado somente a uma tentativa de contextualizar uma trajetória, mas a uma estratégia de convencimento que gera, inclusive, uma adesão à torcida positiva mostrada pela saudação final (“*Tomara. Mas veremos*”).

A *flexibilidade* do mundo letrado pode ser constatada, no confronto desses exemplos, pelo distanciamento temporal que produz histórias diferentes porque acompanha um movimento diferenciado de interpretar os fatos. Essa interpretação é, por sua vez, historicamente condicionada porque traz elementos contextualizadores de duas versões opostas de um mesmo personagem: uma cena de acusação e uma cena de

redenção. A *adaptabilidade* da linguagem escrita também acompanha a função projetada em cada texto, o que permite constatar, nos dois cenários, uma diferença na manipulação do fenômeno da variação lingüística: quanto maior a distância do mundo letrado, maior a distância das convenções de um padrão lingüístico; quanto menor a distância do mundo letrado, menor a distância do padrão escrito, nos seus diferentes níveis de convenção.

Com o destaque para esses diferentes usos que instituem a flexibilidade e a adaptabilidade, somam-se argumentos que comprovam que não é apenas nos usos e nas funções que uma cultura letrada abre espaço para a heterogeneidade. Na própria definição dos recursos agenciados na língua escrita, verifica-se a funcionalidade dos recursos como estratégia para concretizar um determinado efeito argumentativo. Dessas inúmeras possibilidades formais e funcionais são encontrados argumentos que, de fato, relativizam uma visão dicotômica entre as modalidades (Jahandaire, 1999; Marcuschi, 2000; Corrêa, 2001; Barros, 2001).

1.4. Um mesmo personagem em dois textos

Para não se criar a falsa idéia de que as possibilidades de variação na língua escrita foram potencializadas porque, nos exemplos anteriores, foram apresentados personagens que representam classes de pouco prestígio, discute-se, a seguir, dois textos que noticiam a morte de uma pessoa ilustre. Os textos aparecem no mesmo veículo de comunicação, na mesma edição, porém em cadernos diferentes. O texto intitulado *Morre pioneira dos cosméticos* foi publicado no caderno *Dinheiro*:

Beleza americana

Morre pioneira dos cosméticos

Estée Lauder, que começou fazendo cremes na cozinha, tinha 97 anos

A pioneira da indústria de cosméticos Estée Lauder morreu no sábado, aos 97 anos, em decorrência de uma parada cardiorrespiratória. A empresária americana estava em casa, na ilha de Manhattan (Nova York).

Lauder transformou uma receita familiar de creme para a pele em um império do setor de cosméticos. A empresa começou como um pequeno negócio. Ela mesmo misturava os produtos na cozinha de sua casa.

Lauder, que fundou a companhia em 1946, prosperou no pós-Segunda Guerra Mundial ao vender às mulheres norte-americanas o sonho de eterna juventude e beleza. A estratégia era atingir o grande público, mas com uma imagem de sofisticação e refinamento.

Algumas das marcas da empresa são Estée Lauder, Clinique e Aramis. Os produtos são comercializados em 130 países.

Há dez anos ela não se envolvia ativamente na administração da companhia. Leonard Lauder, filho de Estée, é atualmente o presidente da empresa.

Questionada certa vez sobre a razão de seu sucesso, afirmou: “Nunca trabalhei um único dia de minha vida sem vender nada. Se acredito em alguma coisa, eu a vendo, e vendo com vontade”.

Em 1998, Lauder foi indicada pela revista “Time” como um dos 20 maiores gênios do século 20. A empresa, que faturou US\$4,7 bilhões no ano passado, figura no posto número 349 no ranking das 500 maiores empresas americanas produzido pela “Forbes”.

Em vida, Lauder nunca revelou a sua idade. Mas a empresa deu essa informação ontem. Para ela, a beleza era uma questão de atitude. “Não há mulheres feias, mas mulheres que não se cuidam e que não acreditam que sejam atrativas”.

FSP, 27/04/2004 Dinheiro B-6

No texto, em função do lugar social que projeta a comunidade de leitores de um caderno especializado em finanças, nota-se claramente que o processo de seleção de informações obedece a uma expectativa de se focalizar tanto o anúncio da morte quanto a situação da empresa. Assim, uma contextualização que ressalta o espírito empreendedor da americana (uma legítima *self-made woman*), que descreve o processo de sucessão e que informa sobre o posicionamento financeiro da empresa, seguramente cumpre o interesse daqueles que estariam predispostos a demandar por essas

informações. A essa estratégia mais geral que seleciona as informações, somam-se um sobretítulo intertextual (*Beleza americana*) e um título que, pospondo o sujeito gramatical, destaca a *pioneira dos cosméticos* e, também, induz o leitor a buscar saber mais sobre o acontecimento.

Já no caderno cultural, *Ilustrada*, aparece uma pequena nota sobre o falecimento:

PERSONALIDADE Morre, aos 97, pioneira dos cosméticos

Estee Lauder, que ajudou a lançar várias linhas de produtos relacionados à beleza e à maquiagem, morreu no último sábado, nos Estados Unidos, devido a uma parada cardiopulmonar. Em 1988, Lauder foi a única mulher a fazer parte da lista dos 20 gênios mais influentes dos negócios no século da revista "Time". A empresária costumava dizer que "não existem mulheres feias. Só mulheres que não se importam [com elas mesmas] ou que não acreditam que são atraentes".

FSP, 27/04/2004 Ilustrada E8

Na situação comunicativa projetada para o texto publicado no caderno *Ilustrada*, pode-se inicialmente indagar sobre as razões de se veicular a informação sobre a morte de uma empresária em um espaço que prioriza temas culturais. Essa informação estaria melhor distribuída em outro caderno e com outra abordagem, conforme a versão publicada no caderno *Dinheiro*. No entanto, o fato de se ter um acontecimento com uma personalidade que potencialmente desperta a atenção daqueles que se interessam pela cultura, o que inclui o nome representativo de uma personalidade e de uma marca que pode fazer parte dos produtos de consumo da comunidade de leitores desse caderno, justifica a inclusão. Essa inclusão evidentemente respeita os interesses de um leitor que não estaria preocupado com o detalhamento da situação da empresa, com indagações sobre a linha sucessória derivada da morte da fundadora. Destaca-se, agora, a caracterização de uma personalidade feminina que faz parte de um universo cultural de uma determinada classe social e é essa trajetória social que seria o campo de interesse de um leitor do caderno *Ilustrada*.

Uma variação extremamente interessante no procedimento de contrastar os dois textos é o fato de uma mesma citação estar apresentada em duas versões. Para além das questões que envolvem o processo de tradução da versão original em inglês, há um destaque produtivo para a análise das opções lingüísticas. Retomando as duas versões:

“Não há mulheres feias, mas mulheres que não se cuidam e que não acreditam que sejam atrativas”

“não existem mulheres feias. Só mulheres que não se importam [com elas mesmas] ou que não acreditam que são atraentes”

Do ponto de vista textual, verifica-se que a primeira versão aparece com uma autonomia frasal delimitada, na escrita, pela letra maiúscula que abre o enunciado e pelo ponto final que fecha. Esse arranjo dá ao enunciado um contorno de frase que é citada como uma marca registrada de quem a produziu. Na segunda versão, a citação está anunciada pelo verbo *dicendi* que marca o discurso indireto e, por isso mesmo, minimiza o *status* de uma frase famosa, “descolada”. A seleção vocabular equipara semanticamente os verbos existenciais (*haver* e *existir*) e promove um diferente comportamento morfossintático (*haver* impessoal e *existir* flexionado no plural). Nessa seleção é interessante demarcar a não-escolha pela opção do verbo *ter* no sentido existencial. Talvez a informalidade de uma versão como “tem mulheres” não concretizaria um ideal de norma culta projetada para o veículo. Do ponto de vista sintático, o desdobramento dos períodos com diferentes pontuações acarreta a presença de conectores que também provocam alterações semânticas (***mas*** versus ***só***; ***e*** versus ***ou***). Como fenômenos morfossintáticos, destacam-se as diferentes flexões de subjuntivo (*sejam*) e de indicativo (*são*) que podem acarretar maior formalidade para a primeira opção. Como questões lexicais apresentam-se as formas derivacionais dos adjetivos *atrativos* e *atraentes* que também podem acarretar em nuances de significados diferentes. Por fim, destaca-se a necessidade de complementação verificada em *não se importam [com elas mesmas]* para se evitar o aparecimento de uma outra hipótese interpretativa que estaria em desacordo com o sentido intencionado.

Novamente, esse contraste entre dois textos prova a versatilidade e a adaptabilidade da língua escrita. Os textos compartilham um mesmo contexto histórico, unidos por uma mesma temporalidade da notícia, mas distanciam-se espacialmente, já que ocupam cadernos distintos e, portanto, projetam leitores com interesses diferenciados, o que obriga a uma contextualização que formata diferentes informações. As diferentes contextualizações marcam “o uso da língua como atividade situada” (Marcuschi,2000:43) e mostram que a explicitude (na verdade, a seleção de informações) depende das situações comunicativas específicas, com a projeção de leitores diferenciados e com textos com projetos retóricos também diferenciados.

1.5. Informações em diferentes espaços

De páginas distanciadas, passa-se, agora, para o espaço de uma mesma página. Discutem-se, na comparação a seguir, casos em que informações são diferentemente apresentadas em uma mesma página. Uma prática comum em diversos veículos de comunicação escrita, destacando-se os jornais e as revistas, é a organização visual do material, de modo a produzir algumas saliências para capturar o interesse do leitor e, ao mesmo tempo, oferecer-lhe alguma pista de leitura que favoreça o seu processo de escolha textual, induzindo a criação de hipóteses e de expectativas. Uma dessas saliências é o *olho*, jargão jornalístico para designar um recurso gráfico que, ao abrir um espaço na página, destaca um tema ou uma citação textual que pode interessar ao leitor. Nem sempre, no entanto, as informações que são retiradas do corpo do texto para funcionarem como *olho* são apresentadas da mesma maneira. Há um processo de edição que sobrepõe as informações, trabalhando-se com a hipótese de que o leitor do *olho* possa não efetivar a leitura do texto completo, o que, em muitos momentos, exige a presença de dados que favoreçam uma contextualização que tenha uma função momentânea: dar uma maior autonomia ao *olho*. A saliência apresentada pelo *olho* pode não capturar o interesse do leitor, o que seria uma justificativa para o processo de edição das informações. As diferenças entre as versões de um mesmo trecho apresentado em diferentes espaços podem trazer implicações interpretativas.

Algumas mudanças tentam explicitar dados para potencialmente favorecer uma contextualização que permita a construção de vínculos referenciais para a produção de coerência:

Trecho que aparece no corpo do texto:

“Um deles, que estava um pouco alterado, mandou que eu entregasse minha camisa e a bermuda. Depois, um outro cara, que parecia o chefe, me viu deitado no chão só de cuecas e reclamou. Aí me devolveram a roupa”, contou um comerciante que não quis se identificar.

O mesmo trecho funcionando como *olho*:

“Um deles [dos criminosos que fizeram uma falsa blitz e arrastão na madrugada de ontem], que estava um pouco alterado, mandou que eu entregasse minha camisa e a bermuda. Depois, um outro cara, que parecia o chefe, me viu deitado no chão só de cuecas e reclamou. Aí me devolveram a roupa”

COMERCIANTE

que não quis se identificar e disse que os criminosos estavam tranquilos durante a ação

FSP, 13/01/2007, p. C8

Destaca-se, nesse exemplo, que a intercalação da informação entre colchetes especifica dados referenciais que explicitam a indicação de *“um deles”*. No entanto, essa inclusão exige uma reestruturação do *parsing* sintático para que o leitor possa ter a fluência necessária para processar as informações que se sobrepõem.

Outras mudanças podem ser processadas em direção contrária. O *olho* faz uma síntese de informações que estão em maior número no corpo do texto:

Trecho que aparece como *olho*:

“A polícia portuguesa está basicamente dizendo: ‘Se você confessar [a culpa no caso], pode pegar apenas dois ou três anos [de prisão]’”

Kate McCann mãe de Madeleine

Trecho que aparece no corpo do texto:

(...)

“A polícia portuguesa está basicamente dizendo: ‘Se você confessar que Madelaine sofreu um acidente, e que entrou em pânico e escondeu o corpo em uma mala por um mês para então se livrar dele com um carro alugado, pode pegar dois ou três anos [de prisão]’”, afirmou Kate, por sua vez, ao jornal “Sunday Mirror” após o depoimento que deu à polícia na sexta-feira.

(...)

FSP, 10/09/2007, p. A9

Nas modificações processadas nesse exemplo, nota-se que a síntese é concretizada com uma escolha lexical que praticamente resume todo o evento: a culpa = *que Madelaine sofreu um acidente, e que entrou em pânico e escondeu o corpo em uma mala por um mês para então se livrar dele com um carro alugado.*

As alterações processadas nos diferentes espaços de uma página não se resumem ao processo de incluir ou excluir informações. Uma estratégia de edição bastante produtiva é a inclusão de articuladores para vincular trechos. A presença desse novo elemento lingüístico pode favorecer a construção de procedimentos coesivos que ajudem na produção de sentido, mas inegavelmente a função projetada não é apenas a da articulação e sim a da interpretação. Em muitos casos, a inclusão altera os enfoques e produz novos sentidos que só serão percebidos quando do confronto entre as diferentes versões. Apresentam-se três casos que ilustram essas mudanças na formatação que repercutem na interpretação.

Caso 1

Texto apresentado:

Visita de Tarso é irrelevante, diz procuradora

Autoridade que cuida do caso em Mônaco afirma que viagem do ministro não irá mudar nada no processo de extradição de Cicciola

Ministério da Justiça diz que viagem ao principado é uma demonstração da relevância do caso do ex-banqueiro para o governo brasileiro

Pedro Dias Leite

A visita do ministro da Justiça, Tarso Genro, a Mônaco não ajuda em nada no processo de extradição do ex-banqueiro Salvatore Cacciola, segundo a procuradora-geral, Annie Brunet-Fuster. Tarso chega segunda-feira a Mônaco.

(...)

Brunet-Fuster afirma que, do ponto de vista jurídico, a única forma de a visita de Tarso ter relevância é se o ministro trouxer os documentos de extradição. “A visita de um ministro mostra a importância dada ao processo pelo governo brasileiro, mas não pode mudar em nada a aplicação da lei. O processo vai seguir as disposições legais. Logo, que o ministro venha ou não, para o processo, não muda nada.”

Mas, se não ajuda, a visita de Tarso também não atrapalha, na visão da procuradora-geral. Ela diz que o que importa para a extradição é a decisão da Justiça brasileira, que condenou Cacciola em 2005. “Se temos um dossiê da Justiça que diz que alguém foi condenado por tal crime, o resto é bravata.”(...)

FSP, 22/09/2007, p. A9

Trecho:

Para inglês ver

“A visita de um ministro mostra a importância dada ao processo pelo governo brasileiro (...) [Mas] para o processo não muda nada.”

Annie Brunet-Fuster, procuradora-geral de Mônaco, sobre a ida do ministro Tarso Genro (Justiça) ao principado para acompanhar o processo de extradição do ex-banqueiro Salvatore Cacciola, ontem na Folha.

FSP, 23/09/2007, p.A2

A inclusão do *[mas]* não altera completamente os sentidos indicados para a visita do ministro. No entanto, a ligação entre esses trechos estabelece vínculos que colocam a crítica à visita como categórica, indicando um questionamento sobre a produtividade do deslocamento do ministro.

Caso 2

Trecho de uma entrevista:

(...)

Folha – *O que mais o surpreendeu sobre o Opus Dei enquanto pesquisava para escrever o livro?*

Allen Jr. – *A distância entre a imagem e a realidade [do movimento]. A imagem é a de um grupo todo-poderoso que está por trás de tudo o que acontece na Igreja Católica. E isso não é verdade. É um movimento muito mais modesto, menor, menos significante do que sugere a imagem.*

FSP, 13/02/2006, p. A12

Trecho publicado com a inclusão do *[mas]*:

REAL E IMAGINÁRIO “*A imagem [da Opus Dei] é a de um grupo todo-poderoso que está por trás de tudo o que acontece na Igreja Católica. [Mas] É um movimento muito menos significativo do que sugere a imagem.*”

John Allen Jr., jornalista americano que escreveu livro sobre a Opus Dei, ontem, na Folha.

FSP, 14/02/2006, p. A2

Nesse exemplo, a inclusão, ao explicitar e construir um determinado vínculo coesivo, indica, para o leitor, um caminho interpretativo que garante o valor adversativo produzido entre as informações. Essa vinculação já está implícita pelo contraste trazido pelas duas frases, mas nada garante que será esse o caminho interpretativo do leitor; daí a justificativa para a explicitação, que funciona como um monitoramento da leitura.

Caso 3

Texto:

‘Eixo do mal’ Indagado se iria bombardear o país com ogivas nucleares, disse também que está empenhado em negociar

Para Bush, toda opção para o Irã é possível

Indagado se pretendia bombardear o Irã com ogivas nucleares. George W. Bush afirmou ontem que “todas as opções estão sobre a mesa” para impedir que aquele país produza armas atômicas. Disse, no entanto, que continua empenhado na opção diplomática para forçar os iranianos a abandonar essa ambição.

“Queremos resolver essa questão diplomaticamente e estamos trabalhando com empenho para que isso aconteça”, declarou o presidente americano.(...)

FSP, 19/04/2006, p.A10

Trecho publicado com o [mas]:

“Todas as opções estão sobre a mesa (...). [Mas] queremos resolver essa questão diplomaticamente e estamos trabalhando com empenho para que isso aconteça.”

George W. Bush, presidente dos EUA, ao ser indagado se pretendia bombardear o Irã com ogivas nucleares, afirmando que “todas as opções estão sobre a mesa” para impedir que aquele país produza armas atômicas, ontem na Folha.

FSP, 20/04/2006, p.A2

Com esse exemplo, ilustra-se o fato de que a presença de um articulador também pode ser um elemento que permite uma seleção de informações que estariam subentendidas: dentre as opções que estão sobre a mesa, está incluída a possibilidade de guerra, daí a justificativa para o [mas].

Os três exemplos listados demonstram que a inclusão do [mas] não se resume a uma função de apresentar, na superfície textual, elementos para se explicitar vínculos coesivos. Ao criar os vínculos, novas relações semânticas podem ser criadas ou recriadas, aproximando-se ou distanciando-se da versão original.

A polêmica que se instaura na edição de um texto com a inclusão de conectores pode ser a mesma verificada com as alterações processadas pelas mudanças e pelas transições ocorridas entre discurso direto e indireto. Nesse caso também estariam em jogo os limites para a delimitação de uma voz textual com a manutenção de um suposto princípio de autenticidade requerido pelos textos que querem garantir a objetividade ao “tratar” as informações. Um exemplo que ilustra a polêmica entre as formas de edição das vozes textuais é apresentado em Marcuschi (2000:70-1). Os trechos reproduzem uma discussão sobre uma entrevista publicada na revista Playboy e que envolveu o músico Arnaldo Antunes e o jornalista Ruy Gandra. No texto de Arnaldo Antunes, a reclamação apresenta os seguintes argumentos:

Nunca me reconheci tão pouco em uma entrevista. Nunca abominei tanto um discurso colocado por terceiros em minha boca. Um pequeno e bom exemplo desse procedimento: o entrevistador me perguntou se eu já tive relações homossexuais. A resposta foi um sucinto “não”. Resposta publicada: “Nunca, nem mesmo em troca-troca quando eu era criança”. Essa espécie de “adorno” às declarações com fantasias e fetiches do entrevistador se tornou um procedimento usual na edição da matéria de uma forma geral.

Trecho do texto publicado no jornal FSP, 23/10/1993

O cerne do argumento apresentado por Arnaldo Antunes diz respeito à forma de edição do texto que incorpora elementos da pergunta em sua resposta, produzindo um discurso em que a voz autoral é identificada como sendo exclusivamente do entrevistado.

Em sua contra-argumentação, o autor da entrevista, Ruy Gandra, justifica os seus procedimentos:

A primeira passagem da entrevista mencionada por Arnaldo Antunes, logo no início de seu texto, foi o da homossexualidade. Ele diz: “O entrevistador me perguntou se eu já tivera relações homossexuais. A resposta foi um sucinto ‘não’. Resposta publicada: ‘Nunca, nem mesmo em troca-troca quando eu era criança’.” (...) Arnaldo Antunes mente, como comprova a fita número 4 da entrevista. Pergunta: “Você já teve transa homossexual?”. Resposta: “Não. Nunca.” Pergunta: “Nem quando criança, troca-troca?”. Resposta: “Não, nem criança...”. Com o aval da concordância expressa do entrevistado e em nome da concisão, as duas perguntas foram fundidas em uma só. Não há nisso nenhum mistério nem ato condenável.

Trecho do texto publicado no jornal FSP, 30/10/1993

Na justificativa daquele que editou (e produziu) a entrevista, destaca-se o argumento de que uma resposta, natural e implicitamente, incorpora as informações presentes em uma pergunta e que, na busca de uma concisão, o processo de fusão de vozes seria abonado pelas razões de interesse editorial.

Um pano de fundo interessante nessa polêmica é a diferença em relação aos aspectos formais, ligados às escolhas estruturais, e aos aspectos mais conceituais, ligados à seleção de conteúdos. Resumidamente, nos argumentos de Arnaldo Antunes deduz-se que as mudanças da forma trazem implicações conceituais graves, a ponto de ocorrer uma descaracterização das informações e, conseqüentemente, uma alteração da autoria textual; nos argumentos de Ruy Gandra, as mudanças formais não dimensionam uma grande mudança de conteúdo, sendo apenas resultado de uma estratégia de edição que não altera as informações apuradas pela entrevista.

Sem o objetivo de avaliar detalhadamente a consistência de cada posicionamento, o fato é que, em uma entrevista cujo entrevistado produz respostas lacônicas, sucintas, monossilábicas, abre-se a possibilidade de o entrevistador, em busca de seu objetivo de construir um “furo de reportagem”, formatar o texto em função da direção editorial que causa maior impacto. Parece que um componente importante do projeto retórico de qualquer produto de mídia é o de causar impacto, o de chamar a atenção de um possível interlocutor. Assim, pode-se identificar certa ingenuidade de Arnaldo Antunes ao exigir uma fidelidade absoluta às suas palavras e, também, pode-se atribuir certa esperteza ao jornalista que camufla as vozes e encontra guarida nos procedimentos de edição.

A inclusão e as modificações que são fruto de um processo de edição, longe de serem meras atividades contextualizadoras que querem minimizar, na superfície textual, equívocos ou ambigüidades são, na verdade, procedimentos que monitoram a interpretação. Novamente, a direção desse monitoramento é o resultado de um projeto retórico que busca enquadrar as informações segundo algumas intencionalidades.

No caso da inclusão de conectores, a sua presença pode explicitar relações semânticas e pode veicular informações até então implícitas, como no exemplo em que a inclusão do [mas] na fala do presidente americano reforça o tom de ameaça produzido pelo seu discurso. Essas inclusões não seriam justificadas por um procedimento de explicitação requerido pela modalidade escrita, tanto que diferentes formas de edição são apresentadas e exemplificam diferentes situações de uso.

No caso das mudanças processadas entre as formas de apresentação do discurso direto e do discurso indireto, as alterações podem produzir um tom de sensacionalismo requerido pelo veículo em que a entrevista será divulgada. Na análise das variações do

relato interativo, como o da entrevista, Bronckart (1999:194-5) faz a indicação de que a coerência e a inteligibilidade são amplamente favorecidas no relato interativo secundário. Assim,

essas diferenças de clareza e de inteligibilidade poderiam ser uma consequência da diferença de modalidade original de produção (oral/escrito), mas são, possivelmente, a consequência da própria oposição primário/secundário, sendo os relatos “reproduzidos” normalmente mais inteligíveis que os relatos “autênticos” (p.195).

Obviamente a noção de inteligibilidade merece uma relativização em função da própria polêmica que se instaura entre as várias maneiras de se produzir e se veicular sentidos. Destaca-se, no entanto, que a configuração do discurso direto e do discurso indireto traz, para o primeiro, uma organização gráfica que delimita os discursos de forma “claramente disjuntos” e, para o segundo, uma organização que integra os discursos, com a “fusão dos mundos do discurso interativo e do discurso principal” (Bronckart,1999:207).

O fato a ser mais uma vez realçado é que as formas de interligação entre enunciados não obedece ao procedimento abstrato de garantir explicitude para a modalidade escrita, o que também contribui para relativizar a visão dicotômica que simplesmente diria que a escrita é mais integrada. Especialmente nesses casos de textos de entrevistas, serão discutidas, no próximo capítulo, as estratégias de transcrição e os seus diferentes efeitos argumentativos. A opção gráfica e sintática por manter as falas dos entrevistados de forma mais integrada ou menos integrada resulta em diferentes processos de construção de sentido e afetam, seguramente, a inteligibilidade.

1.6. Diferentes palavras em um mesmo espaço

O componente lexical é um dos níveis mais sensíveis à variação. Por isso, a escolha de palavras é um processo que, tanto na fala quanto na escrita, demarca posições sociais e define graus de aproximação e de distanciamento entre os interlocutores. Como bem aponta Preti (2001: 255), “é preciso ter sempre em mente que

as transformações lingüísticas, mesmo no caso do léxico, estão sujeitas ao fenômeno do prestígio social da linguagem”. Não é sem razão, portanto, que determinadas gírias ou palavrões são bloqueados ou evitados em determinados circuitos comunicativos, exatamente porque provocam uma tensão social. Essa tensão é potencializada quando estão em conflito modelos diferentes de linguagem. Uma certa etiqueta de linguagem manda, por exemplo, selecionar as palavras de uma forma apropriada. Como o mundo da escrita pode ser caracterizado como o espaço do planejamento, ao contrário da fala que estaria genericamente relacionada à maior presença de espontaneidade, há valores sociais que censuram o fato de um veículo de comunicação considerado para o mundo mais letrado apresentar indícios de usos corriqueiros e, principalmente, de usos associados a grupos de pouco prestígio. O estranhamento e a conseqüente manifestação de desacordo podem ser ilustrados com a carta de um leitor que assim expressa o seu descontentamento:

Palavrão

“Será que se um de nós, simples leitores, escrevêssemos uma carta com as expressões chulas do conto de Natal de Gustavo Piqueira (‘Amigo Secreto’, Ilustrada, 25/12), a Folha a publicaria nessa coluna? Tenho certeza de que não, apesar de muitos de nós termos vontade de usar os mesmos termos para nos dirigir a alguns de nossos políticos e governantes. Isso é jornalismo?”

Moacyr P. Rigueiro (São Paulo, SP)

FSP, 27/12/2007, p.A3

O leitor, como membro da comunidade letrada, reforça o seu suposto lugar de pouca ação (*simples leitores*), mas indica que há certas concessões em relação aos espaços de poder constituídos pelo veículo que seriam questionáveis. A manifestação do questionamento (*isso é jornalismo?*) reforça a idéia de que uma linguagem chula não deve fazer parte do repertório de um veículo representativo de um grupo letrado.

Apresenta-se o texto que motivou a polêmica:

Amigo Secreto

Gustavo Piqueira

O mundo anda muito individualista. Ninguém mais se cumprimenta ou faz uma gentileza. Ninguém... Hã? Obrigado, Rafinha. Quero mais prosecco, sim. Tá um homem, já, hein?! Vai com seus pais para Paris? Não? Ah, praia com os amigos ...

O mundo anda muito individualista, e é por isso que amo o Natal. Tudo muda. As pessoas ficam mais humanas, sabe? Como se uma energia fluísse, permitindo aflorar o melhor de cada um. O planeta, numa pausa em seu ritmo autodestrutivo, resgata valores que pareciam esquecidos. Amor, bondade, comunhão...

E que delícia ver todos juntos reunidos. Que delícia. Ricardo, Selma e Rafinha. Vovó Norma, sempre fofíssima. Fefê e o namorado novo... Gatinho, hein, Fefê? E Tato e eu, claro. Todos juntos.

Além de tudo é divertido. Brindar, bater papo, tirar amigo secreto... Adoro amigo-secreto. Adoro. Aliás, vai começar agora mesmo. Ricardo já está no centro da sala, explicando o sistema de revelação dos presentes esse ano. Que criativo! O Ricardo sempre tem idéias tão criativas...

“Entenderam? Pode ser um animal, fruta ou cidade. Eu mesmo começo. Vamos lá: se a minha amiga secreta fosse um animal, seria ... Hmm... Uma gaivota! Uma linda e elegante gaivota!”

Gaivota? Quem será? Não sei. Pode ...

“Heleninha!”

Eu? Ai, meu Deus! Sou eu. Eu mesma. Que máximo! Obrigada, Ricky. Pacote bonito. Super obrigada. Deixe-me desfazer o laço. O que será? Uma pulseira? Meio oriental, tomara. Desde que virei budista, é meu estilo favorito. Vamos ver. Mais um papel aqui. Pode ser também uma linha de cremes. Não que eu esteja precisando. Estou ótima. Inteiraça. Mas um creminho importado sempre ajuda. Pronto, pronto. Agora é ó tirar a tampa e... Ai, que suspense... Aqui está um lindo ... par de meias?

Não acredito. Você me deu um par de meias, seu filho da puta? Isso lá é presente? Puta que pariu. Eu gastei uma fortuna naquele jogo de sushi, mesmo sabendo que a idiota da Fefê provavelmente não transa gastronomia sofisticada, e recebo essa merda em troca? Enfia no cu essas meias, novo-rico de merda. No cu. A piranha siliconada da sua mulher passa a noite toda cuspidando cifras e você aparece com essa porra de meias 25 de março? Vá à merda. E tá rindo de quê, infeliz? Olha só pro seu filho. O Rafinha veio para o Natal totalmente

chapado. E, a cada ano que passa, desmunheca um pouco mais. É disso que você está rindo? De ser pai de uma bichinha drogada? Novo-rico de merda.

Tudo culpa do Tato. “Tem que comprar coisa boa, senão o pessoal comenta.” Resultado: a baleia breguinha leva o conjunto de sushi para casa e eu sobro com uma porra de um par de meias. Palerma. Meu marido é um palerma. Acha o Ricardo o máximo. O irmão bem-sucedido. Trouxa. Não exibiria esse ar de satisfeito se soubesse que anteontem, na festa da empresa, fiquei bebaça e dei pro Dedé na garagem da agência. Ufff... Só de lembrar, já esquenta tudo. Delícia. Que delícia o Dedé. E que palerma, o Tato. Nem imagina. Caso contrário, não focaria aí, deitadão no sofá, se entupindo de amendoim. Corno. Sua mulherzinha aqui anda entupindo os outros de outra coisa, honey. Outra coisa bem mais gostosa que amendoim.

Um par de meias. O que vou...

Oi? Não quero mais tender, Dona Norma! Não quero! Que saco. Nunca percebeu que a gente elogia essa droga por educação? É seco. S, e, c o. Tire esse falso ar de bondade do rosto e morra logo, velha maldita! Assim, além de nos livrar desse tender horrível, deixa o sítio de Atibaia para o neto e, finalmente, o molenga demonstra alguma utilidade. Mesmo porque ... Que? Que foi? Minha vez? Minha vez de quê? Ah. Claro! Como sou estabanada, né gente? Ri, ri, ri... Minha vez!

Bom, deixe-me ver ... Se minha amiga secreta fosse um animal....

FSP, 25/12/2007 p. E8

O estranhamento apontado pelo leitor pode ser desencadeado não só pelas palavras que rompem uma expectativa de texto produzida pela imagem de uma norma mais culta, mas também pela abordagem que questiona e ironiza uma tradição, e desloca valores como o da família ou o da aceitação, da resignação, da fraternidade, tão incentivados em épocas natalinas. Talvez a ruptura estilística tenha sido mais forte nesse nível conceitual do que simplesmente na superfície de uma escolha lexical que desagrada, o que significa afirmar que o questionamento sobre o vocabulário empregado pelo texto é um pretexto para endereçar a crítica ao modo como o tema foi abordado, rompendo com as expectativas sociais.

Como também aponta Preti (2001:248), “o vocabulário gírio conserva a sua condição de subpadrão lexical, pelo menos enquanto não se perde a consciência de sua origem, o que vem ocorrendo muito rapidamente na sociedade contemporânea”. A

tradição que nega a veiculação de determinadas palavras pode, portanto, ser reexaminada, produzindo inovações que tendem a ser incorporadas ou tendem, pelo menos, a produzir uma repercussão menos negativa. Essa seria a razão para, em um mesmo jornal, no mesmo dia e no mesmo caderno, apresentar diferentes formas de registro de uma palavra que está em uma condição de subpadrão lexical:

“tenho dinheiro pra c...” *versus* “Porque fazer gêmeas é difícil pra cacete”

A cantora reclama da “fama” do sobrenome. “Acham que eu tenho dinheiro pra c... e isso me prejudica. Vou pedir bolsa na academia de ginástica, neguinho me tira de milionária e não dá.” Nando Miranda cita a mesma preocupação: “Você vai tentar uma negociação de rádio ou fechar um show e as pessoas podem te ver como uma chance de ganhar dinheiro”.

FSP, 12/08/2007, p.E2

Negrini - Achei impressionante esse alarde em torno da audiência (...) Porque fazer gêmeas é difícil pra cacete, principalmente quando se tenta trabalhar com as sutilezas (...)

FSP, 12/08/2007, p.E6

A “consciência da origem” seria um fator a inibir o registro, mas a força do uso seria um fator a relativizar essa origem e a produzir novas conotações. É interessante observar um paradoxo efetivado no mundo da escrita em relação à abonação das palavras. Embora exista uma tendência padronizadora que chega a exercitar atitudes de censura, a língua escrita também exerce uma força inovadora quando começa a dar a chancela para um vocábulo, libertando-o da restrição que inicialmente o excluía do mundo escrito. A dimensão histórica da linguagem vai impondo determinados usos e relativizando determinados valores, o que confirma as forças sociais que atuam como representantes da tradição e como representantes da inovação. Esse conflito entre forças é claramente expresso na constatação do colunista Carlos Heitor Cony, quando contrasta alguns procedimentos de linguagem verificados em diferentes épocas:

Não vou comentar o mais recente escândalo que estourou por aí, comprometendo o atual governo e, de quebra, recolocando na fogueira o governo anterior. O uso e o abuso dos cartões corporativos tinham de dar naquilo que antigamente os jornais não publicavam: “mierda”. (Vai em espanhol mesmo, para não ferir os ouvidos mais sensíveis.)

FSP, 15/02/2008, p. E13

Ou, ainda, no caso de uma nota que usa a palavra, mas pede uma autorização como se fosse inevitável a sua presença para indicar uma atividade contemporânea:

(...) o boné branco, que vem com canetinhas para você (desculpe a expressão) “customizar”, sai por R\$1.400,00. (...)

FSP, Vitrine, 20/10/2007, p.2

Prova-se, mais uma vez, que a *flexibilidade* e a *adaptabilidade* são traços que também podem ser caracterizadores da língua escrita, o que dimensiona a cultura escrita como uma manifestação que, como ocorre em toda cultura, transita entre a tradição e a inovação. A seleção de palavras, talvez pela maior visibilidade das opções, ainda seja governada por uma indicação que solicita um uso socialmente controlado; daí o espanto e o estranhamento que determinados usos provocam. Mas, mesmo nesse nível de seleção, há procedimentos que revelam que o repertório vocabular implementado em um texto não é um reflexo direto de um processo de letramento que orienta que formas mais coloquiais ou de um “subpadrão lingüístico” devam ser substituídas por outras que tenham aceitação social. O grau de letramento de um usuário não seria medido por um critério simplista que faz um inventário lexical, mas por um critério funcional que avalia a adequação de determinadas formas em função da situação comunicativa específica. Assim, o texto *Amigo Secreto* não está afastado do mundo da escrita porque usou formas corriqueiras. Ao contrário, pode-se afirmar que o texto cumpre a sua função comunicativa ao ser capaz de despertar a indignação de alguns leitores, exatamente porque as palavras foram selecionadas para efetivar o tom provocativo. Seria uma atitude reducionista estabelecer uma correlação entre uma forma de coloquialidade e uma “interferência do oral no escrito” (Cf. Corrêa, 2001), como se houvesse um simples

trabalho de transcodificação e não um uso da língua escrita que intencionalmente tira proveito das possibilidades de variação inerentes às situações (Cf. Marcuschi, 2000).

Além de palavras que representam um subpadrão lingüístico, há também diferentes avaliações em relação ao fenômeno do neologismo. No exemplo que se segue tem-se um caso típico da força da tradição trazida pelos argumentos de um editorial que vaticina a morte da língua portuguesa em função da abertura ou da receptividade aos empréstimos lingüísticos. Inicialmente já é motivo de destaque um tema lingüístico ocupar o espaço nobre de um editorial, o que permite a indicação de que a questão ganhou uma esfera de polêmica que mereceu o posicionamento da comissão editorial.

Língua Morta

Uma nova ameaça paira sobre a língua portuguesa. Depois de os economistas e cientistas poluírem a última flor do Lácio com termos estrangeiros de necessidade duvidosa, vêm agora os especialistas em informática com expressões como “deletar”, “ressetar” (com um ou dois esses?), “backup” “et cetera”. Por que não usar os simples e portugueses equivalentes “apagar”, “religar” e “cópia de segurança”?

É evidente que as línguas evoluem recebendo influências uma das outras. De outro modo, o próprio português não existiria, e nós ainda estaríamos falando o indo-europeu.

Sem cair no extremo xenófobo dos franceses que, por força de lei, pretendem eliminar os anglicismos, há que se reconhecer que devem existir certos limites para a incorporação de termos de outros idiomas. Em primeiro lugar, é preciso que não exista um equivalente vernáculo, ou seja, que a nova palavra de fato enriqueça a língua e não a deturpe dando-lhe apenas um sotaque estrangeiro.

Não se trata de purismo ou amor incontido pelo passado, mas sim de preservar um léxico que permita a comunicação entre os mais variados setores da sociedade. Quem chegar a um trabalhador rural, por exemplo, e pedir-lhe que “delete” alguma coisa, certamente não se fará compreender. Já o bom e velho “apagar” é termo conhecido de todos os que dominam minimamente o português. Tentar preservar a língua adquire, assim, um caráter socializante.

A batalha contra o “informatiquês” deve ser travada enquanto é tempo, ou o idioma português correrá o sério risco de tornar-se a mais viva das línguas mortas.

A contra-argumentação para as teses defendidas pelo editorial é apresentada na voz da própria consultora lingüística do jornal que, em um texto dirigido aos vestibulandos, na seção *Português*, comenta sobre a incorporação de novas palavras:

Língua incorpora neologismos com o aval dos falantes

Thais Nicoleti de Camargo

É interessante observar a chegada de novas palavras à língua. Inventá-las com a intenção artística não é incomum entre escritores – e, a esta altura, você já pensou em Guimarães Rosa, um dos nossos mais imaginativos criadores de palavras e expressões.

Mas a invenção de palavras não está a cargo somente de escritores. O neologismo (palavra nova) pode surgir de diversas maneiras, mas, para que se fixe, é preciso que naturalmente receba uma espécie de aval dos falantes, que o incorporam ao seu vocabulário. Geralmente, acompanha novas situações, ações ou invenções.

Derivado de “terceiro”, o verbo “terceirizar” é um exemplo disso. Nomeia a prática, relativamente recente, de empresas que transferem parte de suas atividades a outra(s) para reduzir custos.

Já o verbo “deletar” (“apagar”), apesar de ter raiz latina, chega ao português por intermédio do inglês (“to delete”). Embora já contasse com o verbo “delir”, o português incorporou o “deletar”, que, no contexto da informática, foi a forma que se fixou, incorporada com a tecnologia.

Parece inútil tentar lutar contra as palavras que, por um caminho ou por outro, chegam ao idioma – mas essa é uma atitude bastante comum. Num primeiro momento, o neologismo pode causar certa estranheza e até polêmica, mas a sua admissão no idioma está condicionada a outros fatores, inclusive ao prestígio de quem faz uso dele.

Talvez por esse motivo as palavras oriundas do inglês tenham tão boa acolhida em nossa língua – elas estão associadas a prestígio social e econômico, assim como os produtos importados em geral, quase sempre vistos como superiores aos nacionais.

Hoje se ouvem palavras como “tensionar” ou “sedar” que, aliás, já constam em dicionários. “Pedagiar”, termo que recentemente passou a ser empregado para nomear a instalação de praças de pedágio em rodovias (prática que se

tornou freqüente após a privatização de estradas), deve garantir seu lugar no inventário de termos do português, pois integra o repertório das pessoas.

Se corresponde a uma necessidade, o neologismo incorpora-se espontaneamente ao léxico da língua. A dicionarização ocorre após a fixação natural da palavra entre os falantes.

FSP, Fovest, 11/09/2003

No texto de Thaís Nicoletti de Camargo, destaca-se a força da inovação quando se constata a incorporação de novas palavras com o aval dos falantes, o que leva a indicar a inutilidade de se combater os neologismos (“*Parece inútil lutar contra as palavras*”). Em direção oposta, o editorial conclama uma atitude de defesa (“*a batalha contra o ‘informatiquês’ deve ser travada*”).

Conforme salientado no comentário de outros exemplos, a presença de uma comunidade variada de leitores justifica o tom conservador manifestado no editorial em função de ser um texto tipicamente lido por um segmento que tende a aceitar, ou pelo menos a não estranhar, a concepção lingüística defendida. Por outro lado, o tom mais contemporâneo é praticamente exigido para o diálogo estabelecido com os leitores de um caderno que prioriza a interlocução com vestibulandos basicamente identificados como jovens. Além dessa conformidade com o público, um caderno que tem uma função pedagógica e que segue as tendências de vestibulares das grandes instituições de ensino não pode apresentar uma concepção de língua que esteja em desacordo com uma visão contemporânea. Assim, embora os textos sejam publicados em um mesmo veículo que supostamente agrega os leitores em uma mesma classe social, as concepções lingüísticas trazidas pelos dois textos vão se diferenciar por um inevitável conflito geracional que se manifesta entre os valores estabelecidos e os valores em transformação. É por essa razão que seria considerada uma atitude reacionária, e pouco produtiva, propor para os leitores do caderno *Fovest* algum tipo de censura lingüística porque o grupo de leitores focado tem naturalmente a receptividade pelas mudanças e encontra no vocabulário uma entrada bastante operacional para promover as diferenças lingüísticas e instituir uma comunidade específica de usuários. Numa outra dimensão, prescrever algo como a substituição de *deletar* por *apagar* não faz sentido para um usuário da língua que tem uma presença significativa da tecnologia em suas atividades cotidianas. Essa atitude de censura também não faz sentido exatamente pela força do

uso que fixou um léxico que, no caso, transcende a questão da faixa etária e se desloca para o terreno do domínio técnico. Não é sem razão que, “no português contemporâneo falado no Brasil, as terminologias científicas e técnicas constituem a maior fonte de criatividade léxica” (Alves, 1990:87).

1.7. Diferentes convenções para uma mesma palavra

As decisões microestruturais localizadas no código podem apresentar uma repercussão muito mais ampla do que aquelas descritas apenas pela escolha correta da letra que segue a convenção.

Os sistemas de escrita alfabéticos, como o da língua portuguesa, estão baseados em um princípio fundamental: diferenças no sistema gráfico remetem a diferenças do sistema sonoro. No entanto, esse princípio não se manifesta em todos os casos: existem diferenças gráficas que remetem a diferenças no significado. A possibilidade de atuação de vários princípios no mesmo sistema de escrita demonstra que a tensão verificada em outros níveis de organização também está presente nas escolhas das letras e, portanto, a ortografia pode representar um campo de disputa, muito embora a sua função seja nitidamente padronizadora, o que resulta em uma flexibilidade limitada a uns poucos casos e situações.

Concretizando os diferentes princípios que podem atuar como critérios para definir um padrão para o código escrito, tomam-se como exemplos de proposta de mudança ortográfica os casos das palavras *Mercosul* e *taxar*, retirados de sugestões apontadas pelo então ombudman do jornal *Folha de S.Paulo*:

Na ponta da língua

Na quinta-feira a Folha publicou uma revista especial sobre o Mercosul, em colaboração com o diário argentino “Clarín”. Um bom pretexto para trazer à luz uma questão proposta inicialmente pelo poeta Régis Bonvicino: como se pronuncia o nome do novo bloco econômico?

Todos falam “mercossul”, sibilado. Pelas normas fonéticas da língua portuguesa, o certo seria “mercozul” (mantendo-se a grafia com um só “s”). Já em espanhol o “s” único e a pronúncia coincidem: Mercosur/ “mercosur”.

Em resumo, apesar das análises econômicas que apontam a preponderância do Brasil nessa nova aliança, no campo da língua tudo indica que ele se dobra a um imperialismo do Prata. Ou, quem sabe, a um sentimento de inferioridade antigo e injustificado, que leva a uma imitação inconsciente.

Antes que o país seja invadido e até mesmo o valoroso portunhol pereça, proponho que os brasileiros – ou pelo menos a Folha – passem a escrever “Mercossul”.

FSP, 29/01/95

Na ponta da língua

A Folha anda se excedendo com o xis, essa letra exótica, digna de ser extinta. No domingo em que o caderno Tempo Real já deixava de ser caderno, o excelente texto “Catastrofistas vêem risco de um novo 29” saiu com a seguinte excrescência: “jogar suas fixas na aposta...”. Mais adiante, outro tropeço na letra-encruzilhada: “taxados ora de nacionalistas, ora...”.

Na crítica interna da edição, esperneeí. O Erramos saiu, dias depois, mas só corrigiu o primeiro escorregão. Chieí de novo e recebi da Secretaria de Redação uma resposta lacônica: “Taxar / tachar pode ser as duas formas”.

Até aí morreu Neves, pensei comigo. “Taxar” é pôr preço ou cobrar imposto; “tachar” significa apontar tacha (mancha) ou, em sentido figurado, qualidade ou aspecto negativo.

Por via das dúvidas fui checar nos dicionários. A única justificativa que encontrei – e que provavelmente serviu de apoio para a Redação recusar-se a retificar o erro evidente – foi um estranho comentário de Leite de Vasconcelos citando Aires da Mata Machado Filho, abrigado no “Novo Dicionário Aurélio” (verbete “tachar”).

Por economia de espaço, deixo de reproduzi-lo aqui. O argumento central é que “tachar” pode ser usado só para atribuir qualidades negativas a alguém ou a alguma coisa, mas “taxar” (no sentido de atribuir valor) serve tanto para as negativas quanto as positivas. “Ambos os verbos significam, ao cabo de contas, o resultado de um julgamento.”

Ora veja. Não só descobri que o que aprendera anteriormente estava errado, como reinstaurou-se a confusão. Vale quase tudo, quanto a taxar/tachar. Mas garanto que vou continuar fazendo a separação acima, pois sou a favor da clareza e da distinção.

Mais ainda, adquirir uma nova e curiosa expressão: “ao cabo de contas”. Inútil, diga-se, porque pretendo nunca empregá-la. Quanto a saboreá-la, são outros quinhentos.”

FSP, 05/02/95

No caso da mudança Mercosul / Mercossul, o argumento básico que autorizaria a proposta é uma maior proximidade das regras de decodificação ortográfica convencionalizada pela língua portuguesa: a letra *s* entre duas vogais é lida como [z] e, portanto, não estaria ocorrendo um uso adequado do código, já que a pronúncia dessa palavra é [merko'suw], o que abonaria o uso de *ss*. Portanto, estaria ocorrendo uma infração ao princípio alfabético que procura uma correlação entre letras e sons; ou, noutros termos, a representação gráfica não estaria compatível com a realização sonora. Embora a sugestão de mudança apresente nitidamente uma conotação política (trata-se de uma busca de auto-afirmação nacional), tecnicamente não se justificaria em função da palavra ser uma sigla e, portanto, nesses casos, a preocupação com o significado pode anteceder a necessidade de se seguir uma prescrição do código baseada em um raciocínio que prioriza vínculos sonoros. Na argumentação para justificar a alteração, o texto erroneamente apela para as “normas fonéticas da língua portuguesa” estabelecendo uma confusão entre as possíveis restrições fonotáticas (no caso, é possível ter-se a pronúncia [z] entre vogais, como em *asa* [‘aza]) e os condicionantes ortográficos (no caso, a regra de decodificação que relaciona uma leitura de [z] quando a letra *s* está no contexto intervocálico).

No caso da mudança *tachar* / *taxar*, o argumento recorre a uma distinção de significados, partindo-se do pressuposto de que as diferenças gráficas traduzem diferenças de significados. Nesse momento, o mesmo autor que buscou na pauta sonora o argumento para a mudança da sigla *Mercosul*, passa, agora, a valorizar os aspectos ligados ao significado (“*sou a favor da clareza e da distinção*”), mostrando o quanto os critérios que definem a representação escrita são mais maleáveis do que teoricamente se supunha.

Nesses dois casos de sugestão de mudança, as relações discursivas se sobrepõem, em muito, à simples relação entre grafemas e fonemas, o que é um indicativo de que as representações estabelecidas em um nível microestrutural podem

ser reflexo de uma polêmica que se instaura em termos muito mais amplos.

A mesma polêmica instaurada entre usar um procedimento ideográfico (privilegiar o significado) e aplicar um princípio alfabético (privilegiar o som), pode ser constatada nos diferentes critérios aplicados, em uma obra de referência normativa, para justificar a recomendação para escrever *fôrma* com a indicação da abertura vocálica e para rejeitar a escrita de *imbróglio*.

Considere os verbetes:

forma (ô). *O Novo Dicionário de Língua Portuguesa de Aurélio traz fôrma, na acepção de molde. Aurélio julga necessário o acento diferencial em forma (ô), porque, sem ele, em certas frases, a distinção entre forma (ô) e forma (ó) se tornaria impossível. E exemplifica com estes versos de Manuel Bandeira: “Vai por cinquenta anos / Que lhes dei a norma: / Reduzi sem danos / A fôrma a forma.” Parece-nos que em casos como esse, podemos escrever fôrma, com acento, ainda que contrariando a grafia oficial.*

imbrólio. *[Do it. imbróglio.] S.m. Confusão, trapalhada, embrulhada; dramalhão de enredo complicado e confuso. Em italiano se pronuncia imbrólio; em português, imbrólio, e assim deve ser grafado este vocábulo já aportuguesado. No entanto, quase todos os dicionários trazem imbróglio, grafia inaceitável.*

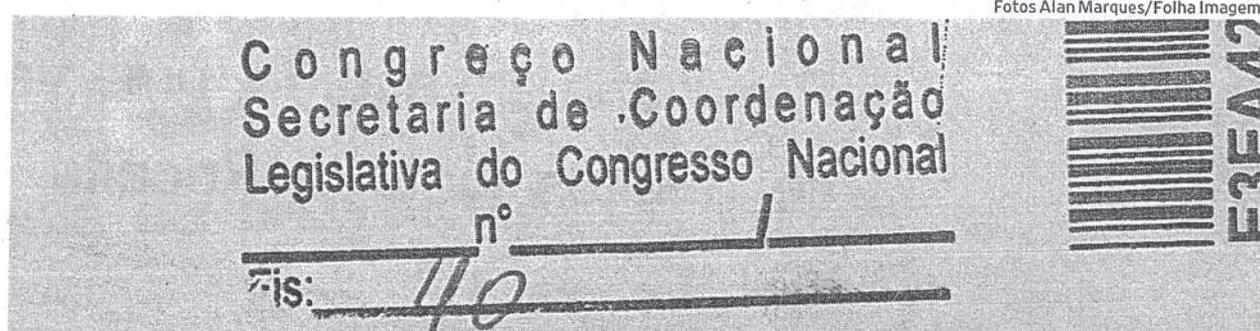
Cegalla, Domingos Paschoal. Dicionário de dificuldades da língua portuguesa. 2.ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

No primeiro caso que justifica a inclusão de um acento gráfico na palavra *fôrma* há um nítido apelo a um critério semântico que vincularia de forma mais transparente o significado e evitaria as construções ambíguas exemplificadas no verbete. Já no segundo caso, a sugestão de grafar *imbrólio* tiraria uma marca alienígena da língua portuguesa e promoveria vinculações sonoras mais transparentes. Ressalta-se, no entanto, que a opção pelo registro gráfico de **l** (*lio*) ao invés de **lh** (*lhio*) também é governado por um critério arbitrário que não anula a força de uma convenção. Ou seja, embora se retire um critério etimológico que denuncia a origem estrangeira da palavra, não haverá um critério fonético que estabeleça vínculos diretos com a pronúncia brasileira e que seja, portanto, mais fácil ou mais legítimo do ponto de vista representacional.

Muitas das discussões sobre a escolha das letras e das convenções do código são o resultado de uma discussão política que envolve a marcação de uma nacionalidade.

Exemplificam essa dimensão dois casos emblemáticos: a polêmica que envolveu a presença do ñ nos teclados europeus como uma pressão da comunidade hispânica e a polêmica em relação à grafia de palavras que usam o ç em língua portuguesa. Nesse último caso, para alguns, é o processo de internacionalização que justificaria uma mudança de Iguazu para Iguassu ou de Cupuaçu para Cupuacu, numa nítida preocupação em se tirar o “exotismo” de um código e de se favorecer um processo de decifração para aqueles que não têm conhecimento da língua portuguesa.

Além da discussão sobre a possibilidade de atuação de diferentes princípios em um mesmo sistema de escrita, tem-se o fato inegável de que a ortografia, pela sua força padronizadora, é um parâmetro bastante usual para a avaliação de um perfil adequado de usuário da escrita. Daí que determinados problemas são admitidos e outros não. O simples fato de um veículo de comunicação impresso noticiar em primeira página a existência de um erro de escrita mostra a projeção social que o tema pode adquirir. Foi o que aconteceu no exemplo da palavra *congresso* registrado com ç em um carimbo oficial:



» SEU CREYSSON
Um carimbo com um erro de português fez com que milhares de documentos estampassem um 'Congreço Nacional'; segundo a Secretaria Geral do Senado, um funcionário encomendou o carimbo por conta própria

A “ocorrência” lingüística evidentemente traz um elemento avaliativo que extrapola o desempenho lingüístico, mas, a partir dele, tem-se a entrada para a ampliação da crítica que identifica o Congresso Nacional como espaço de pouco zelo, pouca atenção. O produto escrito, por permitir uma atividade de planejamento e revisão, incorpora de forma mais evidente os padrões de correção e a visibilidade de um problema torna-se maior em função do registro documental permitido pela escrita. Essa maior visibilidade é que permite uma contra-argumentação daquele que faz a crítica interna do jornal e, neste caso, desaprova o tom da avaliação, indicando que não existe imunidade em relação aos erros:

O Seu Creysson são os outros

*A **Folha** estampou no alto da **Primeira Página** da quarta-feira um documento com carimbo do Congresso nacional no qual se lia “Congreço”, com ç. Milhares de papéis do Senado e da Câmara foram carimbados assim.*

Sob a mesma reprodução, na p. A4, o jornal tascou o título “Seu Creysson”, o personagem do Casseta & Planeta que martiriza o idioma.

Concordo que era o caso de noticiar, mas não o de tripudiar. Ainda mais com tanto destaque. O telhado é de vidro.

*No domingo a **Revista da Folha** escreveu “convalescência” (sic) em vez de “convalescença”. O caderno **Fovest** deseducou na terça ao falar ombros “tencionados” (sic); queria dizer “tensionados”.*

*Na quinta-feira, **Cotidiano** afirmou que um elevador foi “concertado” (sic), em vez de “consertado”. Na sexta, **Esporte** perpetrou, às vésperas de jogo: “Há (sic) três dias do clássico”. No dia 23 de setembro, **Brasil** subverteu a letra do Hino Nacional.*

Todos esses erros foram apontados por leitores. Talvez eles não pensem que o Seu Creysson viva no planalto central ...

Registro: a Folha ignorou o seu “Manual da Redação” ao omitir que o “Congreço” saiu antes, na véspera, no “Correio Braziliense”.

FSP, Coluna do Ombudsman, 07/10/2007, p.A8

Outros exemplos de problemas ortográficos que são amplificados pela mídia:

Dicionário

Ontem de madrugada, Amaury Jr. propagandeava seu portal de internet em seu programa na Rede TV!. Mostrou então o blog da repórter-tiete Maria João Abujamra, cujo título era “A viagem continua...”

Dica turística

A próxima parada dessa viagem bem que poderia ser um curso de ortografia.

FSP, 17/06/2008, p.E8

***Doeu.** Foram identificados um “empobresse” e um “obcesão” nas legendas que acompanham a fala de José Maria Eymael (PSDC).*

FSP, Painel, 16/08/2006, p.A4

Caderno com dicas para professores traz a palavra ensino escrita com “c”

Estado diz considerar falha “menor” porque os alunos não têm acesso ao livro

Tratado como bússola para uma educação de qualidade para São Paulo, o caderno distribuído pelo governo José Serra (PSDB) para ensinar os professores a dar aula traz um erro de português que causa arrepios nos educadores. Ensino é escrito com “c” de cebola: “encino”.

(...)

“Meu Deus!”, foi a reação do presidente da Apeoesp (sindicato dos professores estaduais), Carlos Ramiro, ao ser informado do erro encontrado pela Folha no caderno do professor. “Eles entregam o material sem nenhuma revisão”, afirmou ele, crítico contumaz do uso dos cadernos.

A Secretaria de Estado da Educação informou que o “encino” foi um erro de digitação que escapou das equipes que escrevem e revisam o material distribuído aos professores.

Diz considerar uma falha menor porque, no mesmo livro, a palavra ensino foi escrita várias vezes de forma correta, e os alunos não têm acesso ao material – só os professores. “A secretaria identificou pelo menos mais de 350 palavras

'ensino' escritas de forma correta em todos os [76] guias. (...) A pasta diz que não vai recolher o material, mas "os professores da rede estadual já foram alertados sobre o erro."

A pasta não informou quantas cópias foram distribuídas do livro pelo Estado.

FSP, 06/06/2008, p.C5

Nesses exemplos, novamente, as questões ortográficas, por indicarem a força da convenção e a força documental, ganham um lugar de destaque porque podem indicar falta de zelo e, portanto, podem oferecer material para a crítica que avalia o desempenho não só de quem escreveu, mas principalmente, no caso, da instituição que assina o documento. Destaca-se que apenas uma ocorrência errada, no conjunto de outros acertos, foi suficiente para ativar uma crítica à estratégia política adotada pela Secretaria de Estado de Educação de São Paulo e também foi suficiente para que se veiculasse uma errata para minimizar os estragos causados.

No mesmo nível ortográfico, no entanto, os desvios da convenção podem provocar efeitos de sentido que ultrapassam os procedimentos de codificação e requerem uma projeção de crítica ao comportamento do "falante". São os casos do registro desviante das palavras "muderno" e "otoridade" nos textos que se seguem:

Coronelismo "muderno"

Plínio Fraga

(...)

Roseana tem 60% das intenções de voto e acha que debates políticos não contribuem para o futuro do Maranhão. Donde se conclui que o Maranhão não tem futuro. O coronelismo "muderno" sim.

FSP, 28/09/2006, p. A2

Falta Descartes, sobre Maria Antonieta

Renato Mezan

(...)

“O governo tem esperança (sic) de que a situação se resolva em duas semanas”, declarou uma “otoridade” em meio à operação-padrão deflagrada pelos controladores em outubro de 2006.(...)

FSP, 29/07/2007, Mais

A “otoridade” do visconde do poço

Vinicius Torres Freire

(...)

“Lima seria até então apenas falto de instrução sobre a prudência, sobre normas de mercado, sobre os limites funcionais de seu cargo, talvez inimputável ou incapaz, como os loucos de todo o gênero, as crianças e os silvícolas do Antigo Código Civil. Mas, ontem, Lima virou “otoridade”, o visconde do poço.

(...)

Como diz ter sabido de informações não oficiais por meio de fontes na “operadora”, Lima poderia ao menos ter argumentado que, na verdade, referia-se à telefonista ou à telefônica, que hoje em dia têm esse nome estranho, “operadoras”. Mas não, preferiu virar fera, “otoridade”, “ni mim ninguém manda”. (...)

FSP, 16/04/2008, p. B4

Com essa exemplificação de desvio, comprova-se que uma decisão local que envolve a escolha de uma letra e seu conseqüente parâmetro ortográfico pode repercutir em uma crítica contundente que produz um efeito de ironia. É evidente que alguns dispositivos notacionais vão referendar essa intenção, como é o caso da presença das aspas ou de outro recurso de formatação que sinalizam a autorização para a forma desviante. Vários desses recursos de formatação, além da própria lexicalização, vão permitir, inclusive, o registro de traços suprasegmentais que caracterizam uma situação de fala. Esses registros mostram as propriedades representacionais disponíveis na escrita e relativizam a idéia de que características entonacionais não possam ser registradas (cf. Cagliari, 1989). Alguns exemplos dos recursos de que se vale a escrita:

“(...) *Estou bem, não me sinto velho [ênfatisa a palavra], mas há diferenças, agora preciso usar óculos para ler. (...)*”

FSP, 11/05/2007, p.E13

(...)“*É sempre consagrador, é ‘o’ prêmio da língua portuguesa, não deixa de ser especial*”(…)

FSP, 28/07/2008, p.E3

Todos esses recursos poderiam simplesmente indicar as propriedades específicas de cada modalidade, inclusive apelando-se para a distinção ‘prosódia para a fala *versus* pontuação para a escrita’ (cf. Jahandarie, 1999:113-4). No entanto, embora esses traços lingüísticos possam ser caracterizadores de recursos tipicamente presentes em cada modalidade, seria igualmente reducionista apontar apenas a presença ou a ausência de traços entonacionais, assim como a presença ou ausência de marcas de pontuação para estabelecer procedimentos de comparação.

1.8. A força dos julgamentos

Ainda na trilha do mito de Proteu que inspirou Heath (1982b) ao defender a idéia de *flexibilidade, adaptabilidade e versatilidade* para construir uma etnografia do letramento, buscou-se, pelos inúmeros exemplos discutidos, demonstrar que esses traços não são pertinentes apenas para a definição de usos e funções da escrita. Na própria constituição da língua escrita esses traços parecem que lhe são inerentes, exatamente porque os usuários sempre fazem julgamentos lingüísticos que incluem não só aspectos interpretativos, que buscam confirmar ou refutar uma determinada produção de sentido, mas também julgamentos estéticos, que configuram uma determinada visão de língua em que estão invariavelmente presentes pontos de tensão entre a inovação e a tradição. O depoimento, a seguir, explicita bem essa confrontação entre diferentes visões da língua:

Gramática

“Não tenho certeza se concordo com Pasquale Cipro Neto (Cotidiano, 4/10), que brinca com a demissão do gerundismo pelo governador José Roberto Arruda. Sei que toda língua é viva e democrática e que não cabe a ninguém censurar, mas é que existem certas modinhas que doem nos ouvidos. Além dos trambolhos que já estão por aí – como ‘a nível de’, ‘com certeza’, ‘a sociedade como um todo’, ‘enfim’ e o próprio gerúndio – vem agora o novo hit: ‘o futuro do pretérito’ – ‘Para quando seria?’, ‘Quanto custaria?’. O pior que essa praga pega! O professor deve ter razão, não se pode policiar idiomas, mas que dá uma coceira, isso dá.”

José Luis Bombonatti (São Vicente, SP)

FSP, 06/10/2007, p.A3

Nesse exemplo, o leitor julga algumas ocorrências lingüísticas e, embora aceite um discurso relativista que abona as formas, explicita suas preferências e elabora a sua avaliação exatamente porque as formas lingüísticas são resultado de um comportamento social e todo comportamento social é alvo inevitável de constantes julgamentos.

Como segunda inspiração do uso do mito de Proteu, referenda-se a tese defendida em Heath (1982b:111) de que a melhor maneira de se descrever a relação entre a língua oral e a língua escrita é a de se admitir a existência de dois *continua* que eventualmente podem se sobrepor. Uma visão que trata oralidade e escrita como *continuum* ainda peca pelo reforço a uma visão dicotômica que traz conseqüências negativas para a descrição do fenômeno. É essa visão dicotômica que serve para amparar muitos dos argumentos instaurados pela visão prescritivista que toma a língua escrita como único modelo para os padrões de correção.

Uma terceira inspiração trazida pelo estudo de Heath é o postulado sobre a relação estabelecida entre forma e função. Também nessa discussão teórica invoca-se o mito de Proteu para demonstrar que formas são criadas para determinadas funções assim como determinadas funções exigem determinadas formas. Ao assumir essa complexa relação de mão dupla, a etnografia da língua escrita aqui proposta distancia-se de uma visão mais radical que advoga que são “as formas que se adequam aos usos e não o inverso” (Marcuschi, 2000:16) e que “são os usos que fundam a língua e não o contrário” (Marcuschi, 2000:60). Os inúmeros exemplos, apresentados com o objetivo

de se destacar os contrastes presentes em diversos níveis, evidenciam as formas lingüísticas se adequando aos diferentes usos sociais, mas também indicam como as diferentes formas são escolhas que repercutem em diferentes usos. Nessa mesma direção, sabe-se da força da situação de uso como agente que promove escolhas e define restrições, mas também indica-se o lugar das restrições gramaticais como um campo que define possibilidades de uso.

1.9. O discurso da recomendação

Uma etnografia da língua escrita não está adequadamente configurada se não apresenta quais são os critérios explicitados para se garantir o seu ideal de funcionamento. Após o confronto entre várias situações de uso que instalam, de forma inequívoca, a diversidade lingüística, discutem-se, agora, situações em que há procedimentos mais diretos de orientação aos usuários da escrita.

As colunas especializadas em orientar os usuários da escrita e o manual da redação são fontes bem interessantes para, de um lado, analisar a visão de língua escrita projetada como a mais adequada, a que deve ser seguida e, de outro, para explicitar os possíveis pontos de divergência entre a idealização e a realização.

1.9.1. Desfazendo ambigüidades: a avaliação de algumas estratégias de correção

Para ilustrar a busca de uma adequação estrutural que possa produzir um grau máximo de transparência semântica, apresenta-se, a seguir, um exemplo retirado de um caderno semanal do jornal que orienta os vestibulandos. Na seção *Redação do Leitor* são enviados textos para correção e, não raro, como ilustra o exemplo, tem-se a identificação da ambigüidade como um dos principais problemas. A avaliação sugere uma outra forma de organização que eliminaria a indesejável situação de dupla interpretação para a forma pronominal “seu” presente na primeira frase do texto:

A violência tem causado temor na população devido ao seu crescimento. Antes restrito predominantemente nas grandes cidades, começa a haver mais focos no interior.

Seu aumento tem como causa principal o desemprego. A maioria mão-de-obra desqualificada que não é absorvida pelo mercado. Há ainda os que são corrompidos pelo narcotráfico, pois perante a fragilidade do programa do governo, têm quase certeza de que não serão punidos. (...)

Na identificação dos vários problemas do texto, a ambigüidade é o aspecto negativo que abre a lista: “*Ambigüidade: seu (da violência ou da população?)*” , seguida de uma sugestão de correção que eliminaria o problema: “*sugestão: ‘Em razão do seu crescimento, a violência.’...* ”. Mais do que a identificação do problema lingüístico da ambigüidade, a explicitação dos critérios de correção revela os princípios que orientaram a concepção de texto escrito assumida pelo avaliador:

“Como essas idéias são amplamente divulgadas – e não propriamente originais - , o que ganha importância num texto como esse é a organização do pensamento, que deve revelar a capacidade de expressão exata do raciocínio. E isso inclui uso preciso do vocabulário e das fórmulas sintáticas.

(...)

Para que as frases fiquem mais claras, é importante evitar ambigüidades e repetições desnecessárias. Além disso, é preciso respeitar o paralelismo das construções (veja o primeiro parágrafo), assim como buscar a ordem das palavras mais conveniente à clareza.”

O critério que apontou a ambigüidade para a primeira ocorrência do pronome na primeira frase do primeiro parágrafo da redação, em função dos dois candidatos potenciais que poderiam lhe servir de referência, não se aplicou no segundo parágrafo subsequente, em que o mesmo pronome volta a aparecer (*Seu aumento...*). A correção proposta cumpre o objetivo de eliminar a ambigüidade de uma forma pronominal, tomando a fronteira de uma única frase como o escopo da interpretação.

Essa visão estrutural mais restrita impõe soluções locais que também vão atuar somente na esfera do problema, o que justificaria uma mudança apenas na ordem das palavras. No entanto, quando se pensa na organização do tópico textual que organiza o desenvolvimento do tema, nota-se que “a violência”, com a implementação da correção, perde a sua posição de destaque (primeira posição da frase). Essa mudança repercute na própria progressão do texto, já que o pronome “seu” abre o segundo parágrafo e depende crucialmente da disposição dos elementos presentes no primeiro parágrafo.

Os procedimentos de correção revelam, portanto, a crença na transparência das estruturas, reforçando uma visão imanentista da língua. Esses procedimentos também desconsideram que a construção da referência “é uma atividade conjunta, colaborativa e situada” (Marcuschi, 2001a:45), o que relativiza o esforço de, a todo custo, eliminar qualquer opacidade manifestada no processo de interpretar as formas lingüísticas. Nas justificativas para a transparência, ao contrário da ênfase colaborativa, destaca-se que o texto “deve revelar a capacidade de expressão exata do raciocínio”, o que permite deduzir que os problemas detectados são tributados aos problemas de raciocínio.

Um outro exemplo de procedimento de correção identificado em outra situação de avaliação de um texto de aluno, apresentado na mesma seção do caderno dirigido aos vestibulandos, diz respeito ao uso de artigos definidos e indefinidos. Apresentam-se alguns trechos e a forma lingüística que foi objeto de correção:

Aprendendo a votar

Escolher um candidato às vésperas de eleições não é tarefa fácil. Especialmente porque durante seu mandato pouco conhecemos sobre suas ações, pois mantêm-se praticamente anônimos. (“candidatos”)

(...)

O programa de governo de cada partido deve ser consultado visando uma escolha coerente com as urgências da população. Este aspecto precisa ser mais valioso do que aparência, sobrenome e valores religiosos dos candidatos (“o”, “a”, “os”)

FSP,12/09/2002, Fovest, p.6

Do ponto de vista dos padrões de correção que perseguem um texto escrito, verifica-se uma pouca aceitação de alguns fenômenos lingüísticos, como por exemplo, a possibilidade de uma indeterminação do artigo (“*um candidato*”) remeter a uma idéia de plural, mesmo que a forma lingüística se apresente no singular. A força da generalização marcada pela indeterminação do artigo é suficientemente abrangente para cogitar vários candidatos. Essa possibilidade interpretativa foi desconsiderada quando se apresentou a substituição de um SN (*um candidato*) por um SN no plural (*candidatos*). As conseqüências dessa alteração não foram projetadas para as outras formas lingüísticas que aparecem no decorrer do texto. Assim, na frase seguinte (“durante *seu* mandato ...”) tem-se a ocorrência de formas no singular e no plural (*seu* mandato, *suas* ações, *anônimos*) sem que existam problemas de construção da referência que particulariza e generaliza ao mesmo tempo.

Contrariando a tendência de correção apontada pela avaliação da redação do vestibulando, apresenta-se um exemplo de uso de formas lingüísticas que potencialmente trazem dificuldade de interpretação. No título da notícia, reproduzida a seguir, encontram-se duas formas pronominais que comprometeriam a identificação de uma referência imediata e, portanto, não apresentariam a transparência semântica requisitada pelos padrões textuais que advogam o “uso preciso” das formas lingüísticas:

Elas enfrentam o desemprego deles

Na construção desse título, mesmo na ausência de recursos não-verbais, como ilustrações ou fotos, é estabelecida uma complexa relação de referência que permite ativar uma interpretação pertinente para as duas formas pronominais (*elas* e *deles*). Além das pistas morfológicas que vão selecionar candidatos potenciais que mantenham uma congruência gramatical induzida por relações de concordância, é evidente que conhecimentos partilhados vão exercer um papel ainda mais fundamental para a identificação de referentes e, também, para a construção de um processo de referenciação. Dentre os candidatos que emergem, listam-se palavras como mulheres, esposas, homens, maridos, que caracterizam escolhas naturais e quase automáticas para estabelecer os vínculos semânticos que promovem a referenciação. A tarefa interpretativa revela-se, por um lado, simples, pela possibilidade de construção de hipóteses pertinentes e, por outro, complexa, pela diversidade de conhecimentos lingüísticos e não-lingüísticos envolvidos e, mais, partilhados pelos interlocutores (cf. Clark, 1992). A apresentação da abertura do texto, reproduzida a seguir, confirma a pertinência das hipóteses de leitura e comprova que uma suposta transparência semântica não é derivada apenas de escolhas lingüísticas consideradas “claras, objetivas”. As palavras “marido” e “companheiro”, mesmo estando no singular, são formas que se vinculam ao pronome “deles”, o que demonstra que a referenciação se vale das condições comuns e partilhadas de construção de conhecimentos, indicando que a tarefa de interpretação pronominal não se restringe simplesmente a buscar um antecedente ou um sucedente que compartilhe das mesmas características formais. Para a seleção dos candidatos, ressalta-se a importância do conhecimento de mundo ativado pela identificação do conteúdo semântico das palavras *enfrentam* e *desemprego*.

Elas enfrentam o desemprego deles

Em tempos de crise, ter marido desempregado se tornou uma realidade para muitas mulheres, que assumem sozinhas as despesas da casa. Encarar a situação não é fácil, mas é possível ajudar (e muito) o companheiro.

Lia Hama

(<http://www.msmn.com.br/mulher/diadia> texto capturado em 06/08/02)

Os exemplos mostram que é pertinente caracterizar como ambígua qualquer situação em que concorrem duas ou mais possibilidades interpretativas. Por outro lado, o julgamento dessas potencialidades interpretativas não deve ser restrito a uma visão muito linear da interpretação, exatamente porque as informações partilhadas pelos interlocutores, de um lado, e a própria progressão textual, de outro, podem oferecer pistas significativas para a construção de uma hipótese preferencial, e talvez até única.

Seguindo a diretriz metodológica de relativizar alguns preceitos, convém que se apontem os casos em que, mesmo no discurso jornalístico, se busca uma suspensão temporária da interpretação como uma estratégia de construção textual. Comum em vários textos opinativos e analíticos que fazem uma abertura ampla de referentes no primeiro parágrafo, essa suspensão estaria embasada nessa capacidade colaborativa instaurada entre os interlocutores. Para esses textos, a presença de uma transparência semântica logo no início pode revelar-se em estratégia pouco produtiva em função da natureza de um texto que, dentre as suas ambições, está a de garantir a leitura até o final, fato que não se projeta na mesma proporção para os textos mais noticiosos.

‘Ela’ deslumbra brasileiros

“Ela” é imponente. A maior do mundo. Uma das estrelas dos Jogos, está em Atenas há cinco dias, supervigiada e vivendo noites agitatíssimas. Hoje, “ela” começa a se despedir de Agnelo Queiroz, ministro do Esporte.

“Ela”. É assim, no pronome feminino, que os pouco mais de 1200 tripulantes se referem ao Queen Mary 2, o maior transatlântico do mundo, hotel flutuante dos VIPs mais VIPs dos jogos.(...)

FSP, Especial Atenas 2004, 16/08/2004

Ela não protestou nua, nem fez greve de fome, nem abraçou as árvores, mas conseguiu uma vitória considerável para qualquer ativista ecológico. Para provar a viabilidade da agricultura sustentável e a importância de se pensar a alimentação politicamente, a escritora Bárbara Kingsolver e sua família viveram um ano só comendo alimentos orgânicos que produziam na própria fazenda ou trocavam com pequenos agricultores vizinhos.(...)

FSP, Equilíbrio, 19/06/2008, p.4

A definição foi dada por David Coulthard após o GP da Alemanha. “O segredo? Ele tem um carro veloz como uma Ferrari, mas não é resistente como um trator.”

“Ele” é Michael Schumacher. Que completou em Hockenheim 50 corridas sem quebras. E que, beneficiado justamente por um problema no carro de Kimi Raikkonen, seu único adversário ontem, conquistou a 11ª vitória em 12 GPs disputados neste mundial. (...)

FSP, 26/07/2004, p. D4

Elas estão descontroladas

Foram movimentos seguidos. Uma explosão, um princípio de descontrole. E uma implosão.

Assim que a juíza apitou o final do jogo, as atletas brasileiras explodiram em comemoração. Agarradas a bandeiras do país, abraçaram-se, jogaram-se no chão. Choraram. Extravasaram.

Minutos depois, saindo do vestiário, veio a implosão. Era outro grupo. Eram outras pessoas. Calmas, tranqüilas, evitaram declarações entusiasmadas ou comparações.

(...)

FSP, 24/08/2004, Especial Atenas 2004, p.3

Como era esperado, há um nítido descompasso entre as estratégias usuais presentes nos textos analisados e a recomendação que prescreve os usos considerados mais corretos. Assim, reafirma-se que o discurso prescritivista, ao tratar os fenômenos lingüísticos de uma forma mais abstrata e autônoma, reforça a polarização entre os traços que seriam típicos da modalidade oral e da escrita e convertem as diferenças em recomendações que tentam retirar aspectos que, abstratamente, são considerados negativos, como a ambigüidade e, por conseqüência, indicar a falta de clareza ou a ausência de explicitude como características que comprometem uma produção textual.

1.9.2. Neutralizando ambigüidades: a busca da objetividade no discurso jornalístico

Alguns preceitos explicitados pelo jornal *Folha de S.Paulo* tentam direcionar o texto jornalístico pela busca de um projeto editorial de maior clareza e didatismo, com o intuito declarado de favorecer o leitor, oferecendo-lhe os elementos necessários para um processamento adequado das informações.

Muitos dos trechos presentes no *Manual da Redação* são significativos para a construção de uma imagem de leitor que se procura atingir. Concomitantemente a essa imagem de leitor, é possível reconhecer, nas orientações, procedimentos que traduzem também uma visão de língua, em especial porque a relação com o leitor será mediada por um produto textual que precisa ser apresentado segundo um formato desejado. Assume-se, por exemplo, o leitor como consumidor de um produto, “público que consome a mercadoria-informação” (p.13). Para favorecer esse “consumo”, caberia ao jornal “informar com exatidão” (p.15), oferecendo uma “redação clara e precisa” (p.19). A meta, portanto, é a “busca da objetividade” (p.22), materializada em recomendações que postulam, por exemplo, a necessidade de “contextualização” das informações: “Todo texto deve ser redigido a partir do princípio de que o leitor não está familiarizado com o assunto. Explique tudo de forma simples, concisa, exata e contextualizada” (p.62).

Os trechos que se seguem são importantes por apresentarem algumas das regras que devem, segundo os editores, nortear o processo de produção textual, em especial por registrarem os procedimentos de construção de uma escrita que tenta atingir a meta da objetividade:

a) *“A reprodução das declarações deve ser literal. Só podem ser reproduzidas entre aspas frases que tenham sido efetivamente ouvidas pelo jornalista, ao vivo ou em gravações. Reproduzir declarações textuais confere credibilidade à informação, dá vivacidade ao texto e ajuda o leitor a conhecer melhor o personagem da notícia”.* (p.39)

b) *“Na reprodução de declaração textual, seja fiel ao que foi dito, mas, se não for de relevância jornalística, elimine repetições de palavras ou expressões da linguagem oral: hum, é, né, tá, sabe?, entende?, viu? Para facilitar a leitura,*

pode-se suprimir trecho ou alterar a ordem do que foi dito – desde que respeitando o conteúdo”. (p.39)

c) *“O trecho com perguntas e respostas deve ser uma transcrição fiel, embora nem sempre completa, da entrevista. Selecione os melhores trechos. Corrija sempre erros de português; corrija problemas da linguagem coloquial quando for imprescindível para a perfeita compreensão do que foi dito. Mas não troque palavras nem modifique o estilo da linguagem do entrevistado”. (p.66)*

d) *“Ao introduzir informações em declarações textuais, use colchetes para deixar claro que se trata de inclusão da Redação”. (p.39)*

e) *Com relação ao uso de formas de “transcrição” (p.39):*

“Cuidado com os sujeitos e os verbos ao reproduzir declarações textuais...”

“Em geral a Folha adota o estilo indireto ao publicar entrevistas” (p.40)

f) *“Faz parte da filosofia editorial da Folha poupar trabalho a seu leitor. Quanto mais trabalho tiver o jornalista para elaborar a reportagem, menos trabalho terá o leitor para entender o que o jornalista pretende comunicar.” (p.45)*

Sintetizando o projeto discursivo almejado pelo texto jornalístico, apresenta-se um trecho de um artigo do então ombudman da FSP em que são explicitados alguns dos princípios que indicam a meta de uma transparência semântica:

“... para manterem a sintonia com os tempos, os jornais teriam que ser mais ligeiros, menos políticos, mais variados, sem se prender a um ou dois focos principais de interesse, mas em dezenas deles. Essa ‘teoria do novo leitor’ precisa ainda ser testada. Sua comprovação é ainda mais difícil porque ela precisa adequar-se a um mundo de velocidade, interação e complexidade crescentes. Nesse mundo parece haver um leitor a clamar por um jornal em que todos os espaços sejam ocupados segundo o seguinte modelo geral: ‘Esta é a notícia e esse é o seu significado’. Fazer um jornal sob esse lema com ênfase

especial na segunda parte dele, constituiria a mudança fundamental que a Folha ainda não conseguiu. Realizá-la certamente implica uma mudança radical de mentalidade”.

SANTOS, Mário Vítor. *Admirável leitor novo* FSP, 29/12/1991 p. I-6

O exemplo claro da busca de transparência semântica pode ser identificado no trecho que afirma que um modelo de texto escrito seria aquele que conseguisse materializar um lema: *‘Esta é a notícia e esse é o seu significado’*. Não haveria, portanto, lugar para as construções ambíguas porque sempre haveria uma correspondência biunívoca entre forma e significado. Esse procedimento seria uma maneira de se garantir a singularidade de interpretações, o que, em tese, responderia a um anseio de um leitor que, tomando o texto como um produto, faria uma leitura mais produtiva em função do bloqueio de formas potencialmente problemáticas.

Como será demonstrado em outras partes deste estudo, a indicação desse projeto editorial será importante para o entendimento de vários recursos implementados na explicitação de uma leitura preferencial indicada pelas informações que são explicitadas entre parênteses, em particular aquelas que visam sedimentar uma visão de língua e, principalmente, resolver potenciais problemas interpretativos. Anuncia-se, portanto, que nesse trajeto de construção de uma etnografia da língua escrita localizam-se dois grandes pontos de tensão: a *padronização* (temática do cap. 2) e a *interpretação* (temática do cap. 3). Para os procedimentos que visam a padronização serão destacadas as inserções de avaliações que são o resultado de uma concepção de língua e, principalmente, de uma noção de correção lingüística. Para os procedimentos que visam a interpretação serão destacadas as inserções de informações que buscam uma homogeneidade de leitura como estratégia para concretizar o mito da transparência semântica. Nessas duas situações em que são verificados procedimentos que produzem uma concepção de língua e um ideário de funcionamento para o texto escrito identifica-se a presença de uma estratégia de monitoramento das formas lingüísticas quer na direção de um padrão de correção quer na construção de um padrão de interpretação.

Em resumo, este capítulo, ao solicitar uma etnografia da língua escrita, reforça a necessidade metodológica e conceitual de caracterizar a cultura escrita como sendo

marcada pelo fenômeno da diversidade. Assim, apresentam-se, de forma clara, os limites de visões dicotômicas que priorizam apenas a descrição de traços lingüísticos que polarizam as modalidades. No entanto, relativizar alguns desses traços não significa menosprezar a força padronizadora instituída pela língua escrita. Essa força padronizadora não se manifesta apenas nas normatizações do código; ao contrário, ela envolve todos os componentes lingüísticos. A maior ou menor ativação dessa força depende fundamentalmente do projeto retórico construído para o texto escrito. Nessa direção, como acontece em toda cultura, a escrita também vivencia tensões entre movimentos inovadores e conservadores, definindo situações de uso em que o grau de tolerância lingüística pode sofrer alterações que vão desde a aceitação plena até a total rejeição.

Capítulo 2

A construção de uma autoridade lingüística

2.1. Introdução

Este capítulo descreve as avaliações que, explicitamente, instituem o processo de normatização. Parte-se da constatação de que “o uso lingüístico e as crenças e atitudes sobre a língua são organizadas e avaliadas de acordo com normas culturais” (Johnstone, 2000:84). Evidentemente, a normatização está presente tanto nas situações de uso oral quanto de uso escrito, muito embora traços como hesitações, truncamento frasal, repetições, tendam a ser avaliados, por uma visão dicotômica, como representando a ausência de normas (Cf. Marcuschi, 2000:46).

O processo de normatização verificado na língua escrita não envolve apenas os aspectos relacionados ao código (Milroy & Milroy, 1999). Existem marcas escritas que indicam procedimentos discursivos sofisticados, revelando estratégias argumentativas do autor e exigindo do leitor níveis de compreensão menos lineares. Um caso específico dessas marcas é o *sic*, que sinaliza, sob o ponto de vista do autor, a localização de uma impropriedade. A presença do *sic* é um forte indicador de um julgamento autoral e reflete uma imagem de correção conceitual e formal que estabelece, na língua escrita, uma espécie de *controle interacional* (Fairclough, 2001). Esses mecanismos de controle são reveladores de uma tendência padronizadora fortemente presente na língua e revelam que

uma das características mais notáveis da escrita está na ordem ideológica da avaliação sociopolítica em sua relação com a fala e na maneira como nos apropriamos dela para estabelecer, manter e reproduzir relações de poder, não devendo ser tomada como intrinsecamente “libertária”. (Marcuschi, 2000:46)

Construiu-se uma taxonomia das ocorrências do *sic*, na tentativa de especificar quais componentes gramaticais são avaliados com mais freqüência e quais formas lingüísticas são identificadas como erro. Comprova-se que a aplicação de uma norma lingüística que baliza a concepção de erro está subordinada ao projeto retórico do texto,

o que significa que a maior ou menor tolerância em relação aos possíveis desvios subordina-se ao grau de simpatia ou antipatia projetado para aqueles que são retratados no texto, principalmente quando são usadas estratégias de transcrição que pretendam manter a “voz” dos envolvidos (Bucholtz, 2000), criando atritos com uma normatização esperada pela cultura letrada. Para a efetivação desses atritos, comprova-se que a própria definição de norma culta é marcada por tensões entre as opções, o que relativiza a tese de que a escrita simplesmente obedece a norma culta, seguindo a prescrição. Na verdade, a língua escrita pode ser um espaço para a construção de uma autoridade lingüística e essa autoridade pode definir ou questionar tendências padronizadoras.

As questões mais amplas que orientam o tema deste capítulo buscam situar algumas indagações sobre o processo de construção/produção de sentido em textos escritos, envolvendo a utilização de recursos gráficos que prevêm procedimentos de distanciamento e de aproximação entre a oralidade e as estratégias de transcrição.

As questões mais específicas buscam responder: (a) quais as situações de uso do *sic*; (b) qual o processo avaliativo instaurado: do conteúdo ou da expressão; (c) quais componentes, no plano da expressão, são os mais salientes para o processo avaliativo.

O texto, a seguir, ilustra o fenômeno a ser estudado:

Em gravação, chefe do PCC confessa ataques e suborno

Fita foi gravada sem o conhecimento de presidiário; conversa ocorreu horas antes da primeira onda de atentados

Gilmar Penteado (Da reportagem local)

Gravação feita por um agente penitenciário flagrou conversa na qual o preso Júlio César Guedes de Moraes, o Julinho Carambola, integrante da cúpula do PCC, confessa que a facção criminosa está por trás dos atentados de São Paulo e que o PCC tem um esquema de corrupção na Secretaria da Administração Penitenciária para conseguir contracheques e endereços de funcionários.

Segundo relatório confidencial da própria secretaria, Julinho Carambola afirmou, na conversa gravada, que esses dados seriam usados para matar agentes fora da prisão.

O diálogo foi gravado, sem Julinho Carambola saber, no dia 12 de maio, na Penitenciária 2 de presidente Venceslau (620 Km de SP), horas antes das primeiras ondas de atentados.

Desde então, 15 agentes penitenciários foram mortos, segundo o sindicato da categoria. Pelo menos oito deles foram atacados quando estavam perto de casa – na época, agentes e policiais reclamaram que o governo sabia do risco de ataques, mas nada fez para preveni-los.

Um funcionário do serviço de inteligência da secretaria, com um gravador escondido, iniciou uma conversa com Julinho Carambola. Indignado com a transferência de cerca de 800 presos ligados ao PCC no dia anterior, incluindo ele, para uma penitenciária em Presidente Venceslau, ele anunciou que uma onda de atentados do lado de fora das cadeias estava por vir, ameaçou funcionários e disse que tinha acesso a dados para localizar os agentes na rua.

“De hoje em diante, o que você vai ver na rua, você não vai acreditar”, disse Carambola na conversa. “É para acabar com o Estado de São Paulo.”

Em outro trecho, ele afirma que tem “gente na secretaria que puxa no computador” dados sobre contracheques e endereços de funcionários. “O dinheiro compra tudo”, explicou.

É a primeira vez que um integrante da cúpula do PCC é flagrado em uma gravação falando sobre as ações da facção. Julinho Carambola e o preso Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, apontado como chefe máximo, negam na Justiça a liderança da facção e o envolvimento nos atentados.

A conversa gravada foi transcrita em um relatório confidencial da coordenadoria das unidades prisionais da região oeste. O documento foi anexado pelo Ministério Público ao processo criminal que apura a morte do bombeiro José Alberto da Costa, ocorrida no dia 13 de maio, na capital paulista.

O juiz Richard Chequini, do 1º Tribunal do Júri, disse que cópia do relatório, sem a fita, foi anexado ao processo e que advogados de defesa ainda vão se manifestar sobre o documento.

Para a Promotoria, o relatório é uma prova de que os atentados foram ordenados pela cúpula do PCC e que ela tem de ser responsabilizada pelos assassinatos. “A conversa gravada é uma prova definitiva da participação de Julinho Carambola no comando da facção criminosa e nos atentados”, afirmou o promotor Marcelo Milani.

Julinho Carambola e Marcola são réus no processo, além de outras sete pessoas acusadas de serem executores do crime.

Principais trechos do diálogo

Um agente penitenciário gravou uma conversa no dia 12 de maio com o preso Julinho Carambola, integrante do primeiro escalão da facção criminosa PCC

O preso anuncia atentados em represália à transferência de chefes do PCC para Presidente Venceslau:

Carambola: “De hoje em diante, o que você vai ver na rua, você não vai acreditar! Por causa disso daqui de hoje. Você não vai acreditar no que você vai ver na rua, tudo por causa disso. É comitê do PSDB, é tudo que você imaginar. É para acabar com o Estado de São Paulo”

Funcionário: “Rapaz!”

Carambola: “Entendeu? É tudo em cima disso, cara. Por isso vocês têm que pensar. A direção tem de pensar porque coloca vocês em ponta de faca. Nós é (sic) ousado, cara”

Ele volta a fazer ameaças:

Funcionário: “Você me desculpa, mas hoje nunca o sistema esteve tão humanizado, não há torturas...”

Carambola: “Mas sabe por quê? Porque nós começamos a catar de fuzil lá fora, cara. Não foi o secretário que acabou, quem acabou foi (sic) nós. Se bater em nós (sic) a gente pega lá fora, cara. O diretor tem escolta para ir embora para a casa dele, você não tem”

Julinho Carambola afirma que a facção tem acesso a endereços de funcionários:

Carambola: “Deixa eu falar para você. Nós temos gente na secretaria [da Administração Penitenciária, a SAP] que puxa no computador e vê o holerite de vocês, cara. Tem o endereço de vocês tudo, cara”

Funcionário: “Tá desse jeito, cara?”

Carambola: “O dinheiro compra tudo, cara”

Funcionário: “Lá na SAP?”

Carambola: “É. Vocês são os mais vulnerável (sic), cara”

Funcionário: “Nós somos os primeiros a sofrer as conseqüências de tudo, cara, e é isso que tô falando para um monte de cara aí e tô falando para você agora, cara.”

Carambola: “Porque nessas rebelião (sic) que teve aí, nós pegamos todos os seus endereços, cara”

Funcionário: “Então, vocês têm o endereço de todo mundo? Mas vocês vão chegar ao ponto de matar funcionário, cara?”

Carambola: “Nós acuado (sic), a situação que nós estamos passando, nós temos recorrer ao quê? Se você pega um gato, o que ele faz? Ele não sai atirando para todo o lado? É a mesma coisa, não muda”

O preso também dá a entender que o PCC foi responsável pela morte do juiz Antonio José Machado Dias, em 2003, para exigir melhorias no tratamento dos detentos:

Funcionário: “Vocês mataram o Dr. Machado, e não adiantou?”

Carambola: “Melhorou, melhorou, melhorou. Até o dia que eles aprenderam que preso deve ser tratado como homem, tendo o direito dele mantido. Como que um sistema tem os diretores tudo roubando...”

Funcionário: “Você pode falar o nome?”

Carambola: “Na hora certa, o sr. vai saber”

Ele fala do governador:

Funcionário: “Júlio, não faz isso não...”

Carambola: “A qualquer momento, eles estão mexendo com a turma errada”

Funcionário: “E o secretário e o governador?”

Carambola: “Devagar, chega”

Funcionário: “Tem escolta, né”

Carambola: “É (sic) quatro anos de governo”

O preso volta a ameaçar os funcionários:

Funcionário: “E o funcionário vai pagar também”

Carambola: “A única moeda de troca que nós temos é (sic) vocês, cara. Não tem outra. Colocaram aqui dentro dessa penitenciária uma bomba, cara. É louco esse cara, o que ele fez”

Funcionário: “Júlio, o negócio é conversar”

Carambola: “Mas até agora não chamaram para conversar”

No final, o preso promete rebeliões;

Carambola: “Nós vai (sic) deixar o sistema inteiro na cadeia aberto. Vamos colocar tudo no chão. Aí eu quero ver o que vão fazer. Vão mandar para outro Estado? Não mexe com nós (sic) que não acontece nada. Mexeu, acontece”

O caráter exemplar desse texto reside no fato de apresentar uma prática jornalística extremamente comum: a de transcrever depoimentos para alcançar a comprovação empírica para as informações que são divulgadas. No caso específico, em função da gravidade da denúncia e, também, do ineditismo das revelações, a materialização de um recurso que represente a “voz” dos envolvidos é o procedimento padrão dos textos que pretendem um caráter mais jornalístico. As práticas de transcrição trazem o suposto distanciamento exigido para a composição desse discurso. Daí, o poder probatório de um título que topicaliza a informação “em gravação” e que indica a fonte dos dados, isentando o texto de uma possível parcialidade e situando-o em uma condição de intermediário que “apenas” transcodifica a gravação para a língua escrita. Do caminho metodológico que orienta a busca da informação e, portanto, determina a composição de uma notícia ou reportagem, tem-se a passagem para um outro desafio, que é a estratégia de estruturação do texto. O conjunto de informações apuradas necessariamente demanda um processo de seleção do conteúdo e, também, uma definição dos recursos da língua escrita, anulando, assim, a pretensa roupagem de imparcialidade. Deduz-se que a “conversa” entre os envolvidos não foi apresentada na íntegra, já que o conteúdo é organizado em tópicos que expressam, segundo a ótica do autor, os “principais trechos do diálogo”. Obviamente, esses principais trechos apresentam uma relação com o texto que inicialmente sintetizou os fatos e, nesse caso, atribuem veracidade para as informações.

Agregado ao desafio de selecionar o conteúdo, está a decisão sobre como escrever os diálogos ouvidos. Existem diferentes opções para se formatar, na língua escrita, a voz dos entrevistados. Essas opções dizem respeito aos aspectos mais globais, como aqueles verificados em decisões que envolvem questões discursivas e sintáticas derivadas da escolha entre o discurso direto ou o indireto, por exemplo, e, também, aspectos mais pontuais, como aqueles verificados em decisões que envolvem o código lingüístico (Cf. Bronckart,1999:194-5). Em relação ao código lingüístico, para os efeitos argumentativos previstos para a transcrição, seguir ou não a normatização da escrita é uma escolha fundamental.

Focalizando essas decisões mais locais, indicam-se os casos em que são registrados, no texto, os desvios lingüísticos que contrastam com o padrão de correção previsto pela norma culta, condenáveis em um texto mais formal: *nós é, foi nós, em nós, os mais vulnerável, nessas rebelião, nós acuado, é quatro anos, nós vai, com nós*. Todas essas

ocorrências lingüísticas vieram com a chancela do (*sic*) e, por isso, trazem a evidência da reprovação e favorecem a emergência do estigma. A reprovação e o estigma estão situados tanto no plano social, quando se pensa na posição em que está situado o falante – um presidiário –, quanto no plano lingüístico, quando se identificam variantes que caracterizariam um dialeto de baixo prestígio social. Assim, são destacados, nos planos social e lingüístico, julgamentos sobre *quem* fala e sobre *como* se fala. Os destaques que são demarcados pelo *sic* mostram, no plano da expressão lingüística, o quanto a flexão (verbal ou nominal) é um alvo preferencial para o julgamento dos falantes. O componente morfossintático seria, então, um nível bastante saliente para estabelecer o contraste entre formas lingüísticas. A questão é saber o quanto a escrita pode potencializar o julgamento sobre a diversidade lingüística.

2.2. O poder da transcrição

A transcrição é uma prática que envolve, inerentemente, relações de poder que projetam efeitos sociais e políticos (Cf. Bucholtz, 2000). A variedade de procedimentos e de estratégias de transcrição presentes em diferentes instâncias comunicativas demonstra que uma transcrição envolve tanto decisões interpretativas, relacionadas ao conteúdo que será transcrito, quanto decisões notacionais, relativas aos recursos lingüísticos que irão materializar uma forma escrita. Esses dois componentes, no entanto, são fortemente interdependentes, o que promove uma relação intrínseca entre as tarefas de selecionar conteúdos (*o que será transcrito*) e de escolher formas de representação (*como será transcrito*). Os procedimentos de transcrição revelam, pois, tomada de partido, posicionamento, o que anula a tese de que haveria neutralidade em um comportamento que pretende simplesmente apresentar uma informação em uma outra modalidade. A objetividade da transcrição é, portanto, uma meta ilusória, já que a fonte de transcrição não é neutra. Sempre há um ponto de vista que orienta tanto o processo de seleção de informações quanto o processo de escolhas lingüísticas. Conforme realça Bucholtz, “a transcrição é inevitavelmente um ato criativo e autoral que tem efeitos políticos e muitos desses efeitos não podem ser antecipados” (2000:1461). Além do mais, transcreve-se para alguma coisa, para um propósito; daí a seletividade inerente ao processo (Jaffe, 2000:501).

Transcrições feitas por diferentes agentes sociais evidenciam o caráter subjetivo da tarefa e permitem atribuir diferentes efeitos discursivos para o resultado. Em uma situação de uso da escrita em contexto forense, por exemplo, Bucholtz (2000) apresenta evidências que mostram que, na transcrição de um depoimento, há um processo, mesmo que sutil, de seleção de dados que repercutem na criação de uma imagem dos envolvidos e é o resultado de um projeto retórico mais sofisticado. Em uma análise contrastiva de duas transcrições – uma produzida pelos agentes de polícia e outra feita pela pesquisadora a partir de uma demanda da promotoria –, evidenciou-se que procedimentos como o de apagamento da fala de um dos interlocutores com o lacônico rótulo de “ininteligível”, a presença de transcrições erradas, a atribuição equivocada de enunciados para os envolvidos, dentre outros, sugerem que o oficial de polícia que participou do interrogatório desempenhou um papel muito mais ativo na transcrição feita pela pesquisadora do que naquela elaborada pela justiça. Foi a suspeita de que o policial teria agido de forma coerciva no interrogatório que motivou a solicitação para a revisão da transcrição e sua posterior confrontação. Essa nova versão foi submetida à corte, mas não alterou a condenação, o que sinaliza que outros componentes estão presentes no processo de julgamento e que uma transcrição que é alçada como evidência jurídica pode ter um peso relativo. Em ambas as transcrições – a inicial e a revista –, no entanto, há parcialidades, já que os objetivos projetados e também os leitores previstos eram diferenciados. Reforça-se o postulado de que o propósito da transcrição é fator determinante para o processo de construção textual, estabelecendo, inclusive, o que é essencial e o que é secundário para o registro escrito. Diferentes “escribas” produzem necessariamente diferentes transcrições, mesmo quando compartilham de uma mesma fonte.

Seguindo as conclusões apontadas por estudos de Coulthard (1996) e Walker (1990), citados em Bucholtz (2000), indica-se que a autoridade institucional exerce um peso favorável nas transcrições. Walker, em especial, demonstra que, geralmente, nas transcrições forenses americanas, ao se transcrever a fala de advogados e juizes, são usadas formas do padrão, enquanto que essa prática não é realizada quando a fala é das testemunhas ou de outros que não têm prestígio institucional. Quando se aponta o horizonte de uma linguagem padrão para os procedimentos de transcrição não se ignora o fato de que, anteriormente ao ato de transcrever, existem papéis sociais definidos por escolhas vocabulares, por exemplo, que são motivadas por formas que já trazem o lugar

da autoridade em função dos termos usados. Assim, nenhum termo é neutro e a escolha de palavras expressa uma posição ideológica (Cf. Stubbs,1998:353).

O discurso jurídico não é o único a estabelecer demarcações sociais através das estratégias de transcrição. Em usos literários, na construção de uma identidade social e geográfica de personagens, também as estratégias de linguagem vão produzir uma avaliação. O peso dessa estratégia, no entanto, pode ser diferentemente avaliado pelos autores. Ariano Suassuna, por exemplo, filia-se entre os que identificam o preconceito em alterar as convenções do código para a caracterização de personagens:

(...) tenho antipatia pelos escritores que forçam uma linguagem errada para aproximar-se do linguajar do povo. Procuram imitar a letra da linguagem popular, não o espírito. É preconceito, uma discriminação. Quando você apresenta um personagem que pertence à classe média, não vai inventar e colocar prosódias de acordo com o que você diz. Eu, por exemplo, quando falo, não digo “cadeira”, digo “cadêra”. Mas, se a pessoa me põe como personagem, escreve “cadeira”, porque a escrita é uma convenção. Agora, se é personagem do povo, escrevem “cadêra”. Digo “nóis”, não “nós”. Mas se é um homem do povo põem “nóis”. Tenho horror a isso. Acho uma falta de respeito ao povo, uma tentativa de encontrar, na caricatura, uma naturalidade diferente. É a mesma coisa quando me chamam de “contador de causos”. Não é nem daqui (Nordeste), é coisa de Minas e São Paulo. Não tem nada a ver comigo.⁵

Portanto, uma transcrição não meramente reproduz a palavra falada em uma forma escrita, mas produz novos textos que trazem marcas de novas autorias, em um processo dinâmico de contextualização e recontextualização da linguagem. Essa é uma das razões que explicam os diferentes efeitos de sentido produzidos quando se procede a uma atividade de transcrição. No caso das marcas ideológicas trazidas pela disposição em alterar as convenções, por exemplo, contrapõe-se a avaliação do escritor Suassuna com a de alguns representantes do movimento modernista brasileiro que exatamente procuravam um sabor mais autêntico para os personagens com a busca de uma representação lingüística com reflexos mais diretos de uma variação dialetal. É o caso específico do poema-manifesto *Pronominais*, de Oswald de Andrade ((...) *mas o bom*

⁵ Trecho de entrevista publicada na *Revista Língua Portuguesa*, ano II (21) jul. de 2007, p.18

negro e o bom branco / da Nação Brasileira / dizem todos os dias / deixa disso camarada / me dá um cigarro), em que a colocação pronominal é o tema gramatical para se contrapor ao purismo dos gramáticos. Ou, ainda, no clássico *Macunaíma*, de Mario de Andrade, em que são encontradas passagens que destacam o coloquialismo sintático (“*pediu pra Sofará que levasse ele passear ...*”). Acrescenta-se, também, os inúmeros casos de registro de uma linguagem considerada sertaneja na obra de Guimarães Rosa (“*Cê vai, ocê fique ...*” In: *Primeiras Estórias*).

Evidentemente, qualquer que seja a concepção que orienta as escolhas dos autores, há uma possibilidade de questionamento sobre a estratégia implementada e os seus efeitos não são tão previsíveis a ponto de considerar um determinado procedimento mais produtivo. Assim, a antipatia de alguns autores pela marcação de desvios ou a simpatia de outros autores pelo registro de diferenças lingüísticas são ações que podem derivar reações diversas.

A avaliação dos procedimentos de transcrição pode adquirir um contorno ainda mais complexo quando, além do conflito inevitável entre as modalidades oral e escrita, está presente a questão da tradução, o que envolve não só a contrastividade entre sistemas lingüísticos, mas também entre culturas diferenciadas. Em outro texto, Bucholtz (1995) apresenta um estudo em que está em evidência um procedimento de tradução utilizado nas cortes americanas quando os envolvidos não são falantes do inglês. Começa com um traço de poder que posiciona lugares sociais que garantem ou não “materialidades” para o julgamento: quando os depoimentos/gravações são em inglês há a apresentação do material impresso (a transcrição) e o áudio; quando há presença de uma outra língua, apresenta-se apenas a versão escrita da transcrição traduzida por órgãos oficiais. Para indicar as possibilidades interpretativas, a autora analisa, pontualmente, como uma única forma lingüística permite interpretações conflitantes: uma palavra como “*sim*” é avaliada ora como um recurso fático que simplesmente sinaliza uma manutenção do fluxo conversacional ora como uma resposta positiva que confirma e enfatiza uma participação. Como o caso em julgamento trazia a acusação de envolvimento em tráfico de drogas, há uma repercussão claramente oposta entre interpretar o “*sim*” com a “inocência” de um recurso fático e interpretá-lo como sendo a confirmação de uma pergunta que pode ser entendida como resposta positiva de envolvimento. Desse simples exemplo, confirma-se que, na tradução e na transcrição, há uma demanda para uma atividade interpretativa que pode ser fruto de procedimentos

inferenciais. Bucholtz (1995), citando a trilha indicada por Gumperz (1982), ressalta o fato de que as inferências são contextualizadas e culturalmente situadas. Assim, para um falante de inglês ou de espanhol, há possibilidades interpretativas que podem ser divergentes e, portanto, produzem efeitos de sentido díspares. Um exemplo com certa proximidade é o contraste semântico e discursivo existente entre português e inglês para a palavra “absolutamente”, que pode produzir um efeito oposto de aceitação ou de negação. Voltando à situação do julgamento, como a interpretação da palavra “*sim*” exigia não só uma correlação entre sistemas lingüísticos no ato de tradução (do espanhol para o inglês), mas principalmente uma comparação entre as culturas que produzem os (diferentes) usos, o material lingüístico solicitava a produção de inferências que não seriam acessadas por todos da mesma forma, isso em função da ausência de experiência comum, tanto lingüística quanto cultural. Essa complexidade do processo interpretativo permite advogar, conforme Gumperz e endossado por Bucholtz, que “a língua molda o contexto, assim como o contexto molda a língua”.

O exemplo que abre a discussão deste capítulo permite algumas vinculações com o episódio da tradução do espanhol para o inglês, já que, segundo trechos da reportagem, “a conversa gravada foi transcrita”; “o documento foi anexado ao processo, sem a fita”; “a conversa gravada é uma prova definitiva”. O valor documental da transcrição será a fonte preferencial que enquadra o julgamento do envolvido, construindo uma imagem de “desviante” não só pelo conteúdo que revela a participação em atos ilícitos, mas também pela negatividade social revelada pelo registro de um desempenho lingüístico que se confronta com um padrão escrito esperado.

Portanto, a decisão sobre como representar, na escrita, a fala de alguém não envolve somente os aspectos ligados à editoração do material, mas acarreta uma dimensão social e política. O que se verifica, nas práticas de transcrição, não é uma atividade de transcodificação que busca apenas uma padronização que favoreça uma passagem do oral para o escrito. Há, na verdade, uma estratégia que revisa um discurso, propondo soluções que envolvem níveis de organização locais, como as verificadas nas formas gráficas de representar os sons, e, também, níveis de organização mais globais, como as verificadas nas escolhas de recursos coesivos que estabelecem a continuidade textual. Em qualquer que seja o nível, é possível indicar a subordinação a um projeto retórico que pretende produzir um efeito de convencimento no interlocutor. Assim, decisões particulares sobre a configuração conceitual e formal a ser materializada em

uma transcrição seguramente são o resultado de uma visão de língua e de seus padrões de correção, o que vai sinalizar uma intenção de favorecimento ou desfavorecimento dos falantes. A presença dessa intencionalidade é que conduz as decisões, derivando daí a concepção de que toda transcrição está envolta em uma retórica. As diferentes práticas de transcrição são o resultado dessa ação retórica que projeta uma imagem dos envolvidos, situando-os em uma comunidade lingüística que representa ou um lugar de prestígio ou um lugar de estigma.

2.3. Transcrições naturalizadas e desnaturalizadas

Para as práticas de transcrição, Bucholtz (2000) identifica dois procedimentos: as transcrições *naturalizadas* e as *desnaturalizadas*. Nas transcrições mais naturalizadas, há uma apresentação que organiza o texto em conformidade com a cultura escrita, seguindo-se as convenções que padronizam a língua escrita. Trata-se, portanto, de um processo que segue a “natureza” esperada para a escrita, com todas as normatizações. Nesse caso, o procedimento de transcrição torna-se menos visível, já que se neutraliza o confronto entre os mundos oral e escrito. O texto, resultado dessa estratégia, seria um artefato que segue o que se espera do mundo letrado (resultado de um processo de *literacization*, cf. termo usado por Bucholtz). Como há uma distância entre as formas escolhidas e as situações de oralidade, a conseqüência é o fato de o leitor não reconhecer imediatamente a oralidade como a fonte primária da qual derivam as informações. As formas lingüísticas e o circuito de transformação (da fala para a escrita) não estariam em evidência, o que permitiria uma maior focalização no conteúdo.

As transcrições desnaturalizadas, por outro lado, estabelecem uma distância em relação aos padrões esperados para uma escrita mais convencional. Nesses casos, então, o rótulo “transcrição” se faz mais evidente porque, de forma quase que inevitável, haverá, para o leitor, uma atitude inicial de estranhamento. Se as formas transcritas forem conflitantes com os padrões da língua escrita, maior o grau de estranhamento porque “quanto mais o texto escrito reflete a oralidade, menos transparente ele se torna para o leitor, em função de não estar acostumado a conviver com traços orais no

discurso escrito” (Bucholtz, 2000:1461). As formas desnaturalizadas são as que potencializam uma valoração negativa, quer da natureza textual, com a possibilidade de se criar uma concepção de falta de articulação do texto, quer da natureza ortográfica, com a possibilidade de se reconhecer uma forma desviante.

Os julgamentos relativos ao maior ou menor grau de estranhamento do texto evidentemente estão relacionados com o maior ou menor conhecimento dos recursos de transcrição presentes no múltiplo universo textual que caracteriza o mundo da escrita. Daí que, para o desenvolvimento das habilidades de leitura e, conseqüentemente, para a maior ou menor aceitação dos procedimentos utilizados, o convívio com os recursos da escrita e com essa possibilidade de aproximação com as características da oralidade define um usuário da língua escrita que pode prescindir da transparência porque é capaz de avaliar a diversidade de estratégias que marcam o discurso escrito, inclusive desenvolvendo habilidades de decodificação que, mesmo com o estranhamento, promovam a fluência da leitura. Esse procedimento de leitura é um desafio a ser superado porque, em contraste com a transcrição naturalizada, uma transcrição desnaturalizada necessariamente coloca em evidência as formas lingüísticas, dificultando muitas vezes a apreensão mais automática do conteúdo textual, mesmo para os leitores mais experientes. Talvez, em função do caráter de estranhamento, inicial ou não, é que se afirma que o uso de um código não-oficial promove, direta ou indiretamente, uma associação com identidades sociais estigmatizadas. Mais ainda, essas formas lingüísticas rompem com uma noção de homogeneidade ilusoriamente construída pelos usuários da escrita ao longo de um processo de letramento (Cf. Jaffe, 2000). Ressalta-se, no entanto, que o grau de estigmatização depende do componente lingüístico que foi alterado. Assim, dependendo do caso, um leitor pode julgar um desvio ortográfico com menor rigor, atribuindo-lhe um status de informalidade, e julgar uma forma gramatical não-padrão (concordância, por exemplo) com maior rigor, identificando ali uma marca incondicional de erro.

As duas estratégias – a transcrição *naturalizada* em que o texto está em conformidade com as convenções do discurso escrito e a transcrição *desnaturalizada* em que o texto retém vínculos com as formas do discurso oral – apresentam um mesmo potencial retórico, já que são, como o nome indica, estratégias de representação lingüística com igual carga de subjetividade, resultado de um processo de escolha autoral. Ressaltar essa equiparação funcional é relevante porque, em tese, poderia

ocorrer uma correlação equivocada entre a transcrição desnaturalizada e um maior poder notacional para a transcrição. Pelas razões já apontadas, reter o discurso oral nas formas escritas provoca uma maior ruptura estilística, potencializando o confronto entre modalidades, o que induziria a concluir que somente com esse procedimento é que se tem a ativação de um recurso, principalmente quando se compara com a hipótese que avalia a escolha pelo padrão escrito como uma opção esperada, previsível, e não como um dentre os recursos possíveis. Por outro lado, esse procedimento de desnaturalizar a transcrição poderia ser interpretado como um gesto que transcreve com fidelidade o material lingüístico, não havendo, portanto, envolvimento autoral no processo de mediação pela escrita, o que também significaria uma ausência de recursos. As duas maneiras de se conceber a estratégia de retenção dos traços da oralidade precisam ceder lugar a uma hipótese mais ampla que não atribui a marca de estilo somente para esse procedimento e que tampouco identifica uma neutralidade, uma ausência de estilo.

A polêmica que envolve as práticas de transcrição desnaturalizadas diz respeito à eficácia das estratégias usadas para se garantir a maior vivacidade para o texto. O registro das variações dialetais teria como objetivo estimular os olhos para aquilo que seria para os ouvidos (*eye dialect* e *colloquial spelling*, termos já consagrados em inglês para descrever o fenômeno). No entanto, com uma transcrição que traz a ilusão de fidelidade, verificam-se, segundo Bucholtz (2000), alguns problemas para a implementação efetiva dessa estratégia:

- a) o acréscimo de aditivos artificiais;
- b) a eliminação de idiosincrasias que são típicas das convenções, o que dificulta o processo de decodificação das formas (para uma ortografia opaca como a do inglês, em que a realização do princípio alfabético é bastante limitada, alterar uma forma gráfica significa retirar uma pista importante para o reconhecimento mais automático de uma palavra);
- c) a inconsistência dos critérios utilizados para definir quando uma escrita não-convencional deve ser usada, o que justifica a presença de diferentes opções em um mesmo texto e
- d) a representação baseada nos estereótipos.

Todos esses problemas na verdade ajudam a consolidar a afirmação de que, não havendo possibilidade de fidelidade absoluta ao material oral, o que ocorre é uma tentativa de transcrição que, com maior ou menor propriedade, consegue simular, na escrita, uma situação oral, causando no leitor a ilusão de que a fala é o material a ser processado. Em um mesmo texto, no entanto, sob o rótulo da transcrição podem conviver formas que representam o padrão escrito e formas que registram casos não-padrão. Essa convivência de recursos explica-se porque em um texto que desnaturaliza a escrita projetam-se os objetivos simultâneos de garantir a inteligibilidade e de evocar o falante, produzindo-se o efeito da autenticidade. Por isso, não se estranha o fato de uma transcrição (como a apresentada na abertura deste capítulo) alternar estruturas que representam uma forma não-padrão (por exemplo, *nós é*) com formas típicas de um padrão formal (por exemplo, *nós começamos; tem de pensar*), em que concordância e regência refletem prescrições da norma culta. O que está em jogo não é a coerência de um critério de transcrição, mas a sua capacidade de construir uma imagem do falante através do seu desempenho lingüístico.

Em resumo, qualquer que seja a estratégia de transcrição, aproximar ou distanciar de um padrão envolve sempre uma decisão ideológica. Como bem ilustra o exemplo apresentado por Bucholtz (2000:1461), se na tarefa de transcrever o discurso de um psicótico houver um distanciamento dos traços mais coloquiais, com a produção de uma transcrição mais naturalizada, seguramente há um projeto de construção de uma imagem positiva do falante, realçando-se os traços de normalidade que, neste caso, causariam estranhamento. Ao contrário, se o objetivo é o de reforçar a marca da diferença, seguramente o distanciamento do padrão de correção indicado por uma transcrição desnaturalizada será o procedimento mais adequado para imputar a marca de desvio e, portanto, endossar uma imagem que quer correlacionar um estado psicótico com o discurso desarticulado.

Quando se considera a presença muito freqüente de textos escritos que sinalizam esse contato com as situações orais, verifica-se que a avaliação dos procedimentos de transcrição é um requisito igualmente importante para, de um lado, aquele que, na condição de autor, precisa definir qual a melhor estratégia para materializar seu projeto retórico e, de outro lado, para aquele que, na condição de leitor, precisa reconhecer a estratégia implementada no texto. Nas duas situações, de escrita ou de leitura, vale o

conhecimento das limitações das escolhas e, principalmente, do poder de persuasão agregado em cada situação comunicativa.

Dentre as diversas situações comunicativas que fazem uso dos procedimentos de transcrição, existem algumas áreas profissionais em que essa tarefa é quase que inevitável: o registro dos depoimentos nas relações jurídicas; a apresentação de entrevistas nos discursos jornalísticos; a organização de entrevistas, depoimentos, relatos nas metodologias acadêmicas. Em todas essas práticas de escrita, são reconhecidos procedimentos e estratégias que se aproximam do objetivo comum de colocar na escrita “o que realmente foi dito”, com o intuito de se garantir certo princípio de autenticidade. No entanto, em cada situação comunicativa em que os procedimentos de transcrição são solicitados, verifica-se o quanto a comunidade de usuários vai constituindo determinadas práticas que regularizam as escolhas. Por outro lado, nessa mesma comunidade não haverá uma homogeneidade de procedimentos, em especial, porque, conforme se enfatizou, os projetos retóricos de cada texto podem ser diferentes.

Na análise desses procedimentos retóricos que envolvem as práticas de transcrição, é possível formular uma generalização que situa os textos *naturalizados* como sendo resultado de uma estratégia de promoção (se não traz um efeito positivo, pelo menos neutraliza a avaliação negativa, já que há um enquadramento das formas às convenções esperadas no mundo da escrita) e os textos *desnaturalizados* como sendo resultado de uma estratégia que potencializa a noção de desvio (se não traz um efeito negativo pelo menos ativa um estranhamento em relação às expectativas para um texto escrito). Uma das decorrências dessa generalização é o fato de os leitores de textos que usam formas não-convencionais, típicas das situações de transcrição desnaturalizadas, avaliar as escolhas notacionais (letras, pontuação etc) como “um index de categorias sociais” e, assim, tender a julgar os falantes de forma negativa (Bucholtz, 2000:1455). Os desvios ortográficos que indicam uma fala casual e a escrita de erros gramaticais inevitavelmente situam os falantes como “desviantes” (Jaffe, 2000:499).

Os textos que usam estratégias de transcrição desnaturalizadas são, portanto, um campo fértil para o estudo dos julgamentos lingüísticos e dos efeitos políticos derivados das opções escolhidas. O dinamismo das estratégias implementadas em uma cultura escrita indica uma relação entre as formas escolhidas e a identidade produzida (ou a ser produzida). Na literatura sociolingüística, exemplos clássicos de busca de identidade são

registrados quer no contraste / confronto entre sistemas lingüísticos (caso assinalado quando, no registro escrito de crioulo francês falado no Caribe, houve uma eliminação de acentos gráficos para promover um distanciamento da língua francesa escrita) quer no interior de um mesmo sistema (caso assinalado quando um grupo de jovens, por exemplo, produz uma escrita em que o uso sistemático das letras K ou X promove um estranhamento em função da baixa freqüência dessas letras em diversas línguas). O desvio, nesses dois casos – entre dois sistemas e no interior de um mesmo sistema – , é fruto de uma ação política que pretende demarcar outra convenção lingüística e, portanto, delinear uma comunidade de usuários que projeta, na escrita, a marca da ruptura. Aceitar novos registros e novos usos é a iniciação mínima para definir o pertencimento a essas comunidades.

2.4. Padrão lingüístico e discurso jornalístico

Quando se pensa na maior utilização do jornal como fonte de informação e como material de grande circulação nas culturas letradas, tem-se a possibilidade de identificar quais são os recursos freqüentemente utilizados e, principalmente, quais são os projetos retóricos que orientam as escolhas das formas lingüísticas. A implementação das estratégias de transcrição no discurso jornalístico é uma fonte bem produtiva para um estudo que pretenda caracterizar qual a imagem de língua escrita é efetivada pelos recursos lingüísticos utilizados para representar a fala, dimensionando-se o julgamento lingüístico que sofre influência de uma norma culta que indica um ideal de correção e, ao mesmo tempo, exerce influência na criação e manutenção desses padrões.

Segundo Henriques (2001),

o padrão escrito registrado nos jornais contemporâneos revela a contribuição viva do povo, evidentemente do povo culto, do povo escolarizado, porque, afinal de contas, nós estamos falando de veículos que atendem a um tipo específico de público, a camada culta. (p.180)

A definição da camada culta ou de um grupo letrado, no entanto, não está correlacionada à existência de um padrão homogêneo. Basta a indicação da presença de

uma variedade de jornais, com público e linhas editoriais diferentes, para se assumir a flexibilidade de usos como um traço que inibe a promoção automática de um padrão lingüístico único. Na escrita, a constituição de um padrão lingüístico é um apaziguamento temporário das variedades, muito embora seja possível identificar e avaliar a emergência de pontos de conflito, mesmo em áreas menos flexíveis como a ortografia. Além do mais, o texto jornalístico, segundo a tradição, nem sempre deve ser tomado como modelo de linguagem, exatamente porque a sua estratégia utilitarista de seduzir o leitor ou de potencializar os recursos relativiza, segundo alguns, o padrão de regras defendido pela norma culta. Historicamente, quando se pensa no ensino da língua ou na construção de gramáticas normativas, os exemplos oriundos do discurso jornalístico sempre foram vistos com uma carga de preconceito, ao contrário da linguagem literária ou científica que, supostamente, seria marcada pela originalidade e formalidade lingüísticas e, portanto, traduziria um modelo a ser ensinado e apreendido. Ressalta-se, assim, que a construção histórica de uma norma lingüística é constantemente marcada pela atuação simultânea de forças padronizadoras e diversificadoras, o que desloca também para o mundo da escrita uma situação de tensão entre valores sociais que podem estar em campos opostos.

Para indicar a presença dessas forças padronizadora e diversificadora atuando no mundo da escrita, justifica-se o estudo dos textos jornalísticos; dentre os jornalísticos, aqueles que preferencialmente usam as estratégias de transcrição desnaturalizadas e, ainda, apresentam formas desviantes e, dessas formas desviantes, quais explicitamente são marcadas com um rótulo negativo do *sic*.

2.5. Julgamentos lingüísticos: o uso do sic

Existem marcas escritas que indicam procedimentos discursivos sofisticados, revelando projetos argumentativos do autor e exigindo, do leitor, níveis de compreensão menos lineares. Um caso específico dessas marcas é o *sic*, que sinaliza, sob o ponto de vista do autor, a localização de uma im procedência quer seja do conteúdo, marcando uma informação errônea:

“Não é a primeira vez que ouço coisas sobre a violência no Brasil. Sei que tem cidades grandes como Buenos Aires [sic], Rio, que não é só selva. Mas tenho medo de ir e ser assaltada. Acho mais seguro ir às praias do Caribe”, afirmou a designer Anna Keller, 25, após sessão em Nova York.

FSP, 11/12/2006, p.E5

quer seja da expressão lingüística, identificando um desvio da norma culta:

Carambola: *“É (sic) quatro anos de governo”*

FSP, 21/09/2006, p.C1

A presença do *sic* é um forte indicador de um julgamento autoral e, portanto, reflete uma imagem de correção conceitual e formal. Construir essa imagem de correção é interpretar as informações e as formas lingüísticas, selecionando e destacando aquelas que devem ser rotuladas como desviantes. Processar essa imagem de correção também é um ato interpretativo porque se subentende que o usuário da escrita, na condição de leitor, seja capaz de reconhecer o problema destacado e de compartilhar o julgamento proposto pela marcação. Como ficará evidente pelo comentário dos exemplos, identificar o alvo do julgamento não é uma tarefa automática, exatamente porque o escopo do *sic* não é definido pela avaliação da palavra ou das formas lingüísticas que estão somente em uma adjacência mais imediata. No exemplo do *sic* que julga o conteúdo, facilmente se reconhece o equívoco em situar Buenos Aires no Brasil, mas está subentendida uma avaliação que pretende desautorizar a crítica feita pela americana a um filme que retrata uma violência aos turistas estrangeiros que visitam o Brasil. Assim, o texto mantém a opinião do entrevistado, mas desabona o impacto da crítica, ironizando sua credibilidade pelo desconhecimento de uma informação geográfica. No exemplo do *sic* que julga a estrutura, uma forma no singular é desautorizada como flexão esperada, criando um mecanismo de correção que automaticamente prevê uma substituição pela forma de plural. Nesse caso, a avaliação, além de demarcar uma ignorância do produtor, “oferece”, indiretamente, uma estratégia didática para orientar o

leitor em sua avaliação lingüística, apresentando-lhe um padrão de correção que contribui para criar um conhecimento das exigências da norma culta.

Compartilhando de uma mesma propriedade identificada em outros recursos, como o das aspas, a demarcação do *sic* assinala, na língua escrita, um deslocamento, um registro escrito que deve estar subordinado a um processo de vigilância, de controle. Como bem assinala Authier-Revuz (2004) no seu estudo sobre as aspas, e que também pode ser ampliado para a análise do recurso do *sic*, existem alguns recursos da língua escrita que são “marca de uma operação metalingüística local de distanciamento” e que instituem o “lugar de uma suspensão de responsabilidade” (p.219), como se estabelecessem uma operação de salvaguarda não só das vozes textuais, mas principalmente das potencialidades de significação, sinalizando certo cuidado para a atribuição de significados não-autorizados. Assim, as palavras podem ser aspeadas porque indicam um outro pertencimento: são estrangeiras, são fruto de um neologismo, são termos técnicos, não são formas dicionarizadas; enfim, estão “à margem do código” (cf. Authiez-Revuz, 2004) e, portanto, recebem um sinal de autorização que, em muitos casos, minimiza o atrito com possíveis posicionamentos de um interlocutor que quer algum tipo de abonação para o uso.

Dentre os inúmeros efeitos discursivos que podem ser atribuídos ao recurso das aspas, existem duas funções que demarcam claramente um projeto retórico do texto. Os casos em que o sinal explicita uma oposição do locutor, que desloca ou ironiza significados, e os casos em que o locutor usa a palavra, e a atribui ao interlocutor, para estabelecer uma aproximação que futuramente será descartada, já que um uso deve ser (ou pode ser) substituído por outro mais tarde indicado no texto. A esse efeito, Authiez-Revuz nomeia de pedagógico, porque conduz a um procedimento de ensino, como um recurso de adesão sem explicitamente condenar o uso. Uma das grandes conclusões do estudo sobre as aspas é:

Se as aspas são a marca de uma imperfeição, trata-se de uma imperfeição constitutiva; se a palavra “aspeada” está “na margem” de um discurso, não é no sentido de que seria desprezível, mas no sentido de que uma margem delimita e constitui. (Authiez-Reviez, 2004:229) (grifos nossos)

Os elementos que são aspeados não indicam necessariamente uma “margem lingüística” que situa apenas as formas estigmatizadas, distantes do padrão formal ou das convenções e, portanto, representantes de variantes de pouco prestígio. Em um mesmo texto, por exemplo, é possível verificar a presença de aspas em palavras que representam diferentes usos e situações:

Engenheiro do HC diz que sala tinha extensão elétrica irregular

(...)

A sala onde ocorreu o incêndio estava trancada. No local, havia equipamentos de endoscopia e informática, papéis, uma “isolet” (berço eletrônico construído em acrílico), móveis de madeira, um aparelho telefônico e três estabilizadores elétricos desligados.

Dois funcionários da equipe de manutenção do HC relataram à Folha que desde o incêndio ocorrido no subsolo de prédio há um mês têm surgido ligações elétricas clandestinas (“gatos”) nos ambulatórios.(...)

FSP, 24/01/2008 p. C1

Nesse trecho encontram-se as aspas em palavras que são consideradas de uso mais restrito e que fazem parte de um jargão (ex. “isolet”). Além disso, acrescenta-se, nesse caso específico, a forma estrangeira que molda o estranhamento. Mas, também, são usadas aspas em palavras que indicam gíria (ex. “gatos”). O fato comum entre os dois vocábulos é o “estar à margem”. Os usuários não são obrigados a saber o significado de um termo técnico, assim como não são obrigados a reconhecer uma gíria. É interessante observar, no entanto, um outro recurso gráfico que também tem a propriedade de colocar um discurso à margem, sobrepondo vozes textuais. Os parênteses adquirem claramente, no trecho, a função pedagógica de explicitar significados, dirimindo potenciais dúvidas que possam comprometer o entendimento do texto. A direção da explicitação vai desde a descrição mais detalhada do objeto (*berço eletrônico construído em acrílico*) até a indicação de uma gíria (*gato*) que desfaz a força de uma descrição politicamente correta anteriormente apresentada (*ligações elétricas clandestinas*). Fica evidente o quanto o uso dos parênteses, somado ao uso das aspas, constituem um caminho que se revela fundamental para sinalizar um trajeto

interpretativo e, portanto, não são recursos desprezíveis pelo fato de serem identificados como informações que podem estar à margem.⁶

Além de uma possível função pedagógica, as aspas também podem ser identificadas como uma sinalização do genuíno, do oral; alguma coisa que alguém poderia dizer e, portanto, linguisticamente válido (Jaffe, 2000). No caso das transcrições desnaturalizadas, para a efetivação dos recursos, essa validação das formas tem de ser compartilhada pelos leitores previstos pelo texto, exatamente para minimizar o questionamento sobre a genuidade do que fora apurado e “transcrito”.

Para o caso específico do *sic*, o seu valor de delimitar um problema estabelece uma dupla função. Por um lado exime o locutor de ser responsabilizado pelo problema ou pelo erro (indicando o distanciamento, a salvaguarda) e, por outro, explicita um processo avaliativo. Com essa última função, pode-se também identificar um efeito pedagógico no uso desse recurso, principalmente porque, se há uma possibilidade de corrigir uma forma lingüística ou uma informação no processo de elaboração do texto, anteriormente ao ato de divulgá-lo, é sinal de que a transcrição desnaturalizada “constitui e delimita” um discurso que explora o problema. O *sic* é tipicamente um recurso metalingüístico que realça a imperfeição e, portanto, instaura uma atividade de avaliação e estimula uma atitude de correção, daí o seu valor metalingüístico e o seu desdobramento em atividade metacognitiva.

Segundo o verbete do dicionário *Aurélio*, o *sic* é um indicador de estranheza:

Sic – [lat. ‘assim’] Adv. Palavra que se pospõe a uma citação, ou que nessa se intercala, entre parênteses ou entre colchetes, para indicar que o texto original é bem assim, por errado ou estranho que pareça.

⁶ A relevância dos estudos de elementos que são tecnicamente considerados periféricos é resultado de uma abordagem que tenta projetar os efeitos mais amplos de informações microestruturais. Estudos que analisam a força de informações paratextuais, como os prefácios, as notas, as remissões mostram o poder constitutivo desses “lugares textuais”, demonstrando os limites tênues entre o que é exterior e o que é interior. Essa concepção mais relativizadora dos diferentes papéis desempenhados pelos recursos textuais tem nítida inspiração nos trabalhos de Foucault (Cf. o texto O pensamento do exterior. In: *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. pp.219-42). Assim, estudar marcas como a dos parênteses ou das aspas adquire uma grande importância quando são reveladoras de instâncias discursivas mais sofisticadas e mais complexas.

Ao autor de um texto escrito, em especial nos casos em que a transcrição é um expediente a ser utilizado, compete a decisão de corrigir ou de sinalizar o problema detectado. No entanto, apontar um problema também é uma atividade regida por uma etiqueta social que, dependendo da situação comunicativa, estimula ou desestimula a correção. Segundo a orientação do *Manual da Redação* do jornal *Folha de S.Paulo* (2001:98):

Sic – expressão usada entre parênteses, principalmente na transcrição de um documento, para indicar que é assim mesmo, por estranho ou errado que possa ser ou parecer: O presidente declarou: “ou isso é feito ou eu explodo (sic)”. Em casos excepcionais, pode ser utilizada no meio ou no final de uma declaração entre aspas, mas não para ridicularizar o entrevistado, como em “penso de que (sic) é preciso mudar o país”, disse o candidato. Nesse caso corrija a declaração que contém o erro. O recurso deve ser usado com moderação, apenas quando for relevante para o contexto.

(verbete declaração textual): (...) Reproduzir declarações textuais confere credibilidade à informação, dá vivacidade ao texto e ajuda o leitor a conhecer melhor o personagem da notícia. (...) Na reprodução de declaração textual, seja fiel ao que foi dito, mas, se não for de relevância jornalística, elimine repetições de palavras e expressões da linguagem oral: hum, é, né, tá, sabe?, entendeu?, viu? Para facilitar a leitura, pode-se suprimir trecho ou alterar a ordem do que foi dito – desde que respeite o conteúdo. (...) Na necessidade de chamar a atenção do leitor para algo de errado ou estranho em declaração, admite-se o uso da expressão latina sic (assim mesmo) entre parênteses. Restrinja o uso desse recurso. p.39

Nas recomendações oferecidas pelo *Manual*, verifica-se a tensão entre uma indicação para a produção de transcrições desnaturalizadas (*seja fiel ao que foi dito; reproduzir declarações textuais confere credibilidade à informação, dá vivacidade ao texto e ajuda o leitor a conhecer melhor o personagem da notícia*) e uma orientação para a contenção de uma atitude avaliativa (*não para ridicularizar o entrevistado; restrinja o uso desse recurso*). Mais ainda, há uma proposta de cisão entre forma e conteúdo, com o indicativo de, preferencialmente, se respeitar o conteúdo quando se pensar nas estratégias para se formatar uma declaração textual. Como será evidenciado pelos exemplos, mesmo quando se constata a moderação na presença do *sic*, não se pode negar o fato de que esse recurso não só chama a atenção do leitor, mas principalmente, revela o julgamento construído para o texto. Nesse julgamento,

seguramente a ridicularização é um dos efeitos inevitáveis. O comportamento lingüístico é uma vitrine para a apresentação dos sujeitos e, como falantes (ou usuários da língua), esses sujeitos são constantemente julgados.

Henriques (2001) discute o entendimento de que o jornal é uma fonte para exemplificar o padrão escrito contemporâneo. Portanto, para o mundo letrado, o jornal pode funcionar como um molde para a definição de padrões de comportamento lingüístico. O autor reforça a tese de que o texto da imprensa é conservador em relação aos padrões gramaticais, especialmente quando comparado à natureza experimental presente na linguagem literária. O autor também indaga sobre os usos “aceitáveis” ou “recusáveis”, demonstrando a relatividade de muitas regras gramaticais, principalmente quando se confrontam os discursos presentes nas gramáticas normativas com as recomendações presentes em manuais de redação:

As recomendações lingüístico-gramaticais dessas obras [dos manuais de redação] têm revelado, infelizmente, posições autoritárias e anticientíficas, e isso de um modo ou de outro é transportado para o texto a ser lido pelo leitor comum, o que propicia a criação de um círculo vicioso acerca de como se pode ou se deve utilizar a língua portuguesa em textos escritos de natureza referencial. (p.175)

Vale observar que a mesma situação de tensão verificada entre o discurso da recomendação presente nos manuais de estilo e a efetivação dos recursos nas práticas textuais encontra ressonância nos conflitos entre a prescrição gramatical mais padronizadora e a diversidade dos usos, o que felizmente demonstra que, entre a prescrição e a efetivação, há um usuário da escrita que tira proveito dos recursos discursivos e gramaticais para potencializar o poder de expressão e de persuasão do seu texto. Ou seja, esse usuário não está na condição daquele que simplesmente reproduz as prescrições, mas está em uma posição mais ativa. Não é sem razão que, de tempos em tempos, há uma necessidade de atualização dos manuais de estilo e das gramáticas normativas, exatamente como reflexo de algumas tendências de uso verificadas na comunidade letrada.

A questão dos padrões de correção não é resolvida com uma solução harmoniosa entre as recomendações e as práticas usuais. O dinamismo dos usos lingüísticos, manifestado com grande intensidade também no discurso escrito, envolve

necessariamente o conflito entre escolhas, o que significa que usos mais característicos de uma norma padrão podem perfeitamente conviver com formas mais inovadoras. Em especial, no discurso jornalístico, parece que o lugar da heterogeneidade lingüística é demandado em função do diálogo entre vozes que representam comunidades tão diversas.

É evidente, no entanto, que o grau de tolerância à inovação ou ao desvio é relativizado em diferentes instâncias, envolvendo componentes de vários níveis. O uso do *sic*, em grande medida, é um bom sinalizador do grau de tolerância verificado nas possibilidades de uso e, conseqüentemente, um bom indicador das avaliações que projetam um determinado padrão lingüístico.

Exemplos de *sic* revelam uma natureza complexa das ocorrências, já que são várias as impropriedades delimitadas por esse recurso gráfico. Construiu-se, neste estudo, uma seleção das ocorrências do *sic*, na tentativa de especificar quais componentes gramaticais são avaliados com mais freqüência e quais os desvios lingüísticos são identificados como erros. Dentre as marcações que envolvem os supostos problemas de natureza lingüística, destacam-se os desvios que afetam a morfossintaxe, particularmente concordância (em especial a verbal), regência e escolha pronominal.

A ênfase atribuída ao julgamento dos padrões morfossintáticos está em sintonia com as categorias de erros freqüentemente listadas por análises que salientam as principais dúvidas sobre o uso da norma culta nos textos jornalísticos (Cf. Silva, 2001), o que comprova a hipótese de que, nos procedimentos de correção, a morfossintaxe é um nível gramatical com grande visibilidade.

A maior visibilidade para as questões morfossintáticas é fruto, dentre outros fatores, de uma concepção normativista que, de forma recorrente, lista os problemas lingüísticos que envolvem principalmente questões relacionadas à concordância. Gramáticas pedagógicas e livros de “dicas de português” favorecem a consolidação da morfossintaxe como componente lingüístico de destaque para as lições normativistas. Além desse fator, indica-se que existe uma maior facilidade em se discriminar um problema pontual que envolve a concordância, por exemplo, comparativamente a uma maior dificuldade em se apontar problemas mais globais que envolvem procedimentos de coesão, por exemplo.

Silva (2001) tenta responder a pergunta sobre a aceitabilidade dos desvios gramaticais, avaliando “as estruturas típicas da linguagem coloquial que começam a migrar para o padrão culto” (p.220). No entanto, salienta que “o perigo é transformar o conhecimento dessas regras num mecanismo para discriminar os que não as dominam”. Como é responsável por uma coluna jornalística semanal que tematiza questões lingüísticas, o autor diz que esperava uma repercussão maior em relação à polêmica sobre o certo e o errado, afirmando, inclusive, que os especialistas não gostam muito de opinar (*quero ouvir a voz dos mestres*, apela o autor). Em outro momento, no entanto, o próprio autor das colunas, em resposta a uma interpelação de um leitor que tinha uma expectativa normativista nas indicações sobre a língua, afirma que a função social da sua coluna não é a da prescrição. Do processo de interação com os leitores, o colunista formulou uma taxonomia inicial sobre a avaliação de alguns fenômenos lingüísticos, dividindo-os em quatro grupos:

Grupo 1 – casos com quase total rejeição. Ex. uso do pronome oblíquo (mim) em lugar do reto (eu); uso de verbos que não respeitam a derivação.

Grupo 2 – casos com alto grau de rejeição, mas com algumas dúvidas. Ex. uso do pronome reto (eu,ele) em lugar do oblíquo (mim, o); a invenção de formas verbais para verbos defectivos; uso do advérbio meio no feminino.

Grupo 3 – casos com certo grau de aceitação, mas com restrições. Ex. uso de pronomes átonos no início de frases; mistura de tratamento de pessoas (2^a e 3^a pessoas = tu e você).

Grupo 4 – casos com alto grau de aceitação, com pequenas restrições. Ex. uso do pronome átono “solto” (sem hífen) entre dois verbos; uso do verbo ter no sentido de haver, existir; uso do infinitivo flexionado.

Essa listagem de casos lingüísticos com a avaliação do grau de rejeição ou de aceitação não deve ser interpretada como uma tabela que faz um ranqueamento das estruturas. É preciso incorporar uma visão mais dinâmica que aponte que o “sentimento” de desvio é avaliado em função de fatores que são de natureza extralingüística.

Para além da categorização dos níveis ou componentes em que os problemas são demarcados pelo *sic*, os dados revelam que os textos de entrevistas são o campo

preferencial para a identificação dos desvios, principalmente porque, nessas situações, os dados obtidos na interação oral podem ser *desnaturalizados*. Esse procedimento demonstra que a representação escrita, utilizando-se de estratégias de “transcrição”, constrói relações de poder (Bucholtz, 2000) que sedimentam uma norma lingüística e, conseqüentemente, funcionam como fator discriminador. A aplicação dessa norma lingüística está, no entanto, subordinada ao projeto retórico do texto, o que significa que a maior ou menor tolerância em relação aos desvios vincula-se ao grau de simpatia projetado para aqueles que são retratados no texto e, também, para o tema em questão. Por essa razão, não só é possível a produção de transcrições que apresentam divergências, mas também é possível a indicação de erros em diferentes momentos.

O exemplo, comentado a seguir, mostra que essas percepções diferentes em relação à concepção de erro resultam em marcações diferenciadas do *sic*. Os trechos apresentados tematizam um escândalo político amplamente coberto pela mídia brasileira (o escândalo do mensalão, em que parlamentares foram acusados de receber propina para a formação de uma base aliada do governo). Em uma mesma edição do jornal, a nota divulgada por um líder político foi apresentada com avaliações que expressam os graus variados de tolerância. Em uma das versões há a demarcação de dois estranhamentos: uma convenção ortográfica que registra um nome próprio (Marcus grafado com *u* quando deveria ser *o*) e uma flexão que expressa um equívoco de concordância verbal (*foram* flexionado no plural quando, em função do núcleo *relacionamento*, deveria estar no singular *foi*):

ESCÂNDALO DO “ MENSALÃO” / NOVAS LIGAÇÕES

Deputado José Borba afirma em nota que publicitário discutia nomeações com cúpula do PT

Valério negociava cargo no PT, diz líder do PMDB

(...)

“O meu relacionamento com líderes do PT, integrantes de sua Executiva Nacional e o senhor Marcus [sic] Valério sempre foram [sic] delimitados pela tratativa da ocupação de cargos públicos, em razão de pleitos de integrantes de nossa bancada

Em outra versão da mesma citação, desaparece o estranhamento em relação à grafia do nome próprio, ocorrendo uma correção prévia, mas, em compensação, o problema da concordância é duplamente marcado (*foram* e *delimitados* são anotados por duas marcações distintas, embora o fenômeno da concordância seja o mesmo):

(...)

Ao se defender, Borba confessou ter praticado fisiologia em conjunto com o PT e com o empresário Marcos Valério, um dos acusados de ser provedor do “mensalão”. Eis o que escreveu o líder peemedebista:

“O meu relacionamento com líderes do PT, integrantes de sua Executiva Nacional e o sr. Marcos Valério sempre foram [sic] delimitados[sic] pela tratativa da ocupação de cargos públicos, em razão de pleitos de integrantes da nossa bancada”..

FSP, 06/06/2005, p.A2

Nas duas maneiras de se formatar a mesma nota, verifica-se que, em uma delas, a grafia de um nome próprio é a porta para a entrada da crítica, como se demonstrasse o desconhecimento de uma convenção que deveria fazer parte dos conhecimentos prévios de quem escreveu. Potencialmente, não haveria grandes impactos culturais na variação do registro de um nome próprio, tanto que há uma tolerância entre grafias com as letras *o* ou *u*, *s* ou *z*, com ou sem *h*, com ou sem acentuação gráfica, em função exatamente das idiossincrasias que marcam essa identidade lingüística e situam os nomes próprios em um lugar de relativa imunidade em relação às regras ortográficas. No entanto, algo que seria irrelevante em uma outra situação passa a ser julgado com maior rigor. Por um lado, essa versão que divulga e salienta o erro está respaldada pelo caráter noticioso que freia possíveis modificações em um texto que foi divulgado em nota; a objetividade do texto recomenda uma citação *ipsis litteris*. Por outro lado, essa diretriz não impossibilita a manifestação de uma avaliação, principalmente porque será o pequeno detalhe da escolha de uma letra o sinalizador de um tom opinativo. A outra versão, em contrapartida, procedeu a uma correção do nome, endereçando duplamente a crítica ao problema da concordância e dispensando, portanto, uma polêmica ortográfica. Seria arriscado, nesse momento, endossar um parâmetro apriorístico para julgar o peso de um

desvio ortográfico comparado ao peso de um desvio gramatical, mas, seguramente, o rótulo de erro é mais facilmente anexado ao julgamento estrutural que questiona uma flexão indevida, principalmente em um ambiente sintático que, segundo a norma culta, não prevê outra opção. O fato relevante, no entanto, é indicar que, embora as duas versões encaminhem o leitor para a percepção de problemas diferenciados, o efeito avaliativo é compartilhado pelas duas situações, produzindo uma imagem negativa de uma nota de um político que tenta explicar os fatos, mas que, do ponto de vista de quem a divulga, comete impropriedades.

As diferentes maneiras de apresentar um texto com os diferentes procedimentos de avaliação também podem ser identificadas em uma dimensão mais ampla quando, pelo exemplo que se segue, publica-se, em um dia, uma reportagem que descreve a rotina de jovens amigos do filho do presidente nas visitas aos espaços oficiais. Uma das maneiras de construção da crítica foi a de divulgar os comentários que os jovens postaram em seus blogs. A atitude avaliativa é claramente manifestada pelo uso intensivo de marcação do *sic* em ocorrências que envolvem tanto a grafia quanto as estruturas gramaticais. Feita a denúncia pela reportagem, o texto do outro dia já ameniza o julgamento lingüístico com a ausência do *sic* nas citações de trechos que foram divulgados pela rede de computadores. Identificam-se os diferentes impactos causados pelas diferentes formas de divulgar os textos. A idéia da transgressão é fortemente marcada pela avaliação das formas lingüísticas consideradas desviantes, o que traz a consequência automática de desaprovação do comportamento dos jovens.

O interessante desse caso é que no momento da apresentação do fato há um uso sistemático do *sic*. No outro dia, a publicação, já remetendo à resposta do Planalto, elimina o uso do *sic* em ocorrências em que antes havia a sua presença:

Amigos do filho do presidente colocam na internet fotos de quando ficaram hospedados no Alvorada; custos foram pagos pela União

‘Colônia de férias’ do Alvorada tem fotoblog

Um tour por Brasília que nem mesmo a mais sofisticada agência de turismo da Distrito Federal conseguiria oferecer. O pacote inclui hospedagem no Palácio da Alvorada, churrasco na Granja do Torto, passeio de lancha no lago Paranoá

e até um encontro com Pelé. O transporte, por conta da FAB (Força Aérea Brasileira).(…)

Em outra legenda, de uma foto tirada no Planalto ao lado da primeira-dama, Marisa Letícia, o adolescente descreve a visita.

“Essa foto ficou muito boa!!! Nós [sic] lá no Planalto!!! Foi muito loko [sic] ta toda a galera e tal! Mais a Marisa heheheheee! Nem vo fica escrevendo [sic] muito porque to com preguiça!

As fotos do passeio de lancha no lago Paranoá estão entre as que mais aparecem nos álbuns do grupo. “Esse dia aí nós [sic] foi anda [sic] de lancha!!! Muito presa [sic]!!! Ta todos os mulekes [sic] menos o Lula! Mas firmeza! Ficou muito boa!!!, diz uma das legendas. (…)

FSP, 06/01/2005, p.A9

Integrantes do Orkut criam comunidade para reivindicar ‘temporada’

Fotos de férias no Alvorada saem do ar; Planalto silencia

As fotos das férias dos amigos de Luís Cláudio, filho caçula do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Brasília, foram tiradas ontem do ar. O presidente determinou que nenhum órgão da Presidência fizesse comentários sobre as cenas divulgadas na internet.

Reportagem publicada pela Folha ontem mostrou que 14 amigos de Luís Cláudio, 19, estiveram por cerca de 15 dias em Brasília, com direito à hospedagem no Palácio da Alvorada, churrasco na Granja do Torto, passeio de lancha, além de visitas ao Palácio do Planalto.

Além da rotina dos dias de férias, as fotos mostravam os jovens pelos corredores do Planalto, onde registraram encontros com artistas e esportistas. Em seu fotoblog, um dos adolescentes descreveu da seguinte forma um encontro com a atriz Regina Casé, que foi ao Planalto ter audiência com o presidente: “Olha nois com regina cazé ... conhecemos ela em um dia ai!! Mo preza ... conhecemos várias pessoas famosas aqui!! Na foto: todo mundo mais a regina caze muito bom! Beijos e abraços. ps: mais uma pessoa deixou o grupo (dré) ps2: muitas saudades de quem foi embora e d casa!!ps3: e sim, aqui esta muito bom!”(…)

FSP, 07/01/2005, p. A5

O grau de rejeição a um problema demarcado pelo *sic* está subordinado, portanto, ao projeto retórico de desmerecer alguém ou alguma coisa, principalmente quando se verifica uma maior intensidade na presença desse elemento avaliativo. Para estabelecer essa intensidade da crítica, vale anotar qualquer dado, lingüístico ou não, que seja passível de ser considerado errado, independentemente de envolver uma mera questão ortográfica ou uma questão gramatical mais polêmica. Essa intensidade da rejeição pode ser identificada no exemplo em que o texto divulga uma carta do sindicato dos madeireiros em que há um posicionamento em relação à morte da Irmã Dorothy Stang. Em tese, o fato de o texto ser apresentado na forma de carta, já antecipa uma expectativa em relação ao desempenho lingüístico, delimitando um grau de tolerância em relação às possibilidades previstas para o mundo da escrita. Além disso, o fato de o texto ser assinado por um grupo social – sindicato dos madeireiros – também já antecipa um sentimento de simpatia ou antipatia, em especial porque, para uma parcela da sociedade, principalmente a que tem uma visão preservacionista, esse grupo recebe a pecha de vilão. Soma-se, ainda, o fato de o texto tratar de um caso de ampla repercussão, em que o lugar social da assassinada assegura uma posição de destaque. Todos esses ingredientes justificam a pouca tolerância em relação ao texto divulgado pelo sindicato, daí a intensidade do *sic*, demarcando tanto problemas (orto)gráficos no registro do nome próprio quanto das formas desviantes identificadas como distantes do padrão culto:

Título: *Irmã semeava desordem, diz sindicato*

Dorathy Sting [sic]; irmã Dorothy [sic]; inclusive utilizando o vosso nome perante a população, lardeando [sic] do apoio às ações dela (...)

FSP, 15/02/2005, p. A4

Quando o material da crítica já está na modalidade escrita, ou seja, os dados provêm de uma citação, verifica-se que um problema, mesmo com dimensões mínimas, pode ser destacado com as mesmas repercussões negativas. Assim, um erro que pode inclusive ser atribuído a um problema de digitação ou a uma falta de atenção ganha uma proporção de estranhamento, como em qualquer outro caso. Novamente, o que dimensiona os critérios de julgamento é a tentativa de construção de uma imagem

negativa dos envolvidos. O caso de destaque de uma escolha de um artigo que reflete uma forma agramatical para o português e, portanto, nem é o caso de uma variante de pouco prestígio, mostra o caráter implacável do estranhamento:

“Igreja e Ongs pedem que eleitores não votem em Jandira Feghali por a candidata pregar o (sic) não existência de Deus e defender o aborto”, informava o texto. As mensagens apareciam nos telefones com um remetente identificado como “Cell News”, sem número.

FSP, 03/10/2006, p.Especial 8

Nesse mesmo teor de julgamento, apresenta-se o caso de condenação da ausência de marcas de acento gráfico para um suporte de escrita (alguns meios digitais) que, como forma de agilização da escrita, prescinde dessa marcação:

Tecnologia auxilia pais a localizar filhos

Loide Migliorini, 48, entra em seu apartamento, no bairro do Butantã, e quer saber onde está a filha caçula Bebel, 10. Loide aperta uma tecla em seu celular, digita uma senha e, em poucos segundos, recebe a informação na tela do aparelho: “A usuaria Bebel esta perto da rua Iracema 214 – Sao Paulo – Sao Paulo” [sic]

O português é canhestro, mas a informação é precisa. Esse é o endereço da unidade Itaim do colégio Pueri Domus, onde Bebel cursa a 4ª série. A mãe fica tranqüila .

FSP, 12/12/2004 p. C1

Esses dois exemplos de julgamento (da presença equivocada de um artigo e a ausência de sinais de acentuação gráfica) demonstram, em tese, uma concepção bastante prescritiva para o funcionamento da língua escrita, identificando qualquer deslize do código como sendo uma impropriedade grave. No entanto, para os propósitos de quem marcou o problema, a questão não é a de minimizar a correção porque se garantiu a interpretação; ao contrário, é a de indicar que o produto escrito deveria ser tratado com mais cuidado, mais zelo, e respeitando-se, sempre, as convenções. Essa indicação ajuda

a separar comunidades de usuários, dividindo-as entre aquelas que detêm o conhecimento lingüístico, tanto na modalidade oral quanto escrita, e aquelas que subvertem as recomendações e, por isso, são avaliadas por esse comportamento que está registrado em um produto facilmente tomado como prova de ignorância, mesmo quando há uma justificativa razoável que possa contornar a idéia de desvio.

A imagem de correção absoluta pode gerar casos de intolerância gramatical que não admite o fenômeno da variação. Nesses casos, a avaliação não se preocupa com um efeito de sentido intencionalmente projetado para a forma desviante:

Na rádio Mix FM, Felipe Xavier faz sucesso com quadros cômicos, como o anti-herói “Homem Cueca”, que salva a população de apuros cobrando “Cem real (sic) mais o dinheiro do busão”; neste mês lançou em CD os melhores episódios do seu maior sucesso, “Dr. Pimpolho”, caricatura do chefe injusto e estressado.

FSP, 27/12/2004, p.E2

A indicação de uma concordância nominal não-padrão (*cem real*) faz parte, pela indicação do próprio texto, de uma caracterização cômica de um anti-herói que não tem escrúpulos em cobrar pelos possíveis atos de heroísmo e essa postura marginal é adequadamente retratada por uma forma lingüística também desviante. Nota-se que o uso do recurso das aspas, como abonação para a estrutura, é neutralizado com a presença de um julgamento trazido pelo *sic*. A sutileza da montagem lingüística retratada pelo personagem pode desaparecer com essa sinalização que aponta o problema. Seria questionável, portanto, a atitude de querer que prevaleça uma “assepsia” lingüística em nome da manutenção de um padrão formal para o produto escrito. A concepção expressa pela avaliação é a de não admitir o registro da variação na modalidade escrita, ou a de permitir o registro da variação com algum sinal que demarque esse lugar da “transgressão”. Ou, ainda, existe a hipótese de formulação de uma crítica ao sucesso de um personagem que apresenta um desempenho lingüístico questionável e, portanto, passa a ser um exemplo inadequado para a divulgação de um modelo de língua e, principalmente, para a divulgação de um modelo de comportamento.

Há situações, no entanto, em que a marcação do *sic* não está envolta em polêmica, exatamente porque tanto a identificação quanto a classificação do erro são mais transparentes. Algumas das questões que tratam da conferência ortográfica poderiam estar enquadradas nesse caso:

“Aproveitando que a imprensa (sic) fez com que você viesse até aqui... Ai vai o meu apoio aos candidatos do PT”, escreveu Marcos na abertura de seu blog ontem.

FSP, 28/10/2004, p. A7

O site (www.grupoow.com.br) cita o trabalho de Maroni como psicoterapeuta. “Seu primeiro grande sucesso profissional foi a recuperação de um rapaz com ejaculação precoce, curado após algumas seções [sic], durante cinco meses, em uma casa de massagem. ‘O garoto ficou uma bala’, diz [Maroni].”

FSP, 10/08/2007, p.E2

Até porque, contam os dois jornalistas, Morales “sabe utilizar seu ‘sexapil’ [sic] presidencial ...

FSP, 28/01/2007, p.A17

No caso de uso de língua estrangeira, a marcação não se restringe apenas aos problemas relacionados ao código. Questões gramaticais, como as que envolvem a construção frasal, também podem ser julgadas. Nesse caso, compartilhar a crítica significa compartilhar conhecimentos lingüísticos de um outro sistema. Na falta desse conhecimento, o leitor pode supor que a questão envolve o conteúdo ou, ainda, pode inferir, sem grande segurança, sobre o potencial problema:

(...) Durante o discurso que Bush e Lula fizeram, minutos antes, um único balão, conseguiu romper o espaço aéreo e dizia, quase bilíngüe, “Fora Bush”, de um lado, e “Out Bush” (sic), do outro.

FSP, 10/03/2007, p.A10

A grafia pode, também, ser o registro para julgar fatos que remetem a situações de pronúncia, como casos de metátese e reduções vocabulares. Evidentemente esses dois fatos, exemplificados em *Tranquedo* e *tá / tava*, não se situam como fenômenos de mesma natureza lingüística nem de mesma avaliação social. Alguns casos de metátese recebem seguramente uma carga de estigma muito maior se comparados aos casos de redução vocabular, típica de situações informais de fala espontânea:

(...) “‘Tranquedo’ [sic] está vivo, eu quero ver o ‘Tranquedo’”, grita alguém em seu enterro.

FSP, 21/04/2005, p.A14

(...) “Vai demorar um pouquinho mas você consegue chegar onde ele tá (sic): sete palmos da terra.” Esse foi o teor da gravação apresentada ontem pela advogada crimilalista....

FSP, 15/09/2006, p.C1

(...) O presidente prometeu manter intensa agenda de viagens e foi irônico em relação à imprensa. “Esse presidente tem tanto medo de notinha em jornal dizendo que vai ter manifestação que, em 1975, quando diziam que a porta da Volkswagen tava (sic) cheia de militar para não fazer assembléia, levantava às 4h para ir fazer assembléia.”

FSP, 01/08/2007, p. A4

(...) ...aquele técnico dos oclinhos (sic) modernos não vê o ninho de periquito que se forma na cabeça.

FSP, 09/02/2007, p. D3

O desvio ortográfico marcado em *oclinhos* aparece em um texto opinativo, assinado, em que nitidamente há um pedido de autorização com o uso do *sic*, indicando a intenção do desvio. Nesse caso, há uma equivalência entre essa marcação e o uso das

aspas, que seriam, inclusive, mais recomendadas para demarcar a ironia prevista para esse uso.

Ainda em relação ao julgamento de situações relativas ao código e suas convenções, ilustra-se um caso raro de marcação de problemas de pontuação:

“A riqueza do Brasil, [sic] encontra-se”

“São Paulo, [sic] é uma das cidades”

FSP, 06/03/2005

Esses problemas de pontuação ilustram erros de redações de alunos que foram aprovados em vestibular e a reportagem tentava mostrar o baixo nível dos candidatos. Esse baixo nível está relacionado ao fato de existir uma prescrição considerada elementar para as regras de pontuação (não separar por vírgulas sujeito e predicado) e desrespeitada por aqueles que estariam situados em um nível de escolarização considerada alta. Em outros termos, a aprovação no vestibular, em função desse problema no desempenho escrito, seria algo preocupante. Uma outra situação que confirma esse julgamento das normas referentes à pontuação pode ser observada na seguinte nota de uma coluna que tem os bastidores televisivos como temática principal:

Parem as máquinas

Jaqueline Khury, aquela que ficou só uma semana no “BBB8”, contratou uma assessora de imprensa (que usa vírgulas para separar sujeitos de verbos), numa tentativa de prolongar seus minutinhos de fama.

FSP, 04/03/2008 p. E6

A percepção dos aspectos que compõem o código pode ser tão definidora de uma imagem negativa que, nas situações em que os problemas/erros afetam a atribuição de significados, há um processo de marginalização quase que automático porque se evidencia a incapacidade de produzir a forma desejada. Em alguns casos, inclusive, é

essa forma equivocada que pode oferecer pistas para indicar um falseamento em uma dimensão mais ampla (o caso de fraudes, por exemplo). No texto abaixo, ilustra-se o quanto a avaliação do desempenho lingüístico é um fator a dar ou não credibilidade ao conteúdo. Pontualmente, a confusão entre as grafias *tráfego* e *tráfico* serviu de argumento para referendar a denúncia de que se tratava de um texto fraudulento:

Internet espalha boato sobre a internacionalização da floresta amazônica

Um spam (uma mensagem não solicitada) que vem entupindo as caixas de entrada dos e-mails alerta sobre um plano para transformar a Amazônia em uma reserva internacional e cita como “prova” um suposto livro adotado nas escolas de ensino fundamental nos Estados Unidos, no qual a Amazônia já aparece separada do Brasil e dos demais países sul-americanos em um mapa.

O e-mail apresenta a “horrorizante tradução” de um trecho do livro, segundo o qual “desde meados dos anos 80 a mais importante floresta do mundo passou a ser responsabilidade dos Estados Unidos e das Nações Unidas”, já que os países que a controlavam eram “reinos da violência, do tráfico [sic] de drogas, da ignorância, e de um povo sem inteligência e primitivo”. (...)

FSP, 05/06/2008, p.A6

Em outro caso, a presença de impropriedades na ortografia mostra, de forma irônica, como o potencial candidato, de fato, já está preparado para ser incluído em um programa televisivo que se destaca pela baixa competência letrada de seus participantes. Nesse exemplo, a indicação da impropriedade não denuncia uma fraude, mas expõe o candidato a um perfil que, ironicamente, é avaliado como desejável:

Pronto para o “BBB”

Um certo Maicon Alves dos Santos disparou e-mail para mais de 400 jornalistas se apresentando como candidato ao “Big Brother Brasil 9” e se oferecendo para entrevistas. No texto, diz que pode levar “interterimento” [sic] e intrigas à casa do reality show e que o prêmio de R\$1 milhão realizará o sonho de seus pais, que “lutaram uma vida inteira para conseguir instabilidade [sic] financeira para a família”.

FSP, 01/09/2008, p.E2

Arelado aos julgamentos que avaliam as possibilidades do código e estabelecem os limites para as transgressões, tem-se uma ação que busca a homogeneidade em relação às variações de registro. A informalidade indicada em “pô, Febem, secretário?” é considerada excessiva quando pronunciada por uma autoridade que dialoga com outra autoridade:

(...) O prefeito de Tupi Paulista, Osvaldo José Benetti, disse ter se assustado ontem quando recebeu um telefonema do secretário da Administração Penitenciária do Estado, Nagashi Furukawa, informando sobre a transferência de internos da Febem para o complexo penitenciário local. “Quando o secretário me ligou, me assustei. Eu falei: “Pô, Febem, secretário?” (sic). Ele nos informou que estariam sendo transferidos em torno de cem detentos da Febem hoje [ontem].”

FSP, 19/03/2005, p.C3

Os casos de neologismo são, também, alvos preferenciais de julgamento lingüístico porque expressam exatamente a idéia de produção de uma forma não autorizada, não batizada oficialmente pelos dicionários ou pelos usos mais correntes. Os neologismos abrem caminho para a inovação e, em situações em que o conservadorismo lingüístico é forte, haverá seguramente uma força para neutralizar essa possível ação criativa que produz novas formas:

“Sonia dizia-se ‘muito decepcionada com a política brasileira, que permite que um líder como Renan continue sendo um líder governamentista’ [sic]

FSP, 14/09/2007, p. A8

“Aviões que trafegam no setor 6 continuam sumindo dos radares até hoje, segundo o relatório dos controladores do Cindacta-4. Em 14 de janeiro de 2007, um controlador registrou num “relatório de perigo” que o setor é uma zona cega.

A situação no S06 [setor 6] do ACC-AZ [centro de controle amazônico] é degradante. Os radares são falhos em quase sua totalidade. Mas a mais famosa [região] é onde caiu o Gol. Lá, nós de Manaus [Cintacta-4], temos o radar, mas quem controla é Brasília [Cintacta-1], que não tem a visualização do radar. Ou seja, quem vê não controla e quem controla não vê. É um buraco negro na

medida que nessa região os radares são inconfiáveis (sic) e as frequências [comunicação via rádio com os pilotos] não funcionam”, diz o documento.”

FSP, 24/04/2007, p.C1

“Completo o destampatório com chave de ouro ao negar ter desejo de fechar o Congresso: “Mas o Congresso já está fechado. Ele não funciona, ele se autofecha [sic].” Ora, se não funciona e “se autofecha” ou, quando funciona, se dá tanto trabalho pagar mensalidade para tanto deputado ...”

FSP, 19/09/2006, p. A6

As escolhas lexicais também podem ser objeto de avaliação. Assim, gírias ou palavras que trazem marcas pejorativas são “colocadas à margem” para, muitas vezes, garantir a idéia de pureza a ser preservada no registro escrito. No caso destacado a seguir, além de se valer do uso das aspas para atribuir a autoria a outro, incorpora-se uma avaliação que, para esse uso, compartilha a condenação, deduzindo-se que a escolha da forma lingüística (“negona”) não se pautou pela linguagem politicamente correta.

“Em 2005, Maria de Fátima da Silva Christiano, que é negra, foi chamada de “negona” (sic) pelo electricista Amaro Meneguete do Carmo, filho de uma paciente.”

FSP, 05/08/2007, p.C5

Ainda em relação às escolhas lexicais, há um componente social que orienta o comportamento lingüístico. Assim, os palavrões ou as expressões de baixo calão são quase que naturalmente rejeitados no mundo da escrita, em especial em um suporte que se pretenda mais formal. No entanto, o registro dessas formas intensifica a crítica que pretende demonstrar o descontrole daquele que as usou e a condenação será ainda mais alta se esse usuário situar-se em uma posição social de prestígio:

Nas conversas gravadas, o soldado pede para que o sargento Crispilho arrume dados como o número de RG, placas de carros e motos e diz que, a partir dessas informações, iria levantar as fotos dos suspeitos para ir atrás deles pelas ruas.

Lima fala também que os suspeitos iriam ser pressionados “por um policial civil truta [amigo] do 73º DP [Jaçanã]”, que cuidava do roubo da moto e das armas do PM Sérgio.

Em conversa, Lima diz que “tem que sentar o aço nesse filho da puta [sic].”

FSP, 16/08/2008, p.C1

Na análise mais pontual dos exemplos coletados, verifica-se uma grande presença do *sic* em questões que envolvem a morfossintaxe:

Delegado é suspeito de pedir verba a bancos

(...)

Nos ofícios, após narrar os supostos crimes contra os dois bancos e citar nominalmente os quatro presos em Sorocaba, consta a seguinte frase: “Diante do exposto, solicito diante dessa ilustre gerência o destino de verba de R\$20.000,00, montante este que foi gasto durante todo o período da investigação, com relação ao (sic) colaboradores desse grandioso evento”.

FSP, 17,07,2007, p.C1

Gravações de conversas com traficantes revelam linguagem do submundo policial

(...)

“Vou fazer melhor, dentro das possibilidades dos irmão [sic] aí. Vou pegar essa parada amanhã, que já pego o da semana passada e desta semana.”

FSP, 16/12/2006, p. C3

Nua e crua

Justiça é só para pobre. É o que diz um dos juízes investigados num dos grampos da Operação Têmis, sobre suposta venda de sentenças judiciais. O diálogo, de acordo com a transcrição da Polícia Federal ocorreu entre o juiz Djalma Moreira Gomes, da 25ª Vara Cível, e pessoa desconhecida.

Diz o juiz: “A justiça não é uma coisa que interessa ... é uma coisa, que a justiça acaba sendo uma ... uma coisa ‘pá’ pobre, né? Porque rico resolve as coisas

dele (...) de outra maneira. Então a Justiça foi uma coisa dada pros pobres, pra eles viver (sic) brincando aí”.

FSP, 30/04/2007, p.E2

Hackers picham site da Prefeitura de SP

(...)

“Só sabem gastar dinheiro, nunca olha (sic) para os pobres”

FSP, 26/10/2004, p. A6

“Era [sic] R\$50 mil que ele ia pagar”

FSP, 24/02/2005, p.A6

Psii impõe limite para festa de campeã

Mesmo sendo a maior campeã de São Paulo, a Vai-Vai tem apenas uma minúscula quadra e, como usa parte das ruas do Bixiga (região central de São Paulo) para ensaios e comemorações, só poderia festejar ontem até as 21h30.

O desrespeito ao horário é passível de sanções do município (multa ou interdição) ou do Ministério Público Estadual, com quem a escola tem um acordo firmado.

Mesmo assim, o vice-presidente, Claricio Gonçalves, anunciou ontem uma festa de “virar a noite” e provocou moradores e desafetos, a quem mandou abraços. “Peço desculpas aos nossos vizinhos, mas vai [sic] ter que aturar só mais um pouquinho. Porque hoje não vai ter Psii [programa que fiscaliza o barulho na cidade], não vai ter nada.” (...)

FSP, 06/02/2008, p. C2

“Mulheres que estavam presas no 89º DP junto com Anna Carolina Jatobá disseram ontem que, embora tenha sido tranquilo nos últimos dias, o contato não foi amistoso durante todo o tempo, de acordo com o relato das presas.

‘Quando ela entrou, a gente agitou a cadeia. Jogamos água, xingamos, [demos] banana. Nós deu [sic] o choque nela sim’, disseram algumas delas. Nenhuma das dez mulheres presas no local quis se identificar à reportagem.

FSP, 12/04/2008, p. C3

“ (...) O argumento para a prisão do sargento De Araújo apareceu às 4h de ontem. Foi nessa ora que o coronel de Cavalaria Cesar Augusto Moura, que chefiava a operação, apresentou o mandado assinado pela juíza militar Vera Lúcia da Silva Conceição. No documento, datado do dia 3 de junho, a juíza ordenou: que “se proceda a busca e captura do desertor (...) Laci Marinho de Araújo (...) Mando que se procedam (sic) a todas as diligências necessárias e se empreguem os meios dispensáveis.”

FSP, 05/06/2008, p. C1

“Com experiência em política científica, mas pouca na área espacial, o novo presidente da AEB (Agência Espacial Brasileira), Carlos Ganem disse estar entusiasmado com sua missão, mas admitiu não ser um “especialista” no setor. (...)

‘Mas eu sou uma pessoa que, recebendo uma determinada função, persegue ela [sic] até sua consumação final. Minhas filhas costumam dizer: ‘Papai não desiste nunca’. E eu não desisto nunca.’ (...)”

FSP, 26/03/2008, p.A17

Ressalta-se que todos os trechos trazem construções lingüísticas que são formas desviantes de concordância e que foram destacadas como estranhas para os padrões esperados pela escrita. Delegados suspeitos, traficantes, juízes investigados, hackers e acusados de assassinatos são exemplos dos personagens que representam os produtores dos erros e, portanto, são avaliados pelo comportamento lingüístico, mas as atitudes sob julgamento transcendem o desempenho lingüístico.

Um fenômeno morfossintático não se resume ao fenômeno da concordância, embora a flexão seja o dispositivo mais saliente para uma avaliação que confronta a norma culta com os padrões de uso. É interessante observar, por outro lado, que a saliência de um “erro” ou de um problema tem uma forte dimensão histórica que situa os padrões desejáveis para um determinado tempo e acabam por monitorar a percepção dos usuários. A avaliação do “gerundismo” é um exemplo que claramente ilustra essa “sazonalidade” de alguns temas gramaticais. A maior disseminação do uso e, conseqüentemente, a maior proliferação de recomendações abonando e, principalmente, desabonando esse uso, contribui para a maior focalização de um fato lingüístico e, dada

essa focalização, o fenômeno passa a ter maior visibilidade para uma avaliação que busca um padrão de correção. Isso mostra que o processo de construção de uma norma culta também está sujeito a essa dimensão histórica que julga as estruturas em função de uma demanda circunscrita em um momento.

Avaliação do gerundismo:

() (...) *Ricardo Dorta, um dos organizadores da festa, sobe ao palco. “A Dercy quer ficar, mas o assédio está grande”, diz. “Ela vai subir [para um ambiente montado no piso superior do salão] para curtir tudo que foi feito para ela. Depois os veículos de comunicação vão estar subindo, vão estar fazendo perguntas (sic).”*

FSP, 08/06/2007, p.E2

() *Lula disse: “A única frustração que eu tenho é que os ricos não estejam votando [sic] em mim.*

FSP, 19/09/2006, p.A6.

O fenômeno da hipercorreção também aparece como alvo de avaliação, demonstrando nitidamente uma crítica àqueles que querem aplicar uma norma e, portanto, querem produzir um padrão de correção, mas que não teriam controle sobre o uso. Exemplos: *“Os parlamentares não estão conseguindo se expressarem (sic)”* e *“a gente vamos (sic) parar o país”*:

(...)

O clima azedou mesmo quando Kerson informou que a transcrição da conversa entre os pilotos estava em inglês, porque a análise foi feita por técnicos estrangeiros. “Os parlamentares não estão conseguindo se expressarem (sic)”, bradou o presidente em exercício da CPI, deputado Eduardo da Cunha (PMDB-RJ), tentando acalmar ânimos.(...)

FSP, 02/08/2007, p. C3

Tolerância Mínima

No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, o hoje senador e então deputado federal Paulo Paim (PT-RS) fazia uma das suas tradicionais defesas da indexação do salário mínimo numa reunião da Comissão de Trabalho da Câmara.

Adversário político do PT e andípodas do partido em questões econômicas, o também deputado na época e ex-ministro Roberto Campos (PP-RJ), morto em 2001, não se conformava.

“Bob Fields”, como Campos era ironicamente chamado pela esquerda, ironizava a “pretensa fórmula matemática” de Paim para justificar o aumento.

No tom veemente usado pelo PT na oposição, Paim terminou a fala com uma advertência, mas cometeu um lapso lingüístico:

- Se o aumento não for dado, a gente vamos (sic) parar o país.

Campos não se conteve:

- Senhor presidente, com essa, eu saímos. Até logo.

FSP, 17/07/2005 Coluna Paineis p. A4

Além da marcação de fatos que envolvem a avaliação de questões estruturais, verifica-se que o *sic* também é um indicador de questões semânticas que envolvem julgamentos sobre o conteúdo:

“O carro do Dr.[sic] bandido fruta podre da magistratura ...

FSP, 13/03/2004, p.C4

“Ele mandou prender o Ari, mandou fazer busca e apreensão naquele (sic) senhor chinês...”

FSP, 13/01/2004

“Logo após o encerramento da partida, houve uma invasão de diversos torcedores oriundos das arquibancadas (sic) para abraçar os atletas da equipe do São Paulo.

FSP, 11/04/2006, p.D2

“Você já foi muito longe demais [sic] com essa mania de buscar a verdade”, diz uma voz de homem no telefonema, que foi gravado pelo empresário.

FSP, 01/05/2004, p.B2

“Genoino disse que “onde houver disputa [entre PT e os aliados], vamos pactuar para que essa disputa não reflita no governo federal e [sic] no governo Lula”.

FSP, 19/04/2004, p.A5

Nos exemplos que trazem questões de conteúdo, há estranhamentos que envolvem a veracidade das informações (ex. o uso de titulação de Dr. ou a indicação das arquibancadas como lugar de onde vieram os invasores do gramado) ou o caráter de redundância de palavras (ex. *muito* e *demais* usados para intensificar uma mesma palavra) ou, ainda, o caráter de impropriedade das referências (ex. governo federal e governo Lula apontados como se fossem diferentes). Em todos os exemplos, verifica-se o quanto o conhecimento prévio relativo aos assuntos torna-se condição *sine qua non* para a percepção da crítica construída pela presença do *sic*. Assim, o valor de ironia projetado para a avaliação das informações depende de um leitor que compartilha essas informações prévias.

Existem exemplos em que o *sic*, em textos mais opinativos, veicula, de forma mais evidente, um valor de ironia, e agrega a função básica dessa marcação que é a de colocar uma informação sob suspeita, incitando um questionamento sobre sua validade:

A dinheirama é para exaltar sete “valores brasileiros” (sic) – afeto, alegria, confiança, conhecimento, fraternidade, identidade, originalidade (...)

FSP, 22/12/2004, p. A2

O fato assombroso desse episódio é a inépcia da Abin, dita Agência Brasileira de Inteligência (sic).

FSP, 14/03/2005, p. A2

Depois de 16 meses, o governo anunciou ter identificado 219 regiões com potencial turístico. Vai concentrar (sic) suas ações nesses locais.

FSP, 01/05/2004, p. A2

Financiamento público é ruim pela mesma razão. Além de ser mentira afirmar que não há dinheiro oficial em campanhas eleitorais no Brasil. Emissoras de rádio e TV abatem cerca de R\$300 milhões de impostos por ano de eleição – por conta da cessão de tempo para a propaganda gratuita (sic).

FSP, 07/03/2005, p.A2

Havia restrições. Uma se referia a proibir partidos com um único deputado a eleger líder (sic).

FSP, 11/12/2006, p.A2

E o anúncio de um programa de aceleração (sic) do crescimento cujas obras são tão velhas e algumas mal começaram a andar?

FSP, 04/04/2007, p.A2

Todos esses casos de ironia, presentes em textos mais opinativos, foram usados em textos produzidos pelo mesmo autor, o que demonstra que o recurso passa claramente a ser um dispositivo preferencial de estilo. Nessa construção da opinião, o texto inclusive pode sobrepor indícios de crítica reforçando o ponto de vista. É o que acontece com os casos em que se usam as aspas somadas à presença do *sic* (ex. “valores brasileiros” (*sic*)) e com os casos em que se lexicaliza uma desconfiança também somada à presença de *sic* (ex. *Abin, dita Agência Brasileira de Inteligência (sic)*).

A percepção do projeto retórico é um critério que garante um nível de compreensão adequado do texto. Compete ao leitor, em função de seu conhecimento de mundo e do seu julgamento lingüístico, localizar a informação ou o dado lingüístico que é objeto da crítica. Nos casos em que o problema não está na vizinhança imediata do *sic*, particularmente na palavra que o antecede, a identificação do objeto da crítica é dificultada. Nem sempre, no entanto, é fácil a identificação do escopo do *sic*, o que legitima uma dúvida sobre qual informação ou qual forma lingüística é o alvo da crítica. É possível identificar essa dificuldade na seguinte nota:

Criação Zero

Até quinta feira passada, o programa apresentado por Celso Portioli no SBT se chamava “Charme com Adriane Galisteu”. Na sexta, mudou para “Namoro na TV”. Anteontem, já era “Namoro e Etc.” (sic)

FSP, 31/01/2007, p. E4

O *sic* é um elemento que reforça toda a confusão entre os nomes dos programas, o que justifica o título de “criação zero” ou sua abrangência é menor e se concentra na crítica à palavra *etc*, que aparece como última informação? Ou, ainda, ao leitor é dada a liberdade de formular a própria abrangência, já que a nota é claramente opinativa?

Essa multiplicidade de hipóteses provoca uma ampliação das fronteiras do alvo da crítica e pode, eventualmente, confundir a estratégia construída para o leitor. No exemplo, abaixo, as hipóteses de leitura vão se tornando preferenciais à medida que o conhecimento prévio do leitor vai detectando qual informação pode ser considerada errônea:

Revolução

Sob o título “Lula empreende a revolução das favelas” e abrindo o texto com “Promessa ou realidade?”, o “El País” noticiou os milhões a serem investidos no Rio de Janeiro após a eleição de um governador “próximo do presidente, Jorge Cabral” (sic).

F SP, 23/03/2007, p. A8

O conhecimento prévio partilhado pode, então, facilitar uma restrição da crítica ao uso equivocado do nome do governador que é Sérgio Cabral e não Jorge Cabral. No entanto, se essa informação não é compartilhada ou se o leitor não faz esse procedimento mais localizado, é pertinente a construção de uma hipótese que tenta identificar o escopo do *sic* na informação que diz que o governador é próximo do presidente, ou na informação que diz que milhões serão investidos, ou, ainda, na informação de que há uma revolução em andamento.

Apresenta-se mais um exemplo para ilustrar essa dificuldade em demarcação dos limites do *sic*:

Um locutor afirma que os investimentos para as obras estão garantidos “do início ao fim” (sic).

FSP , 04/04/07, p.A2

Nesse caso, quais os limites da estranheza delimitada pelo *sic*? A palavra [fim], a expressão que está aspeada [do início ao fim], ou o ato ilocutório de afirmar [afirma que]? São todas abrangências potencialmente pertinentes e a escolha de uma em detrimento de outra depende de uma defesa interpretativa por parte do leitor.

Além do questionamento sobre as fronteiras que definem o alvo da crítica trazido pela presença do *sic*, pode-se inclusive questionar a pertinência do seu uso como marcador de um problema e, portanto, como evidência de uma estranheza. Ressaltou-se, anteriormente, que a proposta de avaliação depende da imagem de correção trazida pelos julgamentos e que o leitor (e o bom leitor!) não necessariamente precisa compartilhar dos mesmos critérios de julgamento. Salientou-se, também, que muitas vezes uma visão microestrutural da língua é favorecida com a marcação de relações morfossintáticas que seguem ou não um modelo de norma culta. Essa maior visibilidade para as questões morfossintáticas seria uma das justificativas para a marcação de um fenômeno de concordância que, do ponto de vista estrutural, não apresenta a congruência entre a forma de terceira pessoa (*os policiais*) e a forma de primeira pessoa do plural (*sabemos*), mas que, do ponto de vista retórico, apresenta um efeito argumentativo de inclusão do enunciatário na produção, o que é bastante legítimo:

(...) Em sua carta, o investigador Roger Franchini, do 36º DP, no Paraíso (zona sul), diz que “os policiais que estão na linha de frente do combate ao crime sabemos (sic) onde está o ‘Rolex roubado’ do Luciano Huck”. O investigador, no entanto, afirma no texto que não irá procurar o relógio e “trocar tiro com bandidos” pois recebe salário de R\$568,29”.

(...)

Leia a íntegra da carta enviada pelo policial

Os policiais que estão na linha de frente do combate ao crime (todos os que não são delegados ou oficiais da PM) sabemos onde está o “rolex roubado” do Luciano Huck – metáfora para o Graal da segurança pública brasileira.

Mas não vou trocar tiro com bandidos recebendo um salário-base de R\$568,29 ao mês (e, agora, sem o tíquete alimentação de R\$80,00, que nos foi retirado em agosto de 2007). Prefiro correr risco no bico para sustentar meus filhos.

Se Huck não está feliz conosco, pode entrar para o movimento ‘Cansei’ e cobrar do governador Serra o motivo de o PSDB ter tanta raiva da polícia paulista e mantê-la na miséria há 14 anos. Eu queria fazer minha inscrição naquele movimento, mas será que aceitam um policial sem dinheiro?

FSP, 09/10/2007, p.C1

Esse exemplo de intolerância em relação às possibilidades lingüísticas reforça a idéia de que o projeto retórico não só orienta as possíveis marcações dos erros, mas principalmente orienta a própria concepção de erro. Nesse caso, a discordância em relação à atitude do policial em não indicar o paradeiro do relógio roubado é traduzida pelo maior monitoramento das formas lingüísticas, como em um projeto de desmerecimento do comportamento. A visão restrita de concordância anulária, por exemplo, a construção:

(...) Apenas esmolam para que os jornalistas digamos que os outros também não são. (...)

FSP, 15/02/2008, p. A2

em que há uma concordância que faz uso da forma verbal na primeira pessoa do plural para indicar um pertencimento, uma inclusão. Esse recurso legítimo, do ponto de vista funcional, é questionado quando se estabelece um procedimento de concordância mais linear que toma como critério uma necessidade absoluta de congruência entre a forma gramatical do sujeito e a flexão verbal.

Essa redução do texto a objeto de avaliação pode provocar, inclusive, alguma sobreposição de autoridade. Na ânsia de instituir um processo de correção, o uso do *sic* pode indicar, como objeto de crítica, o próprio veículo de comunicação. É o caso do exemplo em que há uma correção do jornal para um problema que pode ser atribuído ao

próprio jornal, já que seguramente foi um jornalista que escreveu o depoimento e usou corretamente a forma gráfica (há):

(...)

Um vizinho, proprietário de vidraçaria em frente à casa dos mortos, Enis Garcia, disse ter visto várias vezes Edivaldo nas imediações. Ele era amigo de um dos filhos de dona Glória, que já morreu. Como tinha saído da cadeia há (sic) pouco tempo, ela o abrigou. Era uma mulher boa.” (...)

FSP, 31/05/2007, p.C4

Casos como esses permitem questionar qual é a voz que estabelece a crítica. Essa autoria da crítica ainda é mais complicada quando, como no exemplo a seguir, o [sic] está presente dentro de uma citação. O questionamento ou estranheza em relação à designação de desembargador faz parte do relatório da PF (Polícia Federal) ou é uma estratégia de editoração produzida pelo jornal para indicar um tom opinativo:

Juiz é suspeito de cobrar salário de funcionário

Documentos e fitas de dossiê de Carreira Alvim, investigado na operação Hurricane, apontam irregularidades contra o vice do TRF

(...)

A PF afirma que “os documentos (...) estão vinculados a diálogos interceptados [na investigação Hurricane], nos quais Carreira pedia cooperação de Eledilson no sentido de reunir provas contra o desembargador [sic] Fernando Marques, provas estas relacionadas ao fato de que este desviaria parte da gratificação de chefia de funcionários do tribunal em benefício da filha”.

Eledilson afirma à Folha ter protocolado o documento na presidência do TRF e, recentemente, entregado cópia a Carreira Alvim, junto com fitas de conversas dele com Marques. O material comporia um dos dossiês que, segundo a PF, Carreira Alvim estaria montando contra colegas do TRF.

“Entreguei ao desembargador [sic] Carreira Alvim, que me solicitou o documento. Ele me procurou recentemente, disse que estava procurando provas, que tinha muita corrupção dentro do tribunal, estava juntando provas, porque queria acabar com a corrupção e agora me envolveu nisso”, afirmou. (...)

FSP, 10/06/2007, p.A8

Do mesmo modo, cria-se, no exemplo a seguir, uma dúvida sobre a autoria da crítica e, portanto, do agente social que acrescenta o *sic*. Como o texto apresenta a íntegra de um depoimento, pode-se pensar, em um primeiro momento, que há a preservação do conteúdo, o que não impede que haja uma manifestação de avaliação por parte do jornal que divulga as informações. Os acréscimos do *sic* são, então, uma marca “sutil” de subjetividade que preserva a integridade do texto, mas que encaminha um julgamento. Por outro lado, se a integridade do texto representa apenas uma divulgação do que foi apresentado, então, a presença do *sic* será atribuída a uma instância judicial que, ao registrar o depoimento, já antecipa julgamentos. Nesse momento, com essa atribuição de autoria, a transcrição do depoimento perderia o seu caráter de objetividade e poderia posteriormente servir de argumento para demonstrar a parcialidade de quem registrou, evidenciando um viés condenatório em um momento em que a conduta deve parecer a mais neutra possível:

Leia a íntegra do depoimento de Ana Carolina, a mãe de Isabella

A seguir, o depoimento de Ana Carolina Cunha de Oliveira, dado à polícia em 2 de abril:

“Que comparece nesta unidade policial a declarante, informando que conhece [sic] a pessoa de Alexandre Alves Nardoni no mês de dezembro do ano de 1999, com o qual iniciou o relacionamento de namoro durante três anos e seis meses (...) que Anna Carolina, antes da viagem, foram [sic] até a casa do declarante (...) que foi procurada por Anna Carolina através [sic] do seu MSN, ou seja, tinha conversas rápidas através [sic] do computador. (...) e que houve por ele uma contestação dos valores, que acabou [sic] sendo regularizado (...)”

FSP, 17/04/2008, p.C4

No final da citação, no entanto, tem-se uma pista significativa para a atribuição da autoria das inserções do [sic]:

(...) Nada mais disse nem lhe foi perguntado, lido e achado conforme, [sic] vai devidamente assinado por todos e por mim, escrevão que o digitei.”

FSP, 17/04/2008, p.C4

Revela-se, portanto, que as inclusões são feitas também na voz do escrivão e não somente no discurso da depoente, o que permite afirmar que a crítica projetada para os problemas (nesse último, o da falta de um sujeito gramatical que dê completude estrutural ao enunciado) desloca-se para o redator, denunciando os limites de um texto que pretende oferecer um valor documental. Também nessa marcação que revela pouca tolerância em relação ao desempenho lingüístico e às possibilidades estruturais da língua verifica-se que o foco da crítica deixa de ser meramente lingüístico e passa a ser um julgamento sobre o próprio comportamento da Justiça. Para aqueles leitores que acompanharam o tom da crítica produzida pelo jornal na cobertura do caso facilmente se identifica, nas inclusões do *sic* no texto do depoimento, um viés opinativo mais amplo.

Para finalizar o comentário dos exemplos que trazem a presença do *sic*, demonstra-se, mais uma vez, que o ato de apontar os problemas obedece a determinados critérios que seguramente podem ser questionados. Mais ainda, a percepção dos problemas depende, de um lado, dos conhecimentos prévios do autor que, seguindo o seu projeto retórico, constrói o texto com algumas saliências avaliativas e, de outro, depende dos conhecimentos prévios do leitor que pode, na sua condição interpretativa, concordar ou discordar dos julgamentos. A saliência do problema tem, portanto, uma relação direta com um conhecimento partilhado sobre a norma culta. Assim, no exemplo a seguir, por que se identifica o neologismo *inconfiáveis* com a marca de estranhamento, como forma que subverte a normatização dos dicionários e das gramáticas, mas não se marca uma outra questão estrutural que é a construção *na medida que* ao invés de *na medida em que*:

É um buraco negro na medida que nessa região os radares são inconfiáveis (sic) e as frequências [comunicação via rádio com os pilotos] não funcionam”, diz o documento.”

FSP, 24/04/2007, p.C1

Nessa mesma direção que envolve possíveis atritos entre avaliações divergentes, pode-se indicar a presença de julgamentos que seguem tendências que não fazem parte das recomendações presentes em manuais nem dos usos mais corriqueiros, representando, muitas vezes, opções que começam a constituir escolhas estilísticas. É o

caso da condenação da expressão *risco de vida*, indicada com a marca do *sic* e, portanto, constituída como forma que não estaria abonada:

Presos são acusados de tramar seqüestros

Segundo a polícia, cartas trazem instruções para capturar dirigentes do sistema prisional e trocá-los por 2 detentos do PCC

(...)

Uma das cartas traz indicações de horários para os crimes. “Vocês têm que pega a casa dele [diretor] antes de ele chegar da penitenciária. Ai quando ele chegar vocês já estarão dentro da casa e aborda ele. [...] É melhor pegar antes o horário que ele vai é entre às 17h e 18h [sic].”

Em outro ponto, há ordens para filmar os pedidos de socorro das vítimas. “Quando tiverem já as quatro casas nas mãos faz ele dar um depoimento filmado e gravado explicando as famílias para cooperarem que só se trata de um resgate para que não façam nenhuma besteira na hora de telefonarem pois tanto ele como quem tiver telefonando correrão risco de vida [sic].”(…)

FSP, 20/02/2008, p. C4

Por outro lado, como expressão evidente de confronto, apresenta-se a manifestação de um leitor que se vê incomodado com determinadas tendências, dentre elas, a tendência da mídia a condenar a expressão “risco de vida”:

Linguagem

“Na programação jornalística das emissoras de televisão e de rádio é visível uma maneira de se expressar dos profissionais: é o uso constante e sistemático de uma nova expressão, ‘risco de morte’, em substituição a outra, ‘risco de vida’, até então preferida por todo mundo. Agora se diz sempre ‘risco de morte’ quando se quer dizer que há, ou que não há, risco da perda da vida de alguém.

O mais estranho é que essa mudança, questionável e de péssimo gosto, está disseminada por todas as emissoras, dá a impressão de que sua adoção foi

orquestrada ou que vem sendo copiada por todo mundo como se fosse uma das maravilhas do mundo moderno. Por que não usar, então, ‘risco de morrer’?”

Jackson Ulhoa (São Paulo, SP)

FSP, Painei do leitor, 17/12/2007, p.A3

O conflito estabelecido evidencia o fato de que o processo de padronização é fortemente marcado por tensões que refletem os movimentos de concordância ou de discordância em relação a uma recomendação. O prestígio das vozes sociais que representam cada lado da “disputa” é que vai definir o tom de uma possível resolução e vai definir uma possível homogeneidade para uma dada tendência.

A previsão dos resultados interpretativos para as marcas avaliativas presentes na escrita, dentre elas o uso das aspas e o do *sic*, não está garantida simplesmente porque o produto escrito registra uma avaliação. Existe claramente uma dificuldade em se prever as potencialidades interpretativas, exatamente porque o leitor também constrói caminhos que não estão circunscritos aos indicados pelo texto. Mais do que isso, o leitor, em função de seu lugar social, também produz avaliações (lingüísticas e sociais) que instituem expectativas que podem estar em desacordo com o movimento de padronização definido pelo texto. Exemplos que indicam essa dificuldade de se prever os potenciais efeitos de sentido para uma marca gráfica são manifestados quando o próprio texto, em uma atitude metalingüística, tenta monitorar a interpretação das aspas. Os textos, além de delimitar uma informação, explicitam as razões que justificariam a delimitação:

*(...) Nas últimas décadas, mesmo nas fileiras de quem acredita em Deus ou na revolução futura, vem se impondo a vontade (ou a necessidade) de justificar a vida “por ela mesma”. **As aspas servem aqui para lembrar que ninguém sabe o que isso significa.** Alguns pensam nos prazeres que eles se permitem, outros na satisfação de serem úteis ao próximo, outros ainda avaliam a qualidade estética de sua história ou valorizam a intensidade de suas existências. (...) (grifos nossos)*

FSP, 28/02/2008, p. E10

Por irritante que seja para os seus velhos correligionários evolucionistas e ateus, a “conversão” do filósofo Anthony Flew ao deus de Aristóteles (conversão entre aspas, porque esse deus é um conceito metafísico, e não um objeto de culto) só mostra duas coisas (...)

FSP, 25/12/2004, p.A3

Em síntese, os diferentes usos do *sic* reforçam o caráter sofisticado que esse recurso implementa na escrita e apontam para a necessidade de um trabalho mais sistematizado dessa marca, que é uma pista reveladora não só dos julgamentos lingüísticos, mas principalmente do projeto retórico concretizado nos textos. A percepção desse projeto retórico seguramente demanda a integração e a ativação de conhecimentos que envolvem aspectos lingüísticos, cognitivos e sociais. Justifica-se, então, indicar o caráter fortemente metalingüístico de alguns dos julgamentos presentes na cultura escrita. A percepção desse caráter metalingüístico demanda, em muitas situações, um trabalho metacognitivo que coloca sob avaliação os próprios procedimentos de leitura.

2.6. A dinâmica da padronização

A flexibilidade verificada nos julgamentos lingüísticos é o resultado de um dinamismo social que se reflete não apenas na definição de formas que são rotuladas com baixo prestígio, mas também na mutabilidade da própria construção de uma norma culta da língua. Assim, o próprio discurso da prescrição é marcado pela relatividade de julgamentos, indicando que a fronteira entre o certo e o errado é, em muitos casos, delineada em função de condicionantes sócio-históricos que ora favorecem a legitimação da inovação ora bloqueiam a variação, apelando-se para a força da tradição, em especial da tradição escrita (Cf. Milroy & Milroy, 1999). Evidentemente, a pressão exercida para a inovação pode ser a mesma pressão exercida para a conservação das forças lingüísticas. O interessante é a constatação de que a tensão entre os movimentos é o resultado da tensão verificada no lugar de autoridade que o falante ou o grupo que ele representa ocupa. É sintomático, e bastante elucidativo, quando se verifica o discurso de

alguém que trilha um caminho de ascensão política e avalia as repercussões dessa caminhada no próprio desempenho lingüístico, ou melhor, no próprio discurso sobre o desempenho lingüístico:

Eu dizia “menas laranja”, afirma Lula com humor

Bem-humorado, o presidente Lula arrancou risadas da platéia de prefeitos ao falar sobre temas como o dossiê anti-FHC e a própria escolaridade.

(...)

Começou a rebater as críticas segundo as quais o governo não leva em conta a “pluralidade política” do país. Citou o prefeito de Recife, João Paulo (PT), que discursara, e recorreu à expressão “en passant”.

“Gostaram do ‘en passant’? Isso é para magoar aqueles que têm preconceito contra mim. Há uma evolução estupenda, gente. Quem falava ‘menas laranja’ e agora fala ‘en passant’ ... há evolução lingüística extraordinária.”(...)

FSP, 16/04/2008, p. A6

O que o comentário revela, como ilustração dos vários mecanismos de julgamentos lingüísticos, é que as formas de concordância – e a flexão, de uma maneira geral – são bastante salientes para favorecer o confronto entre padrões de correção, indicando de maneira menos polêmica as formas que traduzem a norma culta e as formas desviantes que causam o estigma social. Por outro lado, o comentário também demonstra que um dos recursos de promoção social é a ampliação vocabular, principalmente com a incorporação de um léxico que traduza formas reveladoras de um trânsito internacional derivado da presença de estrangeirismos. Há indícios de uma generalização que apontam a morfossintaxe como um componente de estigmatização e o léxico como um componente de distinção. Em outras palavras, um desvio de concordância pode causar uma indexação social negativa enquanto que uma escolha lexical menos usual pode ser um fator de ascensão sócio-cultural. Por outro lado, a expressão de avaliação lingüística produzida pelo presidente Lula expressa opções ambíguas que podem produzir efeitos positivos: ao mesmo tempo em que há a opção pelo *status* trazido pela nova aquisição vocabular, há a opção pela *solidariedade* de se reconhecer como pertencente a um grupo que traz marcas lingüísticas específicas (Cf. a

discussão entre opções lingüísticas que expressam *status* e as que expressam *solidariedade*⁷ apresentadas em Milroy & Milroy, 1999:50)

Essa ascensão, no entanto, não garante um lugar estável de prestígio. A ocupação desse lugar depende da própria história desse falante, principalmente, da imagem social que se sedimentou e dos mecanismos que favorecem a manutenção do preconceito. Dentre esses preconceitos, o comportamento lingüístico é apenas uma das dimensões de avaliação com maior visibilidade. A visibilidade pode ser tão grande que a própria autopromoção defendida pela incorporação de novas expressões pode ser alvo de ironia, como as que tipicamente se encontram nas colunas de José Simão:

(...)

E o Brasil inteiro tá pasmo que o Lulalelé falou ‘en passant’! Eu acho que ele falou: “Marisa, vai em passant minha roupa”. “Galega, você já em passant minhas calças?” Rarará!(...)

FSP, 26/04/2008, p. E8

Além das dimensões lingüísticas que situam as questões gramaticais e lexicais, convém que se dimensionem os comentários em função do endereçamento da crítica. As observações apresentadas pelo presidente Lula sobre a avaliação do seu desempenho lingüístico são ecos de críticas reiteradamente formuladas em relação ao domínio (ou não domínio) da variante culta da língua. O confronto lingüístico é, na verdade, sensível ao confronto político manifestado em outros momentos. Um dos textos que ecoam como alvo da crítica é apresentado a seguir:

País quer quem fale bem a língua, diz FHC

Tucano afirma que quer ‘brasileiros bem educados, e não liderados por gente que despreza a educação, a começar pela própria’

⁷ Fasold (1990), ao estudar as formas de tratamento, ressalta o fato de que o uso da linguagem define a relação com os outros e identifica as pessoas como parte de um grupo. Na análise, o autor destaca a influência do trabalho seminal de Brown and Gilman (1960, apud Fasold, 1990:3) em que, para a análise da relação entre as formas de tratamento e as relações sociais, são usadas as categorias *poder* e *solidariedade*.

(...)

O tucano citou Lula logo na primeira frase do discurso, mas, no decorrer da fala, passou a ocultar o nome do presidente Lula. Permeou o discurso com frases para rebater as críticas do PT que o partido e seus membros são elitistas.

“Nosso partido tem gente acadêmica, não temos vergonha disso. Tem gente que sabe falar mais de uma língua, e também sabemos falar muito bem a nossa língua. Muitos brasileiros ainda não puderam saber falar bem a nossa língua e muito menos as outras”, afirmou FHC para os militantes.

“E nós faremos o possível e o impossível para que saibam falar bem a nossa língua. É por isso que em Minas Gerais o ensino passou para nove anos e não quatro. Queremos brasileiros bem educados, e não liderados por gente que despreza a educação, a começar pela própria”.

Lula já se referiu em vários discursos ao fato de não ter diploma universitário e disse ser “vítima do preconceito”. Em um discurso em setembro, em Santo André (SP), Lula disse que se criou o dogma neste país de que só poderia ser presidente da República quem tivesse diploma universitário. Esse era o dogma, como se pudesse haver qualquer confusão entre a capacidade de gerenciar, a capacidade de tomar decisão política e a quantidade de anos na escola. Os anos na escola servem para 1 milhão de coisas, mas para decisão política é preciso, antes de tudo, saber de que lado se está e saber se tem consciência ou não de que lado a pessoa está governando ou está tomando posição.”(...)

FSP, 24/11/2007, p. A6

Com a polêmica gerada pelas declarações sobre o comportamento lingüístico do presidente Lula, o desempenho do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso passa a ser também avaliado e uma questão gramatical ocupa o centro de uma discussão: a construção correta é ‘mais bem’ ou ‘melhor educados’? Ressalta-se, novamente, que a questão gramatical é apenas o pretexto para uma discussão que seguramente é amplificada. Se alguém julga o comportamento do outro, agindo de forma preconceituosa, é natural que o seu desempenho passe a ser monitorado com o mesmo rigor ou com o mesmo espírito avaliativo, principalmente se esse alguém é um representante legitimado de classes letradas. Assim, embora uma flexão como “menas” receba o rótulo de forma desviante de maneira mais automática, a polêmica entre a escolha entre as formas ‘mais bem’ e ‘melhor’ também pode gerar um debate acalorado, em razão do desejo de se criar uma fronteira entre o certo e o errado e, em função dessa

fronteira, passar a julgar os usuários da língua. A comparação entre os dois “erros” remete a uma distinção proposta por Trudgill (1975, apud Milroy & Milroy, 1999:99) em que os comentários prescritivos são divididos em dois grupos: aqueles em que há uma distribuição regular (a forma ‘menas’ talvez represente esse grupo) e aqueles em que há certo desconforto em reconhecer o ‘problema’, exatamente porque fazem parte do padrão (a escolha entre as opções ‘mais bem’ e ‘melhor’ ilustra esse grupo).

O debate causado pelo julgamento lingüístico rendeu vários textos no jornal. Por duas vezes, o ex-assessor da Presidência da República, Eduardo Graeff, enviou textos para a seção *Painel do Leitor*, justificando, em um primeiro momento, que a autoria da citação é contestável e, em um segundo momento, apresentando argumentos para demonstrar que a questão lingüística envolve procedimentos estilísticos e, portanto, a noção de erro deveria ser revista:

“O erro de reportagem da dia 24/11 deu filhote na coluna de ontem de Fernando de Barros e Silva (Opinião, pág.A2): ‘Que o professor emérito e de carreira internacional tenha tropeçado no idioma nativo (...)’, presume o articulista para reforçar um comentário crítico ao discurso de FHC. Receio que seja inútil, mas não posso deixar de pedir: reconheçam que FHC não errou, e sim os jornalistas que lhe atribuíram o erro.”

FSP, 27/11/2007, Painel do Leitor, p.A3

“O erro de reportagem da Folha sobre o suposto erro de português de FHC continua dando filhotes. Anteontem foi na coluna de Mônica Bergamo (Ilustrada). O curioso é que ela recorre ao professor Pasquale Cipro Neto para sustentar que FHC errou.

Pasquale escreveu na Folha de 25/11: ‘Na língua literária, não faltam registros de ‘melhor’ como modificador de participio. O ‘Aurélio’ arrola exemplos de clássicos da literatura. O ‘Houaiss’ diz que, ‘diante de um participio, é vernáculo empregar ‘mais bem’. Quando o participio tem duas sílabas, não se lê ou não se vê algo como ‘o jogador melhor pago’. Quando tem mais de duas sílabas, a oscilação é patente: ora se ouve/lê ‘a equipe mais bem treinada’, ora se ouve/lê ‘a equipe melhor treinada’. A língua formal moderna parece preferir a primeira construção, em que se entende o ‘mais’ como modificador de todo o bloco ‘bem+participio’ (‘O atleta mais bem remunerado’). FHC teria feito melhor se tivesse optado por ‘mais bem educados’.

O professor fala de preferência, não de erro. E registra que, quando o particípio tem mais de duas sílabas, ‘a oscilação é patente’, ou seja, ora se fala de um jeito, ora de outro: mais bem treinado ou melhor treinado. Ou, como no caso em pauta, melhor educado ou mais bem educado.

Quando tratou do mesmo assunto na Folha de 10/2/2000, ele citou Machado de Assis, apud ‘Aurélio’: ‘...que ande ele melhor avisado na organização...’. E observou, com ironia, que ‘Aurélio’ preferiria que Machado de Assis tivesse escrito ‘mais bem avisado’. Questão de preferência, de novo. (Eu em geral prefiro Machado).

O erro da Folha está em tratar em termos de acerto/erro o que é claramente uma questão de preferência, inclusive para o especialista da Folha. Erro talvez explicável pelo desejo tão humano de ‘dar uma lição no professor’ (FHC, não Pasquale), como Mônica tentou fazer.

A razão da preferência, no contexto, pelo ‘melhor educado’, está no duplo sentido de ‘mais bem-educado’. Melhor uma polêmica sobre a língua do que ser mal interpretado e censurado por chamar os brasileiros de ‘mal-criados’.

E o hífen? Dessa discussão pelo menos FHC está livre, porque ele falou, não escreveu.

‘Houaiss’, que eu consultei on-line pela UOL, registra ‘bem-educado’ com hífen nos dois sentidos: ‘1) que recebeu boa educação social; cortês, bem-criado, educado. 2) que recebeu boa educação escolar’. Suponho que ‘bem educado’ sem hífen também esteja errado. Quem se der ao trabalho de buscar na própria Folha vai achar a expressão com e sem hífen nos dois sentidos.

E aí, vamos em frente?”

FSP, 01/12/2007, Painel do Leitor, p.A3

A questão lingüística rendeu tantos dividendos políticos que, em um caso raro, a voz dos especialistas aparece convocada em um caderno que tem como tema central a política:

Gramáticos preferem uso de ‘mais bem’ a ‘melhor educados’ de FHC

Para dar sentido pretendido, tucano deveria ter adotado outra fórmula, diz professora

Uma semana após o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso dizer no Congresso do PSDB “queremos brasileiros melhor educados, e não brasileiros

liderados por gente que despreza a educação, a começar pela própria”, a construção usada ainda gera polêmica.

A Folha ouviu três especialistas. Para eles, é possível usar “melhor educado”, mas seria mais recomendável usar a forma “mais bem”.

Maria Helena de Moura Neves, autora de “Gramática de Usos do Português Contemporâneo” e professora da Unesp e do Mackenzie, afirma: “Até seria possível dizer ‘melhor educados’ (ou ‘educados melhor’), mas o significado seria educados de maneira melhor. Mas, pelas condições em que a frase foi dita, não era isso o que ele queria dizer”, afirma. “O que quis foi fazer uma comparação entre indivíduos quanto ao grau em que possuem a qualidade ‘bem-educado’, algo como ‘brasileiros mais bem-educados do que estão por aí’”.

Ela conclui que a crítica à fala de FHC procede, “não porque se toma como lei que não haverá nunca o advérbio ‘melhor’ qualificando um particípio”, mas pela diferença de sentidos. “O que cabe bem na declaração é a primeira, e não a segunda construção.”

José Luiz Fiorin, professor de lingüística da USP (Universidade de São Paulo), diz que, diante de particípio como educado, prefere usar “mais bem”. “É a forma mais tradicional na gramática. Mas a língua não é uma entidade fixa. O ‘melhor’ foi sendo usado e eu entendo que se admite esse ‘melhor’, é perfeitamente possível”, diz.

Francisco Platão Savioli, professor aposentado da USP, argumenta que ambos os usos são recorrentes na “variante culta formal”.

“O estilo ocorre quando a língua permite dois usos, você escolhe o de seu agrado. Quando se trata do comparativo ‘melhor’ ou ‘mais bem’ referindo-se a uma forma participial, a língua culta formal registra os dois usos. As duas formas coexistem na língua culta formal”, afirma o professor.

FSP, 01/12/2007, p. A7

O que o exemplo demonstra é a formação de uma rede de discussão em que se coloca como foco a própria definição de um padrão normativo. Para alguns, a distinção entre ‘mais bem’ e ‘melhor’ traz variação de sentido e, portanto, a escolha entre uma forma ou outra deve ser respaldada por critérios semânticos e discursivos; para outros já há ampla aceitação das formas conflitantes em função da ausência de discriminação semântica, o que minimiza o debate sobre a escolha de uma em detrimento da outra. Na busca de esclarecimento, destaca-se que a opção favorável à distinção e, portanto,

indicadora do erro, é inicialmente apresentada no título e também na descrição da primeira consulta aos especialistas, como se endossasse a polêmica instaurada pelos representantes do jornal que defendem a existência do problema gramatical.

Nesse universo da polêmica, mais do que acatar ou não uma prescrição, vale, em primeiro lugar, o acompanhamento dos desdobramentos da própria polêmica; em segundo, os argumentos favoráveis e desfavoráveis em relação a cada ponto de vista; por fim, e fundamentalmente, vale a percepção da relação entre as escolhas lingüísticas e o lugar de poder ocupado por aqueles que protagonizaram a polêmica. Embora a questão tenha como suposta nascente uma questão lingüística que envolve uma disputa entre estruturas que indicam formas de dizer, é inegável que a discussão é perpassada por um viés político que destaca não só quem disse, mas principalmente qual o lugar ideológico desse agente social. O arrefecimento da disputa só acontece quando uma das partes parece, de forma relutante, admitir a impropriedade:

“Sei que errei, peço perdão e corrijo”

No lançamento de um livro que reúne estudos em sua homenagem, em São Paulo, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso falou à coluna anteontem sobre o erro de português que cometeu ao dizer que os tucanos sabem “muito falar nossa língua” e quer “brasileiros melhor educados”, numa referência ao presidente Lula. O correto, segundo a norma culta da língua, é “mais bem educados”.

Folha – *O senhor acha que cometeu um erro de português na crítica ao presidente Lula?*

Fernando Henrique Cardoso – *Não é verdade. Acho que não [cometi erro]. Aliás, eles disseram quem era o gramático [que apontou o erro]. Mas o [assessor de FHC] Eduardo Graeff até respondeu que, pelo Houaiss, quando você diz “mais bem-educado” é mais cortês, mais amável”. Eu não queria dizer isso.*

Folha – *Mas esse “bem-educado” a que o Graeff se refere é com hífen.*

FHC – *Ou sem hífen também.*

Folha – *O correto, para o que o senhor queira dizer, é “bem educado” sem hífen. O Eduardo Graeff foi até desmentido pelo professor Pasquale Cipro Neto, que explicou a diferença.*

FHC – *É, eu vi. Mas não sei, não estou preocupado. Isso aí é polêmica gramatical [risos]. É bom, polêmica é sempre bom. Se errei, peço perdão e corrijo. Mas até agora não consegui ver por que não posso dizer “melhor educado” em vez de “mais bem educado”. Não sei. Qual é a regra? Você sabe? O que me obriga?*

Folha – *É que, antes de participio, como “educado”, é preciso usar a forma “mais bem”, e não “melhor”. Por exemplo, “mais bem pago”, e não “melhor pago”.*

FHC – *Pode ser, mas a língua é algo vivo. Os gramáticos fixam as regras, mas isso muda. Todo mundo fala assim, vai mudando a língua. Mas, em todo caso, procurarei dizer “mais bem educado” de agora em diante.*

Folha – *Sua declaração foi feita bem no dia em que o “mensalão” tucano, de Minas, estava no foco.*

FHC – *O que isso tem a ver. Não tem nada a ver uma coisa com outra.*

Folha – *Sua crítica gerou novas críticas ao partido.*

FHC – *Imagina! Vocês estão querendo pegar pêlo em ovo. Tenha paciência! Convenção é para criticar. Nós estamos na oposição, temos que criticar. Não tem nada, não! Olha, seria inapropriado se eu fosse lá bajular o governo. Eu tenho que ir lá para dizer que estou na o-po-si-ção ao governo*

“Procurarei dizer ‘mais bem educado’ de agora em diante”

FSP, 29/11/2007, Coluna Mônica Bergamo, p.E2

A polêmica sobre a concepção de erro é tão intensa que chega a buscar referência na língua escrita para referendar uma possível variação de sentido ocorrida em uma produção oral, como se a indicação de hífen decidisse sobre a escolha. Essa argumentação baseada em critérios que buscam o modelo escrito é nitidamente um reflexo de um processo de letramento (*literacization*, cf. Bucholtz, 2000) em que mais do que escolher entre duas formas em disputa, o mais importante é a justificativa para a escolha, o que mostra, nesses casos, que o sentimento de erro não é facilmente prescrito aos usuários que representam comunidades letradas. Ressalta-se o fato de que o desdobramento da polêmica migra do caderno político para uma coluna social, demonstrando a ampla rede construída e ativada pelo pretexto da discussão de um tema lingüístico. No entanto, independentemente da aceitação do erro,

reclamações sobre a correção são tipicamente encontradas em comunidades que têm um padrão de língua altamente desenvolvido, e sugerimos que a função dessas reclamações é a de manter a aceitação pública de uma variedade como superior a outras. (Milroy & Milroy, 1999:39)

Por outro lado, ressalta-se que, embora haja essa tentativa de manter a aceitação por uma das opções, há forças sociais que atuam para a promoção de uma maior flexibilidade lingüística, inclusive para a construção de uma norma culta em que se admite a convivência de padrões de uso variados. Nessa direção, tanto as avaliações que demarcam os problemas sutilmente com a indicação do *sic* quanto os julgamentos mais explícitos que sentenciam os erros, permitem uma análise em que o próprio discurso da prescrição é relativizado exatamente porque a concepção de acerto e erro está sujeita a diferentes manipulações.

Essas diferentes manipulações estão claramente evidenciadas em mais um exemplo em que um fenômeno morfossintático bastante flexível como o da regência encontra não só diferentes avaliações, mas, principalmente, como a dimensão escrita da linguagem oferece parâmetros avaliativos que dão mais visibilidade ao comportamento lingüístico:

O juiz

A coluna acompanhou um dia (tenso) do juiz Fausto Martin de Sanctis, que já mandou prender o megatraficante Juan Carlos Abadía e os banqueiros Edegar Cid Ferreira e Daniel Dantas

(...)

“Tem que acabar com esse tipo de advocacia”, diz Sanctis. “Te contei que teve um advogado que me chamou de burro?”. Isso porque o juiz escreveu num despacho que determinada iniciativa “não visa a busca de prova” – sem a crase. Escreveu o advogado: “Doutor em direito, o juiz Fausto não sabe que o verbo visar é transitivo indireto”. Respondeu o juiz: “Agradeço a grande contribuição para o aperfeiçoamento de meu linguajar. Mas, pelos dicionários ‘Aurélio’, ‘Michaelis’ e ‘Houaiss’, o verbo é indireto e direto também”. “Eles querem provocar a emoção para depois pedir minha suspeição. É assim o tempo todo.” [No caso, o verbo pedia crase.](...)

Destaca-se, inicialmente, a localização do texto em uma seção dedicada ao colonismo social. Logo, comportamentos, atitudes, modas são amplamente debatidos. Na descrição do cotidiano de um juiz em evidência na mídia, há o relato de um episódio regular na comunidade jurídica (e nas comunidades letradas, de uma maneira geral) de tomar as formas lingüísticas como evidência de desempenho, quer seja numa atitude de distinção positiva quer seja numa atitude de recriminação. No caso específico, uma forma de regência é o traço gramatical que abastece a polêmica; assim, se uma autoridade não sabe os princípios de uma regência verbal e comete, aos olhos do adversário, um erro, este passa a ser dimensionado em um plano mais amplo de tensão que desestabiliza o lugar de autoridade. Esse lugar de autoridade é um ponto de tensão tão evidente que aquele que relatou o caso, e está diretamente envolvido, se auto-referencia com o distanciamento (ex. começa com “*me* chamou de burro”, mas imediatamente passa para “*o juiz* escreveu”) destacando a função e não a pessoa. Como para a função de juiz não se atribui automaticamente a licença lingüística nem a associação incondicional com o lugar do acerto, houve a necessidade de se apelar para o “código” e, conseqüentemente para a doutrina referendada em autores e obras de referência que estabeleçam a “jurisprudência” para a questão lingüística. Embora essa estratégia possa ter efeitos argumentativos produtivos, salienta-se que quem assina a coluna discorda da avaliação e, também com um argumento da língua escrita, indica que o caso exigia a presença da crase e, portanto, “ensina” que, embora exista a potencialidade na descrição da regência do verbo em questão, houve uma inadequação na escolha. Essa inclusão da voz que, no final, apresenta o veredicto lingüístico permite subentender o projeto retórico da coluna que abre espaço para uma autoridade, uma personalidade, mas que não significa que não haverá atritos ou pontos de tensão. De fato, no mundo da escrita, e nesse processo de construção de uma autoridade lingüística, *é assim o tempo todo...*

Em resumo, o que se destaca no processo de construção de uma autoridade lingüística é o fato de que as avaliações são configuradas por fatores que transcendem as discussões lingüísticas, o que reforça a vinculação social inquestionável dos usuários da língua e indica que as atitudes e os comportamentos avaliativos são fortemente governados por projetos retóricos que instituem confrontos entre posições de prestígio e posições de estigma. Seguramente, a cultura escrita é um dos fatores que produzem as relações de poder. No entanto, no interior dessa cultura não há uma visão homogênea

sobre as possibilidades formais e funcionais exatamente porque a escrita, no seu processo de normatização, também incorpora as tensões entre forças conservadoras e forças inovadoras.

Capítulo 3

A construção de uma estabilidade interpretativa

3.1. Introdução

O estudo mais detalhado das estratégias de explicitação que tentam monitorar o processo de interpretação é o principal tema deste capítulo. Segue-se a mesma direção de se construir uma etnografia da língua escrita de modo a indicar a relação entre a presença de um recurso gráfico e as suas conseqüências funcionais. Essas conseqüências são analisadas em uma dimensão mais localizada, em exemplos de explicitações particularizadas e, também, em uma dimensão mais ampliada, nas repercussões sobre o funcionamento de um texto escrito.

Os casos que agora serão discutidos caracterizam um recurso de explicitação que, apresentando informações entre parênteses, pretendem indicar complementações semânticas ligadas à interpretação anafórica. A forma de apresentação dos textos escritos, materializada em recursos de explicitação que usam informações entre parênteses, mostra o quanto o texto escrito vai sendo construído para cumprir a tarefa de interagir mais efetivamente com o leitor, favorecendo uma interlocução que minimize os potenciais ruídos de comunicação, como os que podem ser observados nas resoluções pronominais não-autorizadas ou indevidas. A eliminação desses ruídos de comunicação seria um fator que promove o ideal de estabilizar a interpretação.

Essa estratégia de explicitação, por outro lado, não está subordinada apenas à projeção de um leitor, orientada por uma atitude altruísta que pretenda favorecer a inteligibilidade textual. Ao contrário, esses recursos mostram a implementação de uma estratégia argumentativa que busca monitorar o processo de leitura. Esse controle interpretativo demonstra, do ponto de vista de quem produziu o texto, a manifestação de uma “competência letrada” que seleciona não só quais informações um leitor deve ter acesso, mas principalmente qual o melhor modo de processá-las. Ao dispor uma forma lingüística – uma forma pronominal, por exemplo - acompanhada de um conteúdo referencial colocado entre parênteses, por um lado antecipa-se uma solução para um

procedimento interpretativo que, em tese, seria problemático por criar pontos de instabilidade e, por outro lado, monitoram-se as hipóteses interpretativas com a seleção de uma referência preferencial.

O enquadramento da resolução pronominal como uma estratégia retórica de monitoramento permitirá dimensionar o processo de referenciação (e as questões que envolvem a referência) como um fenômeno complexo que agrega não só diferentes aspectos da organização lingüística – aí incluídas a morfossintaxe, a sintaxe, a semântica, a textualidade – mas, principalmente, os condicionantes pragmáticos que determinam as construções de sentidos. Não é sem razão, portanto, que a amplitude de um tema como o da produção da referência – e, conseqüentemente, o da construção da coerência – provoque reflexões que transitem entre análises mais locais e mais globais e entre abordagens produzidas em diferentes áreas do conhecimento. (Cf. Introdução da coletânea *Referenciação e Discurso* organizada por Koch et alii, 2005 e, também, a coletânea *Referenciação*, organizada por Cavalcante et alii, 2003, que traduz, para o português, artigos sobre essa temática produzidos por diferentes pesquisadores.)

O texto, a seguir, ilustra o fenômeno a ser estudado:

Operação vampiro vê prova de mensalão

Escuta mostra ex-líder do PP buscando ajuda de lobistas para cooptar deputados à base aliada do governo Lula em 2004

Andréa Michael; Luciana Constantino (Da sucursal de Brasília)

Ao investigar o esquema montado por lobistas e servidores para fraudar licitações para aquisição de medicamentos no Ministério da Saúde – a chamada Operação Vampiro – , a Polícia Federal descobriu mais evidências da existência de um esquema de cooptação de deputados federais para a base aliada do governo Lula em 2004.

Relatórios da PF mostram que, em fevereiro de 2004, conforme conversas gravadas com autorização judicial, o deputado federal José Janene (PP-PR), ex-líder do partido, teria buscado a ajuda dos lobistas Laerte Correa Jr., Eduardo Pedrosa e Frederico Coelho Neto, conhecido como Lilico e irmão do deputado Luiz Antônio Fleury (PTB-SP), para supostamente atrair ao menos dois deputados à bancada do PP em um prazo de três dias.

Segundo os relatórios da PF, eles falam de forma cifrada. Pelas investigações, o termo partido vira “condomínio”, e deputado é tratado por “inquilino” ou “carro” para encobrir negociações, que chegariam a R\$150 mil, além de “prestações mensais”, oferta supostamente patrocinada por Janene.

(...)

Gravações da Polícia Federal

Grampos da PF da investigação da Operação Vampiro detectaram conversas entre lobistas que sugerem a compra de deputados para engrossar a bancada do PP

As palavras entre parênteses foram colocadas pela própria PF. Já as que estão nos colchetes foram incluídas pela reportagem

1. Dois deputados do PP

Os lobistas Laerte Correa Júnior e Eduardo Pedrosa tratam de acordo para tentar levar dois deputados para o PP, em 12.fev.2004

Laerte – O JJ [Janene] me ligou... ele tava aqui de manhã.

Eduardo – Hum.

Laerte – Ai ele (José Janene) me pediu para ligar para saber se o Frederico [Coelho Neto, o Lilico] falou com você, ou se o Frederico conseguiu aquele um ou dois inquilinos (deputados federais) pra domingo.

Eduardo – Tá, não falou com ele (Lilico). Me contou ontem que pediu... mas consigo pra ele (deputado federal).

Laerte – Certeza?

Eduardo – Não, vou ligar pros caras agora. Ele (José Janene) não tinha me pedido...

Laerte – Porque você tem lá do condomínio PL, né?

Eduardo – Eu tenho muitos...

Laerte – Então quer dizer... mesmo que seja pra dois ou três dias só.

Eduardo – Tá, eu vou ligar pra ver.

Laerte – E eles pagam inclusive o... fundo de comércio no aluguel da loja.

Eduardo – Tá bom, ok. Combinado.

Laerte – Tá? Por isso é que eu quero saber do Lilico, porque o Zé tá ficando meio angustiado com isso.

Eduardo – Tá bom.

Laerte – Tá bom? Como ele (José Janene) fechou a conversa ontem... ele fechou hoje de manhã com o chefe do condomínio... do condomínio do bloco um (Partido dos Trabalhadores), tá certo?

Eduardo – Hum, hum.

Laerte – Liberou e fecharam toda a administração... ah... Então... você imagina como ele (José Janene) tá ansioso em querer ver as coisas funcionando, né?

Eduardo – Ok. Deixa que eu vou ver isso pra ele (José Janene) agora, vou fazer duas ligações.

2. Janene e os lobistas

No mesmo dia, Laerte liga para Frederico Coelho Neto, o Lilico, para tratar das negociações para que os deputados mudem para o PP. Janene também trata do assunto

Laerte – Você teve com o padrinho hoje, né?

Lilico – Tive, lembra que eu falei pra você que ia estar?

Laerte – Eu tô aqui despachando algumas coisas com ele (José Janene) [...] É o seguinte: eu preciso de dois deputados (federais) para domingo. Você tem algum dissidente teu aí?

Lilico – P.q.p.

Laerte – Um vai, um resolve.

Lilico – Eu tô sabendo...

Laerte – Vocês devem ter algum descontente.

Lilico – Tá. Eu vou ver hoje.

Laerte – Eu posso ver com o Du [Eduardo Pedrosa] que já caiu a ficha do que é. Fala com ele (José Janene), espera aí.

Janene – Bem, brimo?

Lilico – Bem. Tudo bem, brimo.

Janene – Não tem nenhum de estoque, brimo?

Lilico – Deixa eu ver, brimo. E vou ver porque depois que eu saí daí, eu vi o que você estava fazendo. Deixa eu ver.

Janene – Liga, porque é o seguinte: mesmo que o cara queira ficar em definitivo, mas na semana que vem o cara pode sair, não tem problema.

Lilico – Tá, pode ser. Tá bom.

3. Acerto de preço

Ainda no dia 12, Janene fala com Eduardo por mais duas vezes para acertar o preço

Eduardo – Você precisa de um (deputado federal) só?

Janene – É isso aí.

Eduardo – Tá bom, ok.

Janene – Tá? (...)

Eduardo - ... seu carro. Quanto você quer no seu carro?

Janene – Aí, precisa dar uma olhada, uns...

Eduardo – Oi?

Janene – Você já tem uma avaliação já?

Eduardo – Não, não, eu não tenho uma avaliação. Eu não ... deixei de mexer com carro há um tempinho, né? Que eu estou aqui com um comprador (deputado federal) e ele tá querendo saber... quanto você quer que ele... vê se ele anima comprar.

Janene – Tem que ser uma... normal, do que nós tamos fazendo ... a condição pra vender esse equipamento...

Eduardo – Hum.

Janene – É... um cinco zero (R\$150.000).

Eduardo – Hum.

Janene – Depois as prestações mensais, né?

Eduardo – Tá bom, ok.

4. Pressão de Janene

No dia seguinte, 13.fev, Eduardo e Laerte ainda discutem como conseguir deputados

Laerte – *Você resolveu o negócio do deputado (José Janene)?*

Eduardo – *Olha, eu tô com dois (deputados federais) me esperando para dar resposta.*

Laerte – *Ele (José Janene) me ligou já cinco vezes e pede o telefone do Frederico.*

Eduardo – *O cara tá com medo. É do partido. Deixa eu... vou dar mais uma pressão nos dois (deputados federais) lá agora.*

FSP, 03/09/2006 p. A6

Com esse texto exemplifica-se, novamente, uma situação em que a transcrição de uma conversa telefônica é uma estratégia jornalística que, ao trazer as “vozes” dos envolvidos, atribui uma força comprobatória para a denúncia e produz o efeito da autenticidade em relação aos dados apurados e apresentados. Nas diversas passagens em que aparece a transcrição das conversas, há indícios que apontam para a camuflagem intencional das referências produzidas pelos que protagonizaram as diferentes conversações. Além de um jargão que evidencia um jogo metafórico para acobertar as referências (cf. a relação semântica estabelecida entre partido / condomínio; deputado / inquilino; carro / negociação), há um uso sistemático de pronomes de terceira pessoa – *ele* – que, para aqueles que participam do processo comunicativo, significa produzir uma referência sem ocorrer um comprometimento com a indicação de nomes específicos. A explicitação do nome próprio, editado entre parênteses ou colchetes, funciona, para o texto que divulga a transcrição, como um procedimento de desmascaramento. Nas sete ocorrências em que se tem o pronome *ele* acompanhado da explicitação que indica a referência a (*José Janene*), tem-se um destaque para o nome próprio, o que seguramente contribui para que essa informação seja destacada como prova de participação no caso denunciado, embora a edição tenha preservado a forma pronominal originalmente apurada na gravação.

Nos procedimentos de resolução pronominal (e também nos outros casos de explicitação), verifica-se que a manutenção das duas formas (a original, considerada potencialmente ambígua e o acréscimo, considerado a solução) indica a presença de rastros de um diálogo entre uma forma lingüística original legitimada pela fonte (procedimento valorizado nos textos noticiosos, em especial em textos de entrevistas) e uma forma lingüística acrescentada. Nesse diálogo revela-se a sobreposição de vozes textuais que ocupam diferentes funções e que representam diferentes lugares sociais. Em razão desse diálogo formatado no texto escrito é que, seguindo a trilha de Fairclough (2001: 192),

as convenções de controle interacional de um gênero corporificam exigências específicas sobre as relações sociais e de poder entre os participantes. A investigação do controle interacional é, portanto, um meio de explicar a realização e a negociação concretas das relações sociais na prática social.

O uso dos parênteses nos casos em que se manifesta uma voz esclarecedora será considerado um procedimento de *controle interacional* (Cf. Fairclough, 2001) no interior da própria escrita, o que dimensiona uma análise discursiva para o fenômeno, confirmando que os possíveis esclarecimentos monitoram o processo interpretativo de modo a realizar um projeto retórico para o texto.

Alguns recursos tipicamente da língua escrita passaram a incorporar tão claramente essa função de controle interacional que migraram para situações tipicamente orais, como é o caso de fazer os gestos indicativos de aspas ou o caso de lexicalizar os sinais de pontuação, como a vírgula (“eu vírgula”), o ponto (“não vou ponto”) e os parênteses (“vou fazer um parêntese”). No interior da própria língua escrita, lexicalizar um recurso gráfico de pontuação pode dobrar o seu valor metalingüístico e evidencia ainda mais a natureza de controle interacional. Os exemplos a seguir comprovam esse valor agregado ao recurso de apresentar as expressões *abre parênteses / fecha parênteses*:

(...)

Parêntese aberto. É “quase” verdade porque a lista das renúncias que o outro nos impôs serve para evitar a responsabilidade por nossas próprias escolhas. Quis ter dois filhos e, em vez de medir o custo de meu próprio desejo,

prefiro achar que foi o parceiro que matou meus outros sonhos, aqueles que deixei de lado para realizar a vontade de ser pai ou mãe. Parêntese fechado. (...)

Parágrafo de um texto em que Contardo Calligaris faz um comentário sobre o filme *A Dona da História*. FSP, 21/10/2004, p.E10

(...)

Entre parênteses, é bom anotar como os tempos se encurtaram no mundo contemporâneo. Em menos de dois anos, passa-se da glória da reeleição ao inferno da rejeição

Clóvis Rossi. *O desastre consentido*. FSP, 10/07/2007, p.A2

Parênteses: as mulheres passam a vida procurando o homem de sua vida. Mesmo depois de terem encontrado uns 15, repetem as mesmas palavras a cada história que contam, referindo-se a cada um deles como “o homem da minha vida”. Fecha parênteses.

Danuzia Leão. *Foi amor ou paixão?* FSP, 04/04/2004, p.C2

Existem casos, no entanto, em que esse diálogo metalingüístico dispensa a lexicalização do recurso exatamente porque a função do controle interacional é bastante evidente pela inclusão de outros procedimentos, como a presença de uma palavra destacada com letras maiúsculas e que anuncia uma função injuntiva:

(...)

A terceira temporada começa provando que as outras eram só para aquecer. No primeiro episódio (ATENÇÃO: pare de ler agora se quiser ver na TV o que acontece), Shane é abandonado num posto de gasolina, Silas é preso, e Celia Hodes (Elizabeth Perkins) joga toda a maconha na piscina de Nancy. (...)

FSP, 21/10/2007, p.E1

Pode-se pensar no controle da interpretação como uma maneira de se inserir uma forma lingüística tida como mais adequada, o que demonstra que a escolha também

produz uma autoridade na linguagem, indicando e sedimentando formas lingüísticas que tendem a refletir (e ser o reflexo de) um processo de padronização (Milroy & Milroy, 1999). No caso da explicitação sistemática de uma referência pronominal, indica-se a criação de uma mentalidade que correlaciona essa forma lingüística à idéia de que essa opção é potencialmente causadora de problemas interpretativos e, portanto, seu uso sistemático deve ser abolido da língua escrita ou, no mínimo monitorado. Com isso, destaca-se o viés sociolingüístico dos procedimentos de explicitação na escrita, indicando-se que o julgamento lingüístico também é um fator que justifica o movimento de escolha das formas lingüísticas consideradas as mais adequadas. Na aparente disputa entre uma forma que revela uma transcrição *desnaturalizada* (a manutenção de um uso da fonte) e uma forma que indica uma transcrição *naturalizada* (a presença de uma informação entre parênteses, representando um recurso próprio da escrita) têm-se argumentos para caracterizar a complexidade do mundo da escrita, evidenciando a dimensão inerentemente política do uso da linguagem (Cf. Bucholtz, 2000) e, em particular, das formas que implementam uma estratégia argumentativa ao inserir um caminho preferencial para a interpretação.

As causas que norteiam a explicitação trazida entre parênteses podem ser diferentes porque as relações sintáticas, semânticas, textuais, discursivas não são da mesma natureza em todos os casos. No entanto, do ponto de vista do recurso utilizado, verifica-se uma confluência para um mesmo efeito: o de monitorar o leitor no intuito de se garantir uma única resolução da interpretação pronominal, por exemplo, produzindo a ilusão de uma transparência semântica defendida pelo ideário de textos que se pretendem mais fechados. Assim, para o lema “esta é a notícia e esse é o seu significado” existiria um correlato que indicaria “esta é a forma e essa é a sua referência”, eliminando ilusoriamente do leitor a tarefa de construir um processo de referenciação.

A explicitação indicada entre parênteses é um traço que poderia representar a tendência ao didatismo identificada como meta explícita do projeto editorial do suporte estudado. O didatismo, evidentemente, estaria respaldado pelo princípio da clareza que é, conforme apontado em outros momentos, o traço que representa a meta de autonomia discursiva prevista para um determinado modelo de língua escrita. Além do mais, os anafóricos, particularmente os pronomes, constituem um exemplo principal de ambigüidade lingüística (Cf. Bouma & Hopp, 2006), o que fortalece o movimento de se

criar uma *didática da explicitação* sempre que esses elementos aparecem. Essa didática é favorecida quando são identificadas situações em que existem diferentes candidatos disponíveis ou acessíveis para a interpretação pronominal. Um postulado amplamente aceito na literatura psicolinguística advoga que quanto “maior o número de SNs no grupo de candidatos, maior a carga processual” (Nicol & Swinney, 2003:91), ou seja, as vinculações referenciais não serão automáticas e, por isso, podem, no caso da leitura, consumir mais tempo; daí, a explicitação como uma estratégia para “encurtar” o trabalho do leitor, “agilizando” o processamento das informações e dispensando esse leitor de cogitar ou descartar possíveis candidatos. Como será demonstrado, uma das conseqüências dessa indicação é a de que as explicitações agregadas ao texto constroem um caminho preferencial que é revelador de um projeto retórico que minimiza um atrito interpretativo, mas que produz uma estratégia argumentativa, já que não haverá neutralidade na indicação da leitura preferencial para as formas potencialmente problemáticas. A própria indicação do problema é fruto desse procedimento de seleção e, portanto, constitui-se como estratégia de monitoramento da leitura e do leitor.

3.2. Abrindo e fechando parênteses

A voz explicitadora que funciona como uma espécie de monitoramento da interpretação vem, geralmente, na língua escrita, indicada pelo uso dos parênteses. Os parênteses podem ser usados como um recurso formal para delimitar a atuação de um “subtexto” que dialoga com as dificuldades potenciais dos leitores, sinalizando um caminho que resolveria os eventuais problemas interpretativos, em especial os relacionados à construção da interpretação anafórica.

Na definição tradicional das funções que se atribuem aos parênteses está a de indicar uma espécie de desvio do texto central ou o acréscimo de uma informação acessória que pode ter um caráter digressivo. Diferente da vírgula, que pode manter relações lógicas com os elementos da frase, obedecendo a critérios sintáticos, os parênteses são recursos de pontuação que parecem indicar muito mais os procedimentos discursivos. Essa característica revela a dificuldade de se regulamentar as normas para o

seu uso. O recurso dos parênteses entraria para o campo das potencialidades da escrita e não para o campo das necessidades.

Vale lembrar que, quando se pensa na história da escrita, os sinais de pontuação são elementos relativamente novos. O uso dos espaços em branco, por exemplo, que hoje parece ser tão imprescindível para um texto escrito, foi implementado à medida que a função da leitura foi sendo cada vez mais assimilada e difundida (Cf. Saenger, 1997). Uma comparação pertinente que será verificada em relação ao uso dos parênteses é a projeção para a leitura estabelecida por esse elemento formal, especificamente nos casos em que se identifica a atitude de incrementar a leitura, agilizando, em tese, o processamento das informações (Cf. Lennard, 1991).

A utilização de um sistema de pontuação provoca conseqüências nos procedimentos de leitura, interferindo não só no ritmo e na fluência, como também nas próprias estratégias de leitura. Os “manuais” que orientam a utilização desses recursos de pontuação (recursos gráficos) limitam-se a fazer indicações que dizem respeito apenas à organização do produto escrito e não ao processo de interpretação. Em outros termos, as indicações tentam justificar o acréscimo de informações, via parênteses, apontando razões semânticas que induzem a “complementação” de significados ou que contextualizam um assunto e acabam negligenciando um componente pragmático que prevê determinados efeitos de sentido, como o do monitoramento ou, mais especificamente o do controle interacional, o que seguramente ressalta a função argumentativa desse recurso da escrita e destaca a dificuldade em didatizar um recurso para o qual a sua aplicação depende de múltiplos fatores.

A explicitação pode ocorrer em vários níveis: informações que completam dados ou explicam significados através de uma substituição lexical; informações que atualizam as referências temporais; informações que preenchem determinadas lacunas, em função de demandas estruturais ligadas à predicação, por exemplo; informações que resolvem potenciais ambigüidades, em especial aquelas relacionadas à construção da referência e, principalmente, os casos que envolvem a interpretação anafórica. O trecho, a seguir, representa um bom exemplo de um procedimento de explicitação motivado por razões variadas:

Muitos ocidentais que moram no Kuwait não voarão para casa no Natal de 2001. “Os americanos atacaram [o Afeganistão] no Ramadã [mês sagrado para os muçulmanos], então eles [terroristas] devem contra-atacar durante o Natal”, disse um ocidental que cancelou os planos anuais de passar o fim de ano nos EUA.(...)

FSP, Turismo, 03/12/2001

As explicitações que aparecem entre chaves (os parênteses poderiam igualmente estar presentes) são derivadas de demandas lingüísticas e não-lingüísticas. No primeiro caso, a informação *[o Afeganistão]* preenche uma exigência de predicação verbal; no segundo caso, as explicações sobre o Ramadã resgatam dados relacionados ao conhecimento de mundo; no terceiro caso, por fim, a indicação da referência pronominal tenta revolver uma ambigüidade produzida por uma possível correferência a “*os americanos*”, sujeito gramatical da primeira sentença.

Numa tentativa de esboçar uma análise para os casos, é importante iniciar a discussão salientando que, para muitos leitores, esses procedimentos podem ser avaliados como uma redundância, um esforço desnecessário, já que representam informações que fazem parte do conhecimento de mundo (saber quem os americanos atacaram naquele momento e saber o que é o Ramadã) ou informações que são processadas com certa facilidade pelas pistas oferecidas no próprio trecho (se alguém ataca espera-se que o contra-ataque seja de outra pessoa, assim o candidato a resolver a referência pronominal de *eles* não seria os americanos). A questão interessante é que a explicitação produz um efeito de sentido que é seguramente o resultado da aplicação de uma estratégia argumentativa de tentar monitorar os caminhos interpretativos do leitor. Basta que se pense em possíveis alternativas de explicitação para se constatar a veracidade dessa afirmação. No caso da complementação do verbo *atacar*, por exemplo, outras palavras poderiam cumprir a tarefa de preencher esse espaço sintático. *Taleban, os muçulmanos, os terroristas* são alguns dos sintagmas nominais que, respeitando as restrições temáticas e situacionais, preenchem adequadamente esse espaço. A seleção lexical não seria a mesma, no entanto, se *[os muçulmanos]* fosse a explicitação escolhida, porque produziria um diferente efeito de sentido. Assim, também, se do ponto de vista sintático *os americanos* estabelece uma correferência potencial, do ponto de vista semântico-cognitivo *o Afeganistão* poderia ser um elemento a ser retomado. Essas hipóteses, longe de serem apenas um campo infinito de possibilidades,

comprovam o caráter do monitoramento dos procedimentos interpretativos, exatamente porque as explicitações apresentadas não permitem que diferentes hipóteses sejam construídas pelo leitor, ou, numa outra vertente, solucionam algo que pode não se constituir em verdadeiro problema.

As razões para justificar o porquê de algumas formas lingüísticas estarem acompanhadas de uma explicitação referencial colocada entre parênteses devem considerar, portanto, os diferentes fatores (não-estruturais e estruturais) e os diferentes limites (locais e não-locais). Em relação aos fatores, compartilha-se a idéia de que o “fenômeno da referenciação é uma atividade cognitivo-discursiva” e que os referentes são “objetos de discurso” (cf. Clark, 1992; Cornish, 1999; Koch, 2001; Marcuschi, 2001, dentre outros), o que implica em dizer que a construção de sentido produzida no ato de resolver uma forma potencialmente ambígua não está condicionada apenas pelas motivações estruturais. Em relação aos limites, indica-se que na própria descrição estrutural do fenômeno da interpretação pronominal, por exemplo, há um consenso sobre as limitações de uma abordagem mais local que se resume a buscar antecedentes em um escopo frasal ou mesmo inter-frasal. Daí que a concepção de anáfora, por exemplo, deixa de ser apenas o estudo das relações lineares de busca de um antecedente (Cf. a definição semântica mais tradicional de anáfora: “processo de interpretação pelo qual uma expressão deriva seu sentido do texto que precede” (Geraldini & Ilari, 1995:86) para centrar-se no estudo das relações referencias da língua(gem) (Cf. Barss, 2003).

Na análise dos casos de explicitação, pretende-se avaliar quais representam ocorrências que, de fato, constituem ambigüidade e, portanto, justificariam a indicação de uma interpretação preferencial para potenciais candidatos, e ocorrências em que a explicitação não está resolvendo ambigüidade e, sim, promovendo estratégias para a construção textual, mantendo ou restabelecendo uma cadeia referencial que foi perdida ou que está ameaçada por diferentes razões (incluindo as estruturais e as não-estruturais). Essa primeira diferenciação aponta um estudo que aborda tanto a construção de uma coerência local quanto a construção de uma coerência mais global.

3.3. *Marcas de uma autoridade interpretativa*

As estratégias de explicitação, exatamente por agirem em diferentes níveis, produzem diferentes efeitos de sentido. Nem sempre o uso dos parênteses vai colaborar apenas para a organização da referência. Existem casos em que explicitar uma informação não significa necessariamente que uma referência ou um antecedente pronominal estavam ocultos, isto é, eram de difícil identificação ou recuperação por parte dos leitores previstos, ou, ainda, que existe uma situação de ambigüidade que aponta para vários candidatos potenciais. Não se referir diretamente, optando pelo uso de uma forma pronominal no lugar de um nome próprio, pode significar um uso deliberado, em especial quando não se quer nomear ou relembrar um desafeto, por exemplo. Esse tipo de escolha lingüística é facilmente verificado em situações de tabus lingüísticos, em que nomes de doenças e de “entidades” que representam o mal não são ditos, mas nem por isso há uma perda no processo de referenciação. Explicitar informações, fazendo referências diretas pode significar, então, o estabelecimento de um outro efeito de sentido.

Novamente, tomando como exemplo os casos dos textos jornalísticos de entrevista, é possível identificar as implicações discursivas da forma lingüística presente na voz do entrevistado e as mudanças processadas quando a voz do jornalista ou do editor aparece com o intuito de explicitar as referências, monitorando o leitor. Alguns exemplos ilustram essa situação:

“Jogar com ele (Romário) é fácil (...) Alguns momentos é preciso entrar no ritmo do jogo dele (Romário) (...)”

FSP, Esporte, 12/08/1999

(...) Ao ser questionada sobre que medida consideraria necessária para combater a violência e seqüestros, Marta disse: “Não sou governadora. Não fui eleita. Foi o Covas. Ele [Alckimin] é o vice. É ele o responsável. Eu, como prefeita, faço o que tenho de fazer”.

Questionada mais uma vez sobre as medidas que adotaria contra a violência, Marta foi ríspida. “Não estou aqui para dar conselhos a ele [Alckimin]. Ele é maior de idade e está disputando o cargo de novo. Ele que mostre serviço.”(...)

FSP, Brasil, 20/01/2002

No caso da indicação do nome *Romário* entre parênteses, as formas pronominais *ele* e *dele* receberam uma explicitação da referência. Pode-se pensar, pela lógica que governa a explicitação, que esse procedimento é fundamental para o entendimento do trecho, já que seria imprescindível fazer a identificação do nome próprio “referido” pelos pronomes. Esse raciocínio é válido quando se toma a instância discursiva de um texto escrito para leitores específicos. Uma contextualização situacional que resgata a relação de conflito vivenciada, naquele momento, pelos jogadores Edmundo e Romário vai apontar, no entanto, uma grande intencionalidade para o uso das formas pronominais no lugar do nome próprio. Edmundo, a voz registrada na citação do jornalista, pode ter evitado nomear diretamente o seu desafeto, como um procedimento típico de situações de conflito. Ao indicar a referência pronominal, o texto anula esse efeito discursivo produzido pela forma lingüística escolhida. O leitor pode ter o seu trabalho facilitado através do monitoramento que lhe foi oferecido, no entanto, são diferentes os efeitos de sentido derivados da referenciação direta, através da indicação do nome próprio, ou indireta, através de formas pronominais que exigem uma busca do referente, com a ativação de pistas lingüísticas e, principalmente, não-lingüísticas. Claro que quanto maior o conhecimento prévio do leitor, mais automática a identificação das referências, o que indica que os procedimentos de interpretação não se baseiam somente em ativação de conhecimentos lingüísticos, muito menos que são dependentes exclusivos das informações que são oferecidas nos limites de um espaço gráfico.

Na inclusão do nome *Alckimin* entre parênteses tem-se um caso parecido. Especialmente nos confrontos políticos, evitar uma nomeação utilizando substantivos próprios não impede que a referenciação seja clara e direta. A opção por usar formas pronominais ou itens lexicais que destacam o cargo político (“o governador”, “o presidente” etc.) constitui-se numa maneira de salvaguardar a imagem daquele que está na condição de agressor ou crítico, evitando-se uma confrontação ostensiva gerada pela citação do nome próprio. A frequência com que o trecho faz uso da forma pronominal *ele* é um bom exemplo dessa estratégia. Essa estratégia, no entanto, desaparece quando, na representação escrita, a explicitação do nome próprio pode colocar em evidência um conflito pessoal que estava amenizado pela “camuflagem” oferecida pelas formas pronominais. O trabalho daquele que escreveu o texto prevê, evidentemente, outros efeitos, seguindo, em tese, o princípio da clareza que objetiva, através da retomada da referência pronominal, agilizar o processo de leitura. Por outro lado, o procedimento de

sistematicamente atualizar a referência estimula o tom agressivo sem comprometer a roupagem de isenção do texto que pretende ser mais noticioso, o que demonstra a sutileza da estratégia que incorpora a dupla função de manter a autenticidade e de favorecer a eventual clareza.

Os exemplos citados abrem caminho para uma discussão sobre a natureza da explicitação das referências pronominais. Essa explicitação é sempre derivada de uma necessidade de se revolver uma ambigüidade potencial? A resposta parece ser negativa. Na primeira situação em que aparece o nome de *Alckimin* entre parênteses, essa informação cumpre um papel de se anular a possibilidade do SN *Covas* vir a ser resgatado pelo pronome, exatamente porque o princípio da antecedência o coloca numa posição de saliência, tornando-o, do ponto de vista sintático, um candidato preferencial. Tem-se, portanto, a resolução de uma ambigüidade estrutural. Na continuidade do texto, no entanto, há, novamente, a explicitação da mesma referência, só que em um ambiente que não oferece outros virtuais candidatos, o que representa uma ocorrência pronominal que está imune a possíveis ambigüidades na retomada do antecedente. A indicação da referência, nesse segundo caso, parece querer garantir uma manutenção tópica, contribuindo para que se reforce o alvo das críticas. A motivação para essa segunda explicitação não seria, portanto, estrutural.

A indicação de termos como “antecedência” e “saliência” exige uma discussão conceitual que ocupou e tem ocupado inúmeras pesquisas lingüísticas e psicolingüísticas: qual o peso dos fatores estruturais e não-estruturais na resolução pronominal. No entanto, antes de uma síntese de algumas hipóteses que tentam explicar os eventuais critérios para descrever os procedimentos implementados na resolução pronominal, apresenta-se um exemplo sobre uma possível intuição que governa as possibilidades interpretativas. Essas possibilidades interpretativas são o mote para a tirinha:



FSP, 15/04/2007, p.E5

O efeito de humor previsto pela leitura de tirinhas, em particular as de Fernando Gonsales, é fortemente derivado da quebra de expectativas, resultado, portanto, de uma construção que prevê o inusitado, o imprevisível. Assim, pode-se afirmar que o texto trabalha como uma hipótese interpretativa preferencial e, na seqüência, rompe com essa hipótese, na medida em que a estratégia prevista é a de refutá-la para que o efeito da surpresa e, conseqüentemente, do humor sejam ativados. Na primeira cena, para a palavra *eles* há dois candidatos potenciais para a resolução pronominal: [donos] e [bichos de estimação]. Pelos traços gramaticais manifestados, há uma congruência entre as formas de masculino plural, o que habilitaria formalmente a potencial ambigüidade. O fato de a segunda cena indicar que quem morre são os [donos] impõe uma quebra de expectativa. Duas são as explicações para projetar o antecedente [bichos de estimação] como hipótese preferencial. A primeira destacaria a posição próxima como um fator a determinar a acessibilidade do último SN citado como forte candidato, principalmente porque não há uma diferença em relação ao domínio sintático ou à função desempenhada pelos SNs, o que apenas reforça o critério da proximidade. A segunda destacaria a sensibilidade ao conhecimento de mundo: é mais plausível pensar na morte de um animal de estimação do que na morte de seu dono. Ou seja, fatores sintáticos como o do posicionamento frasal dos sintagmas e fatores semântico-pragmáticos como o conhecimento prévio sobre a longevidade de um típico animal de estimação podem ser implementados simultaneamente nas estratégias de processamento das referências

pronominais, o que justifica o elemento surpresa na construção do efeito de sentido dessa tirinha.

Em uma consistente síntese das pesquisas psicolinguísticas que tematizam o processamento dos elementos anafóricos durante a compreensão da linguagem, Nicol & Swinney (2003) descrevem a complexidade do fenômeno da interpretação pronominal (incluindo os pronomes pessoais, os demonstrativos, os possessivos). Inicialmente os autores já demonstram o diálogo inevitável entre a sintaxe, que caracteriza as restrições sobre a coindexação e sobre a correferência dentro de determinados domínios estruturais, e a psicolinguística, que explora os mecanismos de compreensão nos diversos níveis de organização linguística e apontam a correferência durante o processamento das sentenças. Como salvaguarda para as limitações da análise, não só os autores da síntese, mas a grande maioria dos trabalhos da área, restringem os estudos às relações entre sentenças e não dentro de contextos discursivos mais amplos. Além dessa limitação no escopo das análises, destacam o fato de que as metodologias implementadas nos experimentos são sempre motivo de controvérsia, em especial porque os dados majoritariamente derivados de tarefas que medem o tempo de leitura como índice de processamento de informações sempre vão revelar, por exemplo, uma falta de sincronia entre o movimento ocular e as atividades mentais. Essas lacunas, no entanto, não inviabilizam o esforço investigativo de tentar descrever um fenômeno de natureza tão complexa. Parece ser um ponto consensual o reconhecimento de que a interpretação pronominal é governada por critérios multifatoriais. Na lista desses fatores seguramente estão presentes as características formais, como os traços morfológicos que vão sinalizar uma busca inicial pela congruência das formas e definir a concordância como uma pista morfossintática produtiva e os traços sintáticos que vão indicar a maior ou menor saliência de uma informação em função da posição que ocupa (posição de sujeito ou objeto; núcleo de um sintagma, dentre outras). Além das características formais, agregam-se os traços semânticos e os condicionantes pragmáticos como pistas fundamentais para a ativação de potenciais candidatos no processo de resolução. Todas essas características somadas podem indicar qual o grau de proeminência de uma informação na memória e, conseqüentemente, situar essas informações (e os diferentes candidatos) em graus diferenciados de acessibilidade. No entanto, ainda permanece como grande mistério a avaliação do peso dessas pistas na ativação ou desativação de potenciais candidatos e na escolha de candidatos preferenciais. Seguindo as indicações

de alguns possíveis consensos teóricos, no quadro da psicolinguística, Nicol & Swinney (2003) sinalizam que

se há mais de um sintagma nominal gramaticalmente apropriado dentro de um grupo de antecedentes candidatos, a semântica de cada sintagma será necessária para o processo de eliminação porque as informações semânticas e pragmáticas desempenham um papel fundamental nesse processo. (p.89-90)

Essa generalização, embora capture uma intuição que mostra que formas congruentes tendem a estabelecer os vínculos, não prescreve uma hierarquia entre as pistas, indicando que os traços semânticos e os condicionantes pragmáticos só são ativados se as pistas formais não forem suficientes ou se essas pistas produzirem o aparecimento de inúmeros candidatos. Não há, portanto, essa linearidade no uso das pistas e o que muitos estudos mostram é que a sua ativação tende a ser, nas situações mais autênticas de uso da linguagem, muito mais simultânea do que a ativação verificada nas situações de experimento em que uma determinada pista está sob controle, principalmente quando se trabalha apenas com o nível sentencial ou inter-sentencial. Mesmo com todas essas limitações, há, segundo Nicol & Swinney (2003), a possibilidade de se formular restrições para a eliminação de potenciais antecedentes que podem ser resumidas em três grupos: (a) preferência por uma função paralela; (b) preferência por correferência com o tópico e (c) sensibilidade ao mundo real. Assim, de posse desses possíveis critérios, indica-se que o exemplo da tirinha cria, de fato, uma possível situação de ambigüidade, porque há a congruência gramatical que estabelece vínculos estruturais com dois antecedentes. Como o texto não é organizado com uma orientação tópica mais direta, já que outros recursos de linguagem constituem esse gênero textual, essa informação sobre um possível tópico não representa pista significativa para o leitor. Por fim, será a sensibilidade ao mundo real que vai ser o fator orientador para a percepção da estratégia montada. Talvez o efeito de humor não fosse ativado se, logo na primeira cena, apenas um dos candidatos apresentasse a congruência gramatical e, portanto, anulasse a disputa entre duas formas. Embora a relativização a uma hierarquia das pistas esteja presente nas explicações teóricas, salienta-se que a própria metodologia psicolinguística tende a destacar as pistas formais e a convocar outras pistas situacionais, extralingüísticas, somente quando há uma limitação para a explicação estrutural.

Seguramente, a resolução pronominal mostra-se complexa, quer em uma abordagem lingüística, que descreve as restrições estruturais, quer em uma abordagem psicolingüística, que enumera as possíveis estratégias de processamento. Como ilustração de um movimento explicativo, citam-se trabalhos que, com diferentes abordagens, focalizam as relações de antecedência entre frases (Webber, 1980; Matthews & Chodorow, 1988; Albrecht & Clifton, 1998), as relações entre partes textuais que colaboram para uma organização seqüencial (Anderson et alli, 1983; Corblin, 1996), as relações morfossintáticas que estabelecem a concordância (Bosch, 1983; Cacciari et alli, 1997; Garnham et alii, 1992; Smith, 1994). Somam-se a esses trabalhos, análises que promovem uma ampliação de noções como a de antecedência (Cf. Cornish, 1996, 1999) e incluem fatores contextuais (Hirst & Brill, 1980). Há, ainda, os estudos que endossam a variedade de regras implementadas pelos usuários (Cf. Frederiksen, 1981), e certamente incluem estratégias heurísticas (Crawley, 1990) e conhecimentos intuitivos (Gordon & Hendrick, 1997). Ressaltam-se, nessa mesma direção que assume a complexidade do fenômeno em função da existência de um cenário multifatorial, abordagens teóricas que empreendem um esforço em integrar colaborações de áreas diferentes do conhecimento (Cf. Garnham, 2001; Walker & Prince, 1996; Walker et alli, 1998).

Para reforçar mais ainda a complexidade da atividade lingüística e as inevitáveis limitações teóricas, apresenta-se, a seguir, um outro exemplo interessante do trabalho de referenciação efetivado em diferentes situações de enunciação (a fala do entrevistado e a “voz” explicitadora do jornalista):

Governador cassado por abuso de poder econômico diz que vai à inauguração de ‘suas’ obras

Mão Santa quer disputar o Senado

(...)

Agência Folha - A que o sr. atribui a cassação de seu mandato?

Francisco de Assis Moraes Souza, o Mão Santa - Esse foi o mais imoral ato da Justiça brasileira. Esse candidato derrotado [Hugo Napoleão], que é poderoso, entrou com processo jurídico me acusando de poder econômico.

(...)

Agência Folha - Não houve alguma ação abusiva de sua parte?

Mão Santa - Nenhuma. Disseram que foram encontrados remédios no comitê dele [Mão Santa], que a minha mulher distribuiu para os pobres um radinho, um toca-fitas, um cigarro, esses contrabandos, que ele [Mão Santa] anistiou contas. Mas foram programas de governo. (...)

Agência Folha - Como o sr. vai se defender?

Mão Santa - Já nos defendemos. Nós impedimos que um poderoso, o rico, assumisse. A tendência aqui, e o povo grita, é por novas eleições.

Agência Folha - O sr. vai continuar freqüentando o palácio do governo?

Mão Santa - Eu não sou de Teresina. Sou de Parnaíba. Vou passar um tempo lá, mas é lógico que, aqui, eu vou ser candidato a senador. E nós vamos entrar com recurso [para recuperar o governo].

Agência Folha - O sr. vai orientar o governador interino a seguir sua linha de governo?

Mão Santa - Ele já está governando, e o primeiro decreto dele foi manter todos os secretários. (...) Só um saiu: o meu filho, que era chefe de meu gabinete e quis acompanhar o pai.

(...)

Agência Folha - O sr. é favorável ao PMDB ser vice da governadora Roseana Sarney?

Mão Santa - De jeito nenhum, porque eu sou mais forte que a Roseana. A Roseana fez tudo isso? Muito mais fez o Mão Santa. Mas tem uma diferença: ele é médico pobre, e a Roseana é filha de um ex-presidente.

FSP, 12/11/2001, p.A5

As diferentes formas lingüísticas que foram convocadas para caracterizar e situar as pessoas do discurso mostram uma grande variedade de estratégias de referenciação. Para a caracterização dos participantes da entrevista, tem-se inicialmente a apresentação de um nome próprio (Francisco de Assis Moraes Souza) e de um apelido (Mão Santa) que objetiva não só indicar as potencialidades referenciais desses nomes, mas também um procedimento movido por uma regra de uso social que “recomenda”, para as situações de apresentação mais formais, não fazer uso primeiro de apelidos,

principalmente quando esses carregam um tom pejorativo⁸. Da parte do entrevistado, é interessante observar o valor discursivo da forma lingüística escolhida para se referir ao opositor político e também, e principalmente, das formas lingüísticas usadas para a auto-referenciação. Como já foi salientado em outros casos, “camuflar” a identidade do agredido com o uso de uma forma indireta de caracterização (uso de pronome ou de uma expressão lexical definidora), é um procedimento bastante produtivo. Dizer “*esse candidato derrotado*” tem uma força identificadora diferente do uso de um nome próprio. O uso do pronome *esse*, além de materializar um traço de “definitude”, agrega indiscutivelmente um valor pejorativo. Basta substituir o pronome pelo artigo definido *o*, para se verificar as alterações dos efeitos. Essa substituição manteria o traço de “definitude”, mas neutralizaria a força da agressão ao adversário. Continuando o jogo de perguntas e respostas montado na entrevista, existem indagações que, teoricamente, sinalizariam para uma expectativa em relação ao uso de determinadas formas lingüísticas (entendendo-se forma lingüística inclusive a não-ocorrência de uma forma – casos de apagamento pronominal ou de elipses, por exemplo). Assim, a pergunta “não houve alguma ação abusiva de sua parte?” induz a uma resposta que esteja focada em formas de primeira pessoa, em especial flexionadas no singular. No entanto, contrariando essa hipótese, formas de terceira pessoa foram convocadas: *dele* e *ele*. Essa quebra de expectativa justifica, inclusive, a explicitação da referência apresentada pelo texto, mas, em outra dimensão, anula o efeito argumentativo do procedimento. Em outros momentos, o mesmo entrevistado, no entanto, escolhe formas de primeira pessoa, quer no plural (“*Já nos defendemos. Nós impedimos...*”) quer no singular (“*Eu não sou de Teresina. Sou de Parnaíba. Vou passar um tempo lá ...*”). Essas transições, evidentemente, são influenciadas por escolhas lexicais que antecipam o aparecimento de formas lingüísticas preferenciais. Essas escolhas relacionam-se, em grande medida, ao conhecimento de mundo dos falantes. No caso, a pergunta sobre as formas de defesa do acusado permite uma ligação com um sistema jurídico que envolve várias pessoas, o que justifica o plural em *nos defendemos*. A outra pergunta, ao contrário, questiona sobre o movimento pessoal do entrevistado, o que direciona uma abordagem personalizada (*eu não sou; sou*). Ainda refletindo essas diferentes escolhas, e essas diferentes transições, listam-se outros casos do jogo entre primeira e terceira pessoa. No

⁸ Em um estudo sobre o uso de pronomes sujeito em italiano, Duranti (1984), seguindo um referencial da Lingüística Antropológica, demonstra a força dos usos sociais nos procedimentos de escolha das formas lingüísticas.

exemplo “*só um saiu: o meu filho, que era chefe do meu gabinete e quis acompanhar o pai*”, a ênfase focada nas relações pai / filho não apareceria caso a referência final mantivesse o uso de primeira pessoa (“e quis me acompanhar”). No outro exemplo, que aparece no final da entrevista, as formas *eu ~ Mão Santa ~ ele*, mesmo marcando nítidos contrastes, estão promovendo uma mesma referência que, na verdade, se contrapõem a um outro referente identificado, agora, pelo nome próprio (*Roseana Sarney*). Esse mapeamento mais detalhado das possibilidades de referenciação presentes no texto mostra não só um amplo conjunto de recursos e de estratégias desempenhadas pelo usuário, mas evidencia, também, o processo de referenciação como uma forma de discurso (Cf. Koch, 2001), o que ressalta os limites de uma descrição estrutural que aponta somente as características formais como definidores de possibilidades interpretativas. Além disso, toda a construção de uma imagem social presente nas transições pronominais só são capturadas por uma análise que possa vislumbrar aspectos sociolinguísticos presentes na referenciação.

Mais uma vez, quando se pensa na voz explicitadora que vai demarcando a unidade e a unicidade das referências, conclui-se, inevitavelmente, que as inserções tendem a anular a estratégia construída pelo entrevistado. Se a anulação da estratégia será avaliada como positiva, porque desmascara um político ou negativa, porque limita a implementação de recursos linguísticos, já é uma tarefa atribuída ao leitor que pode concordar com a explicitação ou discordar das inserções. Esse questionamento é formulado porque, pelo exemplo, as informações entre parênteses não se vinculavam obrigatoriamente ao ato de resolver potenciais ambigüidades e, portanto, não seriam automaticamente relacionadas a um movimento de agilização de uma disputa entre candidatos que poderiam produzir retomadas pronominais inadequadas.

3.4. Ambigüidade e estratégias de explicitação

As potenciais ambigüidades podem representar um desafio de leitura, exatamente porque diferentes vinculações referenciais podem produzir interpretações completamente diferentes, resultando em leituras que podem estar em pontos

radicalmente opostos. Os dois exemplos que se seguem mostram o quanto a explicitação é, de fato, um monitoramento que tenta anular as vinculações indesejáveis.

“É um nome habilitado a exercer qualquer cargo público no país. Se ele fosse candidato a presidente, [eu] poderia até ser o vice.”

José Serra, pré-candidato do PSDB à Presidência, elogiando o governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, do PMDB, ontem na Folha.

FSP, 30/01/2002, p.A2

A explicitação do sujeito *eu* justifica-se pela ambigüidade proporcionada por uma flexão cujas desinências são coincidentes na primeira e terceira pessoas do singular. O apagamento do sujeito traz a conseqüência de criar uma situação de abertura da interpretação. Se a terceira pessoa fosse a forma recuperada para essa posição, haveria uma leitura carregada de ironia. Seria afirmar que Jarbas Vasconcelos (o nome próprio a que *ele* se refere) é um bom candidato a vice, caso esteja pensando em ser candidato a presidente. Na situação de enunciação original, essa ambigüidade estrutural pode nem ser percebida, exatamente porque a situação de interação face-a-face permite o acesso a pistas não-lingüísticas que colaboram imensamente para o processo de construção da referência. Além do mais, quando se explicita, na “legenda situacional”, que o ato de fala objetivava um elogio, tem-se outra razão para se anular uma vertente irônica de interpretação, daí a força da explicitação.

Charles quer ficar mais perto de Harry

O herdeiro da coroa britânica, príncipe Charles, cancelou vários compromissos oficiais para passar mais tempo com seu filho caçula, Harry, que declarou recentemente ter consumido álcool antes da idade legal e fumado maconha, segundo o jornal britânico “Sunday Telegraph”. “Os jovens de 17 anos não querem ser mimados, mas este ano o príncipe deseja estar mais próximo de Harry do que ele (o garoto) desejaria”, dizia o texto do jornal.

FSP, 21/11/2002, p.A8

O caso listado nesse exemplo segue a mesma direção do anterior, porém sem a motivação morfológica. Teoricamente, se houve a explicitação da referência indicada

para a forma pronominal *ele*, é porque a organização frasal apresenta dois possíveis candidatos, [*o príncipe*] e [*Harry*]. Pode-se pensar em um questionamento inicial sobre essa ambigüidade estrutural, principalmente porque algumas posturas teóricas poderiam indicar que a “máxima da antecedência” coloca o SN [*Harry*] como um forte candidato, dispensando, portanto, a necessidade de explicitação. Nessa perspectiva de análise, uma pergunta pertinente é aquela que indaga sobre a fronteira entre explicitação e redundância, o que traduz, em síntese, um próprio questionamento sobre a natureza ambígua da construção. Uma outra linha de argumentação poderia apontar a função sintática do antecedente como um critério importante na definição de uma hierarquia de recuperação, o que se sobreporia a um critério linear de proximidade. Nesse caso, o lugar sintático do antecedente [*o príncipe*] coloca em relevo a posição de sujeito, que estaria em uma hierarquia de acessibilidade mais alta (Cf. Gundel, 1985). A explicitação estaria justificada porque, teoricamente, esse SN é que seria o candidato preferencial.

Essas questões sintáticas, e as diferentes análises sobre a força de cada “candidato”, no entanto, não anulam as diferenças semânticas projetadas para uma ou outra identificação: o príncipe não desejar é completamente diferente de Harry não desejar. Esse argumento semântico respaldaria a necessidade de explicitação da referência pronominal, mesmo se considerada como uma forma redundante. Por razões estilísticas, é interessante notar que a explicitação apresentada operou uma substituição lexical em que, evitando-se a repetição, apresenta uma palavra que reforça a faixa etária do *garoto*, enfatizando, numa outra dimensão, a necessidade de ser tutelado por um adulto. Nesse exemplo, mais uma vez, comprova-se a simultaneidade das pistas que podem ser ativadas para solucionar ou encaminhar as interpretações.

As várias formas de explicitação que aparecem em todos os exemplos, embora possam ser derivadas de razões diferentes, indicam caminhos que objetivaram explicitar a referência e cumprem um mesmo papel de monitorar a atividade interpretativa do leitor, tentando garantir um processamento das informações mais homogêneo. A não-explicitação poderia provocar, no mínimo, a formulação de hipóteses de leitura não-autorizadas, o que resultaria em aumento do tempo de leitura gasto para se buscar a referência pronominal e comprometeria o ideal de se garantir uma mesma leitura. Além do mais, do ponto de vista de quem escreve, manter as formas lingüísticas originadas da situação de entrevista significa respeitar a objetividade “perseguida” nos textos noticiosos, além de facilitar o próprio trabalho de produção do texto, conforme as

indicações do *Manual da Redação*. Nesse aspecto ligado ao processo de produção desses textos, vale indicar que muitas vezes essas inserções que visam resolver os potenciais problemas de clareza são executadas em uma outra etapa de produção textual, numa espécie de revisão que tem a tarefa de exatamente identificar os pontos problemáticos que poderiam gerar as tensões interpretativas. Rastrear o momento de inserção dos parênteses não é um objetivo deste estudo. Como o enfoque da análise é no produto escrito, não interessa indicar, por exemplo, a participação de diferentes autores que trabalharam no planejamento e na execução do texto, o que seria interessante para demonstrar as diferentes concepções de texto e de interpretação construídos por diferentes autores. Além do mais, pode ser bem provável que um mesmo autor, na sua própria atividade de revisão, proponha alguma forma de explicitação. O que interessa apontar é que o texto, ao apresentar determinadas informações / explicitações está projetando o processamento do leitor, antecipando a solução de tarefas que poderiam ser pontos de tensão interpretativa. Espera-se que a análise desses mecanismos de explicação ofereça pistas relevantes para o entendimento dos processos de construção e interpretação dos textos escritos, especialmente no que diz respeito às razões que justificariam as explicitações.

3.5. Resolução pronominal

O comentário construído para explicar os procedimentos de inserção de informações explicitadoras evidenciou que são diversos os critérios e as pistas utilizadas para a recuperação de antecedentes em situações de possível disputa entre candidatos. A distância entre os elementos poderia ser um desses critérios e uma questão que decorre é saber a qual distância um pronome pode estar do seu antecedente e ainda manter relações anafóricas. A posição sintática poderia ser um outro fator que contribui para a acessibilidade de uma informação, em particular quando se postula que, por exemplo, a posição de sujeito está numa hierarquia superior se comparada à posição de objeto. Um outro fator, ainda, poderia ser os traços de flexão que oferecem pistas morfológicas significativas para se estabelecer a inter-relação entre as formas lingüísticas.

No entanto, talvez antes da construção dessas hipóteses explicativas, uma indagação pertinente seria a de requisitar dados sobre quais elementos pronominais recebem, com mais frequência, essa estratégia de explicitação que acresce uma referência entre parênteses. Os dados de explicitação da referência pronominal confirmam a expectativa de grande número de casos de explicitação de pronomes pessoais de terceira pessoa (de quem ou do que se fala). Convém salientar que não se está afirmando que a terceira pessoa do discurso oferece problemas, muito menos que os usuários teriam dificuldade em reconhecer essa referência.

Nos casos que envolvem a explicitação de terceira pessoa, ainda se pode especificar o grande número de ocorrência na posição de sujeito, além da maior presença das formas do gênero masculino, principalmente no singular. No universo desses pronomes pessoais que receberam explicitação da referência, tem-se a seguinte porcentagem:

Ele	51 %
Eles	35 %
Ela	12 %
Elas	2 %

Para além dos números, esses dados, pelo menos em tese, já indicam que as formas marcadas de gênero (feminino) estariam menos propensas a produzirem ambigüidades interpretativas, o que indicaria a força de uma pista morfológica importante para o processamento das informações. Por outro lado, essa hipótese parece conter uma tendência imanentista, como se as características formais inerentes à língua fossem as únicas definidoras das potencialidades interpretativas. Ou, mais especificamente, as formas do masculino, singular ou plural, trariam um menor índice de marcação; assim, a associação com uma característica de neutralidade aumentaria a propensão a essas formas, quando sujeitas à resolução pronominal, ativarem vários candidatos. Contrapondo-se a essa tendência, no entanto, pode-se simplesmente indicar, como explicação para a maior propensão à explicitação, o fato de que os temas

desenvolvidos pela mídia estudada, focada essencialmente em áreas como a política e a economia, são socialmente marcados, ou seja, são áreas em que a presença masculina ainda é majoritária, o que explicaria a frequência de formas que apresentam uma determinada flexão. Caso as questões de gênero fossem situadas em uma outra dimensão social, seguramente essa porcentagem seria diferente. No entanto, vale destacar que o pronome *ele*, conforme apontado por Kleiber (1984) e comentado em Marcuschi (2001c), desafia a análise já que “seu funcionamento referencial nas línguas naturais é peculiar porque diferentemente de outros designadores (...) ‘o pronome *ele* coloca um enigma quanto ao seu funcionamento referencial’”. Esse enigma é favorecido porque “o pronome *ele* não descreve nada, não tem estatuto semântico estável e no entanto designa referentes particulares” (Marcuschi, 2001c:193)

Com esse levantamento das ocorrências, inicia-se, agora, um comentário mais detalhado sobre a necessidade ou não da congruência gramatical entre o pronome potencialmente ambíguo e a explicitação indicada entre parênteses.

Normalmente se espera a congruência gramatical entre a forma pronominal e a referência explicitada. Essa expectativa é confirmada no exemplo:

A diretoria são-paulina, que antes da partida contra o Santos dizia que não tomaria nenhuma “decisão precipitada” caso o time fosse derrotado, se esquivou da pressão sofrida por seu técnico.

“Ela [a pressão] não é motivada por nós. O futebol é movido por resultados. E como dependemos de um resultado no Campeonato Paulista, isso acaba revertendo para a equipe”, explicou o diretor de futebol do clube, Carlos Augusto de Barros e Silva.

FSP, 17/02/2003, p.D3

A explicitação seria justificada pela possibilidade de [a diretoria são-paulina] ser retomada pronominal, inclusive para a manutenção temática entre os parágrafos.

Em alguns casos, as informações explicitadas servem para o acréscimo de dados que vão além da mera repetição da informação expressa anteriormente:

Alckimim disse que é preciso “festejar a alegria de ela [Marina, mãe do jogador] estar viva, livre e bem de saúde”. Disse também que a polícia prenderá o grupo.

FSP, 18/12/2004, p.D2

Nem sempre, no entanto, as expectativas produzidas pelas formas lingüísticas são suficientes para se esperar uma congruência gramatical absoluta.

(...)

Apresentado aos jornalistas, o pedreiro disse que perfurou seis vezes o corretor “por causa da raiva” e confirmou que havia visitado o apartamento de Lacerda outras vezes, mas disse que os dois nunca tiveram relações sexuais.

“Ele [a vítima] foi para o quarto e botou fogo no cobertor, pegou um espeto e veio para cima de mim. Peguei o vaso e dei na cabeça dele. Ele caiu e coloquei os espetos na garganta dele”, disse o pedreiro. (...)

FSP, 11/12/2006, p.C4

Governador diz que não é investigado e nega participação

O governador do Amazonas, Eduardo Braga (PPS), entregou à Agência Folha a cópia de uma certidão da Polícia Federal afirmando que ele não é investigado pela operação Albatroz. Ele nega ter envolvimento com as fraudes.

“Ele [delegados da PF] aponta que a licitação foi fraudulenta? A Justiça é que tem que julgar, delegado não julga ninguém. Ele não tem nenhuma conversa minha com ninguém que possa indicar nada”, afirmou Braga.

“Esse segredo de Justiça [de algumas provas] só está me prejudicando”, disse o governador. “Eu gostaria de abrir todo esse processo para que todo mundo veja que eu não tenho nada a ver com isso.”

FSP, 31/08/2004, p.A5

Nesses dois casos, formas do masculino singular – *ele* – são retomadas com palavras e expressões que se flexionam ou no feminino [a vítima] ou no plural [os delegados]. Como reiteradamente se afirmou, o que esses exemplos mais uma vez reforçam é o fato de que as inserções são o resultado de um projeto retórico que monitora o leitor na criação de uma visão sobre os fatos. No primeiro caso, há uma

nítida tendência, verificada pela escolha lexical, a indicar o lugar de vítima a um dos envolvidos, o que dá um tom de julgamento para os fatos que aparentemente só são noticiados. No segundo caso, a referência no singular pode ser uma ênfase, na fala do entrevistado, de que é apenas um delegado que está envolvido, quase como se fosse possível inferir que há um processo de perseguição. A inserção de um sintagma no plural quer desfazer essa possibilidade e, agora, pode-se inferir que são vários os delegados envolvidos, o que minimiza essa idéia de perseguição.

Há outros casos em que se mantém a congruência, mas há uma espécie de quebra de expectativa porque se explicita, com a inserção, um referente institucional ou que apresenta o traço semântico de [-humano]:

(...) Questionado se seria um “julgamento em causa própria”, Bastos afirmou: “Ele [STF] vai julgar e, em alguns momentos, ele tem que julgar em causa própria, porque não há outra maneira de fazer uma democracia.”

FSP, 01/12/2006, p.A13

“Mas fazer o que ele [governo federal] quer tem que ser partilhado. Tanto CPMF como DRU tem que ser pactuado (...)”

FSP, 06/11/2006, p.A4

“A prova não estava tão competitiva. Poderia ter conseguido, mas ele [o calor] foi um rival duro, disse Lydia.

FSP, 02/01/2005, p.D2

A explicitação, conforme anunciado anteriormente, não somente pode resolver uma potencial ambigüidade entre os candidatos que antecedem o pronome, mas pode ser o resultado de outros fatores. No exemplo que se segue, o pronome *ele* poderia ter como antecedente tanto *[o coletivo]* quanto *[o seu próprio texto]*. No entanto, as razões para a explicitação parecem estar situadas no uso duplo do *ele* na seqüência textual. Essa repetição próxima, aí sim, dificulta uma retomada mais automática da referência. Esse exemplo reforça a idéia de que as explicitações não prevêem apenas um

movimento de retroceder ao texto, mas também o de verificar a seqüência em um movimento interpretativo que prevê o fluxo da continuidade textual:

“O coletivo constrói sempre o seu próprio texto, busca novas linguagens e estruturas para contar a sua história (...) Ele [coletivo] é a essência do teatro, seja ele épico ou trágico. Mesmo um monólogo é coletivo, se dirige a alguém, ao outro. O coletivo é entendido como o desdobramento do ator para o público e deste para a cidade. Na Grécia Antiga, o coro nasceu como representação da cidade”, completou o filósofo.

FSP, 23/11/2006, p.E10

Essa mesma preocupação em manter um fluxo, derivado da percepção de um tópico, é o fator orientador da explicitação:

Agência Folha - *Por que você deu a tortada em José Genoíno?*

Valquíria - *Porque naquele momento ele era o representante do presidente e do PT. Foi uma manifestação contra as políticas do governo e, em particular, por ele [Lula] ter se apresentado como representante dos movimentos sociais no fórum de Davos. Lula foi a Davos e, em nosso nome, falou exatamente o oposto do que temos defendido.*

FSP, 18/02/2003, p.A9

Tanto isso é verdade que, na primeira ocorrência, *ele* está em uma relação transparente com o nome citado na pergunta. No decorrer do texto, no entanto, esse tópico muda e cria-se uma situação de potencial conflito interpretativo, mas que é depois resolvido pela própria continuidade do texto.

Em outros casos, no entanto, pode-se questionar sobre a explicitação ocorrer apenas na segunda ocorrência. Seria o caso de se pensar que a situação de tensão interpretativa só apareceria em uma das formas, a última, pelos possíveis vínculos gramaticais oriundos da proximidade entre *ela* e [*casa*]?

“O Oleg não sabe, mas eu vou andar um pouco com ela lá em casa. Ou melhor, perto de casa. Mas não vai ter perigo, não, ela [a moto] nem corre muito.”

FSP, 13/12/2004, p.D8

O favorecimento à continuidade textual pode ser a meta idealizada nesses últimos exemplos de inserção. Essa busca pela continuidade pode ser o fator que explica, no exemplo a seguir, a inclusão de um pronome para favorecer os vínculos. Assim, inserções não só revelam preocupações com a manutenção de vínculos referenciais que resolvam ambigüidades, mas podem demonstrar ações que tentam promover uma continuidade que, através de vínculos coesivos mais explícitos, favoreçam a agilidade do processo de leitura:

(...)

Os eletrodomésticos foram comprados, relatou Girsz Aronson, de um representante com quem faz negócio há mais de 40 anos. “[Ele] é até amigo da firma. Também foi enganado. Disse que a mercadoria que ele estava vendendo é de um leilão. Tanto ele foi honesto que me devolveu os cheques que eu tinha pré-datado para ele.”

FSP, 02/04/2004, p.C6

(...)

“Abe foi muito claro ao dizer que todo ministro que não pudesse explicar transações financeiras suspeitas deveria renunciar”, disse Rei Shiratori, presidente do Instituto de Estudos Políticos, ao jornal britânico “The Guardian”. “[Ele] sabe das dificuldades que enfrentará.”

FSP, 14/09/2007, p.A14

As vinculações estabelecidas não precisam ter apenas uma natureza textual. Existem situações em que a referência extratextual vai exigir uma explicitação que revele a função dêitica do uso:

Folha - É possível afirmar que não haverá novos acidentes na obra?

Ribeiro - Só lá com Ele [aponta as mãos em direção ao céu]. A obra que trabalhamos é efetivamente de risco. Ele vai estar sempre presente.

FSP, 30/04/2007, p.C4

Expressando a complexidade do processo interpretativo, pode-se lançar uma pergunta sobre a natureza da referência a ser produzida na seqüência: mesmo com a indicação que traz a referência no primeiro caso de *Ele*, pode-se construir uma outra relação para o segundo caso – o que vai estar sempre presente é o risco ou a divindade? Esse questionamento parece ser revelador dos limites do processo de explicitação. Mesmo quando se quer monitorar o leitor, favorecendo o processo de referenciação, é inevitável o aparecimento de desafios interpretativos que vão testar a capacidade do leitor de processar as formas lingüísticas tendo várias possibilidades pertinentes.

Do ponto de vista de quem escreve os textos, muitas vezes é possível a identificação de um procedimento metalingüístico que revela uma estratégia de construção textual, como se indicasse um estado de atenção do próprio autor em relação ao aparecimento de pontos de tensão para o leitor:

(...)

*Pondo em ordem minhas velharias, aquele bilhete voltou-me às mãos. Gesto de amizade de um homem encarcerado. Encarcerado porque fora fiel à sua consciência. Minhas mãos tocaram aquele bilhete como se fosse uma coisa sagrada. O prisioneiro me escrevia só para dizer “obrigado” por um livro que eu escrevera. Mas ao escrevê-lo jamais poderia imaginar que **ele, o livro**, iria para a prisão. **Ele, o prisioneiro**, havia levado a sério o que eu escrevera, mais do que eu mesmo. Mas quem era esse homem? Depois eu conto... (grifos nossos)*

Rubem Alves. Nunca te vi, sempre te amei... FSP, 04/09/2007, p.C2

Esse exemplo tem uma relação direta com a explicação para o caso de inserção em que um mesmo pronome é repetido com grande proximidade, mas que tem referentes diferentes:

(...)

“Tem que ter parcimônia nas coisas, porque vai passando no boca-a-boca. A história aumenta de uma maneira que não é aquilo que aconteceu. Como, na hora, ele [vítima] ficou nervoso, deu a carteira junto, de repente ele [delegado] esqueceu de devolver. Não tem como pegar e massacrar”.

FSP, 05/09/2007, p.C3

A diferença nos dois casos é, no entanto, bastante nítida. Enquanto no primeiro há uma opção pela seleção pronominal, no segundo há uma necessidade de preservação desse uso porque, ao texto noticioso não seria permitida a alteração formal da natureza de um depoimento, substituindo palavras, por exemplo. Noutros termos, no primeiro caso, o autor, Rubem Alves, deliberadamente mantém as formas como um jogo metalingüístico revelador de sua capacidade de projetar o problema e de resolvê-lo. No segundo caso, as inserções vão demarcar as diferenças não mais como um jogo metalingüístico, mas como um procedimento mais didático para favorecer uma leitura mais linear, ou seja, para evitar que o leitor tenha o trabalho de construir as retomadas.

Ao estabelecer o objetivo investigativo de descrever o funcionamento de alguns recursos da língua escrita, este estudo valorizou um estudo etnográfico em que a manifestação das percepções dos usuários é sempre destacada como fonte importante para indicar as intuições sobre um determinado uso. Nessa direção, então, o caso do pronome *eles* merece uma atenção especial. Torna-se bastante elucidativo apresentar a própria voz dos usuários identificando e explicando uma determinada tendência interpretativa para as formas lingüísticas. No caso específico das situações típicas que envolvem a interpretação do pronome *eles*, tem-se, conforme manifestado nos depoimentos, uma função nitidamente para a indeterminação, mas uma indeterminação em que há leituras preferenciais:

(...) Existe uma preocupação quanto a Obama que não vem sendo discutida. Ou pelo menos não vinha sendo discutida até que Doris Lessing, 88, ganhadora do prêmio Nobel de Literatura do ano passado, a expressasse em voz alta: “Ele provavelmente não duraria muito tempo, um homem negro na posição de presidente. Eles o assassinariam”, ela declarou em entrevista a um jornal sueco. (...)

O verdadeiro perigo de todos esses casos, porém, nunca foi uma conspiração; não estava na ameaça representada pelo “eles” indeterminado, contra os quais Lessing alerta, e sim em um assassino isolado e obsessivo, que é quase impossível identificar com antecedência ou deter no momento em que decide atacar. (...)

Kenneth Maxwell. *Riscos Ignorados* FSP, 14/02/2008, p.A2

(...) A “lógica de resultados”, na cabeça de alguns cidadãos, enunciava-se mais ou menos assim: “Eles” (o governo é sempre ‘eles’, qualquer que seja o partido no poder) vão nos fazer sofrer, mas aprontam tudo bonitinho às vésperas da eleição (...)

Boris Fausto. *Um haraquiri político* FSP, 07/12/2004, p.A3

Essa lógica interpretativa é claramente detectada no discurso oficial de uma autoridade que tenta explicar qual é a interpretação intencionada no seu uso do pronome *eles*:

Irã banca insurgência no Iraque, diz Rumsfeld

Dinheiro e pessoas provenientes do Irã estão ajudando a insurgência no Iraque, segundo disse o secretário de Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, em entrevista publicada ontem no diário “The Washington Times”.

*“Eles [os iranianos] têm posto pessoas no Iraque. Eles têm posto dinheiro no país. **Quando digo ‘eles’, não falo de ninguém do governo especificamente nem que o governo sabe o que está ocorrendo. Mas houve entrada no Iraque de dinheiro e de pessoas provenientes do Irã**”, disse Rumsfeld. (...)*

(grifos nossos)

FSP, 09/09/2004, p. A8

A explicitação da referência inserida com a palavra *[iranianos]* pode permitir uma leitura genérica e abrangente o suficiente para admitir a presença de pessoas do governo, mas que não há o comprometimento com a presença de uma informação como *[o governo iraniano]*, respeitando as preocupações interpretativas apresentadas pelo político em suas declarações.

O uso desse pronome com toda essa carga semântica de indefinição pode gerar problemas interpretativos na identificação da referência que, inclusive, traduz-se em disputas jurídicas sobre possíveis insinuações, em especial porque o universo de discussão sobre informações subentendidas ganha uma amplitude quase que fora de controle. As notas abaixo refletem evidentemente disputas políticas e econômicas entre duas emissoras, mas o pretexto de uma interpretação pronominal pode ser o ponto de embate:

A história

A Band pretende esticar a corda na disputa com a TV Globo: a emissora carioca está questionando na Justiça se a Band se referia a ela ao publicar anúncio com referências como “a Band entrevista exilados de volta ao Brasil [1979]. Eles silenciam.” E “a Band denuncia o Proconsult [fraude eleitoral de 1982] no Rio. Eles silenciam”. A TV quer saber se o “eles” se refere a ela, Globo.

A Band estuda não responder, provocando a Globo a abrir processo contra ela para então apresentar “farta documentação” sobre os episódios históricos elencados no anúncio.

FSP, 24/08/2006, p. E2

As inevitáveis disputas interpretativas oriundas da característica da indeterminação da referência presente na escolha da forma pronominal *eles* são anuladas quando há as inserções que tentam conduzir uma interpretação preferencial. Ou seja, a função da indeterminação, presente na escolha dessa forma, desaparece quando o texto explicita um encaminhamento interpretativo. Esse caminho interpretativo é tão variado que, também nesses casos, como seria esperado, não há nenhuma expectativa em relação à necessidade de congruência gramatical, tanto que as inserções são de palavras ou sintagmas que não precisam estar no masculino plural:

Pergunta – *Por que foi feito o pedido de habeas corpus?*

Carla Cepolina – *É um direito que me assiste. Eles [a Justiça] disseram [ao negar o habeas corpus preventivo] que não há nenhum elemento para que fosse decretada uma prisão.*

FSP, 20/09/2006, p. C4

“Eles [a tripulação] tentaram burlar a fiscalização para se isentar de pagar os tributos, o que configura descaminho”, disse a inspetora da alfândega.

FSP, 27/07/2004, p.A6

“Eles [a administração do aeroporto] não tem planta para fazer nada”, diz a arquiteta Regina Monteiro.

FSP, 11/04/2004, p.C8

“Temos que atribuir a eles [a prefeitura do campus da USP em São Paulo] a perda desses dois atletas. A medida da universidade é contra a tendência mundial de estimular o uso da bicicleta.”

FSP, 21/05/2005, p.A2

(...) Do mesmo modo pensa a maioria dos moradores da cidade. A família Calheiros, dizem, nunca deixou de demonstrar gratidão à cidade. “No Natal, eles [a família] distribuem cesta básica de alimentos”, conta.

FSP, 27/05/2007, p.A11

“Eles [as autoridades colombianas] ficaram com os originais e ainda distribuíram o texto à imprensa. Eram 12 páginas manuscritas endereçadas a mim e eles, num completo desrespeito, divulgaram-nas.”

FSP, 06/12/2007, p.A15

“Eles [o Judiciário] apenas cumprem a lei. O problema, o foco, está no Congresso. É preciso fazer algo.”

FSP, 09/11/2006, p.A11

“Eles [consórcio] aumentaram a segurança pela ação mais intensa do IPT e do Ministério Público.

FSP, 10/08/2007, p.C7

“Se o seguro não der conta, eles [o consórcio] terão de botar a mão no bolso.”

FSP, 19/01/2007, p.C3

“Para mim, eles [do Consórcio Via Amarela] estão com medo de encontrar mais gente”, diz o vendedor Alexandre Lima da Silva.

FSP, 20/01/2007, p.C3

No mesmo texto, explicitação sem e com o artigo:

“Se eles [Mercosul] não oferecem significativa melhora em acesso a mercado para serviços, por que deveriam esperar conseguir tudo em bens?

Eles [o Mercosul] querem um alto nível [de ambição] em agricultura, onde querem disciplinas sobre apoio doméstico e eliminação de subsídios à exportação. (...)

FSP, 10/02/2004, p.B6

“Acho estranho que eles [PF e juiz] não tenham sabido que o telefone era do jornal”, afirmou o advogado Fábio Konder Comparato.

FSP, 09/11/2006, p.A8

“Todas as gracinhas que eles [a imprensa e a polícia] falaram sobre a gente, vamos explicar no programa. Nossos fiéis não podem ser desrespeitados.”

FSP, 13/07/2005, p.A11

“Eles [os gastos] estão sendo feitos num ritmo adequado ao cumprimento da meta e com grande expansão e qualidade.”

FSP, 03/04/2004, p.A6

“Eles [os acusados] são tratados como batedores de carteira, mas não são.”

FSP, 06/10/2006, p.C5

“Eles [os ladrões] chegaram abrindo fogo contra os seguranças (...)”, disse o empresário.

FSP, 28/08/2004, p.C1

“Eles [os pais da criança, que usaram uma filmadora para flagrar a babá Érica Oliveira Moraes, 19, agredindo uma menina de um ano e nove meses] foram diligentes e tomaram todos os cuidados para desvendar o caso”

Trecho que aparece como olho. FSP, 06/10/2006, p.C4

Punidos voltam, mas têm posições ameaçadas

(...) “Como disse antes, isso não terá desdobramentos. Eles [Dida, Cafu, Kaká, Zé Roberto e Lúcio] vão voltar”, disse o treinador (...)

FSP, 09/09/2004, p.D1

“Talvez eles [os “pecuaristas políticos”] sejam mais devotos do que nós e, por isso, sejam atendidos em suas preces”, acrescenta.

FSP, 06/09/2007, p.A6

Há casos em que a atitude opinativa é expressa não só pela seleção vocabular que encaminha a leitura preferencial para *eles*, mas pela crítica agregada ao uso das aspas [os “pecuaristas políticos”]. Em outros casos essa força opinativa é evidenciada pela inclusão, no exemplo abaixo, de duas referências potenciais [os *sem-terra e assentados*] que, por um lado, demonstra a complexidade de um quadro referencial e, por outro, demonstra que a inserção quer ser suficientemente inclusiva para admitir categorias diferentes de envolvidos:

(...) Em entrevista no sábado, ao ser apresentado, Cunha declarou: “Na reunião, eu fiquei do lado assistindo. Só ouvi ela dizer que aquelas terras, eles [os sem-terra e assentados] tinham de ganhar de qualquer maneira”. Ao depor, Cunha repetiu a versão.

FSP, 21/02/2005, p.A4

A frequência da explicitação também é um dado interessante a ser apontado. No exemplo a seguir, a incidência da indicação de *[japoneses]* para a referência a *eles* mostra a intenção do texto jornalístico para que, na fala do ministro, essa referência, primeiro, não seja perdida e, segundo, seja memorizada para potenciais cobranças futuras, o que demonstra o duplo valor do monitoramento (favorece as vinculações coesivas no fluxo textual e cria um possível julgamento):

Japão estuda fábrica, diz ministro

As indústrias japonesas de eletroeletrônicos irão elaborar um documento nos próximos dias tratando da viabilidade econômica da implantação de uma fábrica de semicondutores no Brasil, disse ontem o ministro das Comunicações, Hélio Costa (PMDB-MG). “Eles [japoneses] vão dizer, nesse documento, que têm interesse em implantar uma fábrica de semicondutores, (...)”

Segundo o ministro, a instalação de fábricas no Brasil não é uma contrapartida para a escolha do padrão japonês (ISDB) de TV digital. “Não foi pedido a eles [japoneses] nenhuma decisão até 10 de março [data em que o governo brasileiro pretende anunciar o padrão]”, disse. “Não é necessariamente uma contrapartida. Estamos propondo uma parceria.”

“Eles [japoneses] estão preparando um documento que será tratado entre hoje [ontem] e amanhã [hoje], possivelmente, e, nesse documento, eles vão dizer da sua intenção de criar um grupo de trabalho imediatamente para estudar a viabilidade econômica de se implantar, no Brasil, uma fábrica de semicondutores”, afirmou. (...)

FSP, 07/03/2006, p.B9

Em outros casos, a própria explicitação produzida em um primeiro momento, pode desencadear um procedimento de complementação posterior que terá que garantir a coerência entre as opções, inclusive mantendo-se processos de substituição lexical como recurso estilístico para a construção da coesão referencial. Ou seja, assim como a repetição pode ser evitada na escolha de vínculos coesivos, optando-se pela substituição, também nas inserções haveria a atuação desse critério estilístico:

Folha – *Como começou a história?*

Débora Rodrigues – *Eles [policiais] invadiram a casa, sem mandado, mandando a gente abrir a porta e colocar a mão na cabeça. Não deu tempo de nada. Entraram cinco [PMs] dentro do quarto e fecharam a porta. Só ouvi os gritos dele, mas não pude fazer nada.*

FSP, 19/12/2007, p.C1

Ressalta-se que, nas inserções para o pronome *eles*, não estão eliminadas as situações em que há uma nítida ambigüidade:

“Getúlio Vargas foi levado à morte, Juscelino quase foi escorraçado, João Goulart foi banido. Pois bem, eles [a elite] começaram a fazer o mesmo comigo. Não fizeram porque eu tive gente, que eu não tinha nem muita amizade, mas que na hora do pega-para-capar estava do meu lado (...)”

FSP, 25/11/2006, p.A6

“os estímulos sexuais já bombardeavam os jovens de maneira tão intensa e incessante que eles (os jovens) viviam inflamados pela coceira do tesão muito antes de chegarem à puberdade” (Trecho de uma entrevista com Tom Wolfe)

FSP, 21/11/2004, Mais p.8

“Eu torço pelo time. Quase ninguém vem ver os treinos, mas eu venho todos os dias. Eu aproveito o fato de fazer ronda por aqui, perto no bairro. Sei que há coisas que pesam contra o presidente do clube, mas isso não tem nada a ver”, disse Ferreira Neto, que é fã do futebol do zagueiro Estevão e do lateral-direito Viola.

“Eles [dirigentes do clube] já me prometeram uma camisa, mas até agora nada. Também pudera, o time não tem nem uniforme direito. Os jogadores estão sem receber. A situação é crítica”, disse o policial militar. (...)

FSP, 15/03/2005, p.D1

“A polícia está trabalhando, mas parece que não está adiantando. Eles [os criminosos] se multiplicam feito carrapatos”.

FSP, 09/01/2007, p.C1

No entanto, não se pode deduzir que os casos de indicação da referência pronominal sejam apenas governados por uma tentativa de resolução de potenciais ambigüidades. O processo de escolha de uma interpretação preferencial não se restringe a uma seleção que leva em conta potenciais candidatos que precedem o pronome. O exemplo abaixo mostra que a escolha leva também em conta uma organização textual da própria narrativa construída pela reportagem:

(...) Outra opção para os paulistanos foram os cinemas. O do Shopping Pátio Higienópolis, por exemplo, estava com uma sessão esgotada às 18h20 para um filme que começaria às 18h50. “Já passei nos shoppings Santa Cruz e Frei Caneca e eles [as sessões] já estavam lotados”, conta o jornalista Ivor Donald,22.

FSP, 03/01/2005, p.C1

A prefeita Marta voltou a atacar o PSDB e o governo do Estado, sem citar o nome do governador, ontem a noite. “Eles [o PSDB] vão na TV falar mentiras. Desde quando os hospitais do Estado são melhores que os nossos. Nós recebemos hospitais arrebitados, eles não.”

FSP, 03/09/2004, p.A9

Christian vai para o Inter, e Leão diz que foi traído

(...)Decepcionado com a debandada, o técnico Emerson Leão disse ter sido avisado da proposta do Internacional pelo jogador na segunda-feira. “Eu disse a ele: ‘Você estava no Juventude, a 110 km de Porto Alegre, e eles [Inter] não lembraram de você. Eu lembrei. Hoje você está aqui, bem, como gosta. Pense bem’”, contou o treinador. “Hoje [ontem] ele veio e deu a resposta de que não ficaria. Disse a ele para ter cuidado com eles”, afirmou Leão, sem esconder a sua decepção. (...)

FSP, 02/02/2007, p.D1

Por outro lado, há casos em que a indefinição é mantida talvez até pela impossibilidade de ocorrer uma maior precisão da identificação. Uma tentativa de

explicitação estaria situada em um nível de suposição que poderia comprometer o tom mais noticioso:

Não sou mais candidato a nada, diz petista

O presidente Lula descartou ontem ser candidato ao terceiro mandato, idéia defendida dentro do PT, disse que estará desempregado em três anos e afirmou que não disputará mais cargos públicos.

Em discurso a empresários e trabalhadores da construção naval sobre a contratação de quatro navios pela Transpetro ao estaleiro Mauá Jurong, no começo da noite de ontem, em Niterói, Lula disse: “Em quatro anos, vocês vão estar trabalhando e eu vou estar desempregado. E virei aqui pedir uma vaga, como metalúrgico”.

Ao defender a prorrogação da CPMF, o presidente afirmou: “Eles pensam que se acabar a CPMF vão me prejudicar: nem um pouco. Primeiro, que não sou mais candidato a nada. Acaba o meu mandato em 2010. Eles vão prejudicar aqueles que mais necessitam, os mais pobres.”

FSP, 01/12/2007, p.A5

Os exemplos listados a seguir continuam na mesma trilha de casos em que a indeterminação, com a inserção da explicitação, anula o efeito da forma lingüística escolhida originalmente. A explicitação, portanto, anula o recurso de deixar o sujeito indeterminado:

Dividida

Da advogada de Marcelinho, Gislaine Nunes, sobre a entrevista que deve dar hoje sobre a disputa com o Corinthians.

- Pediram para eu me calar [diretoria do clube]. Aí, pisaram no meu calo. Agora que vou contar todos os absurdos da negociação.

FSP, 13/04/2006, p.D2

(...) Para o presidente da Fenaj, Sérgio Murillo, a pressão contrária ao projeto é uma tentativa de “golpe” contra a categoria. “Nós entregamos essa proposta em 2003 e só agora [os contrários às mudanças] decidiram acordar”, disse.

FSP, 19/07/2006, p.A8

“Me colocaram [a Kroll] em um barquinho bonito, mas no meio do mar. Me deram dinheiro para ficar aqui no meio do mar”

FSP, 25/07/2004, p.A6

“(...) nos autorizaram [a LG da Coréia] a analisar a Terra do Fogo (...)”

FSP, 29/05/2007, p.B1

Uma questão que poderia ser vislumbrada em muitos exemplos é a posição em que as inserções aparecem. Além, então, de um traço semântico que marca essas transições entre determinação e indeterminação, há um traço sintático relacionado com a escolha entre uma inserção anteposta ou posposta ao sujeito. Nos exemplos listados a seguir, indica-se como a escolha da posição pode trazer implicações interpretativas, em especial porque a indicação de um sujeito posposto coloca a informação numa posição de maior destaque:

(...) A diretora do Colégio Franciscano Nossa Senhora Aparecida, irmã Priscila Rosetto, também diz que o exame não visa impedir a matrícula. “Foi um fato isolado [o caso de Thaís e sue filho]. Não fazemos um teste, fazemos um diagnóstico. Como a criança foi muito retraída, coloquei para a mãe se não teria dificuldade na escola.” (...)

FSP, 24/10/2006, p. C4

“No mundo todo é civil [o controle de tráfego aéreo]”

FSP, 05/11/2006, p.C4

(...) “Não quiseram (os pilotos) diretamente o resultado, mas tendo consciência de tal, permaneceram indiferentes aos resultados”, diz o texto.

FSP, 13/07/2007, p.C4

(...) *“Acho revoltante. Estão [o PT e o governo] buscando bodes expiatórios para tentar evitar a CPI para investigar o caso Waldomiro Diniz (...)”*

FSP, 03/04/2004, p.A10

(...) *“Não usamos [PSDB] os critérios que o PT usa de diferenciar por sigla partidária” (...)*

FSP, 09/09/2004, p.A4

Na Coréia, Lula elogia Legislativo e ganha máscara

(...) *Numa visita ao parlamento coreano, o petista disse: “Como no Brasil e na Coréia, somos [os políticos] muito criticados. Mas nós sabemos a importância do parlamento. É como eu sempre disse: o Brasil seria pior se não tivesse o Congresso”.*

FSP, 26/05/2005, p.A5

(...) *À **Folha**, José Alencar afirmou que “não seremos [o governo] os algozes da Vasp”.*

FSP, 27/01/2005, p.B3

A inserção que prevê um sujeito posposto pode gerar, inclusive, algumas ambigüidades interpretativas:

(...) *“Foi assim com o Bolsa Família. Ninguém acreditava nele, só recebíamos pauladas. Depois, quando acordaram [a oposição], o presidente estava reeleito”, desabafa um ministro de Lula.*

FSP, 24/09/2007, p.A2

A indicação da complementação da informação [*a oposição*], quando ocorre depois do verbo, cria a idéia de complementação verbal, quando seria sujeito, mas sem a esperada concordância. Esse exemplo demonstra que o caminho interpretativo trazido pelas inserções não garantem soluções de problemas com a indicação de facilidades.

Essas inserções podem, ao contrário, produzir outros caminhos que inclusive dificultam a construção mais automática de sentidos. Todos os exemplos listados a seguir podem ilustrar essa criação de outras possibilidades de leitura (as inserções estão destacadas):

Tucano chama Aécio de ‘grande irmão’ e nega crise no partido pós-carta de FHC

O presidenciável Geraldo Alckimim (PSDB) chamou Aécio Neves, governador de Minas e candidato à reeleição, de ‘grande irmão’. Por mais de uma vez ele repetiu o gesto e negou haver “racha” no PSDB devido à carta do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso divulgada no site do partido.

“O PSDB não tem crise. Estamos unidos no PSDB e vivendo o melhor momento da campanha. É a única candidatura que cresce”, disse Alckimim.

Após divulgar a carta e Aécio dizer que ela “desagrega”, FHC disse temer que o mineiro vire “inocente útil” do lulismo. Aécio, no entanto, disse que “não existe racha” no PSDB.

*“São comentários absolutamente naturais de figuras públicas que devem ser tratados com naturalidade. Além da identidade programática [com FHC], nós nos gostamos”, disse. “Felizmente cada um tem o seu estilo, senão a política seria muito monótona. **Temos [Aécio e FHC] relação fraterna.**”*

FSP, 15/09/2006, p.A11

*O candidato do PP à prefeitura de São Paulo disse ontem, durante visita ao bairro da Liberdade, que está satisfeito com a pesquisa divulgada anteontem pelo instituto Vox Populi. “**Estamos [ele e José Serra, PSDB] empatados em segundo lugar**”, afirmou Paulo Maluf.*

FSP, 06/09/2004, p.A6

Julgamento de cafetina preocupa funcionários do governo americano

*(...) Na semana passada, a fim de angariar testemunhas para a defesa, diz, Madelaine Washington deu à rede de TV ABC os telefones de cerca de 10 mil clientes entre 1994 e 2002. “**Pensamos [ela e seu advogado, Montgomery Blair Sibley] em vender os mais de 20 kg de registros de telefones, mas, por motivos éticos, decidimos não fazê-lo**”, afirmou.*

FSP, 01/05/2007, p.A14

Liza Minelli desmaia em show na Suécia

A cantora Liza Minelli, 61, desmaiou anteontem em um concerto de Natal em Gotemburgo, na Suécia. Em nota, o empresário dela disse que “estamos [o estafe] muito preocupados”, mas não esclareceu o episódio.

FSP, 14/12/2007, p.A17

Ministro da Defesa desmente coluna de jornal reproduzida pela cadeia CNN

(...) “Quero contar algo de que sou testemunha: [o chefe da Casa Militar, general López Ramírez, e eu] fomos os únicos militares que, por volta das 23h, fomos chamados ao despacho do presidente para uma reunião com os ministros”, afirmou Briceño.

FSP, 06/12/2007, p.A11

Embora a evidência quantitativa aponte um destaque para as formas pronominais de terceira pessoa, não se excluem procedimentos de explicitação que envolvem outras formas pronominais. Essas ocorrências são mais pontuais:

"Nós, drags, pintamos o rosto, vestimos perucas, colocamos sapatões e usamos roupas divertidas. Somos palhaços - só que de luxo, querido".

FSP, 14/12/01

"Nós, do PT, temos políticas concretas de combate à corrupção. (...)

FSP, 02/11/01

Nesses dois casos de explicitação, tem-se a identificação de uma ênfase contrastiva que foi projetada pelos próprios autores dos enunciados, não necessitando de uma identificação monitorada pela intervenção de quem escreveu o texto. No entanto, existem casos, em que o contraste de leitura é mantido, mas em função da presença de uma voz explicitadora que quer resolver uma potencial ambigüidade:

"A ONU é um instrumento de crimes contra muçulmanos, e os que cooperam com ela são hipócritas e enganam a Deus. Nós [os muçulmanos] estamos sendo massacrados todos os dias".

FSP, 28/12/01

"O PMDB, o PFL e o PSDB estão indefinidos no quadro nacional. Nós [PPS] temos um quadro certo, que é a candidatura do Ciro, e podemos deixar as escolhas em São Paulo mais para a frente".

FSP, 10/12/01

Depois dos primeiros contatos, os irmãos Villas Bôas deixaram os panarás aos cuidados da Funai. "Se nós [os irmãos Villas Bôas] estivéssemos lá isso não teria acontecido com eles".

FSP, 18/11/01

Um dos temas dessa legislação deverão ser as "responsabilidades dos dirigentes" de clubes, segundo o ministro, que evitou mais detalhes, embora tenha dito que "não cabe a nós [governo] fazer ingerência na sociedade civil".

FSP, 08/12/01

"Nós [os negros] é que geramos tudo de novo, na moda, na música, no uso da linguagem, mas não somos vistos como uma presença universal atraente para todos. Se não somos atraentes para todos, porque a cultura negra seria imitada o tempo todo?"

FSP, 29/08/2004, p. B7

"Quem disse que vamos negociar individualmente? Nós [os times rebelados] vamos todos juntos falar com a Globo", completou Braga, que, com o são-paulino Marcelo Portugal Gouvêa, vai liderar o grupo dos rebelados.

FSP, 09/12/2004, p.D2

É possível marcar a força de uma leitura contrastiva que a explicitação induz, independentemente do reconhecimento da voz que produz esse “acréscimo”. Esse efeito discursivo de induzir uma leitura contrastiva não é facilmente percebido nos procedimentos que explicitam as formas de terceira pessoa. Naquela situação parece que as razões estruturais promovem o aparecimento de potenciais candidatos que precisam ser anulados por uma explicitação que mantenha e promova a cadeia referencial. É possível, no entanto, identificar a presença dessa ênfase contrastiva em determinados exemplos que envolvem a explicitação de formas pronominais de terceira pessoa. Alguns textos opinativos/argumentativos podem, inclusive, se valer dessa estratégia de explicitação para provocar um contraste interpretativo, produzindo uma explicação que surpreende pela não-necessidade do seu uso. Trata-se de um recurso que encaminha a análise para os efeitos de estilo dos procedimentos de explicitação que, mais uma vez, não deixam de ser mecanismos que tentam promover o monitoramento da leitura. Casos que ilustram essas marcas estilísticas:

*(...) Quando a mais velha estava com 14 anos, **ela – a mãe** – cismou de voltar a estudar; ele não gostou . “Mas que idéia é essa? Pra que?, me explica, pra quê?” Ela bateu o pé; queria porque queria. Como tinha uma empregada e as crianças estavam crescidas, resolveu fazer vestibular. Pra quê? Não sabia, mas queria. E quando mulher cisma, já viu.(...)*

FSP, Cotidiano, coluna da Danuza Leão, 16/12/01

*(...) Ela oferece um drinque, ele prefere uma Coca-Cola, janta com a cabeça nas nuvens e, 12 minutos depois do café, o celular toca. É **ela – a outra** – dizendo que o chá-de-bebê acabou e que já pode ir buscá-la.(...)*

FSP, Cotidiano, coluna da Danuza Leão, 02/12/01

Em relação à explicitação de formas pronominais de segunda pessoa, os dados são também raros e indicam, na mesma direção dos efeitos discursivos, uma função que, indicando a referência, produz necessariamente uma leitura contrastiva, mesmo quando

a aparência é a de uma simples indicação para se evitar a construção de leituras ambíguas. Alguns exemplos:

“Ética. Aprendi isso com vocês [jornalistas]. No meio do ano, recebi propostas de clubes europeus e não fui porque o presidente Alberto Dualib disse que precisava de mim. Depois fui mandado embora. Agora vou cumprir meus contratos até o fim, mas quero cláusulas para que eu possa ir para a Europa, o meu sonho.”

FSP, Esporte, 14/12/2001

“Pediram-me para divulgar e o fiz. Não sei o que poderíamos ganhar com isso, mas, como houve um vazamento, a pressão de vocês [da imprensa] ficou insustentável.”

FSP, Mundo, 14/12/2001

Mula Omar - *Vocês [a BBC] e as rádios fantoches americanas geraram inquietação, mas a atual situação no Afeganistão está relacionada a uma causa maior, que é a destruição dos EUA. (...)*

FSP, Mundo, 16/11/2001

“Se vocês [jornalistas] acharem algo que contrarie a lei, tudo bem. Você me pergunta e eu posso até responder. Mas nós estamos absolutamente respaldados pela lei”, disse Murad.

FSP, Brasil, 05/12/2001

A resposta de Holmes? “Que você [Tyson] seja muito feliz com a sua carreira, mas vai se f...”

FSP, Esporte, 07/12/2001

Bora Milutinovic, o técnico da China, comentava que a chave da Argentina era a mais difícil. E brincava com a sorte de Pelé. “Foi ele quem tirou a primeira bolinha [do adversário do Brasil, que foi a Turquia]. Vocês [brasileiros] têm de agradecê-lo.”

FSP, Esporte, 02/12/2001

Resumindo o comentário sobre o conjunto de exemplos discutidos nessa seção, destaca-se o fato de que as inserções que promovem a resolução pronominal podem ser derivadas de uma intenção de explicitar vínculos referenciais que são construídos de forma muito indireta (Cf. a discussão sobre anáforas indiretas em Marcuschi, 2001c), o que demonstra a força didática de um procedimento que visa a maior transparência do processo de referenciação. Por outro lado, essas inserções não podem ser associadas à presença de uma voz esclarecedora que simplesmente apresenta uma referência e facilita, para o leitor, o processo interpretativo. Há, na verdade, um ato interpretativo anterior ao que é manifestado no produto textual, já que aquele que faz as inserções localiza pontos de instabilidade e propõe resoluções que não estão imunes ao seu projeto retórico de selecionar e destacar informações, produzindo efeitos semânticos que podem determinar uma referência que propositalmente estava indeterminada ou, ainda, provocar comparações que promovem leituras contrastivas.

3.6. A direcionalidade da resolução pronominal

Muitos exemplos selecionados para a discussão podem ter dado a impressão de que o fenômeno da resolução pronominal se restringe à busca de uma referência que se encontra numa posição de anterioridade, o que destacaria a noção de correferencialidade como definidora das relações anafóricas. Esses são, segundo uma descrição mais tradicional, os típicos casos de interpretação anafórica. É essa concepção mais tradicional de anáfora que justifica o uso da expressão “recuperação de antecedentes” que se sedimenta na correferência. Daí, segundo Ilari (1995:36), a “velha idéia de que há anáfora toda vez que uma expressão só pode ser adequadamente entendida por uma operação que consiste em recuperar informações presentes no texto anterior”. Essa linearidade, no entanto, não cobre todas as possibilidades de ocorrência, pois existem casos em que um pronome (ou uma outra forma referencial) é que se encontra numa posição de anterioridade em relação ao elemento referido (interpretação catafórica) ou, ainda, casos em que a referência não é construída por elementos lingüísticos que estejam em posições anteriores ou posteriores, mas por dados extralingüísticos que envolvem uma remissão ao contexto situacional mais imediato ou ao conhecimento de mundo compartilhado entre os interlocutores. Nesse último caso, tem-se a interpretação

exofórica, que obriga necessariamente a ativação de conhecimentos de natureza variada, e para a qual as relações gramaticais entre as formas lingüísticas não vão ser suficientes para oferecer pistas interpretativas necessárias para o processo de construção da referência. Em função dessas diferentes realizações e das complexidades interpretativas que Ilari (1995, 2001) postula uma dissociação entre as noções de correferência e anáfora, afirmando que “não o anafórico é correferencial do antecedente, mas que ‘do antecedente para o anafórico há sempre uma tendência para preservar algumas propriedades referenciais’” (Ilari, 1995:17)

Embora possam estar sob diferentes rótulos classificatórios, as posições das formas pronominais em relação aos elementos referidos, com todas as ‘propriedades referenciais’, não traduzem automaticamente diferenças significativas do ponto de vista dos processos interpretativos, exatamente porque a referenciação é o resultado mais amplo que se espera das associações construídas, independentemente da direcionalidade. Essa é uma das razões da dificuldade em estabelecer graus de complexidade baseados apenas em critérios lineares, locais e exclusivamente lingüísticos. Como conclui Ilari (1995:38), no seu estudo sobre a anáfora,

Seguindo o princípio colaborativo de Grice, todo locutor tem, evidentemente, o direito de imaginar que, numa situação compartilhada em que os mesmos objetos são acessíveis à percepção de ambos, vários desses objetos (digamos, pelo menos os mais salientes) estejam presentes na atenção do locutor como na sua própria. Mas apresentar alguns conteúdos como recuperáveis é sempre uma questão de avaliação, e a avaliação pode ou não ser correta.

Um fato inquestionável, no entanto, é que os diferentes lugares ocupados por uma forma pronominal, por exemplo, podem provocar diferentes efeitos comunicativos, além de indicarem a presença de diferentes estratégias de construção textual. Teoricamente, um pronome pessoal abrindo um enunciado poderia gerar uma grande estranheza, principalmente quando se eliminam todas as possibilidades de ativação de informações contextuais e situacionais. Uma forma pronominal indica uma posição de *dado* e não de *novo*, o que justifica uma avaliação de sua pouca pertinência em situações de abertura do discurso. No entanto, essa posição, exatamente pela estranheza que provoca, pode traduzir-se em estratégia que busca criar expectativas, em especial com a

possibilidade de ativação de hipóteses de leitura que, como toda hipótese, são sujeitas a uma confirmação que pode ser oferecida por uma posterior indicação do texto. O “suspense” criado pela identificação da referência autoriza, portanto, a presença do pronome em posições pouco esperadas. Os exemplos a seguir retratam essa possibilidade de uso que, do ponto de vista da estratégia, podem ser considerados extremamente adequados:

Operário de Hollywood

Ele já recebeu os títulos de difícil, excêntrico e, mais recentemente, sexy. A última definição para o ator Billy Bob Thornton é “workaholic”. Ninguém em Hollywood trabalhou mais do que ele neste ano. (...)

FSP, Ilustrada, 07/12/2001

Filme expõe decadência do centro paulistano

Ele não mandou ladrilhar, mas tentou tratar as ruas de São Paulo como se fossem suas. O cineasta Flávio Frederico, 32, faz sua estréia em longametragens (...)

FSP, Ilustrada, 07/12/2001

Os parágrafos iniciais que abrem esses trechos usam um expediente muito comum nas apresentações, tanto escritas quanto orais. Há uma espécie de suspensão temporária da referência, com o intuito de se anunciar algumas características que funcionam como pistas que ativam possibilidades de reconhecimento, mas que só serão confirmadas com a posterior apresentação do elemento referido. Trata-se, então, do ponto de vista de um critério estritamente linear, de uma interpretação catafórica. A relatividade da classificação poderia ser apontada quando se pensa que, no primeiro caso, o epíteto “operário de Hollywood” é uma indicação inicial para o pronome *ele* e que coincide, em termos de referência, com o SN [*o ator Billy Bob Thornton*]. Assim, não se estranha que uma mesma forma estabeleça vinculações anafóricas ou catafóricas que simultaneamente contribuem para o processo de referenciação. No segundo caso exemplificado, a classificação simultânea seria inadequada porque, inicialmente poderia não se prever uma relação anafórica entre *filme* e o pronome *ele*. Mesmo nesse caso, no entanto, existe uma possibilidade de relação metonímica entre *Filme* e *O cineasta*

Flávio Frederico, o que poderia oferecer argumentos favoráveis para uma ocorrência simultânea de anáfora e catáfora. Essa possibilidade é bastante minimizada pela presença do artigo definido *o* no SN *o cineasta Flávio Frederico*.

A indução a uma interpretação catafórica não é um privilégio apenas do primeiro parágrafo de um texto. Na modalidade escrita, o título é um grande recurso de abertura que pode não só definir tópicos temáticos, através de uma indicação mais direta do assunto, mas também utilizar formas que não vão ser tão esclarecedoras, implicando numa necessidade de busca de outras pistas textuais e, portanto, ativando um processo de avaliação que estará sujeito a procedimentos de testagem. O exemplo abaixo ilustra essa situação:

Foi ele

Um dos mais folclóricos dirigentes da história do São Paulo, o ex-presidente José Augusto Bastos Neto colocou em maus lençóis seu aliado e atual presidente do clube, Paulo Amaral.

Durante reunião do Conselho Deliberativo do clube na última terça-feira à noite, um grupo de “corneteiros” da oposição quis criar um clima de constrangimento entre os aliados.

Mostrou a Bastos Neto, antecessor de Amaral, reportagem em que o atual presidente dizia que salvou as finanças do São Paulo e que boa parte da culpa pela atual crise nos cofres do Morumbi era fruto da administração do ex-dirigente.

Instigado pelos conselheiros, Bastos Neto se levantou calmamente, pegou o microfone e não perdeu o rebolado.

- É bem provável que isso tenha acontecido. Mas o meu diretor financeiro acabou não me avisando.

A declaração gerou risos na platéia e constrangimento entre os asseclas do atual presidente.

Era Paulo Amaral o responsável pela área financeira na gestão Bastos Neto.

FSP, Esporte, 11/11/2001

O título “Foi ele”, ao usar uma forma pronominal, cria uma suspensão da apresentação da referência, o que é tipicamente uma estratégia discursiva de tentar

prender o leitor, despertando-lhe uma curiosidade em relação ao desfecho da associação. Essa estratégia é nitidamente de camuflagem, o que, por razões óbvias, anula a presença de estratégias de explicitação. Compete ao leitor “sair à caça” da referência. Esse procedimento também pode ser identificado como um monitoramento da leitura, só que não se trata de um recurso localizado, pontual; é uma estratégia colocada para a própria organização textual, em um nível macroestrutural. A estratégia do título em questão foi tão bem montada que exige uma leitura integral do texto, exatamente porque há uma disputa constante entre os nomes próprios *José Augusto Bastos Neto* e *Paulo Amaral* para serem as formas projetadas pelo pronome anunciado no título.

Essa atitude de protelar a identificação da referência está intimamente ligada à natureza do texto, especialmente em relação aos objetivos previstos. Um texto noticioso, por exemplo, rejeita esse tipo de estratégia, inclusive havendo uma recomendação que vai em sentido oposto. O lide, por exemplo, deve concentrar as informações no primeiro parágrafo, articulando-as da forma mais objetiva possível; o título deve ser organizado na ordem direta e também com certa objetividade e completude.

Os dois casos apresentados (presença do pronome no primeiro parágrafo e no título) mostram que a posição dos pronomes pode produzir uma estratégia discursiva de induzir a busca da confirmação da referência e, portanto, requisitam uma maior adesão do leitor, no sentido de dar continuidade à leitura, no mínimo até que o “suspense” seja desfeito, ou seja, até a resolução da interpretação pronominal com a construção pertinente de uma coerência.

Há, conforme já exemplificado em outros momentos, a possibilidade de a identificação de um referente estar tão atrelada ao conhecimento de mundo partilhado e, dessa maneira, se fazer tão presente, que a leitura inferencial é plenamente ativada apenas com as descrições apresentadas pelos relatos dos adversários. O texto inclusive indica a obviedade do tema com um recurso raro de usar as reticências entre parênteses no título. O texto não explicita, em momento algum, o nome do tenista nº 1, Roger Federer, mas é sobre ele que todos os comentários são feitos. O título, através do uso dos parênteses, estabelece um pacto com o leitor, como se fosse óbvio o preenchimento.

Essa obviedade será confirmada quando se pensa no leitor particular de uma coluna especializada em comentários sobre o tênis:

(...)

Régis Andaku

Andy Roddick, o número dois do mundo, poderia ter conquistado um Grand Slam, um Master Series e um ATP Tour a mais nesse ano. Mas perdeu as três finais para o mesmo sujeito: “Ele definitivamente tem uma ‘aura’ em torno dele. É um tenista inacreditável, e as pessoas sabem. Ninguém é capaz de contestar”.

Lleyton Hewitt, o número três, foi derrotado nos seis (sim, seis) confrontos só nesta temporada: “A maneira como ele se desenvolveu neste último ano e meio, ele levou o tênis para um outro nível. Ele tem muita variação no saque. Não é um saque como o de Roddick, ou como de outros bons sacadores. Tem uma grande variação e trabalha com isso”.

Tim Henman caiu duas vezes: “É um grande atleta. Tem um equilíbrio ótimo. Ele pode se mexer bem, pode bater uma bola e voltar para a sua posição rapidamente. E quando se tem golpes como os que ele tem, pode-se colocar a bola onde você quiser”.

Marcos Baghdatis é estreante, mas já teve o prazer de conhecê-lo em Nova York, na última rodada do Aberto dos EUA: “Eu não sei como explicar. Ele tem um jogo muito próprio. Ele consegue fazer tudo. Digo, alguns jogadores não fazem tudo. Ele faz. Eu não sei fazer como ele”.

Ivo Karlovic lutou na grama e perdeu, lutou no saibro e perdeu: “Ele joga de forma impressionante. Especialmente nos pontos decisivos, naqueles mais importantes. Essa é a grande vantagem dele”.

Marat Safin perdeu uma logo na estréia, outra nas semifinais e, quando chegou à final, perdeu também: “Não adianta subir à rede e esperar, por exemplo, que ele erre. Ele consegue fazer belas passadas dos dois lados. Então você sobe para a rede porque tem de subir, mas já sabe que vai perder o ponto de qualquer maneira”.

Mardy Fish foi derrotado em dois jogos: “Ele é, definitivamente, o melhor do mundo hoje. É muito consistente. Eu, veja, sou o número 19 do ranking, joguei bem hoje, e ele marcou 6/4 e 6/1. Ele vence os caras que deveria vencer, mas de uma maneira muito fácil e sempre”.

Andre Agassi, sempre comedido nos elogios, perdeu dois jogos nos EUA: “Ele se movimenta muito bem. Também melhorou bastante o saque. Tem atuado de maneira muito ofensiva. É merecida a posição em que está agora”.

Gustavo Kuerten não perdeu: “Minha vitória [em Roland Garros] foi o auge da temporada. Mais por causa dele, que ganhou tudo depois, do que por mim”.

Carlos Moyá, que apanhou duas vezes, diz como o sujeito é visto: “Conversa com todo mundo, é um sujeito muito agradável. Não que os outros tenistas não sejam. Mas eles são diferentes, fazem tudo sozinhos e é isso. Ele é um cara com quem você pode sempre conversar, ele mesmo chega e diz ‘oi’ todos os dias”.

Alex Bogdanovic o conheceu na grama de Wimbledon e, depois de perder em três rápidos sets, deixou uma idéia de como andam as coisas hoje: “Não [não recebi nenhum elogio]. Mas, se tudo der certo, cruzo com ele no restaurante. E aí vai ser bom conversar com ele e, quem sabe, ver se ele dá algumas dicas para o meu jogo”.

FSP, 01/12/2004, p.C5

Pensando na complexidade da modalidade escrita é preciso que se leve em consideração, como um fato constitutivo, a sua natureza gráfico-visual. O mundo da escrita, organizado sob uma materialidade espacial, impõe, também, diferentes análises para o fenômeno da interpretação anafórica, em particular a das formas pronominais.

A relação entre títulos, subtítulos, sobretítulos revela uma organização que é de extrema relevância para o funcionamento dos textos jornalísticos. Essa forma de organização hierarquiza as informações não apenas através da ordem de apresentação dos dados, mas principalmente através de recursos gráficos que salientam algumas formas e as colocam em posições de maior acesso visual o que, sem dúvida, vai ter implicações na direcionalidade da construção da referência. Os arranjos visuais oferecidos pelos textos respeitam procedimentos que obedecem a determinados padrões de uso. Antes da apresentação e discussão desses padrões, é conveniente indicar que são vários os níveis de organização desses padrões. Quando se pensa na caracterização de um título tipicamente noticioso, seguramente a ordem sintática direta, os verbos flexionados no presente, a preferência pela voz ativa são indicações que revelam um padrão de uso. Esse padrão de uso não é o resultado de uma prescrição formal, mas de uma função discursiva que quer impor determinados efeitos de sentido. A função textual e discursiva dos títulos jornalísticos é explorada intensamente, em especial porque é um

dos elementos que pode vender o produto. Além do que, muitos dos leitores usam a estratégia pertinente de, na leitura de um jornal, só “passar os olhos pelos títulos”. Em função dessas previsões de leitura é interessante notar, através do comentário de exemplos, algumas das possibilidades de interpretação verificadas no “jogo” de relações montado nos títulos.

MORTE DO SEQUESTADOR Ele não avisou Furukawa da agressão a Dutra Pinto

Secretaria afasta diretor de prisão

A agressão sofrida na prisão pelo seqüestrador Fernando Dutra Pinto antes de sua morte misteriosa, no último dia 2, derrubou ontem o diretor do Centro de Detenção Provisória do Belém (zona leste), Oswaldo Martins Bueno.

Ele está afastado do cargo a partir de hoje, por determinação do secretário de Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa, mas os quatro funcionários apontados como agressores de Dutra Pinto continuam na unidade.

O secretário decidiu pela saída por não ter sido informado do incidente pelo diretor do CDP, em 10 de dezembro, data da briga.(...)

FSP, Cotidiano, 09/01/2002

Um usuário da língua escrita que realizasse um primeiro contato com os diferentes arranjos oferecidos pelos títulos, seguramente poderia não perceber, de imediato, a lógica organizacional que orienta as informações. Uma leitura confusa, inclusive, seria o resultado final da tarefa. A confusão poderia ser motivada pela ordem de leitura das informações. Alguém que lesse linearmente os enunciados começaria por interpretar o pronome *ele* usando uma estratégia da busca de um antecedente próximo, o que coloca a palavra *seqüestrador* como um candidato seguro. O estabelecimento dessa relação vai provocar uma interpretação completamente diferente dos fatos: o seqüestrador morreu porque não avisou a alguém (Furukawa) que estava sendo agredido por Dutra Pinto. Para os conhecedores dos acontecimentos, tem-se uma confusão estabelecida porque Dutra Pinto é o seqüestrador. Se a vinculação referencial estabelecida é incompatível com os fatos, uma outra hipótese deve ser construída para resolver a interpretação da forma pronominal. Os diferentes tamanhos e tipos de letras são recursos de formatação que não estão apenas a serviço de um projeto estético. Esses

recursos induzem a procedimentos de leitura. Assim, embora esteja em uma segunda linha, o enunciado “Secretaria afasta diretor de prisão” ganha um destaque e passa a ser uma das primeiras informações vistas e lidas. Seguindo essa outra ordem de leitura, o procedimento de interpretação pronominal vai ser alterado. *Diretor de prisão* passa a ser o “antecedente” mais acessível em função da hierarquia de leitura e não da ordem de disposição linear. Essa acessibilidade é reforçada também por razões morfológicas. O gênero feminino do sujeito (*secretaria*) descarta uma possível relação anafórica, minimizando a força de um potencial critério de congruência morfológica.

As pistas sintáticas, morfológicas, semânticas, discursivo-pragmáticas (não necessariamente nessa ordem) fazem parte do conjunto de informações que favorecem ou desfavorecem a eleição de candidatos preferenciais. No exemplo discutido, basta que se substitua o SN sujeito por uma palavra do gênero masculino, exemplo *Secretário*, para se instaurar uma confusão que será facilmente resolvida com a ativação de conhecimentos prévios. Para aqueles que estão tomando conhecimento do caso apenas através do título, o primeiro parágrafo do texto pretende ser suficientemente esclarecedor.

Os dois exemplos que se seguem reforçam a existência de procedimentos de leitura que são derivados da hierarquização dos enunciados, não em termos apenas da ordem de apresentação, mas principalmente da forma de apresentação. Acrescenta-se, ainda, que o uso de recursos não-lingüísticos, como fotos e ilustrações, é fundamental na linguagem jornalística contemporânea. A presença de uma foto, por exemplo, já direciona o processo de construção da referência, minimizando o esforço de um trabalho exclusivamente lingüístico de relacionar, dentre outras coisas, formas que se encontram em diferentes posições estruturais. No caso específico do *filho de Argaña*, há uma foto que orienta a referenciação, o que antecipa a formação de um candidato preferencial para a interpretação do pronome *ele* que aparece no sobretítulo. Além do mais, por razões semânticas, há uma eliminação da possibilidade de *Paraguai* vir a constituir-se em um bom antecedente. Essa palavra, pela hierarquia que representa na forma de organização dos títulos, indica uma definição temática mais ampla.

PARAGUAI *Para ele, “dinheiro de origem duvidosa” fez justiça brasileira negar extradição de Oviedo, acusado pela morte de seu pai*

Filho de Argaña acusa STF de corrupção

(...)

FSP, Mundo, 19/12/2001

No outro caso abaixo, há uma cadeia referencial linearmente disposta: Cientistas da USP / Equipe / Eles / um grupo de arqueólogos. No entanto, conforme já salientado, a “dinâmica da leitura” vai permitir uma relação variada entre essas formas, de modo que a cadeia referencial construída no processo de interpretação pode ser diferente daquela materializada na superfície textual. Esse dinamismo permite, inclusive, a presença simultânea de recursos: a relação referencial entre “Cientistas da USP” e “equipe” é sedimentada no arranjo montado pelo título; isso não impede, porém, que o primeiro parágrafo se inicie com uma forma pronominal *eles* que, teoricamente, só vai ser “referenciada” explicitamente no segundo parágrafo com a explicação “trata-se de um grupo de arqueólogos...” , mas que, como apontado, já se encontra indicada no sobretítulo (*cientistas da USP*)

ARQUEOLOGIA *Cientistas da USP encontram construção do século 19 e sítios pré-históricos em Cananéia, no sul do Estado*

Equipe revela relíquias submersas em SP

Eles já acharam os canhões e os muros de uma fortificação do século 19, um navio a vapor afundado em 1858 e restos de alimentação dos habitantes que por ali viviam milhares de anos atrás. Com um detalhe: tudo está debaixo do mar, em torno de Cananéia, no litoral sul paulista.

Trata-se de um grupo de arqueólogos subaquáticos que passou a integrar o projeto de pesquisas arqueológicas do baixo vale do Ribeira (...)

FSP, Ciência, 27/12/2001

Esses últimos exemplos discutidos abrem um campo fértil para indagações mais teóricas. Uma dessas indagações poderia ser formulada nos seguintes termos: qual modelo de texto escrito materializaria procedimentos de coesão, por exemplo, cujas formas lingüísticas escolhidas mantivessem vínculos menos frouxos e pudessem

garantir retomadas e projeções de forma a evitar supostas ambigüidades que desviassem o percurso interpretativo do leitor? Ou, ainda: qual a melhor forma de organizar (dispor) uma cadeia referencial, de modo a contribuir não só para um processo mais “fluente” de leitura, mas também para a realização de procedimentos estilísticos que prevêm alguns efeitos de sentido?

3.8. Organização das cadeias referenciais

Quando se pensa na idealização de um modelo teórico, especialmente em um modelo que tenta capturar e representar determinados padrões textuais, não se pode simplificar os resultados em função de uma avaliação que pretenda definir uma fronteira ingênua entre os textos que seriam mais coerentes (ou melhores) e aqueles menos coerentes (piores), observando-se, por exemplo, apenas as formas de organização das cadeias referenciais. Feito esse alerta, é possível questionar a existência de maior ou menor transparência nas cadeias referenciais construídas em alguns textos escritos e a relação entre esses arranjos e as suas possibilidades de interpretação. Alguns exemplos vão ajudar a concretizar o tipo de reflexão teórica projetada.

Um típico texto noticioso que se organiza em torno da apresentação de informações sobre um único tópico oferece, teoricamente, uma grande vantagem em relação à manutenção do foco referencial, já que os vínculos serão mais transparentes, quase que exclusivos. Essa facilidade de criação e manutenção de uma cadeia referencial é observada no exemplo a seguir:

Título : **Malan** defende substituição de importações

1º. §: **O ministro da Fazenda**, Pedro Malan, defendeu ...

2º §: Mas **Malan** não acredita ...

3º §: **O ministro** acredita ...

4º §: **O ministro** disse ...

5º §:Segundo **ele**, ...

FSP, Brasil, 30/11/2001

Nesse caso, as repetições, as substituições lexicais, as substituições pronominais não manifestam transição referencial, o que inibe qualquer procedimento que busque explicitar informações. Tem-se, portanto, uma cadeia referencial bem transparente.

Esse arranjo não pode, em função da sua pretensa transparência, tornar-se um modelo a ser generalizado, exatamente porque é comum o aparecimento de situações em que não só diferentes tópicos referenciais são convocados, mas também diferentes vozes são as fontes para a montagem de um texto. Essa situação pode, inclusive, ser a mais freqüente. Apresentam-se, então, casos em que as formas lingüísticas evidenciam alguns procedimentos de transição da cadeia referencial, mas nem por isso há uma grande perda da transparência para a interpretação, principalmente porque determinadas pistas lingüísticas, como as marcas de flexão, funcionam como eficientes sinalizadores de transição e de manutenção da referência. A transição que se observa na manifestação de diferentes formas lingüísticas não reflete, porém, uma transição semântica, já que a voz da empresa se confunde com a voz do presidente, não gerando possibilidades de confusão.

Título: **Empresa** espera faturar 20% a mais neste ano

1º § :**A CNH Global**, holding criada em 1999, deverá faturar ...

2º §:“Vamos bater o recorde de produção(...)”, afirma **Paolo Monferino**, presidente...

3º § :Segundo **ele**, as exportações brasileiras ...

4º §:**Ele** citou o caso ...

FSP, Agrofolha, 27/11/2001

Esses dois casos mostram a facilidade com que a progressão é constituída porque, além da manutenção de um único tópico temático, estão presentes mecanismos que fazem vínculos lingüísticos que estabelecem relações coesivas de modo a não gerar dúvidas em relação à continuidade. Um texto que tematiza uma única referência oferece um grau de transparência diferenciado, se comparado com situações em que existem vários referentes sendo abordados. Essas diferenças repercutem no modo como as cadeias referenciais são produzidas e interpretadas.

Nem sempre, no entanto, a interpretação de formas pronominais, por exemplo, vai ser tão transparente, o que pode gerar algum problema no estabelecimento da cadeia referencial. Listam-se alguns poucos casos em que uma sobreposição de vozes poderia ser um fator que indica o quanto um deslocamento da referência pode não estar devidamente sinalizado.

(...)

*“O levantamento derruba teorias que já viraram ‘lugar comum’, um mito na indústria”, diz **Marcelo Ikeda**, economista que ajudou a elaborar **o estudo**. Segundo **ele**, o setor de construção já deixou de ser um dos maiores empregadores do país, como imaginava-se. **Ele** perde para outros segmentos, como madeira e mobiliário e até abate de animais.*

(...)

FSP, Dinheiro, 05/12/2001

Aqui, uma questão interessante para a interpretação pronominal, admitindo-se a existência de ambigüidade, é pensar nos traços semânticos dos antecedentes *Marcelo Ikeda* e *estudo*: será que o fato do nome próprio conter o traço [+humano] é um fator que poderia se sobrepor a um critério linear de proximidade, o que excluiria *o estudo* como um candidato a manter vínculos de correferência com o pronome *ele*? Nesse caso específico, a referenciação não estaria comprometida, porque, também usando um critério semântico, *o economista* e *o estudo* poderiam estabelecer relações metonímicas; referir-se ao autor ou a obra não traz prejuízos, representando a mesma voz. Entretanto, para o segundo pronome *ele* que aparece na seqüência tem-se uma outra interpretação referencial. Um potencial problema que emerge com a utilização de transições que não estão adequadamente sinalizadas ou que não oferecem pistas suficientes é a suspensão

indesejada da construção de uma cadeia referencial. O problema pode ser maior em determinados tipos de textos que exigem uma natureza menos opaca para as vinculações referenciais, como é o exemplo dos textos mais noticiosos.

(...)

*Até na hora de obter um financiamento, vale a pena negociar a taxa de juros. Segundo **Libio Seixas**. Diretor da Serasa, **o bom pagador** tem de usar o argumento do cadastro positivo. “Se **ele** sempre pagou suas contas em dia, pode até conseguir um juro menor”, diz **Seixas**.*

*A maioria das financeiras, segundo **ele**, já tem acesso aos dados do **cliente**, que mostram se **ele** é ou não **um bom pagador**. “A tendência é que o mercado valorize cada vez mais quem paga em dia.”*

(...)

FSP, Dinheiro, 26/11/2001

Um articulador como “segundo ...” é um recurso bastante freqüente nos textos noticiosos, indicando procedimentos regulares que utilizam formas “mais congeladas” de se promover as “amarras” textuais e referenciais. No exemplo citado observa-se que, na primeira ocorrência que segue a fórmula “segundo ...”, existe a manifestação de um sintagma nominal pleno (Segundo *Libio Seixas*) seguido de uma segunda ocorrência que usa a estratégia regular de substituição pronominal (segundo *ele*). Um possível fator complicador é a utilização de formas pronominais que não estão a serviço desse processo de manutenção referencial, mas expressam indicações de outras vozes com outras referências. Nesse caso específico, mesmo não causando grandes problemas, já que a ambigüidade é remota, o uso de diversas formas pronominais em um curto espaço gráfico vai exigir um leitor que saiba, através de estratégias entonacionais, perceber as marcas de pontuação (como as aspas, por exemplo) e reconhecer as diferentes vozes e resolver a interpretação pronominal.

Pode-se concluir, então, que a resolução pronominal não se limita à busca dos vínculos formais lineares estabelecidos entre um SN pleno e as substituições pronominais posteriores. Essa concepção pressupõe um arranjo textual que obedece a um modelo de continuidade temática baseado nas relações exclusivamente lingüísticas,

o que seria limitar a complexidade encontrada nos procedimentos interpretativos. Alguns casos de explicitação presentes na língua escrita revelam esse trabalho de complementação de informações, exatamente como forma de se garantir que a complexidade seja, de alguma forma, monitorada. A função dessas explicitações não seria a de apenas indicar referências, mas a de produzir referências. Essa função é claramente detectada no trecho:

(...)

“Aqui o São Caetano é grande.”

Para o treinador, não só o clube é grande. Os jogadores também têm o espírito de time de ponta, mesmo não tendo passado pelos clubes mais famosos do país.

“Eles [a maioria dos atletas do São Caetano] não tiveram a chance de participar de times famosos. Mas o trabalho deles é excelente. Eles jogam como gente grande.”

FSP, Esporte , 23/11/01

A explicitação poderia apenas retomar a forma lingüística *os jogadores*, para se evitar a entrada da palavra *clubes* como elemento correferencial. Mais do que explicitar, porém, há o acréscimo de duas alterações significativas: é *a maioria* e os jogadores passam a receber a designação de *atletas*, o que não é uma simples substituição sinonímica, pelas implicações semânticas que a alteração provoca. São esses casos, portanto, que justificam a formulação de descrições que busquem uma articulação efetiva entre os aspectos formais (no caso, sintáticos) e pragmáticos. O produto dessa articulação pode ser importante para relativizar posturas radicais que apostam somente em razões puramente estruturais para explicar o fenômeno da interpretação pronominal.

A facilidade com que os usuários da língua manipulam os variados recursos de construção da referência, em especial as possibilidades de um sistema pronominal, com diversas formas de organização e com diferentes efeitos discursivos, parece indicar que a dificuldade encontra-se apenas nos procedimentos de formalização teórica. Não é novidade esse tipo de constatação, mas não deixa de ser surpreendente imaginar a complexidade de fatores que contribuem para se efetivar o processo de referenciação.

Chiat (1986) registra esse “descompasso” entre o que é um problema do ponto de vista do usuário e do ponto de vista do teórico, em especial quando o fenômeno parece ser complexo, como o de um sistema pronominal. Nessa direção questiona-se inclusive como um aprendiz manipula algo que parece ser tão complicado:

Given the pragmatic, semantic and morphological complexity of pronoun systems, the rarity of errors is somewhat surprising. Any theory of children's pronoun development must explain the non-occurrence of many errors which linguists and psycholinguists might expect, as well as the particular range of errors which do occur. (p.350)

No entanto, tem-se uma mudança de perspectiva de análise quando se pensa que as formas lingüísticas sofrem influências decisivas vindas dos usuários, já que existem intenções comunicativas que promovem uma articulação intrínseca entre as estruturas e as funções discursivas.

Given that the speech role functions of pronouns are by any intentional use of language – since every utterance implies a speaker and an addressee – perhaps it is not surprising that children, whose earliest use of language is intentional, already control the speech roles that implies. Perhaps children pronoun development is not such a mystery after all. What remains more of a mystery is the child's prelinguistic construction of roles and perspectives which makes pronouns so accessible. (p.354-5)

Situar o usuário numa posição de destaque é uma das decisões fundamentais de um estudo que pretende dimensionar a força dos fatores pragmático-discursivos. Mais do que uma simples decisão metodológica, essa abordagem traduz uma preocupação em reconhecer os limites teóricos e uma preocupação em incorporar, de fato, as diferentes possibilidades de usos lingüísticos. No caso específico da construção da referência, constata-se que uma análise não é suficientemente abrangente quando destaca apenas as restrições formais processadas em relações apenas lineares; daí as limitações inevitáveis de abordagens mais clássicas e tradicionais que, por não focarem a língua em uso, acabam produzindo noções que não se sustentam após a confrontação com as

ocorrências efetivas nem com as intuições dos usuários sobre esses fatos familiares (Cf. Ilari, 1995).

Neste capítulo, demonstrou-se que as estratégias de explicitação que pretendem propor uma resolução pronominal revelam uma grande complexidade do mundo da escrita. São recursos que, por um lado, tentam garantir a meta de uma maior transparência semântica e de uma maior autonomia para o discurso escrito através de vínculos referenciais mais explícitos, mas que, por outro lado, são reveladores de uma estratégia de monitoramento que, muitas vezes, impõe uma leitura preferencial, produzindo um caminho interpretativo que manifesta o ponto de vista de quem propôs as inserções, o que mostra que a estabilidade interpretativa produzida está sujeita a contestações, principalmente se o leitor é capaz de identificar o controle interacional que esse procedimento tenta exercer.

Considerações finais

A etnografia da língua escrita proposta neste estudo confirma a expectativa inicial de encontrar uma grande complexidade estrutural e funcional na construção e circulação dos textos. Embora regida por uma tendência padronizadora, a língua escrita também abre a possibilidade para a ampla manifestação da variação lingüística. No entanto, como um dos traços de uma comunidade letrada é exatamente o de polemizar os usos com a discussão das regras que constituem a própria norma culta, sedimentando o seu valor social e estabelecendo um comportamento metalingüístico de correção, a variação e a diversidade são constantes alvos de julgamento (Cf. Leroy & Leroy, 1985). Assim, no interior da língua escrita, convivem forças que colaboram para a efetivação das tendências inovadoras e forças que pressionam para a preservação de tendências padronizadoras.

A análise de duas situações de uso de parênteses em um jornal bastante representativo da comunidade letrada demonstrou um comportamento de controle interacional (Cf. Fairclough, 2001) que colabora para a criação e manutenção de concepções lingüísticas relacionadas a um padrão de correção e a um padrão de interpretação. Na análise de um simples recurso gráfico foram apresentadas conseqüências funcionais que incluem, dentro do projeto retórico dos textos que usam esses recursos, um efeito argumentativo que monitora os graus de tolerância lingüística e as hipóteses de leitura. A presença do *sic* revela um projeto retórico de dar visibilidade ao que é avaliado como erro e, com esse destaque, apresentar um viés que destaca as impropriedades lingüísticas, julgando negativamente não só as formas da língua, mas principalmente os seus usuários. A presença de resoluções pronominais revela um projeto retórico de, aparentemente, inibir o aparecimento de ambigüidades interpretativas, mas, com a indicação de uma única opção interpretativa, há uma atividade de controle sobre as hipóteses, encaminhando uma leitura preferencial para o processo de referência.

Os dois casos – o do *sic* e o da resolução pronominal – indicaram situações de tensões interpretativas em função do projeto retórico de pretender monitorar o leitor.

Em relação ao monitoramento de um padrão lingüístico constatou-se que as inserções de julgamentos são indicativas dos diferentes graus de tolerância, o que mostra que as diferentes atribuições de erro são resultado de uma concepção heterogênea e conflitante de norma culta. Essa heterogeneidade e esse conflito são possíveis porque os critérios de correção estão submetidos a fatores que envolvem a criação de uma imagem negativa principalmente para os que são representados, na escrita, por estratégias de transcrição desnaturalizadas (Cf. Bucholtz, 2000). Dentre os fenômenos que foram alvo de avaliação lingüística, destacou-se quantitativamente os que envolvem questões morfossintáticas, dada a maior visibilidade desse componente em função de uma suposta facilidade para a determinação de uma fronteira de correção. Dentre as funções atribuídas ao fenômeno da indicação de “erros”, destacou-se o efeito de contribuir para a formação e efetivação de uma comunidade letrada.

Em relação ao monitoramento de um padrão interpretativo, evidenciou-se que as inserções de palavras ou expressões para solucionar a referência pronominal trazem escolhas que podem alterar as funções projetadas. Assim, se uma forma masculina de terceira pessoa do plural – *eles* – traz um uso intencional de indeterminação, a explicitação tende a buscar uma determinação que anula essa função. Neste caso, portanto, demonstrou-se que a construção de um ideal de transparência semântica não é neutra, já que também está submetida ao projeto retórico do texto.

Em síntese, a análise sobre a cultura escrita e o processo de construção de uma autoridade lingüística privilegia, dentre as informações explicitadas entre parênteses, inserções de duas naturezas. Em um primeiro momento destacam-se aquelas inserções que sedimentam uma visão de língua e estabelecem um padrão de correção; a presença do *sic* é, portanto, um forte indício de julgamento lingüístico. Em um segundo momento, destacam-se aquelas inserções que resolvem potenciais ambigüidades, encaminham uma leitura preferencial e, portanto, estabelecem um padrão de interpretação. A correção e a interpretação são avaliadas como atividades complementares, principalmente quando se considera, por um lado, que os critérios que definem um padrão de correção são governados por uma possível interpretação das formas lingüísticas e, por outro lado, que os critérios que estabelecem um padrão de interpretação produzem um padrão de correção, já que criam um ideal de funcionamento para a língua escrita.

Dimensionar as potencialidades de um sistema de escrita é reconhecer a complexidade dos diferentes usos. Embora os exemplos apresentados tenham apontado aspectos particulares que envolveram um trabalho com a projeção de uma imagem de língua e de falantes (expectativas em relação às formas consideradas representativas do padrão culto *versus* as formas que seriam dialetalmente marcadas) e um trabalho com a projeção de uma imagem de leitor, é preciso ressaltar que, na verdade, esses aspectos representam partes de uma mesma tarefa. Quando se pensa no que entra em jogo para a construção da escrita, é preciso enfatizar que as imagens da língua, do falante, do leitor, do tema são aspectos que funcionam de forma simultânea e numa relação de interdependência. Em algumas situações de uso fica mais visível o trabalho mais detalhado com um desses aspectos, mas o resultado final, materializado em um produto textual, sempre apresenta diferentes imagens construídas em vários níveis.

Numa tentativa de melhor entendimento do funcionamento da escrita, este estudo enfatizou o “movimento” de explicitação que projeta o processamento das informações, através de formas que monitoram a leitura, antecipando e resolvendo potenciais problemas interpretativos ou indicando julgamentos lingüísticos. Esse fenômeno da explicitação está diretamente relacionado às imagens de leitor projetadas e a frequência do uso é governada por diferentes fatores. Dentre esses fatores, destacou-se a dimensão política da “manipulação” desses recursos de explicitação.

Em função dessa manipulação dos recursos de explicitação, destacam-se duas repercussões teóricas. A primeira situa a construção de uma norma culta como sendo marcada, mesmo na língua escrita, por situações de tensão que confrontam formas inovadoras e formas conservadoras. A segunda indica a ampliação da noção de referência, enfatizando o processo de referenciação como sendo nitidamente multifatorial. Como repercussão prática, este estudo comprova que a definição de uma comunidade letrada não vai somente em direção ao domínio de uma norma culta imutável, mas caminha na efetivação de práticas sociais que envolvem, inclusive, a concretização de projetos retóricos que encaminham diferentes padrões lingüísticos e propõem diferentes padrões interpretativos.

Bibliografia

ALBRECHT, Jason E.; CLIFTON JR., Charles (1998). Accessing Singular Antecedents in Conjoined Phrases *Memory and Cognition* 26(3), 599-610.

ALVES, Ieda Maria (1990). *Neologismo*. Criação lexical. São Paulo: Ática. 96p.

ANDERSON, A.; GARROD, S.C.; SANFORD, A. J. (1983). The Accessibility of Pronominal Antecedents as a Function of Episode Shifts in Narrative Text *Quarterly Journal of Experimental Psychology* 35A, 427-440.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline (2004). Palavras mantidas a distância In: *Entre a transparência e a opacidade*. Um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS. pp.217-37.

BARSS, Andrew (ed.) (2003). *Anaphora*. A Reference Guide. Oxford: Blackwell.

BARROS, Diana Luz Pessoa de (2001). Entre a fala e a escrita: algumas reflexões sobre as posições intermediárias. In: PRETI, Dino (org.) *Fala e Escrita em Questão*. 2.ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP. pp.57-78

BEAUGRANDE, R.-A de (1997). *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication and freedom of access to knowledge and society*. Norwood/NJ: Ablex.

BERNSTEIN, Basil (1971). *Class, codes and control*. Vol.I Theoretical studies towards a Sociology of Language. London: Paladin.

BOSH, Peter (1983). *Agreement and Anaphora: A Study of the Roles of Pronouns in Syntax and Discourse*. New York, Academic Press. 260p.

BOUMA, Gerlof; HOPP, Holger (2006). Effects of word order and grammatical function on pronoun resolution in german. ARTSTEIN, Ron; POESIO, Massimo (eds.) *Ambiguity in Anaphora Workshop Proceeding*. ESSLLI 2006, Malaga, Spain, 1-11 August 2006 pp. 5-12 (disponível em <http://cswww.essex.ac.uk/anaphora/>)

BRENNAN, Susan E. (1995). Centering Attention in Discourse *Language and Cognitive Processes* 10 (2), 137-167.

BRONCKART, Jean-Paul (1999). *Atividade de linguagem, textos e discursos*. Por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: Educ. 353p.

BUCHOLTZ, Mary (2000). The politics of transcription. *Journal of Pragmatics* 32, 1439-1465.

----- (1995). Language in Evidence: The Pragmatics of Translation and the Judicial Process. In: MORRIS, Marshall (ed.) *Translation and the Law*. Philadelphia: John Benjamins. pp. 115-29

CACCIARI, Cristina; CARREIRAS, Manuel; CIONINI, Cristina B. (1997). When Words Have Two Genders: Anaphors Resolution for Italian Functionally Ambiguous Words *Journal of Memory and Language* 37, 517-532.

CAGLIARI, Luiz Carlos (1989). Marcadores prosódicos na escrita. *Estudos Lingüísticos: XVIII Anais de Seminários do GEL*. Lorena:GEL. pp. 195-203

CARAMAZZA, Alfonso; GUPTA, Shalini (1979). The Roles of Topicalization, Parallel Function and Verb Semantics in the Interpretation of Pronouns *Linguistics* 17, 497-518.

CARAMAZZA, Alfonso; GROBER, Ellen; GARVEY, Catherine; YATES, Jack. (1977). Comprehension of Anaphoric Pronouns. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior* 16, 601-609.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (orgs.) (2003). *Referenciação*. São Paulo: Contexto.

CHIAT, Shulamuth (1986). Personal Pronouns In: FLECHER, P. ; GARMAN, M. (ed.) *Language Acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press.

CLARK, Herbert H. (1996). *Using Language*. Cambridge: Cambridge University Press. 432p.

----- (1992). *Arenas of Language Use*. Chicago: The University of Chicago Press / Center for the Study of Language and Information. 419p.

----- (1997). Dogmas of Understanding *Discourse Processes* 23, 567-598.

CORBLIN, Francis (1996). *Les Formes de Reprise dans le Discours*. Anaphores et Chaînes de Référence. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

CORNISH, Francis (1999). *Anaphora, Discourse and Understanding*: Evidence from English and French. Oxford: Clarendon Press.

----- (1988). Anaphoric Pronouns: Under Linguistic Control or Signalling Particular Discourse Representations? *Journal of Semantics* 5, 233-260.

----- (1996). “Antecedentless” Anaphors: Deixis, Anaphora, or What? Some evidence from English and French *Journal of Linguistics* 32, 19-41.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves (2001). Letramento e heterogeneidade da escrita no ensino de português. In: SIGNORINI, Inês (org.) *Investigando as relações entre oral e escrito e as teorias do letramento*. Campinas/SP: Mercado de Letras. pp.135-66

- COSTA VAL, Maria da Graça (1996). *Entre a oralidade e a escrita: o desenvolvimento da representação de discurso narrativo escrito em crianças em fase de alfabetização*. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Educação da FaE/UFMG. (tese de doutoramento)
- CRAWLEY, Rosalind A.; STEVENSON, Rosemary J.; KLEINMAN, David (1990). The Use of Heuristic Strategies in the Interpretation of Pronouns *Journal of Psycholinguistic Research* 19 (4), 245-264.
- DURANTI, Alessandro (1984). The Social Meaning of Subject Pronouns in Italian Conversation. *Text* 4 (4), 277-311.
- FAIRCLOUGH, Norman (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. UnB.
- FASOLD, Ralph (1990). *Sociolinguistics of language*. Oxford: Blackwell. 342p.
- FIGUEROA, Esther (1994). *Sociolinguistic metatheory*. Oxford: Pergamon. 204p.
- FOLHA DE S.PAULO (2001). *Manual da Redação*. São Paulo: Publifolha.
- FOX, Barbara (1987). *Discourse Structure and Anaphora: Written and Conversational English*. Cambridge, Cambridge University Press.
- FREDERIKSEN, John R. (1981). Understanding Anaphora: Rules Used by Readers in Assigning Pronominal Referents *Discourse Processes* 4, 323-347.
- GARCIA, Othon Moacyr ([1967], 1995). *Comunicação em prosa moderna*. 16.ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- GARNHAM, Alan (2001). *Mental Models and the Interpretation of Anaphora*. East Sussex: Psychology Press.
- GARNHAM, Alan; OAKHILL, Jane (1992). Discourse Processing and Text Representation from a “Mental Models” Perspective *Language and Cognitive Processes* 7 (3/4), 193-204.
- GARNHAM, Alan; OAKHILL, Jane (1992). Linguistic prescription and anaphoric reality *Text* 12 (2), 161-182.
- GARNHAM, Alan; OAKHILL, Jane; CRUTTENDEN, Hannah (1992). The Role of Implicit Causality and Gender Cue in the Interpretation of Pronouns *Language and Cognitive Processes* 7 (3/4), 231-255.
- GARVEY, Catherine; CARAMAZZA, Alfonso; YATES, Jack (1990). Factors Influencing Assignment of Pronouns Antecedents *Cognition* 3 (3) 227-243.
- GERALDI, João Wanderley ; ILARI, Rodolfo (1995). *Semântica*. 7.ed. São Paulo: Ática.

- GERNSBACHER, Morton Ann (1991). Comprehending Conceptual Anaphors *Language and Cognitive Processes* 6 (2) 81-105.
- GORDON, Peter C.; HENDRICK, Randall (1997). Intuitive Knowledge of Linguistic Co-reference *Cognition* 62, 325-370.
- GORDON, Peter C.; SCEARCE, Kimberly A. (1995). Pronominalization and Discourse Coherence, Discourse Structure and Pronoun Interpretation *Memory and Cognition* 23 (3), 313-323.
- GRISHMAN, Ralph (1986). *Computational Linguistics. An Introduction*. Cambridge: Cambridge University Press. 193p.
- GREEN, Georgia M. (1996). *Pragmatics and Natural Language Understanding*. 2.ed. Mahwah/N.J.: Lawrence Erlbaum Associates. 168 p.
- GREENE, Steven B. ; McKOON, Gail; RATCLIFF, Roger (1992). Pronoun Resolution and Discourse Models *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory and Cognition* 18 (2), 266-283.
- GROSZ, Barbara; JOSHI, A.K.; WEINSTEIN, Scott (1995). *Centering: A Framework for Modelling the Local Coherence of Discourse*. Philadelphia, University of Pennsylvania / Institute for Research in Cognitive Science (IRCS), Report 95-01. 29p.
- GUNDEL, Jeanette K. (1985). "Shared Knowledge" and Topicality *Journal of Pragmatics* 9, 83-107.
- HEATH, Shirley Brice (1982a). Ethnography in education: defining the essentials. In: GILMORE, Perry; GLATTHORN, Allan A. (eds.) *Children in and out of school*. Philadelphia: Harcourt Brace Jovanovicht/The Center for Applied Linguistics. pp.33-55
- (1982b). Protean Shapes in Literacy Events: Ever-shifting Oral and Literate Traditions. In: TANNEN, Deborah (ed.) *Spoken and Written Language: Exploring Orality and Literacy*. Norwood/NJ: Ablex. pp.91-117
- HENRIQUES, Claudio Cezar (2001). O padrão escrito contemporâneo: mídia, manuais de redação e adjacências. IN: AZEREDO, José Carlos (org.) *Letras e Comunicação*. Petrópolis: Vozes. pp.172-95
- HIRST, William; BRILL, Gary A. (1980). Contextual Aspects of Pronominal Assignment *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior* 19, 168-175.
- HOBBS, Jerry R. (1978). Resolving Pronoun References *Lingua* 44, 311-338.
- (1979). Coherence and Coreference *Cognitive Science* 3, 67-90.
- HUANG, Y. (2000). *Anaphora: A Cross-linguistic Study*. Oxford: Clarendon Press.

HYMES, Dell (1982). What is ethnography? In: GILMORE, Perry; GLATTHORN, Allan A. (eds.) *Children in and out of school*. Philadelphia: Harcourt Brace Jovanovicht/The Center for Applied Linguistics. pp.21-32

ILARI, Rodolfo (2001). Anáfora e correferência: por que as duas noções não se identificam? *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, (41): 91-109, Jul./Dez

----- (1995). O conteúdo semântico da noção de correferência. Campinas/SP: Unicamp. (ms.)

JAFFE, Alexandra (2000). Introduction: Non-standard orthography and non-standard speech *Journal of Sociolinguistics* 4/4: 497-513

JAHANDAIRE, Khosrow (1999). *Spoken and Written Discourse: A Multi-disciplinary Perspective*. Stamford/CT: Ablex. 443p.

JOHNSTONE, Barbara (2000). *Qualitative methods in sociolinguistics*. Oxford: Oxford University Press. 164p.

KATO, Mary A. (1987). *No mundo da escrita*. Uma perspectiva social. 2.ed. São Paulo: Ática. 144p.

KLEIBER, Georges (1994). *Anaphores et Pronoms* Louvain-la-Neuve: Duculot. 229p.

KOCH, Ingedore G. Villaça (2004). Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial. In: *Sentido e significação*. Em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto. pp.244-62.

KOCH, Ingedore G. Villaça (2001). A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, (41): 75-89, Jul./Dez

KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina.(orgs.) (2005). *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto.

LABOV, William (1972). *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 344p.

LENNARD, John (1991). *But I digress: The Exploitation of parentheses in English Verse*. Oxford: Oxford University Press. 324p.

LONG, Debra L.; DE LEY, Logan (2000). Understanding Anaphors in Story Dialogue *Memory and Cognition* 28 (5), 731-738.

LYONS, Christopher (1999). *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press. 380p.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (2001a). Atos de referenciação na interação face a face *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, (41): 37-54, Jul./Dez

----- (2001b). Referenciação e Cognição: O Caso da Anáfora sem Antecedente In: PRETI, Dino (org.) *Fala e Escrita em Questão*. 2.ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP. pp.191-240

----- (2001c). Anáfora Indireta: O Barco Textual e suas Âncoras (ms.)

----- (2000). *Da fala para a escrita*. Atividades de retextualização. São Paulo: Cortez. 133p.

----- (1999). Marcas de Interatividade no Processo de Textualização da Escrita (ms.)

----- (1999). Cognição, Explicitude e Autonomia no Texto Falado e Escrito (ms.)

MILROY, James; MILROY, Lesley (1999). *Authority in Language*. Investigating Standard English.3. ed. London: Routledge. 173p.

MATTHEWS, Alison; CHODOROW, Martin S. (1988). Pronoun Resolution in Two-clause Sentences: Effects of Ambiguity, Antecedent Location, and Depth of Embedding *Journal of Memory and Language* 27, 245-260.

MURPHY, Gregory L. (1985). Psychological Explanations of Deep and Surface Anaphora *Journal of Pragmatics* 9, 785-813.

NASCIMENTO, Milton do; OLIVEIRA, Marco Antônio de (2004). Texto e hipertexto: referência e rede no processamento discursivo. In: *Sentido e significação*. Em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto. pp.285-98.

NEVES, Maria Helena de Moura (2006). *Texto e Gramática*. São Paulo: Contexto.

NICOL, Janet L.; SWINNEY, David A. (2003). The Psycholinguistics of Anaphora. In: BARSS, Andrew (ed.) *Anaphora*. A Reference Guide. Oxford: Blackwell. pp. 72-104

OCHS, Eleonor (1979). Planned and unplanned discourse. In: GIVÓN, T. (ed.) *Discourse and syntax*. New York: Academic Press. pp. 51-80

OLSON, David R. (1997). *O mundo no papel*. As implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita. São Paulo: Ática. 343p.

PRETI, Dino (2001). A gíria na língua falada e na escrita: uma longa história de preconceito social. In:PRETI, Dino (org.) *Fala e Escrita em Questão*. 2.ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP. p.241-57

PRINCE, Ellen (1988). Discourse analysis: a part of the study of linguistic competence. In: NEWMeyer, F.J. (ed.) *Linguistics: The Cambridge Survey*. (Vol II: Linguistic Theory: Extensions and Implications) Cambridge, Cambridge University Press. pp. 164-182.

- SAENGER, Paul (1997). *Space between words*. The origins of silent reading. Stanford/CA: Stanford University Press.
- SANFORD, A. J.; MOXLEY, L.M. (1995). Notes on Plural Reference and the Scenario-Mapping Principle in Comprehension In: RICKHEIT, Gert; HABEL, Christopher (eds.) *Focus and Coherence in Discourse Processing* Berlin / New York, Walter de Gruyter. pp. 18-34.
- SCHNEDECKER, Catherine; CHAROLLES, Michel; KLEIBER, Georges; DAVID, Jean (eds.) (1991). *L'Anaphore Associative*. Aspects Linguistiques, Psycholinguistiques et Automatiques. Paris: Librairie Klincksieck. 343p.
- SILVA, Sérgio Nogueira Duarte da. (2001). O jornal e a questão do padrão escrito contemporâneo. IN: AZEREDO, José Carlos (org.) *Letras e Comunicação*. Petrópolis: Vozes. pp.213-21
- SMYTH, Ron (1994). Grammatical Determinants of Ambiguous Pronoun Resolution *Journal of Psycholinguistic Research* 23 (3), 197-229.
- STEVENSEN, R.J.; KNOTT, A.; OBERLANDER, J.; McDONALD, S. (2000). Interpreting Pronouns and Connectives: Interactions among Focusing, Thematic Roles and Coherence Resolutions. *Language and Cognitive Processes* 15, 225-262.
- STREET, Brian V. (1984). *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- STUBBS, Michael (1998). Judging the facts: an analysis of one text in its institutional context. In: CHESHIRE, Jenny; TRUDGILL, Peter (eds.) *The Sociolinguistics Reader*. (Vol 2: Gender and Discourse) London: Arnold. pp. 348-66.
- TYLER, Lorraine K.; MARSLEN-WILSON, William (1982). The Resolution of Discourse Anaphors: Some On-line Studies *Text* 2(1-3) 263-291.
- van DIJK, Teun A. (1988). Principles of critical discourse analysis. In: CHESHIRE, Jenny; TRUDGILL, Peter (eds.) *The Sociolinguistics Reader*. (Vol 2: Gender and Discourse) London: Arnold. pp. 367-93.
- WALKER, Marilyn A.; PRINCE, Ellen (1996). A Bilateral Approach to Givenness: A Hearer-Status Algorithm and a Centering Algorithm. In: FRETHEIM, T. & GUNDEL, J.K. (eds.) *Reference and Referent Accessibility*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins. pp. 291-306.
- WALKER, Marilyn A.; JOSHI, A. K.; PRINCE, Ellen (eds.)(1998). *Centering Theory in discourse*. Oxford: Clarendon Press.
- WEBBER, Bonnie L. (1980). Syntax Beyond the Sentence: Anaphora. In: SPIRO, Rand J.; BRUCE, Bertram C.; BREWER, William F. (eds.) *Theoretical Issues in Reading*

Comprehension. Perspectives from Cognitive Psychology, Linguistics, Artificial Intelligence and Education. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates. pp. 142-163.

WITTE, Stephen P.; CHERRY, Roger D. (1986). Writing process and written products in composition research. In: COOPER, Charles R.; GREENBAUM, Sidney (eds.) *Studying Writing: linguistics approaches*. Beverly Hills/London/NewDelhi: Sage Publications. p.112-153